



Diário da Sessão n.º 060 de 11/11/02

Presidente: Vamos iniciar o debate das **Propostas de Decreto Legislativo Regional relativas à reprogramação financeira do Plano a Médio Prazo 2001-2004 e Plano e Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2003.**

Nos termos regimentais e estatutários e de acordo com a Conferência de Líderes foi estabelecido que os tempos globais para a discussão seriam os seguintes:

O Partido Socialista dispõe de 3 horas e 45 minutos;

O Partido Social Democrata dispõe de 2 horas e 37 minutos;

O Partido Popular dispõe de 45 minutos;

O Partido Comunista Português dispõe de 45 minutos;

O Governo dispõe de 3 horas e 45 minutos.

Além disso, ficou estabelecido que para as declarações finais o PS dispõe de 20 minutos, o PSD de 15 minutos, o PP de 10 minutos, o PCP de 10 minutos e o Governo de 20 minutos.

Vamos iniciar o debate destes documentos com a intervenção do Sr. Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento.

Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento

(Roberto Amaral): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Autonomia político-administrativa dos Açores é um projecto que tem já uma longa história, alicerçada nas seculares aspirações do nosso povo, um projecto político que tem de ser afirmado e consolidado no presente e que



necessita de ser aperfeiçoado e adaptado às circunstâncias de cada momento no futuro.

Como todos os projectos políticos, porém, a sua evolução não é linear; há fases de maior dinamismo, em que se avança e progride mais aceleradamente e outras de estagnação e mesmo de retrocesso.

Após uma fase recente e, infelizmente, de curta duração, em que muito se avançou em matéria de aperfeiçoamento conceptual da autonomia política e em que muitos progressos foram conseguidos nos domínios económico, financeiro e fiscal, chegou-se ao momento presente em que todo este processo ameaça ser interrompido. A lei de Estabilidade Orçamental recentemente aprovada pela maioria política que, momentaneamente, suporta o Governo da República, ao suspender, contra os legítimos interesses da Região constitucionalmente consagrados, a aplicação dos principais comandos da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, está a impor-nos como que uma suspensão, um adiamento deste processo autonómico.

Talvez seja por isso que, quer no Continente, quer aqui nos Açores, os que apoiam politicamente o Governo da República, conscientes de que em matéria autonómica a sua política não é muito favorável aos interesses dos Açores, sintam a necessidade de afirmar que a autonomia é um projecto de futuro.

Talvez seja esta deficiente percepção da realidade que explica a obsessiva fixação de alguns numa argumentação centrada em temas virtuais e secundários, como sejam, por exemplo, o da afirmação de que existe uma grave crise nas Finanças Públicas Regionais, ou a persistente referência aos montantes de investimento que foi necessário reduzir no P.M.P. esquecendo, deliberadamente, as razões que estão na sua origem.



Quanto à crise nas Finanças Públicas Regionais, é evidente que ela não existe e, pela nossa parte, tudo faremos para a evitar, adoptando todas as medidas indispensáveis ao nosso alcance. Os indicadores económicos e financeiros disponíveis não revelam qualquer crise e as expectativas dos diferentes agentes económicos evidenciam confiança quanto ao futuro da economia dos Açores.

Quanto às causas que determinaram a revisão em baixa do P.M.P., elas são também evidentes para todos quantos se preocupam em aprofundar a verdadeira razão das coisas e em perceber o mundo que os rodeia. São elas, fundamentalmente, os novos condicionalismos que nos foram impostos pelo Governo da República e o diferente enquadramento macro-económico que todo o Mundo Ocidental vive a partir de meados de 2001 e a que a Região, infelizmente, não se pode eximir, totalmente.

É objectivo prioritário do Governo Regional, nestes dois anos que faltam de execução do P.M.P 2001/2004, assegurar uma consolidação orçamental dentro dos estritos limites das condicionantes financeiras actualmente existentes e que seja compatível com o novo enquadramento macro-económico regional, nacional e comunitário.

A prossecução deste objectivo permitirá à Região ter as suas contas sempre equilibradas, muito embora em patamares de desenvolvimento e de níveis de execução financeira ligeiramente inferiores aos por nós desejados, mas conseguindo-se desta forma afastar o espectro de crises financeiras e de perturbações na actividade económica regional.

Apesar de todas estas reservas e cautelas, mesmo com estas alterações orçamentais, deliberada e conscientemente assumidas pelo Governo Regional, o esforço de investimento nos próximos dois anos é, ainda,



significativamente elevado quando comparado, por exemplo, com o do Continente.

Para o próximo ano de 2003, o investimento previsto no plano da Região (cap. 40) representa, mesmo assim, 9% da estimativa do PIB da Região de 2002, valor este que é 4,3 vezes superior ao correspondente investimento previsto no Orçamento de Estado para 2003, cuja percentagem em relação à estimativa do PIB do Continente para aquele mesmo ano é de apenas 2,1%.

Se o total do investimento já realizado e a realizar no âmbito do PMP para 2001/2004, agora revisto em baixa, for comparado com o investimento realizado nos quatro anos imediatamente anteriores, constata-se que ele é ainda superior em 1,2%. Se a comparação for feita com o investimento realizado no âmbito do P.M.P do período 1993/1996, então o diferencial de acréscimo é já de 52%. Mas, se esta comparação for ainda feita, não com o investimento que foi realizado mas com a programação prevista no P.M.P. para 1993/1996, que foi então aprovada por esta Assembleia, o diferencial de acréscimo passa para 99%, isto é, o dobro do investimento que se pretendia realizar naquele período.

Realmente, naquela altura, o futuro apresentava-se deveras sombrio!!!

Significa isto que, mesmo em situações externas adversas, como é aquela que se vive no presente momento, mas graças à política financeira prudente que tem vindo a ser prosseguida pelo Governo Regional no quadro do modelo da “Nova Autonomia”, modelo este ainda não completamente desvirtuado pelo actual Governo da República, é possível à Região efectuar níveis de investimento que, sendo, todavia, menores do que os por nós desejados, são, porém, ainda compatíveis com o objectivo de convergência com os níveis médios de desenvolvimento nacional e comunitário.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O ritmo de convergência passará, no entanto, a ser menor do que o desejado e o possível em outras circunstâncias de maior compreensão e abertura por parte do Governo da República para conosco.

Não deixa de ser estranha a forma como o Governo da República encara as suas Regiões Autónomas, nomeadamente a dos Açores que é aquela que, no nosso país, ainda apresenta o mais baixo índice de desenvolvimento e que, dentro da União Europeia, está entre as menos desenvolvidas, com um PIB per capita de apenas 52% da média da União.

É-nos, de facto, muito penoso constatar o excesso de ortodoxia monetarista do Governo da República, e o extremo rigor orçamental que nos é por ele imposto, quando se sabe já que estas posições estão a ser cada vez mais contestadas e postas em causa no seio da própria União Europeia.

Lamentamos, também, que o Governo da República esqueça que o **Pacto** estabelecido com a União Europeia, sendo de **Estabilidade** financeira é, também, de **Crescimento** económico.

Os Açores sempre cumpriram com os objectivos orçamentais com que se comprometeram e em nada contribuíram para os défices excessivos que se verificaram no Continente. Por isso, não percebemos e não aceitamos que nos seja imposto um défice zero e proibida qualquer forma de endividamento em 2003 quando o Estado reserva para si, exclusivamente, a possibilidade de contrair novos empréstimos até ao limite de 5.957,4 M _ isto é, de 1.194 M c.

O endividamento que pretendíamos inscrever no nosso orçamento para 2003 – 30 M _ – representa apenas 0,5% daquele montante e somente viria agravar o défice do Orçamento de Estado em 0,02%.

São valores ridículos no contexto nacional, mas que penalizam fortemente o nosso desenvolvimento e que inviabilizam, por exemplo, a conclusão do



processo de reconstrução em 2004, como havíamos planeado a contar com a solidariedade do Governo da República, solidariedade esta agora substituída por uma ortodoxia orçamental levada ao extremo para as Regiões Autónomas.

Por que razão é que o Governo da República não define, em conjunto com o Governo Regional, um programa de redução gradual dos défices orçamentais da Região até 2006, que é a data em que, nos termos do Programa de Estabilidade e Crescimento, o défice do país terá de ser zero, se entretanto as regras não mudarem?

Por que razão é que somente a nós, Regiões Autónomas, nos é imposto um défice zero, quando até mesmo para as Autarquias Locais, que em 2001 contribuíram para um agravamento de 0,4% do défice do Orçamento de Estado, lhes são permitidas exceções para o financiamento de estádios de futebol?

Por que razão é que para nós, Região Autónoma dos Açores, não se permite excepcionar desta proibição de endividamento, pelo menos os montantes necessários à reconstrução do parque habitacional das ilhas do Faial e Pico danificadas com o sismo de 1998?

O país mais facilmente compreenderia este gesto de solidariedade para connosco, que em termos de sacrifício nacional é muitíssimo reduzido, do que aceita a assunção de compromissos do Governo da República para com apenas uma Região Autónoma, por sinal aquela que é mais desenvolvida.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A proposta de orçamento para o próximo ano de 2003, agora aqui em apreciação, atinge o valor de 742,2 milhões de euros, sem as contas de ordem, observando um ligeiro decréscimo relativamente ao valor do corrente ano, que reflecte a necessária e possível contenção orçamental ao



nível da despesa a par de uma prudente previsão das respectivas fontes de financiamento.

Esta proposta de orçamento deve, porém, como já referido, ser analisada tendo como referência as fortes restrições que, no âmbito das respectivas fontes de financiamento se fazem sentir no plano da actividade financeira das administrações públicas. Igualmente, não se pode ignorar que em 2003, ao contrário dos últimos anos e do que sucede a nível do Orçamento do Estado, o Orçamento Regional não disporá de qualquer receita proveniente do recurso ao endividamento.

No que respeita às receitas, verifica-se que as receitas efectivas constantes desta proposta de orçamento atingem o valor de 742,2 milhões de euros, valor igual ao da receita total já que não existem passivos financeiros. Estas receitas são constituídas por três grandes grupos sendo o mais importante o das receitas próprias que representam 62,1% do respectivo total, seguido pelo das Transferências do Orçamento do Estado (29,6%) e pelo das Transferências da União Europeia (8,3%).

As Transferências do Orçamento do Estado atingem, na nossa proposta de Orçamento, o valor de 219,9 M _ e foram determinadas nos termos previstos na cláusula de salvaguarda do artº 30º da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, considerando que a taxa de 3,8% prevista no Orçamento de Estado para o crescimento da despesa pública corrente incidia sobre o valor da transferência de 2002, não corrigida pelo Orçamento de Estado Rectificativo.

Aquele valor inclui 17,5 M _, que irão ser transferidos para o Orçamento da Região Autónoma dos Açores no 1º Trimestre do ano destinados ao pagamento de despesas relativas ao processo de reconstrução que não puderam ser satisfeitas em 2002 com a verba de 20 M _ do Instituto



Nacional de Habitação, cuja transferência para a Região foi considerada ilegal pelo actual Governo da República.

Como é do conhecimento público, o Governo Regional está a desenvolver diligências junto do Governo da República – Primeiro-Ministro e Ministra das Finanças – no sentido de, relativamente às Transferências do Orçamento de Estado, serem integralmente cumpridos os preceitos contidos na Lei de Finanças das Regiões Autónomas, o que implicará um acréscimo nas transferências no corrente ano de 2002 de 14,6 M _ e de 15, 1 M _ nas transferências que estão previstas para o próximo ano de 2003.

O Governo Regional não deixará de prosseguir com estas diligências, estando fortemente empenhado no cumprimento do quadro legal vigente, o qual se constitui como condição essencial para o normal funcionamento do nosso modelo autonómico e para o bom relacionamento institucional entre o Estado e as Regiões Autónomas.

O Governo Regional está consciente das dificuldades orçamentais do Governo da República, mas sabe também, que neste caso, o cumprimento da Lei de Finanças das Regiões Autónomas não põe em causa o equilíbrio do Orçamento de Estado nem os compromissos assumidos no quadro do Pacto de Estabilidade e Crescimento que, como é do conhecimento público, está a ser interpretado e aplicado com alguma flexibilidade aos países que já têm e aos que ameaçam vir a ter défices excessivos nos seus orçamentos. É, nomeadamente, o caso de Portugal, em que a correcção do défice excessivo de 2001, (que com os critérios utilizados pelo Governo da República foi quantificado em 4,1% do PIB) poderá ser concretizado apenas no próximo ano, ou seja, em 2003. Este facto vem aliviar, sobremaneira, a pressão sobre o Orçamento de Estado do corrente ano e dos próximos até 2006, dando assim margem para uma maior flexibilidade



relativamente às Regiões Autónomas. Não se poderá aceitar que tal não venha a acontecer.

No âmbito das receitas próprias, destacam-se, essencialmente, as receitas fiscais, as quais com uma previsão de 433,4 milhões de euros, revelam uma taxa de crescimento de 8,2% relativamente aos valores orçamentados para o corrente ano, mas apenas de 5% se tivermos em conta as respectivas estimativas de realização em final do corrente ano, isto é, uma taxa perfeitamente compatível com a prevista na proposta de Orçamento de Estado para 2003 (5,1%).

A receita prevista para o IVA atinge os 248,7 milhões de euros, tendo a sua estimativa sido efectuada com base na capitação do valor orçamentado pelo Governo da República para este imposto. A concretização desta previsão está, assim, dependente da efectiva cobrança deste imposto a nível nacional.

Para o IRS e para o IRC estimam-se valores de 94 M _ e de 28,7 M _ respectivamente. Relativamente às estimativas de execução em 2002 prevêem-se acréscimos de pequena monta 3,2% e 1%, respectivamente. Estas taxas traduzem a atitude prudente que entendemos necessário assumir perante as perspectivas pouco animadoras que actualmente pairam sobre as principais economias ocidentais e previnem a eventualidade de virem a ser efectuados novos acertos, sempre imprevisíveis, pela Administração Fiscal Nacional.

De referir, ainda, que as previsões de cobrança para estes dois impostos constantes do Orçamento de Estado para 2003 são de mais 4,3% para o I.R.S. e de menos 2% para o I.R.C., relativamente às estimativas de execução de 2002.

As transferências da União Europeia estão previstas em 61,5 milhões de euros.



Tal como já referido em outras ocasiões, o fluxo destas transferências depende do ritmo de execução dos diversos projectos comparticipados pelos respectivos fundos estruturais, estando o seu montante também influenciado pelo facto de alguns projectos de investimento terem passado para a responsabilidade de outras entidades públicas (Juntas Autónomas, SATA, Fundo Regional de Actividades Económicas), desviando as respectivas comparticipações comunitárias para essas entidades, através de contas de ordem.

No que respeita à despesa, prevê-se uma dotação de 742,2 milhões de euros, menos 0,8% do que o valor orçamentado no corrente ano.

As despesas correntes atingem o montante global de 526,7 milhões de euros, ou seja, mais 6,1% do que o valor orçamentado para o corrente ano, estando incluída naquele montante a dotação provisional, no valor de 10 milhões de euros. Se excluirmos o valor da dotação provisional, que somente será utilizada se ocorrerem situações não previstas ou inadiáveis, as despesas correntes para 2003 apenas registam uma taxa de crescimento de 4,1%.

As dotações mais expressivas no âmbito das despesas correntes são as das despesas com pessoal (263,4 milhões de euros) e as das transferências correntes (213,9 milhões de euros).

As despesas com pessoal registam um acréscimo de 5,2% sobre a dotação revista para o corrente ano e de apenas 4,5% relativamente à estimativa de execução no final de 2002. Esta taxa de crescimento parece-nos ser adequada tendo em linha de conta as perspectivas que se têm relativamente aos acréscimos dos índices salariais da função pública, bem como os efeitos que resultam das diversas progressões automáticas nas carreiras profissionais que se verificam ao longo de um ano económico.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

As transferências correntes apresentam um acréscimo de 7,7% relativamente ao orçamento revisto do corrente ano, e de 6,2% sobre a estimativa de execução no final de 2002. Salienta-se que esta taxa de crescimento está quase exclusivamente ligada ao esforço que o Governo Regional está a fazer no sentido de dotar o Serviço Regional de Saúde (SRS) de verbas o mais próximo possível das necessidades anuais do mesmo, tendo-se incrementado as transferências para aquele Serviço em 7%, enquanto que para os restantes organismos dotados de autonomia financeira esse acréscimo é de apenas 2,5%.

No que respeita às rubricas de “aquisição de bens e serviços correntes” e “aquisição de bens de capital” registam-se taxas de crescimento de apenas 1,1% e de – 0,3%, respectivamente. Evoluções estas que reflectem claramente a política de contenção de gastos de funcionamento que o Governo Regional tem vindo a desenvolver e que continuará a prosseguir na condução das finanças públicas regionais.

Tendo em conta os constrangimentos actuais relativos às receitas orçamentais, nomeadamente a proibição de qualquer forma de endividamento para financiamento do Plano de Investimento da Região, o Governo Regional está a elaborar um plano de alienação de património cujas finalidades não se compatibilizam com os objectivos a prosseguir pela Administração Pública Regional, ou que se mostrem desnecessários às funções a que estavam afectos. Nesse sentido, fez inscrever na Proposta de Decreto Legislativo Regional que aprovará o Orçamento para 2003 uma norma enquadradora deste objectivo.

Com este mesmo objectivo de atenuar os efeitos negativos destes constrangimentos e de aumentar a eficiência da Administração Pública, o Governo Regional fez também inscrever no Decreto Legislativo que



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

aprovará o Orçamento para 2003 um artigo relativo ao Serviço Regional de Saúde visando o estabelecimento de normas conducentes ao seu melhor funcionamento e respectivo financiamento.

Nos tempos conturbados e incertos que estamos a viver, os planos e orçamento que aqui vos estamos a apresentar são os que, a nosso ver, melhor respondem aos constrangimentos políticos e financeiros do presente, melhor salvaguardam a economia da Região face a choques e influências externas desfavoráveis e melhor asseguram as condições essenciais para podermos prosseguir o nosso caminho no sentido da consolidação da autonomia e do desenvolvimento económico e social dos Açores.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, apesar deste debate ser efectuado em tempos globais, agradeceia que se respeitassem os 3 minutos para os pedidos de esclarecimento.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Em primeiro lugar, gostaria de referir que vou respeitar os 3 minutos, até porque com o corte que houve no tempo, se ele já era apertado para o nosso Grupo Parlamentar, muita mais dificuldades temos em poder explicar todas as nossas opiniões com o tempo que temos.

Na minha intervenção da tribuna condensarei algumas questões que vou aqui aflorar pela rama, mas é bom que todos os que nos ouvem percebam



que há aqui um constrangimento pelo facto de não termos tempo e muitas das coisas não vão ser debatidas como eventualmente deveriam ser.

O primeiro registo que queria deixar prende-se com o tom e conteúdo do discurso do Sr. Secretário Regional naquela tribuna. Comparado com o de há um ano e pouco, notamos uma grande diferença.

Há um ano, tanto da parte do Governo, como do partido que o suporta, tudo eram loas aos maiores planos de sempre. Hoje, substituíram as loas pelas desculpas. Este era o primeiro registo que gostaríamos de deixar aqui.

É bom que fique claro, e registo já nesta primeira intervenção, que o problema não está no presente nem no futuro. O problema da trajectória deste Plano a Médio Prazo vem do passado.

Se analisarmos a execução do Plano de 2001, a baixa que houve no Plano de 2002, face ao que já estava programado no PMP e aquilo que se prevê que venha a ser executado, podemos observar claramente que, mesmo que em 2002 tenhamos uma execução melhor do que em 2001, a trajectória far-nos-ia ter uma execução do Plano a Médio Prazo que iria rondar muito próximo dos valores que os senhores agora programam.

Os vossos problemas vêm do passado. Do futuro, são as desculpas.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Em segundo lugar, se não existe crise nas finanças públicas regionais, por que é que cada vez mais temos pagamentos em atraso, temos esquemas de factoring e semelhantes e temos pedidos de dilação de facturações a empresários?

De facto, há um problema nas finanças regionais.

Tendo em conta que o cumprimento que o Governo da República se propõe fazer da Lei de Finanças Regiões Autónomas é exactamente o mesmo que foi feito nos últimos anos, nomeadamente não tendo considerado o



Orçamento rectificativo, em que é que o senhor se baseia para dizer que não estão a cumprir a Lei das Finanças Regionais?

Se o senhor conseguir provar que não estão a cumprir, por que é que no passado os senhores não disseram o mesmo?

Voices dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu não posso deixar de, em primeiro lugar, apreciar e louvar a perspicácia do Sr. Deputado quando constata que o mundo de hoje é diferente do que era há dois anos. Realmente é uma realidade que demonstra perspicácia de análise da sua parte.

O mundo é diferente, Sr. Deputado!

A conjuntura internacional, nacional e regional, também é diferente, sendo mais agravada na nacional. Basta ver, por exemplo, a diferença entre as duas propostas que foram apresentadas a Bruxelas do pacto de estabilidade e de crescimento no princípio e no final de 2001. As perspectivas eram totalmente diferentes.

Quanto à sua intervenção, eu aguardo com muito interesse e ansiedade as provas que o senhor vai apresentar aqui, não sei bem para quê, mas veremos.

Em relação aos cortes, Sr. Deputado, efectivamente ninguém gosta de fazer revisões em baixa e muito menos o Governo que até estava habituado e vai-



se habituar novamente, uma vez superada esta crise que é conjuntural. Uma vez passada e atenuada a crise nacional os ventos, com certeza serão diferentes.

Aliás, a própria actividade económica é feita por ciclos. Há ciclos de baixa prosperidade e de depressão, mas se confrontar os cortes com os do período passado e com os do último período da vossa governação, vai ver que eles são...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Foi o que o Sr. Secretário Jorge Coelho disse!

O Orador: Eu não estou a criticar a governação do PSD, estou apenas a fazer comparações com períodos.

O Sr. Deputado já reparou que o Plano a Médio Prazo que foi apresentado em 1993 foi apenas de 80 milhões de euros inferior àquilo que foi depois realizado?

Sabe o que é que isto quer dizer, Sr. Deputado?

Isto não é uma crítica ao passado, é apenas dizer que os planos de desenvolvimento a médio prazo que são indicativos, sofrem muito a influência do período em que são elaborados.

Em 1992/93, quando os senhores elaboraram o Plano a Médio Prazo, estava-se a viver na Região uma crise depressiva que influenciou as perspectivas e as projecções do futuro. Daí que tenham apresentado um plano ridiculamente baixo, mas na altura era o adequado às vossas projecções.

Os senhores entendiam que era aquele montante e foi aquilo que puseram. A realidade modificou-se e os planos anuais foram ligeiramente superiores aos programadas.



Quando fizemos o planeamento para 2001/2004 e fizemos o nosso Plano a Médio Prazo, a conjuntura era totalmente diferente, o enquadramento macro-económico internacional era diferente e tivemos outra catástrofe, ou seja, a mudança do Governo da República, o que nos afectou directamente.

Deputado Vasco Cordeiro (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Proibiu-nos a substituição de 32,4 milhões de euros que estávamos a contar este ano, com o voto dos senhores na Assembleia da República.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Uma vergonha!

O Orador: Foi entendimento de todos que era para ser substituído, mas não foi.

Este ano estávamos a prever 6 milhões de contos de endividamento, ou seja, 30 milhões de euros. Também nos foi proibido. No próximo ano não contamos com essa quantia, porque nos foi vedada.

Com tudo isto admiram-se os senhores de termos feito uma revisão em baixa do Plano?

Sr. Deputado, se nós não fizessemos isso, amanhã teríamos uma crise financeira gravíssima na Região.

Nós somos conscientes e não queremos que tal aconteça.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional das Finanças:



Apenas para concordar consigo no que toca à conjuntura nacional. Realmente é diferente, mas já falaremos nisso.

Gostaria de discordar apenas de que seja diferente a conjuntura internacional.

V. Exa. quando se fixa nas crises do Japão e dos Estados Unidos da América, naqueles que são os preâmbulos dos documentos analisados, repete aquilo que já tinha dito em 2000. É apenas um “copy page” tal e qual.

Vamos falar na diferença nacional.

A diferença nacional existe porque V. Exa. em 2000, ao prever qual seria a receita para 2003 e quais seriam as transferências do Orçamento do Estado, previa 41,4 milhões de contos.

V. Exa. saberá também que este ano as transferências do Governo da República são de 44 milhões de contos. Há diferença.

Foi graças ao Governo ter mudado, que V. Exa. vê orçamentos que possibilitam através da Lei das Finanças Regionais que haja uma transferência maior do montante.

Que fique bem claro que entre as suas previsões no ano em que planeou o Plano a Médio Prazo e agora, há uma diferença de 41,4 para 44 milhões de contos. Mesmo assim, em relação ao ano passado, há mais 30 milhões de contos. Se V. Exa. descontar um pequeno lapso que existe aí em que reflecte o Orçamento que não foi aquele nós aprovámos, no que toca às transferências previstas na receita, serão 30 milhões de contos.

Resta saber de onde é que vem a crise?

Dizia alguém que “se é verdade que se deve manter uma adequada dimensão do investimento público, é indispensável compreender que, para além da sua inadiável reorientação, o problema é que ele está cada vez mais



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

comprometido com persistentes aumentos de despesas correntes e cada vez menos ao investimento reestruturador e reprodutivo” – dizia o Sr. Deputado Carlos César em 1994. Dizia bem, porque o problema está precisamente aqui.

Sr. Secretário, V. Exa. retira do Plano aquilo que passa para as despesas correntes. É tão somente isso. V. Exa. retira daquilo que seria o planeamento normal, daquilo que seria o investimento na Região, para aumentar as despesas correntes.

Talvez por isso não seja muito fácil haver um plano comum entre a República e o Governo Regional.

Quer ver a diferença?

V. Exa. saberá que no Orçamento de Estado há uma redução de 10% nas despesas. No Orçamento na Região há um aumento de 7,7% no aumento das despesas correntes.

Entre a redução de 10% e o aumento de 7,7% nas despesas correntes, há uma grande diferença que mostra bem que não é fácil haver um plano comum que tem filosofias tão distintas daquilo que quer para salvar as finanças e para pôr, quer a região, quer o país, noutra rumo.

Por tudo isso, não seria fácil dar-lhe essa possibilidade de fazer esse plano comum, porque V. Exa. não reorienta o investimento no mesmo sentido.

Concluiria também lembrando que a questão da Lei de Estabilidade Orçamental foi aprovada pela maioria na Assembleia da República, com a abstenção do Partido Socialista.

Ao contrário do que se julga, nem todos os socialistas se abstiveram por julgar que haviam deficiências como os senhores pregam aqui.

Eu dou-vos um exemplo: o Deputado Pina Moura entregou uma declaração de voto no final, onde manifestava uma discordância com a Lei de Finanças



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Regionais. Passo a dizer qual era essa discordância para sabermos ao certo se hoje, se o PS estivesse no Governo da República, este senhor que foi Ministro da Economia teria ou não outra posição.

Presidente: Agradecia que concluísse, Sr. Deputado.

O Orador: Concluirei com essa citação.

“Trata-se de manifestar a minha discordância pelo facto do articulado da Lei consagrar como transitórios os instrumentos aí descritos.

Abstive-me por considerar a Lei de Estabilidade Orçamental um passo importante e indispensável, embora insuficiente pela direcção correcta.”

Aqui está a diferença. Ele queria que ficasse para sempre.

O Governo da República actual quer que se recupere, que se vá em frente.

O que o Sr. Secretário devia fazer era aproveitar essa oportunidade, uma vez que não está lá o seu camarada Pina Moura, que é transitória para corrigir as nossas finanças.

Infelizmente, não o faz e vem dizer que não há solidariedade nacional.

É mentira!

É falso!

V. Exa. é que não consegue ultrapassar a deficiência orçamental a que nos tem habituado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Cabral Vieira.

Deputado Cabral Vieira (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Depois de ouvir atentamente a intervenção do Sr. Secretário Regional, gostava de felicitá-lo pela clareza da exposição.

Ouvi com muita atenção aquilo que foi dito pelo Sr. Deputado Duarte Freitas. Há uma observação que eu não podia deixar de fazer, um pequeno/grande reparo.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O Sr. Deputado acabou por dizer que os problemas já vinham do passado, já vinham do ano 2001.

Essa questão foi discutida aqui na altura certa e o senhor sabe perfeitamente o que é que se passou. No ano 2001 reflectiu-se o efeito da redução fiscal aprovada nesta Assembleia nos anos anteriores.

O Governo Regional teve a capacidade de fazer o ajustamento correcto nesse mesmo ano.

Obviamente, Sr. Deputado, um mal nunca vem só. Recentemente surgiram novos males que obrigam a novos reajustamentos e a um processo de reprogramação.

O Sr. Deputado percebe isso, mas finge não perceber.

É inevitável, Sr. Deputado, porque caso não fosse feito, nós voltaríamos exactamente àquilo que aconteceu não há muitos anos (de 90 a 96).

Relativamente a 91, Sr. Deputado, eu gostaria de lhe dizer que houve um reajustamento no Plano. Aqui já temos números, já não são previsões.

Eu vou falar a preços constantes para vermos exactamente a dimensão daquilo que aconteceu, em termos reais.

Se comparar o executado em 2001, mesmo o reajustamento, com o de 93, vê que a diferença é superior no montante de 17,2%.

Se comparar com o de 94, vê que é superior em 23,8%.

Se comparar com o de 95, vê que é superior em 21,9%.

E se comparar com o de 96, vê que é superior em 31,6%, Sr. Deputado.

Acha que foi um mau plano, depois do reajustamento?

Foi um reajustamento feito com convicção, necessário e apesar de tudo tem uma execução muito superior àquela que ocorreu entre 93 e 96.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Fale do Orçamento que estamos a debater e não dos anteriores!



O Orador: Esta é uma avaliação feita em termos reais. Convido o Sr. Deputado a fazê-la e a contestá-la.

Muito obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ouvi com alguma atenção a intervenção do Sr. Deputado Duarte Freitas e digo alguma, porque também não me vou exceder nessa atenção, porque sei que se vão suceder outras que merecerão certamente mais atenção.

Voices dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

A Oradora: Como tal, reduzi o tempo de atenção, porque o trabalho vai ser longo.

Relativamente ao plano em debate e à sua intervenção, gostaria de dizer que reprogramar, como aliás foi feito em anteriores governos desta Região, é uma atitude prudente. Significa ter uma atitude consciente da realidade em que se vive e não é mais do que isso. É evitar uma crise financeira. Não significa querer caminhar para ela, mas caminhar em sentido oposto a ela.

É evitar aquilo que o senhor diz, que são pagamentos em atraso e uma série de situações que são fortemente penalizadoras para o sector privado.

Gostaria de lembrar que este plano foi feito com cuidado e teve como grande objectivo manter os grandes objectivos traçados no PMP 2001/2004, pese embora toda a alteração que a economia regional já sofreu desde então.

Apesar desta alteração, houve uma mudança das metas e não dos grandes objectivos. Penso que isto é que é fundamental.



Um plano é um documento indicativo e como tal o PMP foi um documento indicativo que teve que ser reavaliado e está a ser reavaliado em 2002 para surtir efeitos em 2003 e 2004.

Penso que é fundamental que assim se faça para que a nossa economia possa progredir saudável, que é o que se pretende, e para que possamos ter um desenvolvimento sustentado.

Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Paulo Alves.

Deputado Luís Paulo Alves (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O acto de reprogramação que é necessário ser feito, é um acto de boa prudência, de boa gestão e um bom governo deve-o fazer nos Açores.

Não reprogramar significa incorrer nos erros do passado, incorrer em situações que amontoaram dívidas nas empresas, que levaram ao processo de falência, que levaram a que se previsse em 1989 a reabilitação de um plano de 53 milhões de contos para 90, do qual só se conseguiu executar 24 milhões.

O desemprego aumentou na Região e as empresas foram à falência.

Isto é que não foi governar bem!

Governar bem não é apenas gastar muito, é adequar aquilo que se pode gastar àquilo que a realidade assim comanda.

É por isso que cortes de 54% como de 89 para 92, não se pretende que venham a existir e é por isso que em altura oportuna este Governo está aqui prosseguindo os objectivos para o qual foi eleito, tentando manter o rumo que traçou para os Açores.

Muito obrigado.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de pedir dois esclarecimentos muito breves ao Governo Regional, não sem antes registar esta novidade parlamentar que é a natureza aguerrida que o Grupo Parlamentar da maioria está – talvez pela primeira vez nestes dois anos – a demonstrar na defesa destes documentos. Registo esta entrada de “leão”.

As questões que gostaria de colocar ao Sr. Secretário Regional das Finanças, na sequência da sua intervenção, são duas e são simples.

Se nós lermos os pareceres dos parceiros sociais, dos Conselhos de Ilha que os quiseram dar e de outras entidades consultadas sobre estes documentos, não tenho ideia de na história da autonomia haver uma recusa tão global e tão geral de todos os sectores da sociedade que contrastam fortemente com o apoio que agora surge dali.

Eu gostava de perguntar ao Sr. Secretário Regional que apresentou este Plano, se o Governo analisou ou se preocupou com esta situação objectiva.

Há uma situação objectiva de um grau nunca antes acontecido, através de uma recusa social das propostas que estão em discussão. Obviamente que eu tenho algumas opiniões sobre as razões disso e a seu tempo avançarei com elas.

Outra grande questão que gostaria de colocar ao Sr. Secretário Regional diz respeito às condicionantes que efectivamente estes documentos têm e que vêm do exterior.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

É conhecida a posição do meu Grupo Parlamentar sobre isso. Nós consideramos profundamente incorrecta a posição do Governo da República que procura ter como efeito a redução do investimento e do ritmo dele na Região Autónoma dos Açores, nos próximos tempos. Refiro-me à questão do endividamento e nunca me cansarei de referir a brutalidade da não participação da reconstrução no ano de 2002.

O Sr. Secretário Regional referiu-se a essa questão, mas há um aspecto que penso que era bom ser clarificado e está ligado à primeira questão.

Há uma anteposta destes documentos que foi submetida à consulta dos parceiros sociais.

Em seguida, há uma alteração em função destas condicionantes, mas esta alteração não foi feita num quadro mínimo social e político. Eu gostava de saber porquê?

Muito obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento. Espero que também tenha uma entrada de “leão”.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Começando pela sua última observação, que é relativamente simples de resolver, embora a resposta não seja aquela que nós próprios também gostaríamos que ela tivesse tido, refiro que não foi feito diálogo com todos por imperativo do tempo.

Houve um calendário de aprovação do Plano que não se compadecia em reunir novamente o Conselho de Concertação Social para com ele discutirmos os cortes que foram feitos. Foi esta a única razão.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Quanto à recusa global e geral de todos os pareceres, gostaria de lhe dizer que não, de maneira nenhuma. Foram tidas as observações dos parceiros sociais naquilo que puderam ser atingidos e observados. Houve compromissos com a agricultura, e a seu tempo se verá, de não diminuir os caminhos florestais. Houve compromissos com outros parceiros sociais, nomeadamente a Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, em não diminuir substancialmente os incentivos ao investimento.

Está exposto, na leitura dos números apresentados, uma preocupação com os funcionários públicos que têm, nas previsões que estão feitas, aquilo que nós consideramos que neste momento será a subida dos índices salariais, das progressões nas carreiras.

Nós temos previsto por precaução, por cautela, verbas que são superiores àquelas previstas no Orçamento de Estado. Nós sabemos perfeitamente que não podemos falhar no pagamento de salários. Isso para nós é sagrado. “Levem os anéis, com os dedos e tudo”, mas os salários dos funcionários públicos estão garantidos até ao final do ano. Se não tiverem, por alguma circunstância extraordinária, viremos a esta Casa pedir uma alteração orçamental para podermos cumprir com isto.

O Sr. Deputado Paulo Gusmão sabe por acaso qual a percentagem do Orçamento que vai para pagamento de salários?

Deputado Paulo Gusmão (PP): Já era assim em 93. A história é igual!

Mesmo assim, o Governo da República vai reduzir!

O Orador: É mais de 75%. Mais de 75% das despesas de funcionamento é para pagar salários. Daí a grande rigidez nos orçamentos que nós temos, porque a margem que temos para actuar é muito reduzida, Sr. Deputado.

Deputado Victor Cruz (PSD): Já era!



O Orador: Nós não temos outro remédio senão, para reduções e alterações maiores, termos que ir ao investimento, mas isso passa-se nos Açores e também no Continente.

Por exemplo, o Orçamento de Estado para 2003, prevê um corte relativamente a 2002 de 28%, com as cativações que estão feitas.

A Sra. Ministra Ferreira Leite também está com estes constrangimentos e viu-se obrigada a cortar no investimento.

Os cortes que o Sr. Deputado diz que foram feitos nos Ministérios, foram feitos em alguns Ministérios, porque a taxa de crescimento da despesa corrente é de 3,8%. Se não fosse assim, nós não tínhamos as transferências que temos previstas e que foram calculadas em função desta taxa.

Quanto ao mais, Sr. Deputado, eu não vou pedir a transcrição da sua intervenção para dar ao meu camarada Pina Moura, como disse, mas certamente o farei com muito gosto para dar ao seu camarada Paulo Portas. Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Devo dizer que agradeço toda a participação que os Deputados do Partido Socialista brindaram a minha intervenção. Obviamente que eu dou a melhor atenção às vossas intervenções, mas, com todo o respeito, não posso dar toda a atenção, porque ao fim e ao cabo os senhores dizem praticamente o mesmo. Portanto, basta fixar mais ou menos o que um diz e daí “tira-se a raiz quadrada” do resto das intervenções.

Eu gostava de colocar uma pergunta ao Sr. Secretário das Finanças.

Pode-me dizer, por exemplo, das verbas do Orçamento de 2002, qual foi a quantia que serviu para pagar despesas de 2001?



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Gostava que o Sr. Secretário também me explicasse, uma vez que diz que os cortes têm todos origem no Governo da República, qual a razão de ser desses cortes?

Como já sabemos, porque está nos documentos do Orçamento Estado, este ano vem mais dinheiro para a Região do que o ano passado. E não é só o dinheiro que vem através das transferências do Orçamento do Estado! Se analisar o que está no PIDDAC de investimento do Estado na Região, a diferença é muito maior e é mais do dobro do que irá, por exemplo, para a Madeira, aliás, numa postura 100% diferente (180^o graus), ao contrário do que os senhores faziam relativamente às autarquias que não eram do vosso partido.

As autarquias que não eram do vosso partido os senhores discriminaram-nas negativamente, como todos os açorianos sabem.

O Governo da República discriminou positivamente a Região Autónoma dos Açores.

É preciso ter sentido de Estado, coisa que os senhores não tiveram e provaram recentemente nessa discriminação negativa que fizeram das autarquias do PSD.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Gostaria ainda de referir que o problema que existe aqui, e nós já começámos a identificá-lo, existe essencialmente por causa do empolamento das receitas. De facto, como disseram na altura, “não se pode comparar o Plano de Médio Prazo com o que está agora em cima da Mesa. Isso foi há ano atrás”.

Mas querem comparar agora com o que aconteceu em 93?

Pelo amor de Deus!



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Dizem que é diferente o de 2001 com o de agora. Não é assim tão diferente, como já referimos.

Se querem falar de 93 e nesses anos, vejam qual a percentagem do Orçamento que ia para o Plano e vão ter uma agradável surpresa. Apesar de haver menos dinheiro, ele era mais canalizado para o Plano do que é agora. Agora, pela primeira vez, nomeadamente desde que o Partido Socialista é Governo, as despesas do Plano são a baixo dos 30%, ou seja, são 28 e pouco por cento.

É assim que os senhores dizem que vão investir?

Os senhores têm um orçamento com cerca de menos de 1 milhão de contos do que o ano passado. Com esse milhão de contos a menos que têm descem 7 milhões no Plano e sobem 6 milhões nas despesas correntes. O problema está aqui e não na origem das receitas, está na aplicação dessas receitas.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional das Finanças:

Relativamente aos parceiros, gostaria apenas de dizer que a principal crítica não tinha a ver com o diminuir menos ou o diminuir mais, por exemplo, no caso da Câmara do Comércio. Tinha a ver com o tomar medidas, passar para o investimento produtivo aquilo que eu acho agora, aquilo que nós achamos agora e aquilo que o Sr. Deputado Carlos César, hoje Presidente do Governo, já achava em 93. É isso que a Câmara de Comércio vem dizer



agora e é isso que V. Exa. não mudou e que eram os principais objectivos dos parceiros quando fizeram as suas críticas.

Vamos falar da redução de despesa.

Tudo o que disse é verdade hoje como já era verdade em 1993. Só falhou apenas num aspecto, para além de não ter compreendido a sua graça final. Já lhe conhecia a falta de jeito para os orçamentos, mas para uma graça final não conhecia.

O senhor não explicou que a redução de 10% na despesa corrente, a nível nacional, com certeza é uma média. É isso que está em discussão, enquanto V. Exa. aumenta 7,7% e daí não saímos.

Bem bom que reconhece que é pelo aumento das despesas correntes que o investimento é menor. Era isso que faltava dizer e é isso que o Sr. Presidente do Governo não tem dito aos açorianos.

Era preciso dizer aqui, como V. Exa. disse, que independentemente da razão salarial ou de outra qualquer que queira aqui referir, o que tem que ficar bem claro é que aquilo que é feito de corte, é pelo aumento da despesa corrente.

V. Exa. concordou comigo que o Governo da República foi mais solidário do que aquilo que V. Exa. previa em 2000; que o Governo da República foi mais solidário este ano do que aquilo que foi o ano passado.

O que é preciso sair hoje desta Casa, é o terminar, como alguém disse no passado, com essa patetice de andar atrás do Governo da República. Como alguém disse “os açorianos andam mal refeitos do patetismo, apelando à sua unidade contra o tentáculo centralista de Mota Amaral contra o Banco de Portugal”, dizia o Deputado Carlos César, já não em 93, mas em 94.

Hoje aquilo que é preciso dizer é que os açorianos têm de deixar de estar mal refeitos do patetismo apelando à sua unidade contra o tentáculo



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

centralista que Carlos César apontava até hoje para a Ministra das Finanças, mas a partir de hoje com a sua intervenção já percebemos que afinal as contas estão mesmo erradas e mal a nível Regional.

Hoje, o tentáculo contra o qual está Carlos César, é com certeza contra V. Exa..

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Cabral Vieira.

Deputado Cabral Vieira (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Duarte Freitas:

Levantar números é fácil. Prová-los é bocadinho mais difícil.

Segundo me parece, na execução do último do Plano do PSD, a despesa total situava-se mais ou menos nos 17%, em termos de execução.

Tenho pena de não trazer aqui a avaliação em termos reais, porque ela cai continuamente desde o ano 1990 a 1996. Só depois da entrada do Partido Socialista e com a vinda de alguma solidariedade nacional, é que o Plano volta a crescer na Região Autónoma dos Açores. Desde o início da década de 90 que ele vinha sempre a decrescer.

Em segundo lugar, Sr. Deputado, não vale a pena confundir a população.

O Sr. Deputado usa uma estratégia e traz aqui as questões do PIDDAC. Como o Sr. Deputado sabe, grande parte dos investimentos do PIDDAC são empregues em tribunais e esquadras de política. São investimentos realizados pela administração central e muitos deles são investimentos de continuidade já iniciados pelo anterior Governo. Não podia ser de outra forma, teria que ser assim.

Se quer comparar em termos de quantidade os Açores com a Madeira, estes são investimentos de continuidade, até porque se for a contar quantas esquadras de polícia e tribunais há nos Açores, é evidente que temos muitos mais que a Madeira e é normal que assim seja.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O Sr. Deputado devia ver aqueles investimentos que aparecem actualmente no mapa de transferências e que se retirar a verba dos 17,5 milhões de euros para a reconstrução, vai ver que nas transferências, os Açores são discriminados relativamente à Madeira. De facto, vem menos dinheiro para os Açores comparado com o que vai para a Madeira.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Colegas de Governo, Sr. Deputado Paulo Gusmão:

Eu gostaria de fazer algumas considerações.

Em primeiro lugar, se pegarmos nas intervenções do CDS de há 10 anos, para não dizer de há 20 anos a esta parte, sobre Planos e Orçamentos, vemos sempre que em teoria é fácil falar-se em redução da despesa. O pior é explicar ou aceitar as consequências de tudo isso.

Também falou numa declaração de voto do Sr. Deputado Pina Moura, tentando encontrar uma opinião pessoal divergente, porque pode ser um ataque interessante.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Era Ministro das Finanças!

O Orador: Se eu, por exemplo, quisesse lembrar-lhe o que disse o Euro Deputado do PSD, Dr. Pacheco Pereira, acerca do que é o Sr. Ministro do Estado, a última coisa que lhe chamou foi ouvir os da coligação. É preciso ter cuidado ao tentar pegar apenas em algumas opiniões divergentes.

A verdade, Sr. Deputado, é que a despesa pública apresenta uma grande rigidez na parte das despesa com o pessoal.

Temos que ser claros, Sr. Deputado Paulo Gusmão. Teoricamente, se calhar é possível reduzir a despesa pública em 10 ou 20%. Se, por exemplo,



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

se quiser despedir funcionários públicos, é possível reduzir a despesa com o pessoal. Se se quiser retirar remunerações complementares, é possível reduzir a despesa com o pessoal. Se quiser criar disponíveis, é possível reduzir a despesa com o pessoal. Se quiser congelar direitos e progressões dos funcionários públicos, é possível reduzir despesas com o pessoal. É preciso que se assuma tudo e se diga também isso.

Talvez a despesa com o pessoal fosse menor se o Governo Regional, em 1999, não tivesse proposto a esta Casa, por achar de justiça, que fossem integrados na função pública 1500 falsos tarefeiros.

Lembro-me que nessa altura o seu partido votou a favor.

Não podemos querer o bom das coisas em todos os sentidos. As políticas têm consequências. Aquilo que o Sr. Deputado defendeu tem uma consequência. É preciso que a assuma.

Não se pode vir falar em redução das despesas correntes não querendo assumir que o que se pretende fazer com isso é coisas feias nas costas dos trabalhadores da Administração Pública.

Diga tudo. Diga o que é que acha que deve ser feito ao nível da redução e das suas consequências práticas ao nível da Administração Pública Regional.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Paulo Alves.

Deputado Luís Paulo Alves (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Continua-se, insistentemente, a falar aqui nas despesas correntes.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Gostava de lembrar a muitos que demonstram tamanha preocupação que, no passado, essas despesas correntes chegaram a pesar mais de 82% do Orçamento da Região.

Que eu saiba, em 1996, só restavam para o Plano 17 e tal por cento.

Deputado Duarte Freitas (PSD): No Orçamento. Faça bem as contas!

O Orador: Isto significa que não se viram tomar nenhuma medida de ataque ao despesismo da função pública durante tantos e tantos anos.

Agora não se entende porquê tamanha agonia neste momento.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Dispõe de 3 minutos.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Voltarei a citar o meu inspirador:

“Assim é neste Plano e Orçamento em que ainda inalamos a proposta fraudulenta de chamar o passado pelo nome de futuro” – Deputado Carlos César, ano de 1994.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Sr. Secretário, a questão é precisamente essa.

V. Exa. está a aumentar a despesa corrente também para pagar muitas coisas que foram ficando pelo caminho nestes anos.



V. Exas. não tiveram coragem de as prever a seu tempo e de as colocar aqui. Andaram a dizer publicamente que as reduziam, quando na prática iam transferindo-as para o endividamento.

Quanto a esta matéria estamos entendidos. Tanto eu como o Deputado Carlos César já as explicámos.

Porque o tempo é muito pouco, gostaria apenas de dizer que aquilo que era fundamental saber aqui, não é se a dívida vai ser desta ou daquela forma, mas aquilo que V. Exa. voltou a escrever no Plano: há menos obra porque o Governo anda a gastar mais nas suas despesas correntes.

Os açorianos precisam de saber que havendo mais dinheiro da República transferido, há menos dinheiro na Região, por defeitos de orçamento.

Aquilo que os açorianos também deviam saber é que nós sempre defendemos – nós, CDS/PP – a questão da privatização, de concessionar aos serviços, de estabelecer contratos programas e ceder património mediante contrapartidas. Aliás, o parque de máquinas, o tomar medidas no investimento produtivo e como dizia o relatório do vosso Governo Regional em 97, a privatização da EDA, devia concretizar-se logo, tal como a da SATA, a TRANSMaçor, a LOTaçor. Já não vos falo do Deputado Carlos César, mas do Presidente do Governo Regional Carlos César, de um relatório do seu Governo.

Eram todas estas medidas, todas as que trouxessem investimento reprodutivo e não aumento da despesa.

Como foquei e foco, continuaremos a concordar com elas. Não temos outra obrigação de concretizar como é que as faríamos que não seja dizer para olharem para o Governo da República que as diminui em 10%, e tem tido essa coragem ao nível dos vários Ministérios. Não olhem apenas para



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

aquilo que dizemos, olhem também para o que fazemos e talvez com isso aprendam algo.

Volto a referir: V. Exas. vão deixar de fazer obra, porque andam a aumentar a despesa corrente.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Mas não é só. Sobretudo na justiça foram 40%!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Duarte Freitas:

Desde quando é que o PIDDAC é uma transferência do Governo República?

Nunca!

Na verdade, transferências ou verbas vindas do Governo da República só são possíveis por via das transferências previstas na Lei das Finanças das Regiões Autónomas. Não existe outra via.

Para além dessa, existe também a possibilidade do empréstimo.

Foi exactamente nessas duas vias que se registaram decréscimo significativos. Uma delas, porque foi perfeitamente inviabilizada, foram os empréstimos e, a segunda, porque as transferências previstas na Lei de Finanças das Regiões Autónomas não foram as que deviam ter sido.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Não foram porquê? Explique-se!

A Oradora: Relativamente ao PIDDAC, quem nos está a ouvir pode ficar a pensar que esse misterioso PIDDAC significa mais verbas disponíveis para o Governo Regional gerir na Região. Na verdade, não é assim.

Como muito bem disse o meu colega, Deputado Cabral Vieira, o que interessa é que este PIDDAC é empregue em tribunais importantes e eles não estão aqui em causa. Não significa verbas disponíveis para o Governo



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Regional fazer investimento no sector produtivo como está sendo falado pelo Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Penso que é importante que nos centremos naquilo que é essencial.

De facto, a redução do investimento no Plano não tem a ver com o aumento da despesa corrente. Isso é óbvio para qualquer açoriano e penso que para todos os que estão aqui presentes.

Se o senhor está a tentar enganar, pode ser que convença alguém. A mim não me convence e penso que não convence muitos dos que estão aqui presentes.

O investimento é reduzido. Houve necessidade de reprogramar numa atitude e numa acção consciente deste Governo, porque houve uma redução das transferências, houve a inviabilização de empréstimos e, para além disso, houve toda uma série de constrangimentos que têm a ver com a economia mundial.

Nós não estamos noutra planeta. Estamos na terra e somos afectados por tudo o que se passa nela.

Obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, a Mesa agradecia que houvesse alguma contenção nos pedidos de esclarecimento, para não se prejudicarem as intervenções.

Tem a palavra o Sr. Deputado Cabral Vieira.

Deputado Cabral Vieira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Gusmão:

Uma palavrinha para si.



Quando fazemos uma intervenção é preciso pensar mais um bocadinho na profundidade daquilo que se vai dizer.

Cada vez que o Sr. Deputado faz um investimento para uma determinada obra física (uma escola, um hospital ou outra coisa qualquer desse género), normalmente daí a dois ou três anos tem que aumentar a despesa corrente para satisfazer a despesa de funcionamento desse tipo de instituição, sobretudo quando se trata de novas construções.

Em segundo lugar, é preciso distinguir dois tipos de capital: o capital físico (a infra-estrutura física) e o capital humano (o mais produtivo de todos).

Se for a ver as despesas correntes, elas são absorvidas por dois grandes sectores: o de formação e o de manutenção de capital humano (a saúde e a educação).

Se se reduzir, Sr. Deputado, nessas despesas, muito mal estará este sector e a sociedade açoriana dentro de muitos poucos anos.

Vozes dos Deputados da bancada PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Colegas de Governo, Sr. Deputado Paulo Gusmão:

Quero agradecer-lhe o seu esclarecimento, porque devo reconhecer, desde logo, que respondeu às minhas principais angústias.

No seu apelo final, quando diz, ao nível das despesas correntes e com pessoal, para seguirmos o exemplo da República, ficamos a saber,



sobretudo os funcionários públicos, o que é que o CDS/PP faria nesta matéria se estivesse no Governo.

Voices dos Deputados da bancada PS: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: É isso que nós precisamos saber, tanto ao nível do direito à carreira, como ao nível da segurança no emprego.

Deputado Paulo Gusmão (PP): O Sr. Ministro do Emprego é nosso?

O Orador: Devo-lhe dizer, Sr. Deputado, que nessa matéria pode ficar descansado e podem ficar descansados sobretudo os funcionários públicos, porque nós não vamos seguir o vosso exemplo.

Nós queremos ter nesta matéria uma postura coerente.

Sabemos que o PSD quando está na oposição cria remunerações complementares. Quando passa para o Governo, termina com elas.

Nesse aspecto, V. Exas. estão óptimos para se “casarem”.

Nós não somos nem seremos assim e podem os funcionários públicos da Região Autónoma dos Açores ficarem descansados.

Voices dos Deputados da bancada PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Dispõe de 3 minutos.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Rapidamente para dizer à Sra. Deputada Andreia Cardoso que posso arranjar-lhe cópia dos mapas do Orçamento de Estado, nomeadamente na área do PIDDAC, para poder observar, com os seus próprios olhos, que



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

está previsto no PIDDAC regionalizado para os Açores a verba de 68,6 milhões de euros, enquanto que para a Madeira estão 28,7.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Isso a mim não me aquece nem me arrefece, nem a mim nem a este Governo!

O Orador: A senhora pode ver pelo mapa XVIII, cujo título é Transferências para as Regiões Autónomas do Orçamento de Estado.

Sr. Secretário, estão aqui os mapas. O senhor consulte o Orçamento do Estado e terá oportunidade para confirmá-lo. Pode até contactar com os seus homólogos na República que eles certamente lhe poderão explicar isso também.

Os senhores ainda não me explicaram, e provavelmente não conseguem explicar,...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Conseguimos. O senhor pode é não perceber!

O Orador: ... em que é que a Lei de Finanças das Regiões Autónomas não foi cumprida este ano e foi cumprida nos anos anteriores.

Se nos explicarem isso ficamos todos mais esclarecidos.

Para terminar, o Sr. Secretário disse que 75% das despesas correntes eram para despesas com pessoal.

Temos como despesas correntes cerca de 105 milhões de contos. Logo, sobrarão aqui uma margem de 26,3 milhões de contos. Desses 26,3 milhões de contos, o senhor não tem 10%, 15% ou 20% que possa aplicar nas despesas no Plano, no investimento, em vez de aumentar a “gordura” que cada vez é maior neste Governo Regional?

Pelo amor de Deus, Sr. Secretário!

Voices dos Deputados da bancada PSD: *Muito bem! Muito bem!*



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em primeiro lugar, para dizer ao Sr. Deputado Paulo Gusmão que, para além das leituras que está a fazer do discurso do Presidente do Governo Regional, Carlos César, quando Deputado, e que certamente lhe farão muito bem, leia também os documentos sobre os quais vem aqui tecer considerações e leia a página 43 do relatório do Orçamento de Estado. Está lá expressamente referido que a taxa de despesa corrente do Orçamento de Estado de 2003 é 3,8%, independentemente de haver um ou outro Ministério que tem cortes de 10%.

O Orçamento do Ministério da Defesa não sei se teve cortes ou se teve aumentos. Devia ter tido aumentos pelas declarações feitas antes do orçamento.

Sr. Deputado Duarte Freitas, se acrescentar ao valor do investimento que está previsto para 2003 o empréstimo que nós estávamos a contar contrair para financiamento do nosso Orçamento, vai chegar à conclusão que o Plano de Investimentos com este montante representaria 32,5% das despesas totais, um crescimento superior ao do passado.

Por outro lado, Sr. Deputado, “gordura” nos orçamentos era o que havia antes.

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): *Muito bem!*



O Orador: Nós temos aqui despesas correntes de 90 a 96 e temos uma taxa de crescimento médio de 13,6%. De 97 a 2003, já com estas que aqui estão, temos um crescimento de 7,8%.

Nós temos aqui despesas com aquisições de bens correntes e de capital: entre 90 e 96 nós tínhamos taxas de crescimento anuais de 9,6% e de 97 a 2003 passa-se para 3,6%.

Os senhores também têm aqui, por exemplo, despesas com pessoal: 16,1% em taxas de crescimento de 90 a 96 e de 97 a 2003 temos 8,2%.

Isto demonstra, Sr. Deputado, que este Governo, desde que tomou posse em 1997, está a fazer todos os possíveis para introduzir factores de racionalidade na Administração Pública Regional sem despedir pessoal, mas antes promovendo a sua formação por forma a que, com o mesmo número de postos de trabalho, se consiga mais produtividade e mais trabalho no Governo Regional.

Vozes dos Deputados da bancada PS e dos Membros do Governo:
Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Cabral Vieira.

Deputado Cabral Vieira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Duarte Freitas:

O senhor continua a tentar confundir no que se refere ao PIDDAC. Cismou com isso e continua a tentar iludir a opinião pública relativamente a isso.

Relativamente aos investimentos da Administração Central na Região, há um conjunto bastante volumoso que vem do passado, como tribunais e esquadras de polícia.



Relativamente ao Mapa 18, eu não sei como é que o Sr. Deputado tem coragem de vir falar nessa pequena rubrica, comparando-a com a Madeira.

Então um partido que em 2002 transferiu zero para o sismo...

Deputado Victor Cruz (PSD): Isso foi o PS?!

O Orador: O PS não. O PS tinha lá os quadros.

(Apartes inaudíveis entre os Deputados das bancadas do PS e do PSD)

O Orador: ... que recusou a transferência, em 2002, de 20 milhões de euros e coloca 17 milhões de euros para 2003, ainda tem coragem de vir dizer que os Açores são positivamente discriminados em relação à Madeira?

É muito fácil. Eu não digo para retirar os 4 milhões que não foram transferidos. Digo apenas para retirar os 17,5 que servem para atender a um caso muito específico (uma calamidade) e vai ver que os Açores nesse pequeno montante do quadro 18 são discriminados relativamente à Madeira, ainda que marginalmente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Tenho pena de gastar do meu tempo para repetir algo que é evidente. Eu vou fazer chegar uma cópia de alguns mapas do Orçamento de Estado ao Sr. Deputado Cabral Vieira.

O senhor sabe muito bem que no que se refere ao Mapa 18, que tem inscrito uma verba de 41 mas que vai passar para 44 porque vai haver uma proposta de alteração para incluir todas as verbas, essas verbas saem do



PIDDAC, mas vêm para a Região Autónoma dos Açores por transferência. Elas entram na rubrica de transferências do Orçamento de Estado.

É pena que nos anos anteriores do Governo Socialista nunca houve essa transferência. Vamos comparar e para chegarmos a conclusões relativamente a anos anteriores temos que procurar numa série de documentos. Era tudo feito com base em compadrios e não saiam para a rua.

Este Orçamento de 2003 põe em evidência uma questão: se os senhores colocam do lado das receitas, neste ano de 2003, a verba que vem do Orçamento de Estado para a reconstrução e colocam a verba que vão obter pela receita ao lado da despesa, no Plano, para a reconstrução, se houvesse mesmo verba para vir o ano passado, por que é que os senhores não colocaram-na lá? Podem-me dizer porquê?

Vão me dizer que estava combinado. Estava combinado como?

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*)

Estava no Orçamento rectificativo!

O Orador: Tem que estar nos documentos.

O Governo da República disse claramente que para 2003 vem “x” para a reconstrução.

Deputado Hernâni Jorge (*PS*): E para 2002?

O Orador: Os senhores colocam do lado das receitas e colocam do lado da despesa.

O ano passado o vosso Governo não assumiu este compromisso por isso mesmo os senhores não puseram nem do lado da receita nem do lado da despesa e isto fica claramente provado aqui.

Vozes dos Deputados da bancada PSD: *Muito bem! Muito bem!*



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Devo dizer, Sr. Presidente, que ainda há muitas coisas por esclarecer acerca das suas afirmações e das suas informações no que se refere à solidariedade nacional, se veio “x”, “y” ou “z”.

Além de números desencontrados nos vossos documentos, quer do CPR, quer dos folhetos de campanha, há outros valores desencontrados que vão ter que ser claramente encontrados.

Para terminar, Sr. Secretário das Finanças, os 25% das despesas correntes que não são com o pessoal. Se desses 25% usasse apenas um quarto para aplicar no Plano de Investimentos, o senhor teria nesse Plano mais 6,5 milhões de contos do que tem actualmente.

Repito: o problema não está do lado das receitas até porque elas são sensivelmente o mesmo que o ano passado.

O problema está do lado da despesa e da tendência de engorda que este Governo tem para sustentar a máquina administrativa, mas pior do que isso, para sustentar alguma máquina política. Esse é o problema e está a penalizar o investimento da Região Autónoma dos Açores e dos açorianos.

Voices dos Deputados da bancada PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Duarte Freitas veio aqui falar do sismo. É uma problemática interessante e certamente será analisada mais à frente



aquando da intervenção do Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Já que se falou neste assunto, na minha opinião, parece-me complicado virem aqui dizer, como se fosse uma grande coisa, que têm incluída uma verba para transferir em 2003 e que há transparência na atribuição dessa verba.

É óptimo que seja transparente, porque assim todos nós ficamos a saber que apenas vão transferir os 17,5 milhões de euros sem terem transferido nada em 2002 como deviam ter feito.

Deputado Duarte Freitas (PSD): A senhora é que aprovou o Orçamento do ano passado!

A Oradora: O senhor sabe muito bem que o Orçamento do ano passado pode ser alterado. Se há um aumento da receita prevista, vem-se aqui e altera-se o Orçamento. O assunto fica resolvido.

Qual o problema em relação a essa questão?

Ela não traz nenhum problema em relação a esta Assembleia nem ao Governo fazer uma proposta desse tipo. Interessava é que tivesse vindo essa verba. Se ela tivesse vindo nós teríamos procedido devidamente para sua entrada.

Obrigada.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Ainda vamos ter mais surpresas!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Cabral Vieira.

Deputado Cabral Vieira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Duarte Freitas:

Relativamente à verba dos 41,6 milhões de euros, de facto ela está incluída nesse quadro, mas serve um pouco para confundir as pessoas.



O que pode constituir alguma novidade – se olharmos para o passado, nem constitui nenhuma novidade – e que pode ter algum efeito no Orçamento da Região, é a verba dos 17,5 milhões de euros para o sismo, porque o resto penso que serão transferências no âmbito do Instituto Nacional de Desporto, do Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial da Justiça e outras mais. Penso que aí também se inclui as verbas que são consideradas como transferências mas que resultam do mérito de projectos regionais (dinheiro da Região) apoiados no âmbito do POE. Penso que é um bocado abusivo dizer que há mais essas transferências.

De facto, um conjunto delas já eram transferidas normalmente no passado e essas do POE são dinheiro da região e resultam do mérito dos projectos que foram apresentados pela mesma.

De facto, a única rubrica, desses 41,6 milhões, que tem alguma influência no Orçamento Regional, vai ser efectivamente os 17,5 milhões de euros para a reconstrução.

Não se esqueça em que 2002 veio zero e 17,5 milhões é inferior àquilo que vinha a ser transferido pelo Governo anterior e que se situava nos 20 milhões de euros.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Roberto Amaral): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Um esclarecimento muito breve.

Sr. Deputado Duarte Freitas, a solidariedade do Governo da República manifestada em 1998 e 1999 também não foi orçamentada.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Nós não tínhamos inscrito no Orçamento em 1998 a verba de 3 milhões e meio de contos; nós não tínhamos inscrito no Orçamento de 1999 a verba de 5 milhões de contos, ou seja, 30 milhões de euros que recebemos do Governo da República.

Se se tivesse verificado a transferência dos 20 milhões de contos, nós teríamos também cabimento para a receber e com certeza também teríamos uma aplicação para lhe dar no fim a que ela tinha sido destinada.

Respondendo directamente a uma pergunta do Sr. Deputado Duarte Freitas sobre os 25%, que não pessoal (mais de 75% é para pessoal) se se poderia tirar alguma parcela para aumentar em investimento, eu digo que sim.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Nós achamos que se podia!

O Orador: Pergunto-lhe: desses 25% sabe o que é que está lá incluído?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Assessores, adjuntos, fotógrafos, chefes de gabinete...

O Orador: Eu vou começar por lhe indicar:

1º - Juros da dívida.

O Sr. Deputado quer deixar de pagar os juros da dívida da Região?

Neste momento estamos a pagar poucos juros, comparativamente com o passado.

Entre 97 e 2003, os juros desceram 0,2%.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Desceram para todos!

O Orador: Antes subiam 33,3%, por causa da dívida que passou para a responsabilidade do Governo da República. Nós ainda temos juros para pagar e não podemos cortá-los.

2º - Transferências para Fundos e Serviços Autónomos.



O Sr. Deputado quer cortar nas Transferências para Fundos e Serviços Autónomos de verbas que têm, necessariamente, que passar para o Orçamento?

3º - Complementos de Pensão

Será que Sr. Deputado quer cortar nos complementos de pensão?

Duvido, Sr. Deputado.

Isto para que todos tenhamos a consciência que não vale a pena fazer demagogia com números.

O Orçamento que nos foi presente já contém um esforço muito grande de contenção de despesas e pouco mais poderá ser feito ou mesmo nada poderá ser feito.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Só para vincar de novo que são 26,3 milhões de contos para além daquilo que há de despesas com pessoal que completam as despesas correntes.

Continuamos a achar que nessa verba, tal tem sido o crescimento do ano passado para este ano das despesas correntes, que certamente poderia haver um esforço maior de contenção, alguma “dieta”, para que se pudesse aplicar essas verbas no investimento.

Não temos qualquer dúvida em relação a esta questão e vamos continuar a vincá-la e a prová-la.

Em segundo lugar, gostaria de lhe dizer, Sr. Secretário, que não é verdade que nos orçamentos anteriores não tivesse do lado das receitas as verbas que vieram do Orçamento de Estado para a reconstrução.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O senhor pegue nos Orçamentos Regionais de 99 e de 2001 e encontrará lá essas verbas.

Pegue na Conta de 99 e no Parecer do Tribunal de Contas e encontrará também. Por aí os senhores não têm razão.

Os senhores colocaram quando entenderam que deviam colocar e quando entenderam que iam receber.

Em 2002 não colocaram nem nas receitas nem nas despesas, porque não estavam a contar certamente que viesse, porque nos anos em que estavam, nomeadamente nos Orçamentos de 99 e de 2001, encontramos as verbas.

Muito obrigado.

Voices dos Deputados da bancada PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Presidente do Governo Regional dos Açores.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Apenas para salientar aquilo que o Sr. Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento já muito bem evidenciou nesta Assembleia.

O Governo Regional dos Açores contava, honestamente, com a contribuição do Governo da República neste ano de 2002 para reforçar, em termos de solidariedade nacional, as verbas destinadas à reconstrução.

Tanto contava que manteve essa negociação, intensificou-a, particularmente quando o Governo da República já se encontrava nos seus últimos dias de mandato. Foi nesses últimos dias que o Governo da República elaborou o despacho, que os senhores conhecem, de



transferência de 4 milhões de contos e que foi considerado ilegal pelo Governo da República que se sucedeu.

Esse dinheiro era algo com que contávamos, era algo que pensávamos que o Governo da República nos ia prestar em termos de solidariedade este ano, que precisávamos e era necessário para o andamento adequado da reconstrução na perspectiva que tínhamos e que ainda gostamos de acalantar de ser possível concluir o essencial da reconstrução até ao final do ano de 2004. Não existam dúvidas sobre essa matéria.

As contribuições que já vieram a diverso título do Governo da República para nos ajudar em processos de calamidades, já tiveram origem em inúmeras fontes de financiamento, desde fundos comunitários, a fundos provenientes de encargos gerais da nação, a fundos provenientes da dotação provisional, a fundos provenientes do Instituto Nacional de Habitação, ora uma vez, ora outra, consoante as disponibilidades que o Governo da República, em cada ano, melhor encontrou.

Assim, continuávamos à espera, sinceramente, dessa perspectiva, tão sinceramente que o Governo não hesitou em fazer despacho, embora nos últimos dias do seu mandato.

A questão que se colocou foi manifestamente esta: o actual Governo da República considerou essa forma de transferência, tendo em consideração a entidade originária de onde viriam esses fundos, ilegal, por falta de cobertura orçamental – alegou – do Instituto Nacional de Habitação.

Aquilo que competiria ao Governo da República era achar outra forma que entendesse legal e adequada para a prestação dessa solidariedade.

Esses 4 milhões de contos – e dizemos 1000 vezes – não era nada que afectasse com gravidade as contas do Estado relativas ao ano em curso,



porque representavam um agravamento do défice na ordem dos décimos percentuais. É isto que está em causa.

É escusado iludir nessa matéria. Todos sabemos que o Governo da República não quis dar este ano esses 4 milhões de contos e estabeleceu um programa que é, efectivamente, um programa de solidariedade que permitirá, segundo diz, ocorrer a 60% dos gastos de hoje em diante para a conclusão desse processo, mas que tem como consequência evidente os atrasos que se estão a verificar, em relação à execução que já estava prevista e que não foi possível travar no ano de 2002, originando atrasos de pagamentos, cancelamentos de empreitadas e um prolongamento dessa obra de reconstrução de 2004, pelo menos, para 2006.

Eu penso que esta matéria, do meu ponto de vista, está esgotada em relação ao Governo da República nos dar ou não uma transferência directa.

O que hoje estamos a procurar discutir com o Governo da República sobre a reconstrução, é se vale a pena ou não o nosso País, o Estado-Membro, Portugal, apresentar junto da Comissão Europeia uma proposta de endividamento extraordinário da Região Autónoma dos Açores, ao abrigo de disposições do Tratado, que já fizemos saber quer junto do Comissário Peter Solbes quer junto da Sra. Ministra das Finanças, que não contribua para o agravamento do défice do nosso país.

Se o Governo da República não tomar essa iniciativa perante a Comissão Europeia, não está a ter connosco uma relação leal, porque não está apenas a basear a sua omissão numa suposta impossibilidade de nos dar dinheiro, numa suposta impossibilidade de contrair um empréstimo por via do défice, está apenas a assentar essa falta de solidariedade numa omissão intencional que visa não municiar o orçamento regional com os recursos necessários a uma conclusão mais rápida do processo da reconstrução.



Presidente: Sr. Presidente, agradecia que terminasse.

O Orador: É isso que há hoje a dizer sobre o processo da reconstrução.

Eu, pela minha parte, não vou passar o resto da vida a me ocupar do Governo da República, porque felizmente temos que fazer e temos feito muito, e bem, e faremos melhor, no futuro, para uns Açores melhor, para uma Região onde se viva melhor e para ter mais prestígio dentro do nosso país e dentro do Continente Europeu onde nos inserimos.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo:

Congratulamo-nos com essa sua nova postura.

De facto, V. Exa. finalmente olhou para a programação do Plano a Médio Prazo, onde se dizia:

“Financiamento Nacional:

2003 – 0

2004 – 0.”

Hoje, vendo que em vez do zero existem uns milhões de transferência por parte do Governo República para a reconstrução, V. Exa. já percebeu que em vez de zero ter uns milhões, é bem melhor do que aquilo que estava.

Sobre a questão do endividamento para 2002, dir-lhe-ei que o Grupo Parlamentar do CDS/PP, a seu tempo, também dirá qualquer coisa sobre isso, aliás, para surpresa de V. Exa..



Gostaria de lhe dizer que não é o endividamento zero que é o único responsável por isso.

Para não dizer que só faço citações daquilo que disse no passado, farei agora outras citações de alguém que alertava (Deputado Renato Leal), aquando da discussão do Plano a Médio Prazo 2001/2004, para o seguinte:

“Na semana passada teve-se conhecimento que o Orçamento inicialmente previsto para estas intervenções, tinha disparado para o dobro”.

Passo a ler a resposta que teve o Sr. Secretário José Contente para esta matéria:

“Já não há erros. Agora o Governo já fez o estudo do número e das condições sócio-económicas dos agregados.”

Portanto, as previsões que aqui estavam eram previsões já com estudos, eram previsões já feitas.

O que vem dizer é que tudo decorre do erro de V. Exa. e aquilo que vamos dizer aqui é que os sinistrados não têm culpa do erro de Vs. Exas..

Foi por compreender que os sinistrados não têm culpa desses erros, dessas más previsões, que o Governo da República, apesar de saber que aquando do vosso Governo a previsão era de zero em 2003 e em 2004, mesmo assim, vai transferir os milhões de euros que vai fazer.

Permitam-me também que diga, Sr. Presidente, ao Sr. Secretário das Finanças sobre aquilo que são as propostas demagógicas ou não, sobre aquilo que são as reduções da despesa. Nós já dissemos quais eram as nossas propostas, já falamos de privatizações, já falamos de investimento, já falamos de outras questões.

Vou-lhe dizer por exemplo o que era a redução da despesa numa proposta demagógica, por acaso pelo Sr. Presidente do Governo Regional, ou Deputado Carlos César, já citado:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

“1- Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 1995 – proposta de alteração:

Redução substancial dos gastos correntes com avenças, gratificações, horas extraordinárias, deslocações, ajudas de custo no país e no estrangeiro, publicidade e propaganda, aquisição de viaturas, mobiliário e objecto de decoração.”

Será isso demagógico?

Não. Vou concretizar para se ver:

“2- O Governo Regional deverá fazer cessar, progressivamente, durante 1995, todas as avenças de consultadoria técnica, económica, jurídica e outras.

3- Os titulares de cargos políticos, funcionários e agentes da Administração Regional que se desloquem a serviço oficial no País e no estrangeiro, devem, por regra, utilizar os esquemas tarifários mais baratos” – presumo, camioneta.

“ 4- As aquisições de mobiliário, objectos de decoração devem ser restringidas à satisfação de compromissos anteriormente assumidos.

5 – A publicidade através de anúncios deve ser reduzida às publicações obrigatórias”, etc., etc., etc..

Essas eram as propostas que o Partido Socialista fazia em 1995.

Essas são a prova de que Vs. Exas. não estão a fazer nada daquilo para que foram eleitos em 1996.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do PP)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.



Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu penso que foi importante este debate, em que abordámos as questões da reconstrução à “lupa” das novas propostas de Orçamento e de Plano para 2003 e também do Plano a Médio Prazo.

Para além do que eu trouxe a esta Casa relativamente ao que estava no Orçamento de 99, ao que estava no Orçamento de 2001 e ao que não estava no Orçamento de 2002, nem na receita, nem na despesa, o que comprova que os senhores não estavam a contar receber nada, vemos que no Plano para 2002 temos a verba que, antes de se saber ao nível da anteproposta de Plano, não estava. Depois somaram os 3,5 milhões de contos quando se soube o que é que vinha em 2002, provando que para se poder executar aquela verba ela tem que estar do lado da despesa e do lado da receita, nem sequer cheguei tão longe, como acrescentou o Sr. Deputado Paulo Gusmão, de ver as fontes de financiamento das despesas do Plano. Essa é a questão essencial.

Outra questão essencial é vermos que no Plano a Médio Prazo estava determinado um valor que nunca foi negado e quando apareceu o novo Governo da República apareceu de repente um valor completamente diferente e foi aproveitado muitas vezes para fazer chantagem com este Governo da República num percurso político que o Sr. Presidente do Governo agora está a tentar recuar.

Aquilo que já afirmou e a “guerra” que já fez ao Governo da República, mantém-se e está no ouvido dos açorianos.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Roberto Amaral): Não foi guerra. Foi a defesa dos interesses dos açorianos!



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O Orador: Os açorianos têm que começar a perceber que não estava no Plano. Os senhores não previram nem no Plano a Médio Prazo nem no Plano para 2002 qualquer verba a mais para a reconstrução do que aquela que lá estava.

Agora com clareza, tanto o Governo Regional como o Governo da República sabem o que é que vai vir e inscrevem nos Orçamentos as verbas que vão ser utilizadas. É assim que tem que ser e que vai ser, só é pena é que até aqui tenha havido tanta “guerra” política desnecessária e que em nada beneficiou os nossos sinistrados.

Em relação aos endividamento da União Europeia, devo-lhe dizer, Sr. Presidente, que se houver uma manifestação clara, inequívoca e credível das instâncias responsáveis por essa matéria de que tal endividamento não conta para o défice, nós estamos aqui para apoiar essa manifestação clara e inequívoca das devidas instâncias comunitárias para que possamos contribuir com esse endividamento.

Presidente: Srs. Deputados, eu não tenho mais nenhuma inscrição sobre esta intervenção.

Vamos suspender os nossos trabalhos durante 15 minutos.

(Eram 17 horas e 40 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

(Eram 18 horas e 05 minutos)

Informo que os tempos disponíveis são os seguintes:

Governo – 178 minutos



PS – 207 minutos

PSD – 143 minutos

PP – 30 minutos

PCP – 42 minutos

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Cabral Vieira.

Deputado Cabral Vieira (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O Plano e o Orçamento constituem documentos de grande importância para a economia regional, uma vez que reflectem grandes linhas de orientação e de intervenção do Governo na economia e na sociedade.

Estamos uma vez mais reunidos neste hemiciclo para discutir estes dois documentos para o ano de 2003, assim como uma reprogramação financeira do Plano de Médio Prazo 2001-2004, que resulta da alteração dos cenários económicos e financeiros prevalecentes aquando da sua aprovação em Abril de 2001 e do comportamento do Governo da República.

Nessa altura, a evolução global da economia internacional era francamente positiva. As economias do sudoeste asiático...

Deputado Paulo Gusmão (PP): E do Japão!

O Orador: ... recuperavam e os cenários eram favoráveis quer para a economia americana quer para a europeia. No que respeita à economia nacional, a mesma verificava, durante cerca de meia dúzia de anos consecutivos, um processo de crescimento acelerado e funcionava ao nível do pleno emprego, ou seja, da plena utilização dos recursos disponíveis.

Como se sabe, estes cenários alteraram-se significativamente, levando algumas organizações como a OCDE, o Fundo Monetário Internacional e a Comissão Europeia a rever as respectivas previsões. O abrandamento do



crescimento económico mundial é a nota dominante na maioria dos relatórios, havendo a acrescentar outros elementos como a estimativa do aumento do desemprego, particularmente na economia nacional.

Acresce a tudo isto, o facto de as relações financeiras entre a República e as Regiões Autónomas se terem alterado de forma significativa, com óbvios prejuízos para estas. Saliente-se, apenas a título de exemplo, a não transferência de qualquer montante para o processo de reconstrução ao longo do corrente ano – ao contrário que vinha a ser feito pelo anterior Governo – o impedimento da contracção de um empréstimo de 32,5 milhões de euros aprovados pela Assembleia da República, contrariando o que está estabelecido na lei e o que foi a intenção do legislador, assim como a fixação do endividamento zero às Regiões Autónomas, enquanto o Governo da República reserva para si um endividamento equivalente a 3.1% do Produto Interno Bruto estimado para esse ano.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A Proposta de Reprogramação Financeira apresentada pelo Governo Regional dos Açores a esta Assembleia aparece assim num contexto de alteração da envolvente externa da economia nacional, mantendo as grandes linhas de orientação estratégica para o investimento público consagradas no Plano de Médio Prazo e procurando manter o rumo de desenvolvimento económico e social em curso e os níveis de confiança dos agentes económicos e sociais.

Como se sabe, os planos não podem ser rígidos, na medida em que representam um conjunto opções estratégicas condicionadas à verificação de determinados cenários, na maioria das vezes determinados por factores exteriores à vontade do Governo. Também não são estáticos mas dinâmicos



e como tal passíveis de reprogramação, para fazer face a alterações nas condicionantes externas, como acontece no caso vertente.

A Proposta de Reprogramação agora apresentada, resulta em grande parte duma alteração de factores exteriores à Região, mas a que condicionam, e insere-se dentro da linha de orientação prosseguida pelo Governo Regional dos Açores de dar sinais correctos à sociedade e aos agentes económicos.

A promoção do crescimento económico e do bem-estar dos cidadãos deve estar presente em qualquer Plano. As propostas apresentadas pelo Governo Regional cumprem esta regra.

Como se sabe, o Produto Interno Bruto por habitante ascende na Região a cerca de 70% da média nacional. Tal diferença resulta essencialmente de dois factores: uma menor produtividade média do trabalho que se situa em cerca de 80% da média nacional e a uma menor taxa de participação no mercado de trabalho.

Assim sendo, o aumento da produtividade do trabalho, através da qualificação dos recursos humanos e da promoção da modernização dos processos produtivos, assim como a criação de novas oportunidades de trabalho com vista a aumentar a participação no mercado de trabalho, constituem factores decisivos para o processo de desenvolvimento dos Açores.

A importância destes elementos dinamizadores do crescimento foi entendida pelo Governo Regional dos Açores, desde o final de 1996, ou seja, desde a tomada de posse do primeiro Governo Socialista na Região. E a obra está à vista. De facto, a governação socialista já tem provas dadas e tem boas provas. Os socialistas já têm passado nos Açores e podem orgulhar-se dele. Podem hoje orgulhar-se de terem mudado e continuarem a mudar os Açores.



Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem!*

O Orador: A população empregada estagnou entre 1993 e 1996, ou seja, durante o último quadriénio da governação do Partido Social Democrata na Região. Nesse mesmo período, a população desempregada aumentou passando de cerca de 4500 para cerca 6000 indivíduos. A criação líquida de emprego nesse período foi nula ou até negativa. Entre 1996 e 2000, ou seja, durante o primeiro quadriénio da governação Socialista, foram criados em termos líquidos cerca de 9500 postos de trabalho. A população desempregada diminuiu em cerca de 3000 indivíduos.

E tudo isto foi possível apesar das intempéries e das calamidades naturais que assolaram os Açores e que exigiram e continuam a exigir a utilização de um montante significativo de recursos para repor o que foi destruído. E tudo isto foi possível com baixos níveis de endividamento anual e no quadro de um processo de estabilização financeira da Região na sequência dos desequilíbrios encontrados em 1996. Importa lembrar que só entre 1993 e 1995 o endividamento regional aumentou no montante de 324 milhões de euros, sem qualquer efeito visível sobre a estrutura produtiva que se deteriorou significativamente e sobre o mercado de trabalho.

Mas os Açores continuam a mudar. Continuam a mudar durante o segundo mandato da governação socialista. Em 2001, foram criados 3300 postos de trabalho. A actividade produtiva continua a expandir e diversificar-se e o turismo é um sector em franco crescimento na Região a avaliar quer pelos indicadores da oferta quer pelos indicadores da procura, o que sugere que o emprego continuará a crescer e, conseqüentemente, a Região a desenvolver-se.



Nada disto é fruto do acaso, mas resulta, sem dúvida, duma diferença significativa entre as duas formas de governar. Resulta da existência duma estratégia de desenvolvimento implementada pelo Partido Socialista.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A avaliação da governação não se mede pelos gastos, mas pelos resultados da mesma. E vive-se, hoje, nos Açores, uma situação muito diferente da encontrada em 1996. Nessa altura, como já tive oportunidade de referir, vivia-se uma verdadeira crise financeira, que resultou do facto do Governo Regional da responsabilidade do Partido Social Democrata ter gasto acima das suas possibilidades. Nessa altura vivia-se, nos Açores, muito pior do que se vive hoje.

Os Açores assistem actualmente, ao contrário do que se verifica no País, onde por razões sobejamente conhecidas, as expectativas dos agentes económicos foram escusadamente afrouxadas, um período de grande crescimento e de grande dinamismo e confiança dos investidores privados.

Somos, além disso, a Região com a menor taxa de desemprego, 2.2%, ou seja, funcionamos acima do pleno emprego. E muitos, muitos outros indicadores poderiam ser apresentados.

Deputado Manuel Arruda (PSD): A inflação, por exemplo!

O Orador: Os açorianos podem orgulhar-se daquilo que o Partido Socialista realizou desde 1996. Podem orgulhar-se também do que se pretende realizar até 2004 e posteriormente àquela data. Ao continuar a apostar em 2003 e em 2004 no aumento dos níveis de eficiência dos equipamentos e das infra-estruturas de desenvolvimento, na valorização e no aumento dos níveis de protecção da sociedade açoriana, na promoção da sustentabilidade do desenvolvimento e da qualidade de vida, no aumento da



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

eficiência da gestão pública e institucional e na recuperação dos efeitos das calamidades, este Governo prossegue com mérito a sua tarefa de desenvolvimento dos Açores.

Governar bem não é o mesmo que gastar muito. Governar bem é acima de tudo compreender as restrições, ainda que externas, e fazer uma utilização correcta e, portanto, eficiente dos recursos disponíveis. É saber fazer os ajustamentos necessários.

Estou certo que o Partido Socialista, a avaliar pela determinação, pelo rigor e pela transparência com que tem conduzido a governação dos Açores nos últimos anos, continuará a fazer com que esta Região progrida e continue a mudar. A avaliar pelo passado outra coisa não seria de esperar.

E espero que continue firme, como até agora, mantendo a posição de que não se pode gastar em cada momento mais do que o que está disponível.

Abdicar desta posição é regredir, é voltar a um passado que não deixou saudades aos açorianos, por mais que isto custe e cause nervosismo e inquietação a alguns partidos da oposição.

Disse!

Deputado Vasco Cordeiro (PS) e Secretário Regional das Finanças Planeamento (Roberto Amaral): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O meu esclarecimento é apenas para fazer uma lembrança ao Sr. Deputado Cabral Vieira que me parece, com todo o respeito, está a sofrer de algum amnésia política.

O Sr. Deputado diz que se orgulha do que o PS fez desde 1996.

Importa lembrar aqui que em Junho de 2000, dois meses antes da entrega das listas para as últimas eleições regionais, o Sr. Deputado Cabral Vieira, numa conferência de imprensa dos TSD – e está aqui a fotografia – mostrava uma cartolina vermelha ao Governo Regional, exactamente porque na economia vislumbravam-se graves sinais de preocupação pela falta de medidas políticas estruturantes que o Governo Regional não soube implementar.

Era apenas para lhe lembrar este pequeno pormenor.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Cabral Vieira.

Deputado Cabral Vieira (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros, Sr. Deputado Joaquim Machado:

É mentira. Eu nunca disse isso. Essas palavras não são minhas.

Eu fui convidado pelos TSD, como académico, para fazer uma conferência sobre o futuro do emprego e o mercado de trabalho, em geral.

Por acaso, nessa mesma conferência, houve um aproveitamento político da parte do PSD. Aquilo que era para ser uma conferência académica, em geral, teve um fecho por alguém do PSD que aproveitou a minha presença na mesa e proferiu essas palavras.

Eu nunca proferi essas palavras.

Eu falei sobre a educação em geral e sua importância para o desenvolvimento dos Açores. Nessa conferência, eu não fui um académico como fui em muitas outras, até mesmo na Nova Autonomia. Eu fui



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

convidado a ir a essa conferência e eu nunca recusei a ir a nenhuma organização.

Não esperava que nessa altura os TSD tivessem utilizado a oportunidade para tirar uma fotografia.

A minha conferência foi feita da parte da manhã e essa fotografia foi tirada do lado da tarde, quando pediram para eu estar na mesa. Não me foi dito que era feita qualquer isenção política.

Nessa altura, Sr. Deputado, eu não estava habituado a nada disso.

Foi uma trapalhada da vossa parte e foi um abuso da sua parte vir para aqui com isso.

Sr. Deputado, eu esperava muito mais de si. A partir de hoje não espero mais do que isso.

Muito obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para prestar um esclarecimento.

Não ficava mal ao Sr. Deputado Cabral Vieira reconhecer que tinha mudado de opinião política ao longo do tempo.

Deputado Cabral Vieira (PS): Eu não disse nada disso!

O Orador: O que é um facto indesmentível, porque foi registado para a posteridade, é que o Sr. Deputado participou neste seminário, está aqui e a



conclusão deste seminário foi exactamente “um cartão vermelho” quando, aliás, o senhor ainda era militante do Partido Social Democrata.

Se reconhecesse aqui que tinha mudado de opinião, não havia qualquer problema.

Deputado Francisco Barros (PS): Estalinismo militante!

Deputado Cabral Vieira (PS): Tenho direito a participar e na próxima semana vou participar em mais 3!

O Orador: Eu quando erro também reconheço.

O senhor, infelizmente, não é capaz de fazê-lo.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para, em nome do Grupo Parlamentar do PS, repudiar por completo e nos termos o mais veemente possível, esta tentativa de baixa política do Sr. Deputado do Grupo Parlamentar do PSD.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Baixa política?!

O Orador: Esta estratégia que o Sr. Deputado Joaquim Machado pretendeu armar aqui, dá bem nota do desespero com que o Partido Social Democrata se apresenta neste debate.

Em relação a isto é necessário clarificar as coisas, pelo menos na nossa perspectiva.

O Sr. Deputado Joaquim Machado levantou-se todo satisfeito como quem diz “agora é que eu te apanhei!”.

Sr. Deputado Joaquim Machado, se por acaso o Sr. Deputado Cabral Vieira não tivesse agido nos termos em que ele acabou de expor, o senhor devia ter tido a lucidez para nem sequer se levantar a falar nisso, porque devia ter



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

pensado que se as coisas fossem ou tivessem sido como o senhor disse, isso só provava que, apesar de toda essa postura, houve muitos social democratas que viram no Governo do PS melhor alternativa para governar os Açores do que no seu próprio partido.

Se fosse verdade aquilo que o senhor disse, coisa que não é, conforme e muito bem foi explicado pelo Sr. Deputado Cabral Vieira, devia ter tido a lucidez suficiente para nem sequer levantar isso.

O Partido Socialista e o nosso Grupo Parlamentar está aberto a críticas, está aberto a todas as opiniões. Não verá certamente da nossa parte essa postura mesquinha, e conforme era dito aqui há bocadinho, estalinismo militante e serôdio, de querer acusar aquilo que outros disseram ou fizeram em tempos.

Se os senhores querem discutir o futuro dos Açores, se querem discutir este Plano e Orçamento, estamos aqui para isso.

Esta minha intervenção serve também para alertar o senhor, em particular, e o Grupo Parlamentar do PSD, em geral, que por aí não vamos.

Se querem discutir seriamente as propostas que estão em cima da mesa, muito bem.

Política mesquinha, não contem connosco.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, eu recordo que estamos a discutir o Plano e o Orçamento.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

A Mesa vai tomar alguma cautela para não se divergir para outras polémicas que não seja aquilo que nos traz aqui.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Se o Grupo Parlamentar do PS atendesse a esta recomendação que acabou de deixar o Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, o Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista não tinha feito a intervenção que fez, essa sim, de todo descabida neste debate do Plano e Orçamento.

O que o Deputado Joaquim Machado se limitou a fazer, na sequência da intervenção do Deputado Cabral Vieira, foi demonstrar com uma notícia até hoje não desmentida, anteriores declarações do Sr. Deputado Cabral Vieira.

Deputado Cabral Vieira (PS): O senhor estava lá e sabe que eu não disse aquilo!

O Orador: O debate esteve sempre elevado, mesmo com a intervenção do Deputado Joaquim Machado.

A partir do momento em que com epítetos constantes, o Partido Socialista resolveu atacar o PSD, o debate baixou de nível, Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Pela nossa parte esta matéria está encerrada.

Quanto à intervenção do Deputado Joaquim Machado, apenas um esclarecimento:

A notícia do jornal desmentia parte das declarações que, numa eventual mudança de opinião, o Deputado Cabral Vieira emitiu neste Parlamento. A notícia do jornal até hoje não foi desmentida.



Penso que agora era conveniente retomar o debate do Plano e do Orçamento e fazer dispensar outro tipo de intervenção, como aquela que teve o Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Muito obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Srs. Deputados, vamos voltar ao essencial do nosso debate.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O ano passado aprovámos o Plano de Médio Prazo e o Plano e o Orçamento para 2001.

Ainda em 2001 aprovámos o Plano e Orçamento para 2002.

Se é certo que vivemos um período conturbado na economia internacional, é também certo que tal não surgiu de repente e não foram apenas os acontecimentos do 11 de Setembro que precipitaram a economia mundial para um período de contracção.

Os que advogavam o fim dos ciclos económicos com o advento da nova economia, vêem agora a sua teorização posta em causa, tanto quanto à evolução cíclica da economia, como em relação à própria substância da apelidada nova economia.

Outros, que parecem querer provar que os Açores vivem num oásis intocável, sem qualquer interdependência com o ambiente externo, baseando as suas afirmações em estatísticas, muitas delas sem credibilidade ou, pelo menos, sem qualquer validação ou certificação, devem estar tão alheados da realidade como aqueles que recentemente levaram Portugal à crise orçamental que se conhece.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:



A primeira condição para curar uma doença ou impedir que ela se agrave é ter a consciência de que se está doente.

Depois é preciso lutar para parar a doença e promover a cura, mesmo que tal suscite no imediato algum sacrifício.

Os sintomas da doença estão à vista.

O Orçamento de 2001, aprovado em Abril do ano passado, sofreu uma cativação de 10% quatro meses depois.

Findo o ano de 2001, apurou-se que o Orçamento teve uma percentagem de não execução que ascendeu a mais de 14%, atingindo um valor recorde desde, pelo menos, 1991.

Também o Plano de 2001 teve um corte de quase 25% – o segundo maior corte da última década – representando uma quebra no investimento face ao previsto de cerca 14 milhões de contos.

Mas os problemas não vêm apenas de 2001.

Analisando os Orçamentos, os Planos e as suas respectivas execuções desde o início do consulado socialista, detecta-se 1999 como o ano da viragem.

De facto, até aí, constata-se que, tanto no valor do planeado como no executado, as prestações das finanças públicas regionais tinham indicadores mais saudáveis.

Até 1999, os valores, a preços correntes, dos Orçamentos e Planos foram subindo, mas em 99 para o Plano e em 2000 para o Orçamento, verifica-se a viragem. Viragem que é mais notória e grave na medida em que, para além de valores absolutos decrescentes quanto ao planeado, a curva descendente é ainda mais acentuada quanto ao executado.

Por exemplo, em relação aos investimentos do Plano, a sua execução atingiu, em 1999 - 49 milhões de contos, em 2000 - 45,8 milhões de contos e em 2001 - 40,9 milhões de contos, o que nos dá, mesmo a preços correntes, uma visão do preocupante trajecto do investimento público na Região.



Se, por outro lado, analisarmos a preços constantes de 1997, verificamos que a proposta de Plano para 2003 - 35,28 milhões de contos já é menor que o Plano de 1997 - 37,18 milhões de contos.

Outra evidência das dificuldades porque passam as finanças públicas regionais detecta-se pela expressão crescente da dívida administrativa a 31 de Dezembro de cada ano, passando de 12,3 milhões de contos em 99, para 16,6 milhões em 2000, tendo atingido, segundo as próprias informações do Governo, a quantia de 18 milhões de contos em 2001, mesmo depois de saneados os 12 milhões de contos da dívida saúde.

Mas poderíamos ainda falar do progressivo aparecimento de engenharias financeiras, desde o factoring aos seus congéneres, até aos pedidos de dilação de facturações, alguns para mais de 2 anos depois das obras feitas.

Ninguém conseguiu ainda saber – e seria bom conhecê-lo aqui – qual o montante do Orçamento de 2002 que foi utilizado para pagar dívidas de 2001 e qual a percentagem do orçamento de 2003 que se prevê vir a ser utilizada para sanear 2002.

Temos portanto identificados alguns sintomas da doença que afecta as finanças públicas regionais, mas falta conhecer a origem do mal que se agravou a partir de 1999.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Uma das razões principais desta doença das finanças regionais tem a ver com a tendência, quase genética, para a obesidade desta governação.

Pode confirmar-se essa tendência pela análise da evolução do peso das Despesas Correntes e do Plano de Investimentos.

Enquanto as despesas de investimento do Plano têm vindo a decrescer percentualmente em relação ao Orçamento, as Despesas Correntes têm um trajecto inverso, com uma continuada subida.



Desde 1997, o peso do Plano de Investimentos face ao Orçamento (excluindo as Contas de Ordem) foi, segundo as Contas da Região, em 1997, 31,8%, em 1998, 33,8%, em 1999, 38,6%, em 2000, 34,5%.

Segundo os dados orçamentais, em 2001 e 2002, foram, respectivamente, de 33,62% (2001), 32,94% (2002)

Agora, as despesas de Investimento do Plano proposto para 2003 representam apenas 28,37% do Orçamento.

Quanto às Despesas Correntes, estas registam um aumento continuado face ao Orçamento, aumento mais notório a partir de 2001.

Em 1997, as Despesas Correntes representaram 64,1% do Orçamento, em 1998, representaram 64,6%, em 1999, 58,9%, em 2000, 64,8%, em 2001, 58,22%, em 2002, segundo o Orçamento, 66,35%, atingindo um peso recorde de 70,96% na actual proposta de Orçamento.

De realçar ainda a agravante de, face aos históricos, o Plano de Investimentos ser sempre prejudicado nas execuções em favor de melhores execuções das Despesas Correntes, o que poderá afectar os valores referidos a partir de 2001 que se referem somente ao orçamentado.

Em suma, pela primeira vez, desde o início do consulado socialista, as despesas do Plano de Investimentos estão abaixo dos 30% do Orçamento e, também pela primeira vez, as Despesas Correntes passam a fasquia histórica dos 70%.

Dito de outro modo, do Orçamento de 2002 para a proposta de Orçamento de 2003 temos um crescimento real a preços correntes de 6 milhões de contos nas Despesas Correntes, enquanto que as despesas do Plano de Investimentos decrescem quase 7 milhões de contos.

Para um Orçamento que praticamente se mantém, baixando apenas 0,8%, isto é, cerca de 1 milhão de contos, temos um Plano de Investimento que decresce 7 milhões e Despesas Correntes que crescem 6 milhões.



Certamente, à imagem do ano passado vai o Governo apelar aos números da globalidade do Investimento Público ou, como o seu Presidente gostava de apelar em meados de 2002, de “Investimento de Temática Pública”.

Mas mesmo este mostra a evidência inquestionável da decrescente evolução da globalidade do investimento público na medida em que, a soma do Plano, com os investimentos dos Fundos e Organismos Autónomos, com investimentos das Empresas Públicas ou de capital público e com Fundos Comunitários e Nacionais Extra-Plano, são inferiores se comparados com os mesmos agregados dos anos anteriores.

Na verdade, do Orçamento de 2002, para a proposta para 2003, o global de investimento público decresce 1,52 milhões de contos, passando de 80,7 milhões para 79,18 milhões de contos, o que representa uma quebra de 3% a preços correntes.

Já em 2002, relativamente a 2001, tínhamos assistido a um decréscimo deste agregado no valor, a preços correntes, de 5,54 milhões de contos, o que representou uma descida de 7%, traduzindo uma quebra de 86,24 para 80,7 milhões de contos.

Se analisarmos, a preços constantes de 2000, o investimento global para 2002 é menor do que o de 2001 e o de 2003, também a preços constantes de 2000, representa um decréscimo de 8% face a àquele mesmo ano.

Embora se verifique uma ligeira contracção das dotações globais do Orçamento, pode todavia concluir-se que o problema das finanças públicas regionais tem mais a ver com as opções na aplicação dos fundos do que com a origem destes.

E quanto mais restrições encontramos no lado das receitas, mais rigoroso e exigente deve ser o trabalho na afectação das despesas.



Não tem sido, como se provou, este o caminho das políticas financeiras deste Governo, que, quanto menos facilidades tem nas receitas, mais gasta em Despesas Correntes.

A tendência para a obesidade é tal que este Governo já não consegue fazer dieta.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

No ano passado, por altura da aprovação do Plano de Médio Prazo, o Senhor Presidente do Governo disse que os 226 milhões de contos do PMP correspondiam “ao maior investimento público de sempre feito nos Açores”, garantindo o Senhor Presidente, ainda no ano passado, que esse Plano era para cumprir.

Tal foi a euforia dos milhões que nenhum dos Deputados Socialistas se eximiu de repetir a ladainha dos maiores planos de sempre.

Acontece que, conforme já se descreveu, logo 4 meses depois da aprovação do PMP e do Plano para 2001, este sofreu uma cativação de 10% e teve uma execução que ficou abaixo do proposto em quase 14 milhões de contos, atingindo um corte global de perto de 25%.

O Plano de Médio Prazo, aprovado em Abril de 2001, previu para 2002 uma verba de 56 milhões de contos, mas, passados 7 meses da sua aprovação, o Governo, na proposta de Plano de 2002, apresentou à Assembleia um valor de 49,3 milhões de contos o que representou um corte de 12,1% face ao programado poucos meses antes.

Ainda não se conhecem os valores da execução desse Plano, mas pode estimar-se que, considerando uma perspectiva muito optimista, seja executado em 90% do proposto, o que em valor significaria um volume de investimento de 44,3 milhões de contos.

A ser assim, nesta perspectiva altamente optimista, nos anos de 2001 e de 2002, em função do proposto no PMP, ficariam globalmente por executar 25,3 milhões



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

de contos (PMP para 2001 = 54,5, para 2002 = 56 e Execução de 2001 = 40,9 e de 2002 = 44,3), o que representa, para os dois primeiros anos do PMP 2001/2004, uma quebra de quase 23% face ao planeado no passado ano.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Projectando uma quebra percentualmente idêntica (23%) para a legislatura, teríamos então uma execução de 174 milhões de contos do actual PMP, o que é sensivelmente o mesmo que o Governo agora prevê na sua proposta de reprogramação.

Pode concluir-se que este Plano a Médio Prazo, com ou sem novos Governos da República, com ou sem novas alterações de conjuntura, face ao seu próprio histórico, teria uma trajectória sensivelmente idêntica à reprogramação que o Governo agora propõe.

Dito de outra maneira, o histórico da execução do actual PMP prova que os problemas financeiros do Governo vêm de trás e não se agravaram com as condições difíceis que agora se vivem a nível nacional, fruto da pesada herança dos governos socialistas da República.

Até porque todos sabemos, e é publicamente reconhecido, que o Governo de Durão Barroso discriminou positivamente os Açores face às restrições nacionais e face à Madeira.

De resto, entre a anteproposta de reprogramação do PMP, distribuída aos parceiros sociais ainda antes do conhecimento do Orçamento de Estado, e a proposta de reprogramação do PMP que agora analisamos, não assistimos a nenhum decréscimo nos valores globais, antes pelo contrário, verifica-se que da anteproposta para a actual proposta há um crescimento global de cerca de 1,8 milhões de contos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:
Passemos agora à análise das receitas.



Preliminarmente, é importante clarificar o que consta do Orçamento de 2002, nomeadamente do seu artigo segundo.

O Orçamento Regional para 2002 que foi aprovado na ALRA no dia 16 de Novembro é anterior à aprovação do Orçamento de Estado (30 de Novembro), razão pela qual o seu articulado enferma de um erro na medida em que, o artigo 2º do Orçamento Regional previa uma receita por via de Transferências do Orçamento de Estado que este não assumiu na sua aprovação.

De facto, a verba de 28.763.315 euros (5,7 milhões de contos) que o artigo 2º do Decreto Legislativo Regional 2/2002/A previu no âmbito do nº 4 do artigo 5º da Lei de Finanças das Regiões Autónomas (Lei 13/98), acabou, em sede da discussão do Orçamento de Estado, por não ser considerada nas transferências, optando-se pela solução política de alterar o artigo 47º da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, acabando neste caso o Estado por assumir 6,5 milhões de contos da dívida regional.

Assim, a necessária conformidade entre o que prevê o Orçamento de Estado de Transferências para as Regiões Autónomas e o que prevê o Orçamento Regional de Transferências do Orçamento de Estado, obriga a considerar um acerto, visto que, em vez dos 230 milhões de euros de transferências do Orçamento de Estado só devem ser considerados, à luz do Orçamento de Estado, 202 milhões de euros, qualquer coisa como 40,4 milhões de contos.

Feita esta necessária correcção, podemos então passar à análise dos grandes grupos da receita e à sua evolução.

Em relação às Receitas Efectivas, podemos observar pelos documentos do Governo que este prevê um reforço em 2003 tanto das Receitas Próprias, que passam de 80 para 92 milhões de contos de 2002 para 2003, como das Transferências do Orçamento de Estado que passam de 40,4 em 2002, para 44



milhões de contos, em 2003, enquanto que as Transferências da União Europeia decrescem de 15 para 12,3 milhões de contos.

Destas projecções podemos ter apenas por seguras as Transferências do Orçamento de Estado, que sobem 10% face a 2002 (incluindo as verbas para a reconstrução) e cumprem a Lei de Finanças das Regiões Autónomas exactamente nos mesmos termos que aconteceu no passado, isto é, em função do anterior Orçamento de Estado, não considerando os Rectificativos, como sempre aconteceu, sem qualquer protesto anterior das autoridades regionais.

Estranha-se que, em relação às receitas fiscais, (86,6 milhões de contos) o Governo Regional estime o seu acréscimo face a 2002 no valor de 6 milhões de contos, o que representa uma subida de 8,2%, numa altura em que se reconhecem constrangimentos da economia nacional e internacional.

Em relação às Transferências da União Europeia registe-se que o Governo continua a prever a sua descida, passando de 2001 para 2002, respectivamente de 16 para 15 e no próximo Orçamento para 12,3 no próximo Orçamento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O PSD demonstrará ao longo deste debate as deficiências de previsão destes documentos e o que entende serem opções estratégicas erradas para o nosso futuro.

Como partido de alternativa, apontaremos caminhos diferentes.

A nossa grande preocupação prende-se com o futuro dos açorianos.

A inflação na Região ultrapassou os índices nacionais atingindo em Julho de 2002 o valor de 4%, enquanto que na Madeira foi 3,6% e no País 3,4%.

Temos o mais baixo índice de poder de compra do País, apenas 60,6% da média nacional.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Temos um PIB per capita cujo último valor validado e certificado, o do ano de 1999, representa 69,4% da média nacional, revelando uma estagnação desde 1995 e empurrando-nos para as últimas posições da União Europeia.

Temos de estar conscientes de que algo não vai bem nos Açores.

Temos uma dos mais baixos índices de produtividade da Europa.

Temos a segunda mais baixa taxa de actividade do País, só atrás do Alentejo que tem, no entanto, uma pirâmide etária mais envelhecida do que nós.

O trajecto das finanças públicas regionais, como se provou, tem vindo a deteriorar-se desde 1999/2000, com piores execuções orçamentais e com Planos cada vez mais penalizados.

Ano após ano, cresce o monstro da Despesa Corrente, que em 2003 comerá mais de 70% do Orçamento Regional.

Está na hora de perceber que há um novo caminho.

A negação das evidencias e o acumular de erros na gestão das finanças públicas nacionais levou Portugal a um pântano.

Todos estamos agora a pagar esses erros.

É tempo de aprendermos com eles e de ter esperança num novo modelo de exercer o poder, que tem também de revelar-se numa forma mais saudável de relacionamento com a sociedade civil e com todos os poderes institucionais.

Vai sendo tempo de inflectir uma tendência egoísta de exercer o poder.

A máquina administrativa da Região tem de estar ao serviço dos açorianos em vez de ser um fardo cada vez mais pesado para todos nós.

Na verdade, Sr. Presidente e Srs. Deputados, este Governo socialista quanto mais se queixa da falta de dinheiro, mais se propõe a gastar com o seu funcionamento.

Com poupança e eficiência seria possível fazer mais em favor dos açorianos, cortando na gordura da máquina governativa e apostando no músculo do investimento propiciador da criação de riqueza e bem estar.



Disse.

Voices dos Deputados da bancada do PSD e do PP: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do PP)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Cabral Vieira.

Deputado Cabral Vieira (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Devo confessar que por vezes, teve o mérito de me confundir.

O senhor umas vezes utiliza a preços de 2000 e depois apresenta contas a preços de 97. Em seguida, diz a mesma coisa repetindo com preços diferentes. Isso ajuda a confundir mas, do ponto de vista relativo, utilizar preços de 97 ou preços de 2000, é igual. Não apresenta qualquer diferença, apenas confunde. Daí que eu sugeria que em próximas intervenções o senhor utilizasse apenas um preço relativo a um ano. Posso dizer-lhe que há pouco, naqueles dados que lhe dei, utilizei apenas dados de 99.

Sr. Deputado, eu vou voltar ao período de 90 a 96, que é um período de queda permanente dos investimentos do Plano, onde há um aumento crescente do peso da despesa corrente no Orçamento.

O senhor sentia-se “gordo” ou “magro”?

Na altura, do ponto de vista de “vacas”, disse que era tempo de “vacas magras”

Sr. Deputado, sempre que há um ajustamento e dada a elasticidade de ajustamento da despesa, é normal que a despesa que se ajusta mais



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

rapidamente a curto prazo é a do Plano. Isto é assim nos Açores e é assim em todo o lado.

Gostava que o senhor visse o que é que se passou. Há uma queda contínua a partir de 90 que só é invertida a partir de 96. O senhor sabe o que é que aconteceu a partir de 96.

Neste momento, ao contrário do que o senhor tenta insinuar, verifica-se um ajustamento do lado da despesa. Houve uma reprogramação. Os grandes objectivos não estão causa. Isto é o que é possível fazer dentro de um determinado período de tempo.

Mesmo depois de 2004, tenho a certeza que este Governo continuará com as suas intenções.

Portanto, há um ajustamento do lado da despesa devido a restrições do lado da receita.

Essa restrição já foi discutida aqui. Ela surgiu em 91, em 2001 e surgiram novas restrições no decorrer do ano de 2002. Isso é inegável, Sr. Deputado. Quanto a factos não há argumentos.

Houve uma coisa que ficou no ar, Sr. Deputado, e que por razões lamentáveis acabou por não ser discutida, mas vai ao encontro daquilo que o senhor disse no fim da sua intervenção.

Diz que com poupança e eficiência é possível fazer mais e melhor em favor dos açorianos.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que concluísse.

O Orador: O Sr. Deputado sabe o que é eficiência do ponto de vista económico?

Há três conceitos, mas vou dar-lhe apenas um, que é o mais simples:

Eficiência do ponto de vista económico e financeiro é aplicar dinheiro e obter resultados.



Foi aquilo que aconteceu desde 1976 com efeitos claros sobre o mercado de emprego – veja os exemplos que dei há pouco – exactamente o contrário daquilo que aconteceu entre 90 e 96, onde houve um endividamento, mas o resultado disso sobre o mercado de empregado e sobre a produtividade foi praticamente nulo, não teve qualquer efeito.

Isso é ineficiência a contrastar com eficiência.

Talvez olhando para o contraste entre os dois perceba melhor o que é o conceito de eficiência.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

As expectativas criadas pelo Deputado Duarte Freitas fizeram elevar muito o grau de exigência relativamente à sua intervenção. Não fora isto, eu teria considerado uma intervenção normal, em defesa da sua dama (leia-se: em defesa do Governo da República).

Vs. Exas. estão neste caminho e não sou eu que vou dizer para mudarem de estratégia.

Nós estamos mais interessados em defender os interesses da Região Autónoma dos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Também já falou em várias taxas de crescimento dos planos, fazendo comparações com o passado.

As taxas que V. Exa. referiu estão correctas e vêm comprovar que de 97 até hoje as taxas são sempre superiores às do passado com níveis de investimento sempre superiores.



V. Exa. esqueceu-se de comparar, por exemplo, com o ano de 1992. Mesmo o ano mau de execução financeira, que foi 2001 – nós reconhecemos que foi um mau ano devido às circunstâncias já todos sobejamente conhecidas – é muito melhor do que o ano de 92, em que a taxa de execução do Plano foi de 67,39%. Esta bateu o recorde dos mínimos atingidos pelos orçamentos da Região desde que há autonomia.

Por outro lado, V. Exa. questionou, por duas ou três vezes, o porquê de nós dizermos que a Lei de Finanças Regionais não está a ser cumprida.

A Lei de Finanças Regionais não está a ser cumprida nas transferências do ano de 2002, porque entretanto houve um orçamento rectificativo...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Nos outros anos!

O Orador: Ouça até ao fim que depois vou chegar aos outros anos.

... onde a taxa de crescimento da despesa pública corrente passou de 6,1 para 14,2. Não foi por aumentá-la mais um ponto ou meio ponto percentual. Foi mais do que duplicar.

Daí que nós reivindicamos e neste sentido já foi feita uma carta ao Sr. Primeiro-Ministro pelo Sr. Presidente do Governo Regional precisamente a chamar a atenção para este facto e a dizer que vamos insistir, até ao limite das nossas possibilidades, pelo cumprimento integral da Lei de Finanças Regionais relativamente ao ano de 1992.

Vamos ao passado, porque está tão inquieto para saber do passado.

A Lei de Finanças das Regiões Autónomas aplica-se a partir de 1999, embora em 98 já tivessem sido feitas transferências como se a Lei já estivesse aplicada, mas não estava ainda em vigor, porque foi promulgada no dia 14 de Fevereiro de 1999.

Não obstante de ainda não haver Lei de Finanças Regionais e porque estávamos a negociar com o Governo da República os termos em que ia ser



fixada a Lei de Finanças Regionais, nós conseguimos que em 1998 a Lei de Finanças Regionais já fosse cumprida no capítulo das transferências.

Só a partir de 1999 é que temos Lei de Finanças Regionais a regular as transferências do Orçamento de Estado para a Região Autónoma dos Açores.

Em 1999 deveria ter havido um acerto, também positivo nas transferências, porque houve um orçamento rectificativo e deveríamos ter recebido, se o tivéssemos pedido – não o fizemos e já vai ver porquê – um acréscimo de 5,31 milhões de euros. Não pedimos porque conseguimos no âmbito da Lei de Finanças das Regiões Autónomas que fosse transferido para a Região Autónoma dos Açores o montante de 24 milhões 940 mil euros.

Depois de receber 24 milhões 940 mil euros, não íamos pedir mais 5.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Então não queriam a aplicação da Lei!

O Orador: Em 2000 não houve qualquer orçamento rectificativo. Em 2001 houve um orçamento rectificativo no Governo da República em baixa. Teríamos que devolver 4 milhões e 200 mil euros. Não tomámos a iniciativa dos devolver. Se nos tivessem pedido nós teríamos devolvido.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Isso são os vossos argumentos!

O Orador: Como a diferença são 14 milhões 580 mil euros em 2002, nós vamos pedir e vamos insistir por isso.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): De que lado é que os senhores estão? Eu não estou a perceber!

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Então a aplicação da lei anda às ondas!

O Orador: Se os senhores querem defender o Orçamento de Estado e o Governo da República, continuem.



Nós vamos continuar a defender os interesses dos açorianos, dos Açores e a reivindicar tudo aquilo que nos é devido.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Victor Cruz (PSD): A Lei aplica-se ou não se aplica? É uma negociação!

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Duarte Freitas trouxe-nos alguns indicadores que são importantes e devem ser analisados com cuidado.

Eu gostaria de trazer mais alguns, porque não basta falar de inflação. Temos que falar de taxa de desemprego, que é a mais baixa do país, do licenciamento de obras e do número de licenças concedidas que aumentou 14,5%, devemos falar nas construções para habitação que cresceu 26,9%, devemos falar na oferta de cimento que teve um aumento de 8,8% e podemos também falar nos indicadores do turismo com bastante relevância, porque são indicadores de um dinamismo muito importante na economia açoriana. Ao nível das dormidas apresentou uma taxa de variação homóloga, no segundo semestre deste ano, de 5,2% e o número de hóspedes cresceu 4,7%.

Para além disso, é também muito importante referir as receitas totais e as receitas por aposento que apresentaram um crescimento homólogo de 6,4% e de 9,9%.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Todos estes são indicadores de que a nossa economia está de boa saúde e recomenda-se. Não basta falar de uma parte. Temos que falar no todo.

Outro aspecto que gostaria de referir tem a ver com os valores que apresentou dos PMP's.

Eu continuo a entender que este PMP, mesmo após reprogramado, é o maior PMP de sempre.

Aliás, eu tenho aqui o valor de 89/92 que apresentava 505 milhões de euros e tenho o de 2001/2004 ...

Deputados Humberto Melo e Duarte Freitas (PSD): É sempre o maior!

A Oradora: Então não digam que é mais pequeno. Eu posso continuar a dizer que é o maior e estou a dizer a verdade.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

A Oradora: O que é um facto é que duplicou desde o último ano de Governo do Partido Social Democrata para o último quadriénio de Governo do Partido Socialista.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Em primeiro lugar, acabámos de ouvir, pela boca do Sr. Secretário Regional, que a exigência ou não do cumprimento da Lei de Finanças das Regiões Autónomas está dependente da cor política do Governo na República.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Roberto Amaral): Eu não disse nada disso!



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O Orador: Em segundo lugar, mesmo sem advogado, ouvindo os argumentos que o senhor expôs, se for com isso a Tribunal, a Região Autónoma vai passar por uma situação muito triste.

Em terceiro lugar, e muito rapidamente porque não tenho tempo.

Deputado Francisco Sousa (PS): Tem ainda 2 horas. Fale à vontade!

O Orador: Falaram várias vezes em 96.

Os senhores olhem-se no espelho. Pensem bem no trajecto de 90 a 96 e o que aconteceu a quem estava no Governo em 1996. Mirem-se no espelho e vejam a vossa trajectória que comprova que estamos em fim de ciclo deste Governo.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Luís Paulo Alves.

Deputado Luís Paulo Alves (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os senhores continuam a insistir num argumentar sobre as despesas correntes que me parece, no mínimo, estranho.

Se nós controlássemos as nossas fontes de financiamento, a percentagem das despesas correntes era muito menor no total do Orçamento. Os senhores não nos deixam controlá-las.

Toda a gente sabe e os senhores fazem por ignorá-lo, que qualquer economia em desenvolvimento só pode fazer crescer as suas despesas correntes. Não reconhecer isso é não perceber nada de como é que funciona os ciclos económicos nem os meios empresariais.



Isto funciona assim. Mais desenvolvimento, mais investimento, maiores gastos correntes.

A teorização de que as despesas correntes estão a aumentar e de que isso é uma catástrofe, não faz nenhum sentido nem tem nenhuma lógica.

Todos sabem que se houver 200 para financiamento e 100 para despesas correntes, há níveis de despesas correntes de 50, mas se só tiver 100 para financiamento e 100 de despesas correntes, tem 100 em despesas correntes. É muito simples. A relatividade com que abordam estas questões só tem a ver com uma coisa: diminuíram as fontes de financiamento público, logo tem que se aumentar a percentagem do financiamento para as despesas correntes.

Querer confundir as pessoas é que não vale a pena, porque isto é economia real a funcionar. O contrário é um malabarismo de números que não traz nada nem para aqui nem para os Açores.

Se os senhores não percebem isso, perguntem à Sra. Ministra das Finanças por que é que já cancelou todos os investimentos previstos até ao final do ano de 2002. Ela não quer subir nem quer aumentar o financiamento público, então só pode cortar nas despesas de investimento. Porquê? Porque, não pode fazer regredir automaticamente neste momento as despesas correntes, porque não se pode fazer isso.

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Cabral Vieira.



Deputado Cabral Vieira (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Duarte Freitas devia-se lisonjear pelo facto de eu estar aqui a intervir na sequência da sua intervenção, porque na sequência da minha sabe perfeitamente o que é que aconteceu.

Nós estamos aqui a discutir o Plano e o Orçamento e acho que a história ajuda a perceber um pouco o futuro.

Relativamente ao Plano de 1996, francamente, Sr. Deputado!

Quem é que esteve no Governo em 96?

O PS ganhou as eleições no final de 96, portanto, não vai responsabilizar o PS pelo que aconteceu no ano de 96.

Deputado Duarte Freitas (PSD): O senhor não percebeu o que eu disse!

O Orador: Eu se não percebi, não há problema. Eu conversei consigo depois e em seguida retiro o que disse.

Relativamente a 2001, os dados não deixam qualquer margem para dúvida.

O pior ano de execução orçamental do Governo do Partido Socialista, que foi do 2001, é uma pérola, é um ano dourado, digamos assim, comparado com a execução orçamental do Partido Social Democrata.

Eu vou repetir os números para o Sr. Deputado reflectir um pouco sobre eles:

A preços constantes de 99, o executado em 2001, excede o de 93 em 17,2%, excede o de 94 em 23,8%, excede o de 95 em 21,9% e o de 96 em 31,6%.

Sr. Deputado, acha que foi uma má execução?

Obviamente que ficou aquém daquilo que esperava, mas, apesar de tudo, continua a ser uma grande execução, pelo menos vista em termos relativos e de impacto económico.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

No passado gastava-se mas não havia qualquer impacto económico desses investimentos.

A partir de 96 veja o mercado de trabalho e veja, sobretudo, o dinamismo da actividade económica. A partir de 96 notamos o impacto económico dos investimentos. Antes não se via. Gastava-se mas não tinha qualquer impacto.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo.

Tenho estado a me interrogar sobre ao que é que viemos.

A ideia que tinha era de que o Governo Regional, o seu Presidente e o Partido Socialista, ao longo destas semanas e meses, andaram a preparar a opinião pública, os agentes económicos e as forças políticas para a situação dramática em que os Açores se encontravam.

Pensava que vínhamos debater um Plano e Orçamento em que o drama era, e julgo que é, os cortes significativos – nalguns casos eu diria até dramáticos – que o Governo Regional propõe aos açorianos em relação a documentos aprovados há um ano, de percentagens muito elevadas, eliminando dos Planos Regionais dezenas e dezenas, para não dizer centenas, de projectos e acções que estavam comprometidos e que, por força da grave situação política e financeira que caiu na Região, vão ter que ser eliminados do Plano e do Orçamento.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Eu julgo que foi esse quadro que os agentes económicos, os empresários e os sindicatos apreciaram e pronunciaram-se sobre ele. Aliás, todos eles, mostrando apreensão em relação à política do Governo, condenaram, no fundo, com a fatalidade com que isso tinha que acontecer. Era essa má nova que o Governo nos traz, representantes do povo dos Açores.

Este fim-de-semana ouvi dizer que o Grupo Parlamentar do PS tinha reunido na Horta.

Realmente o que surge destas três intervenções avulsas que se repetem sempre que alguém vem a esta tribuna – os defensores da política governamental para a área económica – é que de vitória em vitória, irão até à derrota final. É essa a ideia que fica.

É nesse quadro que gostaríamos de contribuir para a clarificação do que temos entre mãos.

Nós, Partido Popular, temos consciência – e acho que o povo dos Açores também – de que este segundo mandato do Governo Regional do PS está a correr pior do que tinha sido prometido aos açorianos.

Daí que houvesse alguma expectativa sobre se em relação a 2003 o Governo teria capacidade de manter as expectativas positivas dos açorianos em relação ao futuro, sobretudo, face às políticas que haviam sido prometidas e face às reais necessidades da Região e da sua economia.

Por outro lado, o Governo Regional sabia, e sabia antes de todos nós, que os Planos e os Orçamentos de 2001 e 2002 lhe tinham corrido muito mal.

Também sabia que os desvios negativos verificados nessa primeira parte do mandato deste Governo Regional em relação ao que estava previsto no Plano a Médio Prazo, eram e foram desastrosos.

É, pois, com este drama que o Governo Regional ensaiou essa estratégia de vitimização. Teve a sorte de encontrar uma situação nacional que obrigou à



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

adopção de medidas extraordinárias e medidas de restrição e, a partir daí, deu o mote para que o PS e o seu Governo desencadeassem essa política que todos temos assistido.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Na nossa perspectiva, o Governo da República cumpriu genericamente com o nível de transferências previsto na Lei das Finanças Regionais para 2003 e garantiu, como era de esperar, uma dotação extraordinária de 17,5 milhões de euros para o processo da reconstrução, coisa que o anterior Governo da República não garantiu, em relação ao Orçamento de 2002.

Portanto, temos como único constrangimento para o Orçamento Regional de 2003, a imposição nacional, em relação às regiões como em relação às autarquias, do princípio do endividamento líquido zero. É uma base de partida, objectiva que tem que ser assumida.

Este Governo Regional tem menos 30 milhões de euros do que aquilo que naturalmente seria sua expectativa, dado que tem como política financeira a assunção de um endividamento anual da ordem dos 30 milhões de euros.

Essa restrição que é transitória, como todos sabemos, esperamos que rapidamente seja ultrapassada.

Para se ter uma ligeira noção do impacto do recurso zero ao endividamento, é fundamental ter-se presente o desvio daquilo que é proposto para 2003, relativamente àquilo que estava previsto.

Todos aguardávamos que este documento do Orçamento trouxesse afirmações que dramatizassem os valores contidos no Orçamento.

No primeiro parágrafo do Orçamento em apreciação pode ler-se:

“O presente Orçamento de 742 milhões de euros, representa um decréscimo de 0,8% em relação ao actual orçamento de 2002”.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

No Orçamento do ano passado, apresentado exactamente no auge do guterrismo e que na óptica do PS tinha o apoio ideal do Governo da República, pode ler-se:

“Esta proposta contempla uma previsão de 752 milhões de euros, o que traduz num decréscimo de 7,1%, relativamente à dotação do ano anterior”.

Este Orçamento para 2003 é menos penalizante, sob o ponto de vista evolutivo, do que foi o Orçamento de 2002, feito em condições ideais, com o Governo da República ideal para o PS, com os financiamentos ideais e continha um decréscimo de 7,1 em relação ao ano anterior.

Para melhor compreendemos o que se passa com as finanças públicas regionais, importa registar que, ao contrário do que os socialistas se propuseram, as despesas correntes da Região continuam a decrescer a um ritmo preocupante, absorvendo uma percentagem crescente da despesa, como muito bem o meu colega Deputado Paulo Gusmão já aqui anunciou.

Eu gostaria de vos dar uma outra forma de leitura desses números, sem ter em conta ser a valores constantes de 99 ou não.

Entre 98 e 2001, as despesas correntes nos Açores cresceram 20%, passando de 362 milhões de euros para 436 milhões de euros, enquanto que nesse período as despesas do Plano cresceram 7%, passando de 190 milhões para 204 milhões.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É sobre essas realidades, sobre esses dados objectivos que devemos reflectir e que traduzem efectivamente o grau de sanidade das nossas finanças públicas.

Em 1998 as despesas do Plano representavam 52% das correntes.

Em 2001 passam a representar apenas 47%.

O que é que o PS nos propõe para 2003?



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

As despesas correntes sobem para 527 milhões de euros, enquanto que as despesas do Plano ficam pelos 210 milhões, isto é, representam agora apenas 40% daquelas, quando em 98 representavam 52%.

Mas o mais grave é que as despesas correntes estão muito subestimadas, sobretudo em relação ao sector da saúde.

Em relação à Conta de 2001, no mínimo, a subestimação é de 40 milhões de euros.

Os números falam por si, Sr. Secretário das Finanças.

Em 1998, quando já haviam dívidas na saúde, as despesas correntes com a educação foram de 132 milhões de euros e as despesas correntes com a saúde foram de 131 milhões de euros. Portanto, em 98, a saúde e a educação gastavam rigorosamente o mesmo.

Em 2001, as despesas da educação cresceram 30%, aumentaram 40 milhões de euros, passaram para 171 milhões, enquanto que as da saúde que pelo menos deveriam crescer a um ritmo semelhante às da educação, acabaram por baixar para 129 milhões de contos. É “o milagre das rosas” à custa das dívidas aos fornecedores.

Isto não pode ficar alheio aos Srs. Deputados.

Nós não podemos continuar o resto da vida a brincar aos orçamentos.

Nós não podemos continuar o resto da vida, sabendo que a saúde nos Açores custa 180 milhões, a fazer um orçamento com 130 milhões.

O Sr. Secretário Regional das Finanças não pode vir dizer aos açorianos e aos deputados que este é um Orçamento de seriedade, de rigor, que há eficiência, que há isto e que há aquilo. Não há coisíssima nenhuma.

Há clubes de futebol que são mais rigorosos, Sr. Secretário.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*): O Benfica!



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O Orador: O Benfica sim, o Santa Clara não! O Praisense sim, o Lusitânia não!

(Risos da Câmara)

Temos que reflectir.

Nós temos encontrar resposta para essa parte.

Nós sabemos que o Governo Regional não tem uma política de saúde.

Nós sabemos que o Governo Regional já prescindiu de pensar em matéria de saúde, pelo menos o seu departamento competente.

O Sr. Presidente do Governo vê-se na necessidade de vir, de quando em quando, fazer um pronunciamento político-ideológico sobre a situação da saúde.

Já garantiu aos açorianos que não quer adoptar nos Açores, de maneira nenhuma, a gestão empresarial dos hospitais.

Secretária Regional dos Assuntos Sociais (*Fernanda Mendes*): Não disse isso!

O Orador: Não foi isso que disse. Foi a privatização da saúde.

O senhor é o único em Portugal que pensa nisso. Que eu saiba, o Governo da República nunca quis privatizar a saúde.

O senhor fala de uma bandeira e de um moinho de vento. Se o senhor diz que não quer privatizar a saúde, acho que em Portugal ninguém a quer privatizar,...

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Nunca se sabe!

O Orador: ... o que se quer é dar uma gestão empresarial à saúde, coisa que nos Açores não somos capazes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:



Um outro rácio preocupante tem a ver com as receitas fiscais da Região e as próprias despesas correntes.

Para 2003, propõe-se um valor de despesa corrente superior às receitas fiscais da ordem de mais 100 milhões de euros, tal como aconteceu nos anos anteriores.

Curiosamente, na Conta de 98 tal diferença era de 66 milhões de euros.

O que é que isto quer dizer?

Isto quer dizer que ao produto dos impostos nos Açores ainda faltam 100 milhões de euros...

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*):

Sempre foi assim!

O Orador: Sempre foi assim, mas temos que reflectir sobre isso. É um fatalismo.

Temos que tirar as conclusões, Sr. Secretário.

O mal é esse, é sempre ter sido assim. Os senhores continuaram a manter e a gerir a situação de desequilíbrio que havia.

Os senhores têm gerido com aquilo que lhes dão, sem arte, sem engenho, sem coragem, sem uma política de prioridades, sem quaisquer critérios, aquilo que vinha de trás.

Mais milhões têm, mais milhões gastam, menos milhões têm, menos milhões gastam!

Não alteram, não corrigem!

Isto é dramático!

É dramático para os açorianos, Sr. Secretário, e vai levar-nos a uma coisa inevitável: temos que reflectir o nosso modelo de desenvolvimento.



Nós temos um modelo de desenvolvimento que assenta naquilo que era consensual, as infra-estruturas na segunda década dos anos 70 e durante os anos 80.

Uma vez concretizadas as infra-estruturas, verificou-se que não tiveram o impacto positivo, razoavelmente admissível ao nível das receitas fiscais.

A nossa economia, o nosso aparelho produtivo, não foi capaz de traduzir em riqueza, pelo menos numa proporção aceitável, os bens públicos de investimento que lhe foram facultados como infra-estruturas.

Tivemos um impacto nas despesas correntes não só nas despesas sociais, como até de algumas infra-estruturas que eram económicas e que se transformaram em encargos permanentes.

Temos que reflectir.

Nós não podemos ter um modelo de desenvolvimento em que cada vez mais há desequilíbrios nas finanças públicas, não podemos ter um modelo de desenvolvimento em que a nossa dependência financeira é crescente e, portanto, a nossa autonomia é mais frágil.

Nós estamos cada vez mais dependentes de Lisboa e da Europa, somos cada vez menos Açores e a nossa economia é cada vez mais frágil e incapaz de suportar a nossa qualidade e o nosso tipo de vida.

Essa vida artificial que se vive nos Açores, esse artificialismo, sustentado no Orçamento Regional, que vai dispor de animação aos sectores económicos principais, é insustentável, Sr. Presidente. Temos que reflectir sobre isso.

É importante no Plano e Orçamento reflectirmos sobre isso e não apenas nos colóquios, porque estamos aqui e os senhores submetem essas contas.

Nós não estamos a pensar no futuro.



Os senhores estão a agir a curto prazo, agravando a situação e o desequilíbrio da Região sem nenhuma perspectiva de futuro para os açorianos. O futuro é viver à custa alheia, que é o que nos está a acontecer, sem prejuízo dos direitos e da solidariedade que temos que garantir perante o Estado.

Fala-se em indicadores, em convergência. Convergência de quê? Que convergência? Convergência da dependência?

A nossa economia recomenda-se a quem? Ao orçamento?

Recomenda-se coisíssima nenhuma.

Os sectores produtivos estão numa crise tremenda. Eu tenho dó do Secretário da Agricultura porque não sabe que volta é que há-de dar ao leite, à carne ou a outra coisa qualquer.

E as pescas? Já não há pescas. Já não há Secretário das Pescas, ela já desapareceu.

Temos o turismo. Muito bem! É a nossa coroa de glória.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Vamos lá ver!

O Orador: Vamos lá ver, como diz o senhor secretário.

Ele, secretário regional, porque é um economista, sabe tão bem como eu que é uma aposta que a Região está fazendo, com elementos de risco.

Há uma componente de capital público nesse esforço que está sendo feito e que é extraordinário. Há também arrojo e há entusiasmo e coragem dos nossos empresários, mas é uma situação que também está muito dependente.

Convenhamos: é uma luz de esperança na economia dos Açores. Aí é preciso gerar algum emprego, embora, como diz a Câmara de Comércio e muito bem, falta-lhe titular a política de transportes de forma visível, sobretudo a curto prazo, em aspectos fundamentais do turismo.



Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Gostaria de uma forma muito clara e com a mesma frontalidade de dizer que nós aceitamos e reconhecemos o esforço que o Governo da República fez relativamente aos seus compromissos para o Orçamento de 2003 e aceitamos que o endividamento zero que é imposto às autarquias e às regiões seja uma fatalidade da situação financeira que todos nós conhecemos.

Convenhamos que as nossas autarquias não são tão ingénuas como isso. Há números publicados no nosso Orçamento que dizem claramente que no período de 3 anos (99, 2000 e 2001) o endividamento nos Açores, só a nível das autarquias, triplicou praticamente. De 10 milhões de euros passou para 28 ou 29 milhões de euros. Isto pode ser um pequeno barómetro do que acontece a nível do país com 210 municípios.

Tem que haver mão nisso. Têm que haver critérios e regras.

Os nossos autarcas não podem utilizar esse meio indiscriminadamente, pese embora o grande argumento de que é preciso aproveitar os Fundos Europeus.

Gostaria de dizer muito claramente que, aceitando o princípio da restrição zero, o CDS/Partido Popular acha que seria razoável e justo que a Região Autónoma dos Açores fosse excepcionada com um pedido de autorização relativamente à contracção de um empréstimo próximo das necessidades médias consideradas para a reconstrução, na ordem dos 20 milhões de contos, exactamente para compensar a circunstância de não ter havido uma transferência de verbas em 2002, destinada ao processo da reconstrução.

Sob o nosso ponto de vista, é perfeitamente aceitável.

Independentemente de se acertar com Bruxelas que esse recurso a empréstimo vem ou não a contar para o défice nacional, o CDS/PP acha



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

que a legitimidade, a justeza e a nobreza dos fins a que se destinaria um empréstimo dessa natureza, justificaria uma autorização excepcional, mesmo que isso contribuísse para o défice nacional. É uma situação excepcional, portanto, devia ter um tratamento excepcional.

Com a mesma abertura com que secundamos aquilo que nos parece correcto, também entendemos que, sob o ponto de vista dos Açores, era legítimo e razoável que lhe fosse facultado esse recurso a empréstimo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Para não fugir à regra, o tempo é pouco!

Gostaria de deixar uma nota, na linha do que o meu colega Deputado já referiu.

No que se refere a este Orçamento para 2003, tal como as Contas de 2001 revelaram, este Governo Regional, quando preparou as eleições, pensou (pensou mal!) num conjunto de promessa para os Açores e para os açorianos totalmente irrealista.

O Governo Regional devia ter tido o bom senso de perceber que em 2000, ano das eleições, em que todos nós sabemos e ainda nos lembramos de tudo o que o Governo fez, investiu 229 milhões de euros.

Com que base é que os senhores saídos de umas eleições com 229 milhões de euros, propõem para o quadriénio seguinte gastar, em média, em investimento, 281 milhões de euros/ano?

Isto é realista? Isto é sensato? Isto é prudente?

Este é o termo que os senhores utilizam agora. Devem ter voltado, colectivamente, ao tempo da prudência, do orçamento da prudência. Não é prudente!



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Então no ano das eleições gastam 229 milhões de euros e propõem gastar mais cerca de 60 milhões de euros em cada um dos quatro anos seguintes?

Obviamente que isto foi um deslize grande.

Como o deslize foi muito grande, em 2001 os senhores gastam só 204 milhões. Outra vez menos 70 milhões daquilo que tinham prometido gastar que era, especificamente para aquele ano, 272.

É uma tragédia os socialista terem que admitir que se tinham enganado nas contas, que não podiam cumprir e admitiram-no seis meses depois.

É esse drama que os senhores trazem aqui.

Com o devido respeito, o drama é vosso, meus amigos.

O drama não é nem do Dr. Barroso, nem do Sr. Ministro da República!

O drama não é do PP, do PSD ou do PCP que me parece que já se livrou dele! Andou meio enriquecido com os senhores o ano passado – desculpem a graça – e votou a favor daquele Plano de Médio Prazo. Foram enganados! Tenham paciência, nós também já fomos! Os senhores não foram os primeiros.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Os senhores têm que explicar aos açorianos por que é que só gastaram 204 milhões de euros em 2001 e não os tais 272 (menos 70 milhões de euros)?

Nessa altura quem estava no Governo da República era o amigo Engenheiro Guterres.

De que é que serviu o engenheiro?

A porca “comeu o engenheiro e comeu o orçamento”!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD e do PP)



Vamos conduzir isso com muita abertura. Essas coisas são mais simples.

Temos uns ilustres companheiros que põem isso numa matriz muito complexa, isso é muito simples.

Os senhores prometeram aquilo que não tinham. Os senhores prometeram aquilo que não podem fazer.

Os senhores ficaram com um problema de 70 milhões de euros por ano para cobrir.

Este ano o Governo da República é responsável em 30 milhões.

Mas não é o Governo da República. Somos todos nós porque não havia possibilidade de recorrer a empréstimo. Pronto, acabou-se. É o contributo que todos damos.

Mesmo que os senhores tivessem autorização para recorrer a um empréstimo de 30 milhões, em vez de termos aqui 210 tínhamos 240. E os 41 milhões que faltavam para os 281?

É muito simples. Nós não podemos ter um discurso lá fora e depois querer passar outro aqui.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Já há várias horas que estamos neste debate do Plano e Orçamento para 2003 e da reprogramação do Plano a Médio Prazo.

Vou procurar, numa breve intervenção e no quadro da gestão de tempo que ainda podemos fazer, introduzir alguma novidade, qual seja a de haver uma



análise política de enquadramento que fuja a esta dicotomia quase obsessiva que temos assistido e que se traduz na presença dos Grupo Parlamentares defensores do Governo de Durão Barroso, contra o Grupo Parlamentar do Partido Socialista...

Deputado Humberto Melo (PSD): Não apoiado!

O Orador: ... que quer fazer intransigentemente a defesa da política regional do Partido Socialista.

O debate anual do Orçamento e do Plano para o ano seguinte é sempre, necessariamente, um momento de balanço, de análise e de reflexão sobre as nossas realidades internas e sobre o modo como o Governo Regional e o Grupo Parlamentar que o apoia encaram essas realidades.

Este debate de Novembro de cada ano é também o momento adequado à análise das relações entre a Região e o Estado, especialmente na vertente financeira, e à apreciação das atitudes que os Governos da República têm para com esta Região Autónoma.

Não restarão dúvidas a ninguém, de que a actual situação política específica da Região é complexa, está a vários títulos fragilizada, não é confrontada com orientações claras e é demasiado condicionada por um conjunto de atitudes da República que visam fazer diminuir a quantidade e o ritmo do investimento público.

Temos assim que fazer um esforço sério para analisar com o máximo rigor as políticas internas, não esquecendo também de analisar as condicionantes que o Governo da República tem introduzido.

Mas é necessário desde já deixar bem claro que se entre as duas questões — condução da política interna e as condicionantes impostas pela República — há inevitavelmente relações de causa efeito, também há que



discernir na análise que se faça, as responsabilidades que são próprias de cada nível de decisão.

Acresce que neste mês de Novembro também vamos discutir o documento que foi intitulado de Reprogramação Financeira do PMP 2001-2004, mas que na nossa óptica ultrapassa claramente a mera ideia de reprogramação financeira.

É, pois, um quadro complexo de carência financeira para investimento e de alteração efectiva de objectivos que vamos discutir a distribuição da parte do investimento público que é feita pelos Planos de 2003 e 2004.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional dos Açores tem imprimido uma orientação concreta à governação que permite concluir que vários dos objectivos centrais nem sequer constam dos documentos principais iniciais.

A questão das SCUT assume nesse contexto um valor exemplar, pois a primeira decisão do Governo sobre a matéria é posterior à discussão do PMP e nem sequer foi referida essa hipótese nessa discussão.

Recordo também que na discussão do Decreto Legislativo Regional nº 25/2001/A, o Governo Regional foi questionado insistentemente se essa opção disponibilizaria verbas para outros investimentos rodoviários através do Plano e, muito embora a afirmação governamental dessa hipótese fosse peremptória, tal não se verifica.

As reduções no financiamento do Plano, em certas áreas, por não terem uma correlação próxima com o nível de aperto financeiro existente, também revelam alterações, algumas substanciais, de orientação.

As dúvidas que temos posto sobre a insuficiência no investimento das infra-estruturas agrícolas mantêm-se e acentuam-se com estas propostas.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

As dúvidas que temos posto sobre a incidência que teria que ter o investimento em habitação social acentuam-se com as propostas.

As dúvidas que temos sobre o tipo de investimento que está a ser feito no Turismo, também se acentuam fortemente com os indicadores que resultam dos documentos.

Ao longo deste debate procuraremos contribuir para a fundamentação destas e outras dúvidas e eventuais esclarecimentos, mas permitam-nos o registo de uma ideia central.

O Governo Regional, embora suportado por uma maioria absoluta, adopta orientações que são de facto oscilantes, porque não são plena e totalmente assumidas nas suas consequências.

Não são totalmente assumidas quer no que respeita a efeitos, quer no que respeita a distribuição geográfica e sectorial de investimentos, quer ainda no que respeita à relação entre o que se faz e aquilo que é urgente.

O facto de haver acções novas introduzidas no meio da legislatura, que substituem acções que caíram e que não estão concluídas, é a melhor demonstração deste, que a nosso ver é um estilo errado de governar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Em 2001, quando aqui discutimos o PMP 2001 – 2004, o Grupo Parlamentar do PCP fez um acordo com o Governo Regional.

Esse acordo foi possível porque, pela nossa parte, não tínhamos objecções de fundo à associação feita entre as grandes opções apresentadas e a distribuição do investimento, depois de terem sido apresentado um conjunto de propostas de alteração pelo Grupo Parlamentar do PS e outras pelo Grupo Parlamentar do PCP.



Considerámos, nesse quadro, que embora naturalmente esse PMP não fosse propriamente correspondente ao que nós proporíamos, era um documento que contribuía para o equilíbrio regional e um instrumento útil, não só nas suas expressões quantitativas, como principalmente na sua leitura qualitativa.

Dessa negociação praticamente nada resta e tudo foi, pedra por pedra, desmontado pela prática governativa.

O mesmo já não se pode dizer sobre as questões que levantámos nessa negociação, porque essas foram integralmente assumidas pelos sectores e ilhas a que dizem respeito.

Hoje há uma visão, que em 2001 não era ainda adquirida, sobre a questão das infraestruturas rurais, especialmente os caminhos, para a qual muito contribuiu termos trazido o assunto ao acordo.

Hoje há um grau de exigência plena sobre investimentos concretos como a Escola Secundária da Horta e o Lar de Idosos das Lajes das Flores, que cobre todos os órgãos locais e forças partidárias, porque a possibilidade ficou demonstrada com o acordo feito.

A vontade política de fazer é que foi desmentida e anulada pelo Governo.

Mas se quiséssemos analisar toda a vintena de propostas (do PS umas e do PCP outras) que então foram aprovadas, iríamos concluir que os equilíbrios assim introduzidos, deram lugar a uma prática que não só os negam, como principalmente acentuam os próprios desequilíbrios iniciais.

O Grupo Parlamentar do PCP legitimou com o seu voto favorável o PMP 2001-2004 e fê-lo de forma consciente e deliberada, depois de obter determinados equilíbrios.

O Governo Regional demonstrou com a sua prática governativa que não quis assumir esses compromissos de forma plena e rigorosa nem os quis



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

adoptar à restrição financeira posteriormente sugerida e que preferiu usar a sua maioria absoluta não como motor de maiores consensos mas como factor de manobra de conjuntura.

O defeito fica com quem o tem.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Vamos empenhar-nos como sempre neste debate mas não podemos nem queremos deixar de dizer com clareza que partimos para ele sabendo, como a vida o demonstra, que os compromissos do Governo nesta legislatura e nesta matéria têm tido pouca valia.

Não deixaremos entretanto não só de manifestar opinião, como é nosso direito, como faremos, se entendermos ser útil, as necessárias propostas de alteração.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Permitam-me ainda, apesar da indelicada ausência do Grupo Parlamentar do PP, que faça duas referências muito breves sobre a matéria que tem estado neste debate.

Gostaria de me referir, expressamente, à questão levantada há minutos pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro sobre uma eventual licença de endividamento da Região Autónoma dos Açores para efeitos do sismo.

O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro disse que o PP defendia essa perspectiva, que era legítimo independentemente de contar ou não para o défice.

O Grupo Parlamentar do PP, na Assembleia da República, tem oportunidade de aprovar duas propostas que lá estão pendentes e que resolvem essa questão.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Se não quiserem ficar apenas pelas palavras, pela demarcação de um aspecto que é odioso da política da maioria de que fazem parte, então façam todas as diligências para que o vosso Grupo Parlamentar aprove as propostas pendentes sobre essa matéria na Assembleia da República. Não nos fiquemos só por palavras, porque só palavras não têm nesta matéria jeito nenhum.

Disse.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Subsecretário Regional do Planeamento e Assuntos Europeus.

Subsecretário Regional do Planeamento e Assuntos Europeus (*Carlos Corvelo*): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo:

As propostas de Reprogramação Financeira do PMP 2001-2004 e do Plano para 2003 que nesta sessão legislativa vão ser apreciadas, discutidas e votadas decorrem, por um lado, da necessidade de ajustar a parcela mais substancial do investimento da Administração Pública Regional às condicionantes de uma envolvente revista em baixa há mais de um ano e, por outro, à explicitação e concretização das principais políticas deste Governo para o ano de 2003.

Apesar da contenção que nos foi imposta por razões que se prendem com a evolução da envolvente internacional, comunitária e nacional e com a absurda rigidez da política financeira do actual Governo da República, este Governo Regional, apesar de algumas opções difíceis que teve de fazer, não pretende conduzir a Região Autónoma dos Açores a um beco sem saída como o que se está constatando a nível do País.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

A reprogramação agora proposta exigiu ao Governo Regional um esforço suplementar, seja na elaboração da anteposta apresentada aos parceiros sociais, seja na proposta que agora apreciamos.

As intenções do Governo da República claramente manifestadas quando da elaboração do orçamento rectificativo e das suas intenções – que se verificaram descabidas – quanto ao Pacto de Estabilidade e Crescimento já nada auguravam de bom. Contudo, ao tomarmos conhecimento da proposta de Orçamento de Estado para 2003, as nossas expectativas ainda se agravaram e, uma nova revisão em baixa ou um reajustamento diferente teve de ser feito.

Mas, o que procurámos garantir nessas duas revisões que, como já referi, nos exigiram opções difíceis e complexas, foi a manutenção da confiança dos empresários e consumidores, foi garantir que os níveis de investimento e emprego se mantivessem, não como no Continente em que todos os indicadores de confiança de investidores e de consumidores estão a atingir mínimos históricos e as taxas de desemprego estão a disparar de uma forma incrível.

Foi também assegurar que a solidariedade social e a defesa dos mais carenciados permanecesse ao mesmo nível e, foi, finalmente, garantir o dinamismo do sistema económico regional e mantê-lo em contra-ciclo face ao que se verifica no Continente.

Os dados estatísticos de conjuntura comprovam-no desde Abril deste ano até ao mês de Outubro, sejam através de elementos estatísticos do Instituto Nacional de Estatística, do Ministério das Finanças ou do Banco de Portugal.

Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Elaborado em finais do ano 2000, com base em elementos reveladores de uma conjuntura e perspectivas favoráveis, o PMP 2001-2004 que é, em nosso entender, um instrumento de orientação estratégica, sofreu, a partir de meados de 2001, os impactos da inversão dessas tendências, agravados pelo reajuste imposto às Receitas da Região, o que originou que, o Plano desse ano, apenas atingisse uma taxa de execução de 75,1%.

Já em 2002, o Plano então aprovado procurou reflectir um melhor ajustamento à situação real que se vivia, tendo, em função disso, atingido apenas os 246,5 milhões de euros, isto é, 88,5% do valor indicado no PMP mas que, face à situação criada com a tomada de posse do actual Governo da República, nos vai exigir ainda algum nível de cativação e contenção nas despesas de investimento.

É pois, nesse sentido, que a reprogramação proposta para 2003 e 2004 reflecte quer as sucessivas revisões em baixa da nossa envolvente económico-financeira, quer o estrangulamento financeiro que nos foi imposto por um Governo da República, designadamente no que diz respeito à nossa capacidade de endividamento, cuja política, consubstanciada na proposta do Orçamento de Estado para 2003, já despoletou a contestação da globalidade dos agentes económicos e sociais do País e da própria Administração Pública, designadamente com a cativação de 50% de toda a despesa bruta que está prevista até ao final do ano e que vai comprometer pagamentos em despesas que já estão efectuadas e que agora não há capacidade da Administração Pública para as solver. Isso é uma crise financeira com impactos económicos graves.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Srs. Deputados:

As nossas opções de política, relativas ao investimento público para 2003 e 2004 reflectem, face às contrariedades que nos foram impostas, a



necessidade de terminar o esforço de reconstrução nas ilhas do Pico e Faial, o desenvolvimento de soluções institucionais e legais de engenharia financeira que transferem alguns dos investimentos inicialmente previstos no Plano para a responsabilidade de alguns Fundos, Organismos Autónomos e Empresas Públicas e o adiamento ou a diminuição nos ritmos de execução de algumas obras menos essenciais para o cumprimento dos nossos compromissos e do Programa de Governo a que nos propusemos.

Contudo, isso não significa que o último esforço seja ainda feito ao longo dos debates e do qual poderá surgir alterações que melhorem a prioridade dos investimentos a prosseguir.

Assim, se partirmos do pressuposto que o Plano para 2003 irá registar uma taxa de execução entre os 85 e os 90 por cento, digamos 87,5%, o que é uma das mais elevadas taxas registadas nos últimos anos, constatamos que, quer a nível global, quer a nível da estrutura considerada em termos de grandes objectivos e entidades executoras, a proposta de Plano agora apresentada não evidencia valores tão redutores como os impostos à República no quadro do Orçamento de Estado para 2003.

No quadro daquele pressuposto – uma taxa de execução para 2002 da ordem dos 87,5% – a reprogramação agora apresentada revela que no ano de 2003, os valores inscritos no Capítulo 40 do Orçamento da Região, isto é, no Plano, evidenciam apenas uma redução de 2,5%.

Claro que, os valores aqui inscritos representam apenas uma parcela (53,1%) do investimento público global. A este valor há ainda que acrescentar 78,7 milhões de euros de Fundos Comunitários e Nacionais (extra Plano), 48,2 milhões de euros de investimento dos Fundos e Organismos Autónomos e 58,5 milhões de Euros das empresas públicas, donde resulta um investimento público global da ordem dos 395,9 milhões



de euros, ou usando a linguagem de alguns Srs. Deputados para as pessoas perceberem, cerca de 80 milhões de contos.

Quanto aos Grandes Objectivos do Plano, em que a recuperação dos efeitos do sismo se encontra inscrita, constatamos que o seu peso relativo inscrito na rubrica Calamidades passou de 12,1% para 22,1% o que significa um acréscimo de verbas, da ordem dos 54,3%.

Esse é um compromisso sagrado do Governo Regional, é o esforço suplementar que nós fazemos face à incapacidade de nos podermos endividar para cumprir esse objectivo do qual fazemos honra.

Claro que, para executar esse compromisso do Governo Regional, as difíceis opções tomadas tiveram que reduzir o investimento do Plano nalguns sectores. Assim, o peso relativo do investimento, no que respeita à dinamização do crescimento e da competitividade da economia e ao aumento dos níveis de eficiência das infra-estruturas de desenvolvimento, que são aqueles que representam o grande peso do conjunto do Plano, passou de 51% em 2002 para 44% em 2003. E, no que respeita à valorização e aumento dos níveis de protecção da sociedade e à promoção e sustentabilidade do desenvolvimento e da qualidade de vida, o peso relativo do investimento passou de 30,8% para 28% o que evidencia que, apesar das metas se concretizarem a ritmos inferiores, a estratégia que as suporta se manteve inalterada no essencial.

Quanto às entidades executoras, constatamos a manutenção da importância relativa das diferentes Secretarias com excepção para a Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos que vê o seu peso reforçado em função da intervenção no Faial e Pico e um ligeiro decréscimo da Secretaria Regional da Economia e da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo:

Um outro aspecto que ainda teremos de referir diz respeito à estrutura de financiamento do Plano. Tal como consta do mapa IX do Orçamento da Região Autónoma dos Açores e do anexo ao Plano de 2003, as opções tomadas reflectem a decisão do Governo em não prejudicar preferencialmente os investimentos que irão absorver e ser co-financiados por Fundos Estruturais da União Europeia.

Assim, os investimentos inscritos em Plano, que ascendem a 210,5 milhões de Euros, integram, no âmbito do capítulo 40º cerca de 46 milhões de Euros (22 %) de Fundos Comunitários, exclusivamente FEDER. Para além deste montante de co-financiamento comunitário, constam ainda nos documentos agora entregues, verbas referentes a projectos em que apenas está inscrita a comparticipação regional (FEOGA, Fundo Social Europeu e FOC) e que fazem acrescer àquele montante cerca de 74,4 milhões de Euros de Fundos Comunitários e de 4,3 milhões de Euros de comparticipações nacionais.

Nesse sentido, podemos referir que o investimento efectivo, directamente inscrito em Plano e o que lhe é imputado indirectamente ascende, não a 210,5 milhões de euros, mas a 289,2 milhões de euros, dos quais 120,5 milhões de euros (41,6%) são originados na comparticipação dos fundos estruturais da União Europeia.

Referindo apenas os programas que mais contribuem para esta significativa diferença verificamos que, por exemplo, no sector agrícola, os três programas que o integram inscrevem em Plano (capítulo 40º) apenas 26,3 milhões de euros sendo o investimento efectivo previsto de 76,1 milhões de



euros já que cerca de 50 milhões de euros do FEOGA-O não estão inscritos naquelas rubricas do Plano.

Nas pescas, a questão põe-se da mesma forma. Os 3,7 milhões de euros inscritos em Plano neste sector correspondem a investimentos efectivos da ordem dos 13,2 milhões de euros, dos quais 9,5 não estão inscritos em Plano correspondendo a créditos comunitários do IFOP (8,1 milhões de euros) e nacionais do PIDDAC (1,4 milhões de euros).

Também nos programas Juventude e Emprego (Programa 19) e Desenvolvimento do Sistema de Solidariedade Social (Programa 22), os investimentos inscritos em Plano atingem montantes de, respectivamente, 1,5 e 4,37 milhões de euros quando, na realidade correspondem a valores muito superiores. Destes sectores releva-se o da Juventude e Emprego onde, o que se inscreve em Plano é apenas a participação regional mas, à qual corresponde um investimento real de 15,4 milhões de euros no qual (10 vezes mais do que está inscrito em Plano), o FSE participa com 12,2 milhões de euros e os fundos nacionais com 1,7 milhões de euros.

Claro que, se atendermos ao que já referi quando mencionei o investimento público global e que agora foi pormenorizado, constatamos que uma floresta nunca pode ser avaliada apenas através de algumas das suas árvores, nem nos podemos dar ao luxo de leituras simplistas e reducionistas dos documentos em apreciação.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo:

A leitura que temos de fazer dos dois documentos em discussão, deve reflectir, antes do mais, a dinâmica real do sistema económico e financeiro regional imposta pelas circunstâncias já referidas e não ter apenas como referência o documento inicial do PMP.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Nessa perspectiva, o que fará sentido é procurarmos analisar as propostas agora apresentadas em função da realidade que vivemos, dos recursos disponíveis de que dispomos, da dinâmica dos sectores com maiores potencialidades de impacto e sustentabilidade do sistema económico e social, e da política social e de solidariedade que temos vindo e vamos continuar a prosseguir.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, estamos a chegar ao fim dos nossos trabalhos por hoje.

Passo a anunciar os tempos disponíveis.

Partido Socialista – 179 minutos

Partido Social Democrata – 120 minutos

Partido Popular – 3 minutos

Partido Comunista Português – 33 minutos

Governo – 159 minutos

Estão encerrados os nossos trabalhos.

Retomamos amanhã às 10 horas.

Boa noite. Obrigado.

(Eram 20 horas)



Diário da Sessão n.º 061 de 12/11/02

Vamos continuar com a discussão das Propostas de Reprogramação do PMP, do Plano e Orçamento para o ano de 2003.

Para uma intervenção dou a palavra ao Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os investimentos previstos na área da Secretaria Regional da Educação e Cultura para o próximo ano e até 2004, em termos da reprogramação financeira, cifram-se em 31,6 milhões de euros, em 2003 e 28,4 milhões, em 2004.

A área da educação e se juntarmos o investimento que fazemos em termos das despesas de funcionamento da educação é, de longe, a área de maior investimento da Administração Regional e absorve qualquer coisa como 215,6 milhões de euros ao ano e isso representa um esforço que toda a nossa sociedade faz na educação dos nossos jovens, que não tem paralelo em nenhuma outra área da governação regional.

Em termos da minha secretaria e começando pela educação, porque é também na área do Plano aquela que maior peso tem, aquilo que nós pretendemos continuar fazer nestes dois anos que nos faltam para terminar este mandato, é continuar a execução dos projectos que temos em curso, continuar a execução daquilo que nos propusemos fazer em termos da Carta Escolar.

Este documento que dá o enquadramento global da actividade, em termos de investimento, na área da educação tem vindo paulatinamente a ser executado com particular ênfase na área do 1º Ciclo. O 1º Ciclo é o sector



fundamental do nosso sistema educativo, é aquele que apresentava maiores deficiências e é, de facto, o alicerce de todo o sistema. Por isso o 1º Ciclo vai continuar a ser área prioritária de investimento e de melhoria no âmbito da Secretaria.

Em termos de enquadramento gostava de dizer a esta Câmara que na área do pessoal docente, o processo da profissionalização dos nossos quadros está a chegar ao seu termo. Nesta altura nós já ultrapassámos a barreira dos 98% de professores profissionalizados e os que não têm essa profissionalização estão neste momento a iniciá-la.

O número de admissões de professores não profissionalizados vai tender a aumentar no próximo ano por uma razão circunstancial, que tem a ver com um Acórdão do Tribunal Constitucional que permite que entrem para os quadros professores de nacionalidade estrangeira, que não comunitária, o que permitirá que muitos dos professores sem habilitação profissional, que nesta altura prestam serviço nos Conservatórios Regionais, possam vir a aceder aos quadros, o que fará, por essa via, aumentar o número de professores não profissionalizados, mas é um defeito transitório para o qual nós estamos preparados e, com certeza, em dois anos teremos também esses professores totalmente profissionalizados.

Por outro lado, no que diz respeito ao recrutamento de pessoal docente e dada a situação nacional de excesso de oferta de mão-de-obra, perfeitamente preparada nesta área, vamos continuar a privilegiar as admissões de pessoal que já têm alguma ligação à Região, ou seja, que já tenha trabalhado no nosso sistema educativo, o que permitirá continuar o processo de estabilização do quadro docente. O quadro docente dos Açores é hoje um quadro profissionalizado e estável.



No que diz respeito ao pessoal não docente nós também temos vindo a ter uma política de estabilização dos quadros. O pessoal que estava, nalguns casos, contratado há muitas décadas, acabou por ser todo integrado nos quadros. Nesta altura nós temos um rácio de 27 alunos por cada funcionário não docente no 1º Ciclo, 33,8 no 2º e no 3º Ciclo do Ensino Secundário, rácios que nos colocam muito acima da média internacional nestas matérias. Nós podemos dizer que as nossas escolas estão bem dotadas de pessoal não docente, embora pontualmente possam existir situações, devido a desigualdade da distribuição, de falta de pessoal, mas são, neste momento, a excepção e não a regra.

No contexto de estabilidade das nossas escolas, com quadros docentes e não docentes preparados e perfeitamente estáveis, temos todas as condições para, por esta via, melhorar a qualidade de funcionamento do nosso sistema educativo. Para isso vamos continuar o investimento na área da formação contínua do pessoal docente e não docente.

No caso do pessoal não docente, devido às alterações legislativas, entretanto introduzidas, há reconversões e há cursos que estão a ser preparados à medida que essa matéria também for desenvolvida a nível nacional.

No que diz respeito ao pessoal docente alterámos este ano o regulamento de acesso à formação contínua com o objectivo de lhe dar uma maior qualidade, uma maior consistência e termos, de facto, uma formação que seja feita a bem dos alunos e a bem das escolas, sem interferir com aquilo que é a actividade essencial do docente, ou seja, o atendimento dos alunos que tem a seu cargo.



Esta é uma área em que temos vindo a investir cerca de 1,1 milhões de contos ao ano. Desde que o II QCA se iniciou, já ultrapassámos a barreira dos 11 milhões de euros investidos.

Vamos continuar este ritmo de investimento, mas vamos fazê-lo de acordo com planos elaborados a nível de cada escola, por forma a termos consistência e termos verificabilidade naquilo que está a ser feito.

Também no que diz respeito à reestruturação da rede escolar nestes últimos anos deram-se passos muito significativos. No ano lectivo em que agora nos encontramos arrancaram quatro novas escolas básicas integradas e estamos a preparar a continuação deste processo nas áreas em que ainda há estruturas que precisam de ser reestruturadas.

No que diz respeito à rede do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar, iniciou-se um processo de reestruturação da rede nas freguesias com menor densidade populacional, processo esse que terá que continuar ao longo dos próximos anos.

Em termos de investimento do Plano, as grandes obras que estão neste momento em curso e pela sua ordem de grandeza são a reestruturação da Escola Francisco Ornelas da Câmara, na Praia da Vitória, na Ilha Terceira, maior investimento que está em curso na área das infra-estruturas educacionais, é a construção da nova Escola dos Ginetes, Freguesia dos Ginetes, Concelho de Ponta Delgada e depois temos três grandes obras de requalificação, que neste momento estão em curso em Vila do Porto, Ilha de Santa Maria, na Graciosa e no Nordeste.

Em fase terminal estão as obras de construção da nova Escola do Topo, Ilha de S. Jorge e de reestruturação e ampliação da Escola de Santa Cruz das Flores.



Tudo isto são obras de grande dimensão. São investimentos que vão permitir melhorar significativamente o atendimento que damos aos alunos nestes Concelhos.

Em fase de lançamento temos as obras de requalificação da Escola Roberto Ivens, em Ponta Delgada e a construção das novas Escolas em São Carlos e aqui na cidade da Horta.

Paralelamente a estas obras da responsabilidade do Governo Regional, ainda existem contratos ARAAL, assinados no âmbito do II QCA, que agora estão a ser suportados integralmente pelo Governo Regional, de reestruturação de escolas do 1º Ciclo, reestruturações essas que terão a sua maior incidência na Ilha de Santa Maria em que toda a rede do 1º ciclo está neste momento na sua fase final de conclusão de obra, existindo ainda algumas obras nos dois Concelhos da Ilha Terceira e também no Faial e no Pico que estão incluídas neste tipo de contratualização.

Também no que diz respeito à recuperação de edifícios danificados pelo sismo de 1998, foi inaugurada esta semana a Escola de Castelo Branco e temos ainda obras a fazer na Freguesia da Ribeirinha, Ilha do Faial e na freguesia da Candelária, Ilha do Pico.

Em termos de investimentos globais na área da educação nós temos para as construções escolares 19,6 milhões de euros, para o desenvolvimento do sistema educativo (aquisição de equipamentos e materiais para as escolas) 771 mil euros e para participação regional no processo de formação do pessoal docente e não docente 323 mil euros.

O orçamento afecto à Direcção Regional da Educação registará no próximo ano 193,6 milhões de euros; à Inspeção Regional da Educação 468 mil euros; o Fundo Regional da Acção Social Escolar terá um orçamento de 8,9 milhões de euros e os Fundos Escolares têm um orçamento que totalizam



16,7 milhões de euros. Tudo isso totaliza 215,6 milhões de euros de investimento directo na área da Educação.

Outra área da responsabilidade da Secretaria Regional da Educação e Cultura é a área do Emprego e Formação Profissional. Nesta área vamos continuar o processo de expansão e de consolidação da rede de formação profissional, com particular destaque para a consolidação das escolas profissionais. Os Açores hoje têm uma rede de escolas profissionais que começa a ser extensa, que já cobra a generalidade dos Concelhos em quase todas as ilhas.

Esta rede de Escolas Profissionais, em conjugação com as escolas do ensino regular, que ministram cursos do âmbito do PROFIS, hoje já está em oito das nove ilhas e já temos em formação cerca de 6 mil jovens. É um número muito elevado, particularmente quando o nosso ponto de partida não chegava aos 400. Esta tem sido uma das áreas de maior crescimento da actividade do sistema educativo e uma das áreas em que o sucesso tem sido maior.

Esta rede de formação profissional terá agora que passar por uma fase de consolidação. Algumas das escolas profissionais terão investimentos vultuosos nas suas infra-estruturas, que serão apoiados pelo FEDER, através da aprovação, coordenada pelo Governo Regional e algumas das escolas também verão o seu âmbito de actividade largado, particularmente para aquelas áreas em que o nosso mercado de trabalho é mais carente e essencialmente as áreas mais tecnológicas em que temos que investir mais e que ainda não estão, efectivamente, cobertas.

Em termos da qualificação dos trabalhadores, porque a formação profissional, para além da formação inicial, também abrange a qualificação, vamos continuar com o apoio aos planos de formação contínua das diversas



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

empresas, o que levará que nós façamos um investimento da ordem dos 8 milhões de euros no próximo ano.

Esse investimento, essencialmente financiado pelo Fundo Social Europeu, tem a sua contrapartida nos orçamentos do Plano e do Gabinete de Gestão Financeira do Emprego, é um investimento que está a permitir dar ao mundo do trabalho dos Açores uma qualidade e uma formação que não tinha. Hoje os Açores já começam a ter uma mão-de-obra qualificada em sectores, mesmo aqueles que têm tido uma grande expansão, como é o caso da actividade turística, já começam a encontrar trabalhadores devidamente preparados. Só na área de preparação para o turismo foram mais de 900 os trabalhadores que receberam formação.

Em termos de execução das verbas do Fundo Social Europeu que estão incluídas no PRODESA e à responsabilidade da Região, são aquelas que, ao nível de toda a União Europeia, têm tido uma melhor taxa de execução e uma melhor taxa de aprovação. Não é apenas a execução e a aprovação, é também a qualidade do trabalho que é feito com essas verbas, que tem vindo a ser reconhecido pela União Europeia.

Nós temos uma das melhores execuções e uma das melhores prestações em termos do Fundo Social Europeu. Vamos continuar esse esforço e vamos aproveitar esta oportunidade única para melhorar a qualificação dos nossos trabalhadores.

Em termos globais de investimento e de orçamento nós contamos, no Plano, com um valor de 732 mil euros para o emprego e formação profissional e no Gabinete de Gestão Financeira com 7,6 milhões de euros. Para além disso a Escola Profissional de Capelas tem um orçamento de 8,7 milhões de euros; a Direcção Regional da Juventude, Emprego e Formação



Profissional de 3,9 milhões de euros e a Inspeção Regional do Trabalho de 1,5 milhões de euros.

Outra área da responsabilidade da Secretaria Regional da Educação e Cultura é a área da Juventude. Aqui a maior parte do investimento destina-se ao apoio à mobilidade juvenil, permitindo que os nossos jovens saiam da sua ilha e conheçam as outras ilhas e a Europa, e a ocupação dos tempos livres dos jovens.

Paralelamente a isso, a Secretaria tem vindo a implementar uma rede regional de informação juvenil que nesta altura já abrange a quase totalidade dos concelhos da Região e que nós contamos, ao longo dos próximos dois anos, estender a todos concelhos, através de parcerias com associações juvenis, com escolas, com autarquias e com outras entidades, por forma a que os jovens, independentemente do local onde residam, tenham acesso em condições de igualdade de oportunidade aos programas que são desenvolvidos pela Direcção Regional da Juventude. Esta Direcção Regional conta, para este efeito, com um orçamento de 732 mil euros para o ano de 2003.

Na área da Cultura, as principais actividades da Direcção Regional da Cultura prendem-se com o apoio à actividade cultural, particularmente o apoio às actividades dos diversos sectores desta área. Esta não é uma área em que a Direcção Regional assumia ela própria a execução das tarefas de dinamização cultural, mas uma área em que, através da contratualização com as diversas organizações e com os diversos parceiros, nós temos vindo a estender a actividade e as oportunidades de cultura a todas as ilhas dos Açores.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O Governo Regional, nesta área, recentemente aprovou uma revisão da regulamentação dos concursos de apoio que os vai agilizar mais e vai permitir uma maior fluidez na aprovação das candidaturas.

Por outro lado, nós estamos também a reorganizar uma área muito importante deste apoio, a área do apoio à formação das filarmónicas no ensino da música. As filarmónicas representam, na actividade cultural da Região, um dos sectores mais importantes. O funcionamento das suas escolas de música, como forma de recrutamento de novos músicos, é essencial.

Portanto, esta é uma das áreas que, em conjugação com o sistema educativo, está a ter uma grande e profunda alteração, visando alargar a sua base de recrutamento e trazer também algumas vantagens para os jovens participantes no que diz respeito à integração entre a formação que obtêm nas filarmónicas e o seu próprio currículo, enquanto currículo do sistema educativo.

Com isto pretendemos fortalecer este movimento e contrariar alguns fenómenos de desinteresse das gerações mais novas pela actividade das filarmónicas que, entretanto, se vem verificando.

Outra área importante é a do património cultural em que a actividade do levantamento e revisão de todo o nosso acervo cultural da Região, com particular destaque para o património construído que está em curso.

Já foram publicados os trabalhos referentes a algumas das ilhas. Contamos, até ao final deste mandato, publicar as generalidade do levantamento do património cultural da Região.

Também na área da leitura pública o Governo já aprovou o regulamento de constituição das bibliotecas da rede de leitura pública (as bibliotecas municipais) e em parceria com o Ministério da Cultura, após um protocolo



que foi assinado em Dezembro passado, nós contamos estender, já neste ano, a alguns dos concelhos.

Em termos de Plano e Orçamento nós contamos com 3,8 milhões de euros para o próximo ano, 1,1 milhões de euros destinados à dinamização das actividades culturais, 2,2 milhões destinados à valorização do património arquitectónico e cultural e 530 mil euros destinados a apoiar a manutenção e a valorização do património na cidade de Angra, património mundial.

A Direcção Regional da Cultura tem um orçamento de 6,9 milhões de euros, estando aqui incluído o funcionamento dos museus e das casas da cultura e o Fundo Regional da Acção Cultural tem 1,1 milhões de euros.

Na área do desporto temos vindo a assistir nos últimos anos a um crescimento ímpar no número de praticantes federados. O desporto na Região apresenta sinais de grande actividade e um empenhamento muito grande por parte dos dirigentes das diversas modalidades e das diversas associações e clubes e um número crescente de praticantes.

Para fazer face a este crescimento na actividade desportiva na Região, dispomos de um conjunto de medidas de apoio à actividade desportiva que consome a maior parte do orçamento destinado ao desporto no valor de 2,1 milhões de euros, aos quais se juntam os cerca de 800 mil euros do orçamento do Fundo Regional de Fomento do Desporto.

Em termos da consolidação do parque desportivo e da sua coordenação com o investimento autárquico – aproveito para informar esta Câmara que a área que tem maior execução neste momento no FEDER é exactamente esta – devo dizer que esta área tem sido objecto dum grande investimento por parte das autarquias.



Neste momento o parque desportivo da Região dá sinais de uma grande mutação com uma disponibilidade crescente de instalações desportivas que há uns anos atrás apenas eram sonhadas.

Vamos continuar a investir também no que diz respeito ao parque desportivo, gerido directamente pela Região, fazendo investimentos no Lajedo, em Ponta Delgada, no Parque Vitorino Nemésio, na Praia da Vitória, a continuação da melhoria do Estádio João Paulo II, em Angra do Heroísmo e na melhoria de funcionamento do Pavilhão Desportivo da Horta.

Outra área importante no desporto tem a ver com o apoio ao desporto escolar. Esta é uma área que foi totalmente reorganizada este ano e estamos a fazer um grande esforço no sentido de criar dentro das escolas um verdadeiro viveiro em termos de valores desportivos.

Este investimento, conjugado com a nossa participação nos jogos das ilhas, nos quais vamos ser a entidade organizadora no próximo ano, vai permitir fazer uma mobilização geral de todo o sistema educativo para a actividade desportiva, com um investimento nos jogos das ilhas de cerca de 600 mil euros. Vamos ter, com certeza, um momento alto do fomento da actividade desportiva com a vinda, de outras regiões, de cerca de 1000 participantes à nossa Região para participar neste evento que será o maior evento desportivo jamais realizado nos Açores.

Em termos de orçamento a Direcção Regional do Fomento do Desporto dispõe de 6,9 milhões de euros, aos quais acresce-se 4,4 milhões do Fundo Regional do Fomento do Desporto.

Srs. Deputados, estas são as acções previstas no plano de investimento da Secretaria Regional da Educação e Cultura, acções que cobrem um



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

conjunto muito vasto de actividades e que, estou seguro, vão resultar na continuação do desenvolvimento da nossa Região.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento.

(Pausa)

Não havendo inscrições para pedidos de esclarecimento, dou a palavra, para uma intervenção, ao Sr. Deputado José Rego.

Deputado José Rego (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo:

Ao longo dos últimos seis anos tem vindo a ser desenvolvida uma política estruturante de natureza estratégica, na área da educação, através de investimentos e políticas fundamentais para o desenvolvimento dos Açores. Com os seus Planos e Orçamentos, os VII e VIII Governos têm vindo a dar resposta ilha a ilha, concelho a concelho a situações há muito diagnosticadas no sistema educativo regional e que, só com as verbas avultadas que lhe têm sido afectas, se tem combatido o nosso atraso em relação a outros que nunca tiveram dúvidas que o investimento na educação é de primordial importância para o desenvolvimento cultural, profissional e económico das suas populações.

O Orçamento Regional agora em discussão, na senda dos anteriores, afecta à Secretaria Regional da Educação e Cultura uma dotação de global de 253. 077 milhares de euros, colocando este departamento governamental



em primeiro lugar no volume de despesa, representando 23,2% do valor global da despesa regional. As verbas atribuídas à Direcção Regional da Educação, no montante de 193.167 milhares de euros, constituem a sua componente mais significativa.

O Plano para 2003, apresenta uma dotação orçamental de 20 687 430 euros integrado em dois programas: Desenvolvimento das Infra-Estruturas Educacionais e Desenvolvimento do Sistema Educativo. O Programa Desenvolvimento das Infra-Estruturas Educacionais é o segundo maior programa deste Plano.

As dotações previstas no Orçamento e no Plano de 2003 colocam assim, a Educação como uma das primeiras prioridades deste Governo e que não foram postas em causa pela reprogramação financeira agora efectuada no Plano Médio Prazo de 2001- 2004.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Membros do Governo:

As prioridades de investimento no Plano para 2003 estão definidas do seguinte modo:

- Garantir a satisfação dos compromissos já assumidos;
- Potencializar e racionalizar a utilização dos Fundos Comunitários do Programa PRODESA;
- Continuar a política de actualização e adaptação do parque escolar ao longo das linhas estratégicas definidas na Carta Escolar;
- Continuar com a política de transferências financeiras para os Fundos Escolares para a manutenção e reparação das instalações escolares.

Com os investimentos previstos e com as prioridades acima descritas serão atingidos vários dos objectivos definidos para o nosso sistema educativo,



propostos no Programa do Governo e espelhados no PMP 2001-2004 dos quais se destacam:

- Continuar o processo de integração vertical da educação pré-escolar e do ensino básico previsto na Carta Escolar;
- Continuar o processo de separação do ensino secundário e do ensino básico;
- Resolver a situação de sobrelotação, com a criação de novas Escolas;
- Continuar o processo de descentralização dos modelos de gestão e responsabilização, acompanhada da transferência dos necessários meios financeiros, dos órgãos de gestão das Escolas;
- Prosseguir a formação de pessoal docente e não docente;
- Garantir a formação inicial (profissionalização em serviço e estágios pedagógicos) e formação complementar.

Com estes investimentos nas escolas continuamos a nossa política de requalificação e ampliação do parque escolar, de uma melhor manutenção das nossas escolas, de uma melhor aquisição de equipamentos escolares, de diminuição das distâncias percorridas pelos nossos alunos até à escola, de acabar com escolas sobrelotadas, de aumento dos apoios educativos aos nossos alunos e a prosseguir a formação inicial e contínua de professores. Nunca é demais lembrar que um quarto da nossa população está directamente ligada ao sistema educativo, o que exige que façamos o melhor por eles, enquanto alunos, pais, professores ou funcionários.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Membros do Governo:

Das acções a desenvolver no próximo ano a primeira que consta no Plano passa pela manutenção e reparação das instalações do Ensino Básico e Secundário, com uma verba idêntica ao previsto no Plano 2001- 2004 ou



seja sem qualquer alteração. A nossa política de descentralizar para os Fundos Escolares estas verbas tem debelado um dos problemas que muitas das nossas escolas sofriam a nível das instalações, que era o da manutenção corrente. Hoje, com o novo regime de autonomia das escolas, eliminou-se este problema crónico que por falta de manutenção colocou o parque escolar na situação que todos conheciam.

Ao nível das construções escolares no próximo ano, três projectos da primordial importância para rede escolar terão desenvolvimentos há muito esperados: a requalificação da Escola EB2 Roberto Ivens, com concurso, adjudicação e início de obra e os concursos e respectivas adjudicações de modo a serem iniciadas as obras em 2004 da EB 2,3 + Ensino Artístico de Angra do Heroísmo e da Nova Escola Secundária da Horta.

As adaptações ao Ensino Secundário e as grandes reparações que se encontram a decorrer na EB 2,3/S Bento Rodrigues de Santa Maria, na EB 1, 2, 3/S, Maurício de Freitas das Flores, na EB 2,3,/S de Santa Cruz da Graciosa e na EB 2,3/S do Nordeste de S. Miguel custarão uma verba próxima dos sete milhões de euros. Com estas intervenções resolvemos um problema que resultou da expansão do ensino secundário no início década de 1990 que não foi acompanhado dos necessários investimentos na adequação daquelas escolas àquele nível de ensino, como sejam laboratórios e outros espaços específicos, e igualmente se resolvem as graves deficiências de concepção e construção que as tornavam pouco funcionais e bastante vulneráveis à degradação.

A construção da EB 2,3 dos Ginetes, em S. Miguel, que no próximo ano lectivo já receberá alunos, insere-se no grupo de escolas construídas ou a construir que visam acabar com a sobrelotação crónica das escolas dos



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

centros urbanos e com o excessivo afastamento da escola do local de residência dos alunos.

Outra obra que continuará no próximo ano e acabará por pôr fim àquele que foi considerado o caso mais gritante no domínio da segurança das nossas escolas será a Grande Reparação e Ampliação da EB 2,3, Francisco Ornelas da Câmara na Praia da Vitória.

Uma nova escola para o 1.º ciclo será construída no próximo ano em contrato ARAAL com a Câmara Municipal da Ribeira Grande na freguesia de Rabo de Peixe.

Ao nível dos equipamentos escolares está previsto um investimento de 735 000 euros, que serão distribuídos em função da dimensão das escolas e das suas necessidades para os respectivos Fundos Escolares. É também através destes que se fazem as aquisições dos equipamentos escolares que antes eram feitos pela Direcção Regional da Educação, que comprava desde tubos de ensaio a equipamentos de valor mais elevado, gastando energias em concursos demorados e muitas das vezes as aquisições não eram as mais ajustadas às necessidades das escolas.

Deputado Nuno Amaral (PS): *Muito bem!*

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Membros do Governo:

A política educativa não se reduz às construções escolares e aos seus equipamentos, apesar de ser também um dos pilares essenciais para o sucesso, porque só em escolas boas, devidamente equipadas e suficientemente atractivas os alunos encontrarão um ambiente propício às suas aprendizagens. Escolas degradadas dificultam a adaptação ao meio escolar, são fomentadoras da violência e de outros problemas de natureza disciplinar e pedagógica.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

A última acção na área da Educação refere-se à componente regional para a Formação na qual se prevê investir 323 430 euros, ou seja 15% do valor total do custo com formação, que irá permitir manter os programas de formação contínua do pessoal docente e não docente das escolas e ainda dar continuidade à execução dos programas de profissionalização em exercício e de formação complementar e qualificante para os docentes detentores de bacharelato.

A estes investimentos há ainda a acrescentar os que existem em programas conexos com a Educação e que são muito importantes para o sucesso educativo, como sejam os de Desenvolvimento da Actividade Científica e Tecnológica, Juventude e Emprego e Desenvolvimento Desportivo.

Destes programas realço as acções do âmbito da Formação inicial integradas no projecto Emprego e Formação Profissional, responsáveis por mais 2 milhões e meio de contos de investimento em Educação através das Escolas Profissionais e dos Cursos Profij (Programa Formativo de Inserção de Jovens) inseridos nas Escolas Públicas. Com o aumento de Escolas Profissionais e de Cursos Profissionalizantes temos contribuído de forma significativa para a empregabilidade dos nossos jovens e eliminando assim um dos problemas que afectava o nosso sistema educativo.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:



Proponho que regressemos por instantes ao mês de Março, dia 11 de Março. Carlos César, num comício em Vila Franca do Campo esclarecia tudo e todos: “A reunião que tenho no dia 23 [de Março] não é para cancelar investimentos, é para fazer mais investimentos do que tencionava fazer e que não pude fazer em 2001”. Na Terceira, uma fonte autorizada do Governo Regional garantia: “Essa reunião está agendada (...) para reafectar fundos e distribuir melhor os investimentos, reforçando mesmo algumas áreas, como será, certamente, o caso da educação”.

Dia 11 de Março. Puro golpe de estado. Duro golpe na educação.

Contrariamente ao que os socialistas querem fazer crer, os cortes na educação não são de agora. Em 2001 o Governo Regional deixou por executar 25% do investimentos que tinha previsto – quase sete milhões de euros – e no corrente ano cortou 9%, mais 2,3 milhões de euros.

Onde param os 10 milhões de euros? Nada adiantam as juras do senhor Presidente do Governo de que os Planos que o PS aprova “são para valer”.

Não há desculpa para tanta culpa. Nas construções escolares falham as prioridades, falha o calendário de execução e a gestão financeira resvala para níveis inadmissíveis. Estas, sim, são as razões verdadeiras das alterações que o Governo traz à Assembleia.

“É absolutamente necessário que o Governo só faça e só se comprometa a fazer aquilo que tem possibilidade de pagar”, dizia há poucos dias o senhor Presidente do Governo Regional.

Ainda bem que descobriu esse valor da política. É bom que o propósito seja mesmo para valer, porque até agora não se vislumbrou qualquer verdade orçamental.

Para que não fiquem dúvidas, citemos dois casos, entre vários possíveis: as obras de construção da EB/JI da Carreirinha vão ser concluídas pelo terceiro



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

ano consecutivo; o projecto de execução da reparação da EB2,3 Roberto Ivens já leva quatro anos de elaboração. Como se comprova, rigor é coisa que não se vê.

Repetidamente temos afirmado que a programação das construções escolares falha cada ano que passa, com inevitáveis repercussões orçamentais e elevado prejuízo para a qualidade do ensino.

Nos próximos dois anos o Governo consigna seis vezes e meia a verba que destinara nesse período para a EB2,3 dos Ginetes. Na EB2,3/S Bento Rodrigues vai gastar mais 150% do que havia planeado, no Nordeste mais 80% e em Santa Cruz da Graciosa mais 70%. Convenhamos, o erro é grosseiro.

O senhor Presidente do Governo Regional já reconheceu o seu engano quanto aos custos da reconstrução. Com humildade tem de confessar que se enganou com os números da educação.

Manda também a verdade dizer que as obras são adiadas por culpa exclusiva deste Governo socialista. O rol é grande, mas vale a pena lembrar alguns casos.

Desde 1999 que o Governo se compromete a iniciar a EB+EA de S. Carlos e para o efeito já inscreveu mais de quatro milhões de euros. Nem a primeira pedra lhe assentou. Nesse mesmo ano de 99, prometeu igualmente o começo das obras da EB+EA da Levada e da ESG/B da Horta, destinando-lhes dois milhões e meio de euros. O resultado é o que se vê, ou melhor, o que não se vê.

Onde param tantos milhões? É preciso decisão e não apenas discurso.

Não basta arrolar acções e preencher dotações. É preciso demonstrar capacidade para as realizações.



Quem são os culpados do adiamento destas obras, prometidas anos a fio? A culpa não morre solteira e tem um rosto: o Governo Regional socialista.

Sr. Presidente, a educação não está em boa mão e para este Governo não é um factor estratégico na valorização dos recursos humanos dos Açores. Inexplicavelmente, este sector definha-se na reprogramação financeira que o Governo traz ao Parlamento, perdendo peso relativo no conjunto do investimento previsto até final da legislatura – de 10,5% para 9,3% em 2003 e de 11,3% para 7,5% no ano seguinte. Ainda assim, com os recursos financeiros postos à disposição da Região, era possível fazer mais se se apostasse decididamente em programas com elevada comparticipação de fundos comunitários, como é o caso das construções escolares (60,3%). Com apenas 300 mil dos cinco milhões e 170 mil euros da dotação da Ciência e Tecnologia, por exemplo, era possível inscrever uma verba idêntica à que o Plano de 2002 previa para iniciar as obras da Escola de S. Carlos. E bastava que a insignificante transferência de 0,4% da dotação daquele programa para se dispor dos meios necessários ao arranque do processo da EB1,2,3/JI da Ponta Garça.

Há, portanto, uma nítida inversão dos objectivos políticos para o sector. A educação deixou de ser uma prioridade ou o Governo reconhece que não é capaz de fazer mais obra? Provavelmente uma coisa e outra!

Em Maio do ano passado dizíamos que muitos das acções programadas por este Governo, no domínio das construções escolares, seriam adiadas para o fim da década que então se iniciava. Infelizmente, para milhares e milhares de crianças açorianas não nos enganámos. Vinte uma das 49 acções programadas foram eliminadas pelo Governo e ainda não chegamos a meio da legislatura.

O PS traiu as suas promessas, é refém da sua incompetência, dos seus atrasos, dos seus adiamentos e incumprimentos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Este é um Plano inclinado. O seu valor cai à medida que o tempo passa, à imagem do PS que entrou em fim de ciclo.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado José Rego. Dispõe de 3 minutos.

Deputado José Rego (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Joaquim Machado não deve ter olhado nem lido com cuidado os documentos que estamos a discutir agora nesta Casa.

Quando o senhor diz que este Plano e este Orçamento não apresenta uma prioridade para a educação, é atirar areia para os açorianos.

Basta só dizer que o programa das construções escolares é o segundo maior programa deste Plano a seguir ao Programa do Sismo, e fica a muita distância de todos os outros programas das várias Secretarias deste Governo.

A prioridade deste Governo mantém-se, quer no seu plano de investimentos, quer no orçamento da despesa. A educação é primeira em toda a linha neste Plano e neste Orçamento.

O Sr. Deputado Joaquim Machado vem pôr em dúvida os milhões de contos que se têm gasto na educação nos Açores. Nós não temos dúvidas desses milhões de contos investidos na educação e os açorianos que nos estão a ouvir sabem muito bem as intervenções que estão a ser feitas e que já foram feitas nestes 6 anos pelo Governo do PS.

Poderia começar pela Ilha do Corvo onde lá está uma escola feita por este Governo e que tem o seu problema resolvido por muitos anos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Se passarmos à Ilha das Flores, a intervenção de adaptação da Escola ao Ensino Secundário que hoje estamos a fazer. é outro exemplo.

Se quiser passemos pelos Açores todos e vamos à ilha de Santa Maria onde a adaptação que estamos lá a fazer na Escola está a custar mais do que o que fizeram no passado, não só pela sua qualidade, mas pela necessidade de adaptação ao ensino secundário.

Portanto, em relação aos investimentos eu julgo que toda a gente sabe onde é que eles estão.

No 1º Ciclo acho que ninguém tem dúvidas, apesar de sabermos que há dois ou três concelhos dos Açores que necessitam ainda das respectivas intervenções.

Projectos há que têm sido adiados, não temos dúvidas e não estamos cá para enganar os açorianos, mas sabemos que alguns dos investimentos que estamos a fazer são de qualidade e necessários para muitas das ilhas dos Açores.

As prioridades têm sido definidas por nós e somos nós os responsáveis por essas prioridades.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando o Sr. Deputado Joaquim Machado sobe àquela tribuna brinda-nos invariavelmente com intervenções reaquecidas. Não há originalidade, não há criatividade.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Podia começar a sua intervenção assim: “vide Diário das Sessões de Março ou Abril”, ou seja, as suas intervenções são repetitivas, cansativas, já não nos surpreendem, já não nos assustam, já não nos animam; deixam-nos simplesmente um estado de indiferença completa.

Diz o Sr. Deputado que não há investimento na educação. É verdade que foi feita uma reprogramação financeira e deviam ser os senhores os primeiros, que aplaudem com tanto entusiasmo a contenção do Governo da República, a perceber que a reprogramação que este Governo Regional faz, na linha do que está a ser feito a nível nacional e perante o contexto de condição nacional, é a mais prudente, é a mais indicado e deveriam, numa situação de coerência, aplaudir também as nossas opções perante isto, mas não, o que fazem, incoerentemente e tentando ludibriar os açorianos, é aplaudir o Governo da República e criticar o Governo Regional.

Perante isto, só há uma conclusão a tirar: os Srs. Deputados do PSD gostam dos açorianos, mas gostam muito mais do seu Governo da República.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

A Oradora: Diz o Sr. Deputado que não há investimento na Educação. Não é possível perceber isso, Sr. Deputado.

Em 96 quando este Governo herdou a pasta da educação, o investimento total na Região era da ordem de um milhão de contos. No ano imediatamente a seguir quadriplicou.

Portanto, se o senhor acha que não há investimento agora nem houve durante estes anos na educação, na vossa altura achava que havia muito menos e percebo que deveria estar muito mais triste do que está neste



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

momento, porque se isto é não ter investimento na educação, então digam-me o que é que é.

Nos 6 anos de governação socialista construímos diversas escolas, reformulou-se por completo e ainda está curso a rede escolar do 1º Ciclo. Construíram-se escolas de raiz fundamentais nesta Região.

O senhor fala do atraso da Escola de São Carlos, sabendo perfeitamente que temos neste momento na Ilha Terceira um dos maiores investimentos da Região a nível da educação, na ordem de 2,2 milhões de contos, que é a Escola Francisco Ornelas na Praia da Vitória, que os senhores ignoraram que era uma escola carenciada, necessitada e que durante anos teve numa situação vergonhosa, desde o sismo de 1980, em que os alunos tinham aulas em módulos sem janelas, sem ventilação adequada e em condições sub-humanas e que os senhores agora fingem ignorar que acontecia.

Voices da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

A Oradora: Portanto, é falso que não haja intervenção deste Governo na educação.

Querer fazer este discurso é uma fatalidade que o PSD assume, que gosta de atirar aos olhos dos açorianos, que não corresponde de forma nenhuma à realidade e que por todo os Açores há provas que contrariam esse discurso fatalista que os senhores insistem em impor a este Governo.

Voices da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:



Começando pelo fim, até porque, como cavalheiro, devo dar sempre prioridade às senhoras e, portanto vou responder à Sra. Deputada Cláudia Cardoso devolvendo-lhe alguns dos elogios que procurou fazer.

De originalidade, V. Exa. também não tem nada e se eu não tenho é porque este Governo não o permite, porque este Governo continua a não acertar o passo, passados dois anos em termos de política de educação, como, aliás, acontece em muitas outras áreas.

Portanto, quando o Governo não acerta o passo, quando continua a insistir nos erros, obviamente que a avaliação e a crítica têm que existir sempre nesses mesmos domínios.

Relativamente aos cortes que a senhora agora procura justificar, eu esperava que me justificasse por que é que em 2001, quando não havia nenhuma crise financeira nem dificuldades e o Governo não era do PSD e PP, o Governo Regional deixou de executar 25% das verbas que tinha previsto de investimento na área da educação e logo à cabeça por que é que cortou mais de 9%.

É um facto que a educação não é uma prioridade, porque perde 31% em 2003 e 49,3% em 2004, relativamente ao que estava previsto.

Mas mais do que isso é quando nós fazemos a relação percentual do peso que a educação tem no conjunto do Plano, que também perde. Há aqui uma inversão de valores.

Mas, há ainda mais do que isto: sabe que na ante-proposta do Plano que foi apresentada aos parceiros sociais, a educação tinha uma verba que era de 81 milhões de euros e passados uns dias a proposta que entra neste Parlamento já não é de 81 milhões, é de 77 milhões. A educação perde sempre cada vez que o tempo passa, mas perde mais ainda, perde também nas despesas correntes que o Sr. Deputado Cabral Vieira diz que são de



investimento. É verdade que são, mas também aí as despesas da educação perdem peso relativo no conjunto das despesas da administração e basta consultar um quadrozinho das despesas desagregadas por departamentos e, efectivamente, elas crescem 6%, enquanto as outras vão no dobro.

Portanto, sobre isto também estamos conversados.

E mais do que isto estava à espera que viessem justificar por que é que, e agora a meio da legislatura, 21 das 49 acções programadas são eliminadas.

Sr. Deputado José Rego, o senhor é um homem de fé, – o menos essa virtude eu reconheço – porque, de facto, veio-nos aqui dizer que vão arrancar novamente escolas que em 99 e 97 o Sr. Secretário da Educação já as apresentava aqui, como é o caso da Escola de São Carlos.

Como é que eu posso aceitar que haja verdade na política que este Governo Regional faz, quando o Sr. Presidente do Governo vai à televisão dizer que a Escola Roberto Ivens atrasou a sua construção por causa dos cortes do Governo República, quando ela não arranca, porque não tem o projecto concluído, apesar de há 4 anos consecutivos o Governo ter vindo a dizer que elabora o respectivo projecto?

Como é que eu posso admitir que se faz política com verdade, quando o Sr. Presidente do Governo vai à televisão dizer que a Escola de São Carlos é atrasada para 2004 por causa dos cortes do Governo da República, quando em 99 nos documentos apresentados a esta Casa já o Sr. Presidente do Governo e o Sr. Secretário Regional prometiam iniciar essas obras?

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Com esta falta de rigor eu não posso admitir e, portanto, já estou aqui há dois anos e estarei por mais dois anos a fazer as mesmas críticas sem originalidade, porque este Governo não tem originalidade,



criatividade, nem capacidade para realizar as obras que ele mesmo prometeu aos açorianos.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Joaquim Machado:

Procurando censurar o Governo, o senhor não fez mais do que censurar-se a si próprio, ao seu partido e ao património político que o PSD tem em matéria de educação.

Gostava de referir que o PS não traiu promessa nenhuma. O PS ganha apostas, cumpre promessas e desenvolve os Açores com um modelo de desenvolvimento claramente centrado na educação, na qualificação das pessoas, no desenvolvimento económico e na preservação do ambiente.

O Sr. Deputado Joaquim Machado afirmou aqui questões que têm a ver com assuntos de foro financeiro que já foram aqui suficientemente explicados pelos Srs. Secretários. No entanto, Sr. Deputado, eu acho verdadeiramente incrível que uma pessoa que conhece a educação, como eu sei que o senhor conhece, não reconheça as enormes transformações, a grande obra que o PS e este Governo tem no domínio da educação.

Este Governo está a transformar os Açores, está a transformar a educação fazendo da educação um aspecto central da governação.

O PS já não faz fábricas de aulas como os senhores faziam, como eu próprio estudei nelas e muitas outras pessoas, em que o senhor também deu aulas nessas escolas.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O PS hoje faz escolas de grande qualidade, com laboratórios, com anfiteatros, com todas as qualidades para os alunos poderem ter conhecimento com a ciência, com a tecnologia e com as questões mais avançadas da educação. Seria muito importante que nós tivéssemos aqui essa perspectiva.

É muito importante as pessoas perceberem que, apesar do PSD insistir num registo de falar mal, do deita abaixo, do não presta, do não há confiança, o PS continua determinado, continua com confiança nos Açores.

Deputado João Cunha (PSD): Os Açores é que já não têm confiança nos senhores, o que é diferente.

O Orador: Nós temos uma obra da qual muito nos orgulhamos. Nós orgulhamo-nos muito daquilo que estamos a fazer e vamos continuar a fazer, para desespero dos senhores, da educação um sector central da acção governativa.

Sr. Deputado Joaquim Machado, queria dizer-lhe ainda que, apesar de insistir nesse registo de pessimismo, de descrença e de uma teoria verdadeiramente catastrófica como nós já assistimos aqui, o senhor tem que reconhecer que nos Açores existe uma obra, na área da educação, verdadeiramente impressionante e os açorianos sabem, embora haja pessoas que não circulam de ilha para ilha e não conhecem em absoluto a identidade mais profunda da acção deste Governo, nomeadamente na área da educação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Termino desejando uma mensagem de confiança ao Governo, uma mensagem de confiança ao Sr. Secretário da Educação que, apesar dos constrangimentos e de algumas dificuldades, continua determinado e empenhado. É esta a mensagem que deve ficar no desenvolvimento do



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

sistema educativo que muitas vezes, tendo que refazer escolas que o PSD construiu, não pôde aí avançar ao ritmo que nós desejávamos na consolidação e na expansão da rede escolar dos Açores.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

Deputado José Rego (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Joaquim Machado, o senhor continua a pôr em dúvida que a educação é prioridade deste Governo, mas que é aqui que os ditos milhões estão, acho que não há dúvidas nenhuma.

Pode dizer que desapareceram 21 acções na área da educação, mas eu não tenho dúvidas nenhuma, ninguém é cego e toda a gente as vê.

Todavia, o senhor já ouviu por mais do que uma vez nesta Casa, explicado por mim, que os investimentos na área da educação e alguns investimentos na Região Autónoma dos Açores estão sobreaquecidos em termos dos concursos públicos.

O senhor não tem dúvidas nenhuma de que as obras hoje não têm nada a ver com as do passado.

O senhor poderá ter razão quando diz: “mais tarde custará mais”, mas aqui não tem sido só uma questão de inflação. O custo por metro quadrado de qualquer obra nesta Região tem aumentado nos últimos anos e como referência dou um exemplo de duas escolas importantes para a Ilha de S. Miguel, uma na freguesia da Maia que levou a que 600 alunos saíssem da



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Ribeira Grande para esta freguesia e uma escola semelhante a construir neste momento nos Ginetes está a custar mais um terço do que aquela outra escola, mais cara que a escola da Lagoa que foi terminada no ano que esta iniciou.

Portanto, não é só uma questão de se dizer que os milhões desaparecem. As prioridades são definidas por nós, pelas necessidades que nós temos, mas também é preciso ter em conta quanto é que custa cada escola quando se coloca no mercado.

Relativamente às duas escolas por mais do que uma vez anunciadas e que hoje o Sr. Deputado vem falar, eu tenho a certeza que as posso anunciar hoje, porque os projectos estão definitivamente prontos e ouvimos na Comissão que bastam alguns meses para pôr essas escolas na rua.

No passado, tenho algumas dúvidas, quando elas foram prometidas, que nem sequer em papel estavam e hoje os projectos para essas mesmas escolas são já uma realidade.

Presidente: Tem a palavra para esclarecimentos o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas um minuto para três notas.

Sobre o aquecimento não é tanto das obras, mas o que houve foi uma sobrevalorização daquilo que este Governo queria fazer e sabia que não podia e tanto sabia que, quando foi discutido o PMP em sede de Comissão, o Sr. Secretário Regional disse: “o grau de incerteza a partir de 2002 nos investimentos é maior. Há intenção política, disponibilidade técnica, mas há incerteza financeira”.

Deputado José Rego (PS): Foi com consciência que ele disse isso.



O Orador: Portanto, já nesta altura o Sr. Secretário já sabia que não podia fazer o que prometia e por se falar em promessa, reafirmo: “o PS trai as suas promessas”.

Na vossa campanha eleitoral de 2000, na área da educação, para S. Miguel a primeira proposta era a construção da Escola de Ensino Artístico de Ponta Delgada. Portanto, continua a trair as suas promessas.

Deputado José Rego (PS): E assumimos.

O Orador: Relativamente à obra do PSD, sobre essa não tenho quaisquer dúvidas e volto a repetir que construímos de raiz as escolas Canto da Maia, Arrifes, Capelas, Rabo de Peixe, Nordeste, Vila Franca, Lagoa, Laranjeiras, Vitorino Nemésio, Vila do Porto, Preparatória de Angra, Biscoitos, Praia da Vitória, Graciosa, Velas, Calheta, Madalena, S. Roque, Lajes, Santa Cruz das Flores e deixámos em construção a do Corvo.

Muito obrigado.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo de Meneses): Isso é a lista das nossas obras.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Joaquim Machado, o senhor, como já lhe disse a algum tempo, insiste em ser empreiteiro, insiste em trazer a esta Câmara a Carta Escolar e as 21 acções que, como todos sabemos, desaparecem.

O senhor sabe o que é que eu lamento nisto tudo? Lamento que o seu governo não tenha sabido aproveitar bem, porque se o senhor tivesse sido Secretário da Educação, nós hoje não tínhamos escolas para construir. O senhor tinha feito as escolas todas que haviam para fazer.



(Risos da bancada do PS)

Portanto, foi pena o seu governo não o ter sabido aproveitar. Não soube e hoje temos esse rol de escolas, que o senhor acabou de nomear, em reconstrução, como, por exemplo, no Nordeste estamos a construir uma escola nova, a dos Biscoitos que estava num estado calamitoso e que fizemos reparações o ano passado.

Deputado João Cunha (PSD): A senhora não faz em sua casa que está a chover dentro.

Deputado Renato Leal (PS): Aqui também chove.

A Oradora: Faço, sim senhor, mas não faço na ordem que temos feito nas escolas que os senhores construíram.

A rede do 1º Ciclo teve de ser toda reformulada, porque os senhores deram-nos escolas de má qualidade, que não serviam os nossos alunos.

Sr. Deputado, a escola da Graciosa está a ser remodelada porquê? Porque a escola que os senhores nos deixaram tinha uma péssima qualidade e o nosso “fado” agora é reformular tudo isto.

Em relação à Carta Escolar...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Eu não falei na Carta Escolar.

A Oradora: Não falou, porque até já tem receio de falar nela.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não tenho.

A Oradora: ... o senhor sabe perfeitamente que foi dos melhores instrumentos que este Governo trouxe e é por isso que não fala nela.

O senhor, desde o primeiro momento em que aqui entrámos, insiste nas construções escolares. Desde o início da legislatura que os senhores falam em construções escolares para fazer esquecer aos açorianos, porque pensa que consegue fazer esquecer, porque pensa que os açorianos são o mesmo



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

povo que era na altura em que os senhores foram governo, mas não são. Os açorianos hoje em dia são exigentes, esclarecidos e determinados.

(Vozes inaudíveis da bancada do PSD)

A Oradora: Peço desculpa, Sr. Presidente, mas não consigo falar desta maneira.

Presidente: Srs. Deputados, deixem a Sra. Deputada intervir e depois terão oportunidade de responder.

A Oradora: O senhor insiste em falar nas construções escolares simplesmente porque, em termos de política educativa, este Governo tem política educativa e é esta política educativa que este Governo tem prosseguido que faz com que os senhores só falem da construção escolar.

Felizmente, a educação não é apenas construções escolares e os senhores insistem nisso porque sabem que foi este Governo que fez a Carta Escolar, que foi este Governo que integrou nas escolas alunos com necessidades educativas especiais, que foi este governo que construiu escolas básicas integradas, que é uma coisa que os senhores no vosso tempo nem sonhavam, que é este Governo que criou condições nas escolas para que haja um ambiente aprazível de estudo e não apenas armazéns de alunos como a escola, à qual eu pertenço ao quadro, era na vossa altura.

Portanto, é por saber que este Governo tem política educativa que o senhor só fala em construções escolares.

Felizmente que a política educativa deste Governo não se resume apenas às construções escolares. É por saber isso, é por querer fazer ignorar e esconder isso perante os açorianos que os senhores insistem apenas em falar de blocos e cimento.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Srs. Deputada.

Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

Deputado José Rego (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Joaquim Machado:

A lista de escolas que o PSD fez foi importante para a Região no sentido de levar a escolaridade obrigatória a todos os concelhos dos Açores.

Todavia, o Governo do PSD fez três ou quatro escolas de qualidade nesta Região e esta lista que o Sr. Deputado Joaquim Machado falou, toda ela já foi intervencionada por este Governo, em algumas escolas por duas vezes, como foi o caso da Canto da Maia.

O Sr. Deputado sabe que o projecto que arranjaram para esta Região foi um mau projecto e basta vermos as péssimas escolas, começando por Santa Maria, pelo Nordeste, pela Vila Franca e por todas as ilhas dos Açores.

Relativamente a boas escolas dou como bons exemplos do vosso Governo a das Laranjeiras, a Vitorino Nemésio, na Praia da Vitória e a Cardeal Costa Nunes, na Madalena, que nós acabámos de construir e pagar. Tudo o resto está a ser reconstruído paulatinamente, concelho a concelho, nesta Região.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Apenas dois ou três esclarecimentos relativamente à intervenção do Sr. Deputado Joaquim Machado.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Primeiro, a escola do Corvo não foi feita pelos senhores. Foi a última escola que o senhor disse que tinham começado a fazer, mas não fizeram rigorosamente nada. A única coisa que fez o então Secretário Bento Barcelos foi lançar um concurso no mês de Setembro para 4 escolas, para as quais não tinha nem projecto, nem muitos dos terrenos.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem!*

Deputado Bento Barcelos (PSD): Tinha terrenos.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: Não tinha e tanto não tinha que fomos nós que os comprámos e pagámos e o senhor sabe disso.

Foram quatro escolas que os senhores lançaram a concurso e que não tinham nem projecto e em algumas delas nem tinham os terrenos e este Governo é que os pagou. Posso falar do caso concreto da Horta que o senhor pôs a concurso no mês de Setembro e não tinha os terrenos.

Sr. Deputado Joaquim Machado, um exemplo muito concreto dessas escolas todas que o senhor anunciou é a do Nordeste, porque tive o prazer de estar presente na cerimónia do lançamento da primeira perda de ampliação da escola em que o Sr. Presidente da Câmara, do seu partido, disse que agradecia o empenhamento directo e pessoal do Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura naquela obra, porque se ia gastar mais dinheiro naquela obra do que ela tinha custado de raiz, exactamente porque ela tinha sido mal feita e tinha deficiências graves de construção que, passados 20 anos, era preciso corrigir.

O mesmo se está a fazer em Santa Maria e o mesmo se fez nas Flores.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O senhor faz essa lista, mas tem que acrescentar a ela o erro grave que foi a sua construção e por isso hoje estamos a gastar o dobro nesses edifícios para que os alunos tenham aquilo que os senhores não lhes quiseram dar.

Quando os senhores pedem transferências de competências, mais transferências de dinheiro, os senhores transferiram competências para as escolas, mas não lhes deram os meios.

Vozes das bancadas do PS e do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para que conste, vou fazer também uma elencagem das escolas feitas pelo Partido Socialista: EB/JI da Lagoa, EB/JI da Boa Hora, EB/JI da Carreirinha, EB/JI do Pico da Urze, EB/1,2,3 das Furnas, EB/1 da Conceição, Escola Secundária da Lagoa, EB/2,3 da Maia, Escola Básica Integrada do Corvo, Escola Francisco Ornelas da Câmara e outras em construção neste momento.

O Sr. Deputado Joaquim Machado sabe isto tão bem como nós sabemos e poderia dizê-lo aqui, mas não quer. A verdade é que poderíamos esperar algo mais do PSD, mas ele já nos habituou a não saber dar mais do que isto.

Muito obrigado.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Presidente: Não tenho mais inscrições para esclarecimentos e, portanto, está concluído o debate à volta da intervenção do Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Vamos suspender os nossos trabalhos por 10 minutos.

(Eram 11 horas e 30 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, agradeça que ocupassem os vossos lugares para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

(Eram 11 horas e 50 minutos)

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Francisco Fernandes.

Deputado José Francisco Fernandes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

“Em 1999 o Plano contemplava uma verba de 80 mil contos para repavimentação da estrada regional Santa Cruz/Lajes. Em 2000 100 mil contos. Para 2001 única e simplesmente nada”.

Estive a citar algumas palavras que desta tribuna disse aquando da discussão do Plano e Orçamento para o ano 2001.

Este é apenas um exemplo da prática política do passado recente que serve apenas e só para justificar a nossa total oposição à forma e ao conteúdo dos Planos anuais e à sua execução no que respeita à Ilha das Flores.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Esta é a verdade! Afinal o que agora é solenemente proclamado como sendo “reprogramação” (leia-se cortes nos investimentos previstos), afinal já existia!

Aliás, sempre existiu porque nasceu e cresceu pela mão dos Governos Socialistas. O exemplo que referi das estradas regionais na Ilha das Flores, demonstra que este Governo Socialista sempre programaram mal, executaram pior e cortaram a “torto e a direito” onde e quando lhes apetecia e as conveniências políticas aconselhavam.

Confirma-se, nos documentos que estamos a apreciar e que o Governo há muito havia assumido a política de total abandono das estradas na Ilha das Flores quando se prevê investir em tão importante sector a simbólica verba de 70 mil euros (cerca de 14 mil contos).

Parece-me que quanto a este assunto estamos conversados!

Que nos reserva então o Plano e Orçamento para o ano 2003?

Na sequência do que acabamos de dizer podemos afirmar que estes documentos nada trazem de novo para a Ilha das Flores.

É, pois, um Plano de continuidade que afastará ainda mais a nossa Ilha, em termos de desenvolvimento, das restantes Ilhas da nossa Região.

De uma “pancada” só cortam-nos cerca de um milhão e duzentos mil euros do que estava previsto no Plano a Médio Prazo.

Com esta política continuarão, pois, uma vez mais adiados os graves problemas que afligem os Florentinos.

Já aquando da visita do Governo Regional à Ilha das Flores em Setembro último, alguns desses problemas foram elencados e sumariamente apresentados ao Governo em “Memorando”, pelo Concelho de Ilha.

Na altura, o Partido Social Democrata nas Flores, em Comunicado, teve oportunidade de expressar o seu apoio e concordância com este documento



que encerra muitas das nossa preocupações e justas reivindicações dos Florentinos.

No entanto, a tudo isto o Governo faz “ouvidos de mercador”.

Das estradas aos portos passando pela Agricultura, Habitação, Saúde e Educação, as verbas inscritas neste Plano são claramente insuficientes para acudir a tantos problemas que este mesmo Governo tem vindo sucessivamente a adiar.

A propósito de portos e a título de exemplo, o Governo Regional diz em Comunicado no dia 18 de Setembro último que “a realização das obras do porto das Lajes está estimada em 5 milhões de euros” (um milhão de contos). No entanto, inscreve no Plano para 2003 – Programa 13 – infra-estruturas portuárias, uma verba de 500 mil euros (cerca de 100 mil contos).

Esta é a política socialista: anunciar milhões e dar tostões!

Se tivéssemos a infelicidade de termos mais Governos socialistas depois de 2004, e com este ritmo de investimento, as obras do porto das Flores só estariam concluídas daqui por dez anos.

E não ficamos mais tranquilos quando o Sr. Sub-Secretário Regional do Planeamento e Assuntos Europeus, diz na Comissão de Política Geral, aquando das audições sobre o Plano para 2003, que vai candidatar esta obra a Fundos Comunitários! A não ser que o Governo nos diga com clareza duas coisas: quando vai apresentar a candidatura e quais as garantias que tem da sua aprovação e conseqüente financiamento.

E que dizer das obras de reparação dos pequenos portos da Ilha que de ano para ano são adiadas e que neste Plano simplesmente desaparecem?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Os investimentos previstos para a Agricultura são igualmente escassos. É ver, por exemplo, o caso dos caminhos de penetração cuja verba, com certeza, não chega para tapar buracos.

Na habitação continuamos também a marcar passo. Como se pode dar resposta a tantos pedidos de apoio para a habitação degradada com uma verba prevista de 109 mil euros (cerca de 21 mil contos)?

É manifestamente pouco dinheiro para quem verdadeiramente quer resolver os problemas de habitação na nossa terra.

Na saúde tudo continua na mesma. Os médicos são poucos e os especialistas cada vez menos se deslocam à Ilha das Flores.

Não vislumbramos neste Plano nenhuma medida para inverter esta situação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Os transportes aéreos e marítimos de e para a Ilha das Flores devem merecer de todos nós, e em particular do Governo, especial atenção.

Esperamos que se revejam procedimentos e horários nomeadamente dotando a ilha das Flores com voos da SATA todos os dias da semana.

Deixamos também aqui a sugestão para que os horários dos transportes marítimos de passageiros, durante o Verão, sejam revistos de forma a que a Ilha das Flores possa beneficiar de uma maior frequência destas viagens.

Para terminar, Senhor Presidente e Senhores Deputados, quero lembrar a esta Câmara que o Plano e Orçamento para 2003, com um total de verbas previstas no montante de três milhões e trezentos mil euros (cerca de 660 mil contos), representa um dos mais baixos índices de investimento público dos últimos anos na Ilha das Flores.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Pelas razões apontadas e muitas outras que, por falta de tempo não posso aqui deixar, quero reafirmar que este Plano não serve os interesses e as legítimas expectativas dos Florentinos.

Ficamos com a ideia de que este Governo Socialista está farto de nós, já que este documento revela falta de ideias, ausência de medidas e sobretudo ânimo e vontade política para resolver os graves problemas que a Ilha das Flores continua a enfrentar.

Resta, pois, aos Florentinos começar a preparar o futuro e com ele a esperança de novo Governo.

E o futuro político dos Açores não se constrói colocando “remendo novo em pano velho”.

O Partido Social Democrata, com a liderança do Dr. Victor Cruz é a garantia da mudança que democraticamente os Florentinos e os Açorianos em geral esperam e desejam e na altura própria darão o seu contributo.

Disse.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa.

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para deixar apenas nota de duas questões.

Obviamente ouvi com a atenção que me deveria merecer a intervenção do Sr. Deputado José Francisco Fernandes.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Relativamente à parte final e à “profissão de fé” que faz do seu líder, está no seu pleno direito e obviamente que não vou fazer qualquer comentário.

Apenas quero dar dois esclarecimentos objectivos.

O primeiro é relativamente à rede viária e quero dizer-lhe que partilho das suas preocupações. Não subscrevo o seu pessimismo e até final do debate V. Exa. irá perceber porquê e nessa altura provavelmente estará mais optimista relativamente a esta matéria.

Relativamente à questão que tem a ver com aquilo que referiu sobre a obra do porto, devo dizer-lhe que, como sabe, aquilo que está inscrito no Plano é a verba a transferir para a Junta Autónoma para que a Junta Autónoma depois candidate essa obra ao PRODESA no sentido de que ela possa ser realizada. Essa verba é apenas 15% do total previsto da obra.

O mesmo acontece, aliás, relativamente às obras dos portos de pescas, que são levadas a efeito pela LOTAÇOR e também relativamente à obra, e podia ter referido esse facto, prevista de ampliação da aerogare, a verba que lá está não corresponde àquela que vai ser investida e que já foi anunciada.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A análise dos documentos referentes ao Planeamento Regional sempre mereceram destaque na sociedade açoriana, na medida que eles deveriam ser documentos indiciadores da evolução económica e social da Região; por vezes esses documentos foram merecedores de atenção cuidada por parte dos agentes económicos e eram uma base segura de trabalho para a



administração pública regional. Mas, à medida que esses documentos, depois de aprovados não são executados ou são mal executados, perdem a sua credibilidade e tornam-se tão somente documentos que em qualquer altura serão alterados, o que prova que não foram cuidadosamente elaborados, ou ainda, os proponentes não foram capazes, nem tiveram o discernimento suficiente, de antever a médio prazo a evolução social e económica da sociedade. E, assim, aprovado um Plano de Médio Prazo em Abril de 2001, passado ano e meio, estamos a analisar uma alteração profunda ao documento então aprovado, e não se venha dizer que isto tem a ver com as mudanças políticas a nível Nacional; isto tem a ver, fundamentalmente, com a incapacidade deste governo em executar o programado e ainda no facto do Governo Regional, ter feito, opções diferentes daquelas que tinha há um ano e meio, opções essas que fundamentalmente sacrificam o desenvolvimento de muitas Ilhas. Mas vamos analisar esta opção do Governo Regional relativamente à Ilha das Flores.

Um plano de desenvolvimento deveria espelhar com clareza uma evolução equilibrada relativa a todas as Ilhas. No Plano de 2003, nas verbas desagregadas, a Ilha das Flores fica contemplada com 1% das verbas atribuídas ao Plano, e desses 1%, correspondentes a pouco mais de dois milhões de euros, 50% estão comprometidos com dois Programas. Um, infraestruturas portuárias, destina-se ao início da recuperação do porto, obra que é consequência duma catástrofe que se abateu sobre a Ilha, que pôs e põe em risco o porto acostável, cuja recuperação já se deveria ter iniciado, e cuja verba atribuída duvidamos que seja suficiente para a recuperação que o Porto das Flores necessita; o outro, o Programa 10, sistema de incentivos, ao qual se atribui 650.000 euros para as Flores e



desde já, duvidamos que no final de 2003 o Governo Regional tenha executado materialmente aquela verba na Ilha.

Também duvidamos seriamente que os 456.528 euros consignados para as Flores no Programa da actividade científica e tecnológica tenha execução material nas Flores em 2003.

Mas, dizendo de outro modo, da totalidade da escassa verba atribuída às Flores, os Incentivos com 27,8% e a Ciência e Tecnologia com 19,5%, terão em conjunto 47,3%, ou seja, quase metade da verba atribuída no Plano para aquela Ilha. Repetimos, duvidamos que estas verbas sejam executadas integralmente na Ilha.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo: O Plano para 2003 continua a ser descredibilizado quando não contempla verbas para acções necessárias e fundamentais para o desenvolvimento da Ilha e com as quais o Governo Regional tinha-se comprometido perante esta Assembleia e perante os florentinos.

Em vários documentos e por diversas vezes o Governo Regional comprometeu-se com a recuperação das Estradas Regionais das Flores, e mesmo no PMP 2001 – 2004 inscreveu a “correção e reabilitação da Estrada Regional de Santa Cruz à Ribeira da Cruz”; se o Plano para o corrente ano se estivesse a cumprir poder-se-ia já ter executado 249.399 euros, mas nada se executou; no PMP 2001 – 2004 estavam previstos 1.496.394 euros para o ano de 2003 e a mesma importância para 2004. Com as propostas que estamos a analisar o Governo Regional pura e simplesmente desistiu da correção e reabilitação da estrada e em 2003 apenas estão previstos 70.000 euros para as estradas regionais das Flores, o que é muitíssimo pouco, é mesmo uma verba insignificante.



Valerá a pena lembrar que as estradas regionais das Flores encontram-se em péssimas condições, em condições tão más como não se encontravam há muitos anos, tornando a circulação viária cada vez mais difícil, estradas essas completamente ao abandono e, com os planos em análise, não haverá qualquer esperança dos florentinos terem estradas regionais em condições minimamente aceitáveis e nos próximos 2 anos.

No Plano para 2002 o Governo Regional contemplava o “estudo e projecto e lançamento da empreitada da Aerogare das Flores”; estudos o Governo Regional já fez e já apresentou dois, sobre o lançamento da empreitada nada nos consta e em vez dos 149.639 euros previstos no Plano 2001 — 2004, para 2003 o Governo Regional apenas orçamenta 75.000, ou seja, a aerogare a este ritmo levará muito tempo, digamos muitos anos, antes da sua remodelação, há muito prometida, mas que continua e continuará promessa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo: Quando se analisou o PMP 2001 — 2004 o Governo Regional comprometeu-se apoiar a Santa Casa da Misericórdia das Lajes das Flores no sentido da construção do lar de idosos, a concluir em 2004. Mas, com a mesma facilidade com que assumiu esse compromisso, o Governo Regional agora faz tábua rasa do compromisso e pura e simplesmente desistiu da construção da Casa de Repouso nas Lajes das Flores.

E, agora, também desaparece o edifício para a Creche e Jardim de Infância da Casa do Povo das Lajes das Flores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo: O Governo Regional em visitas estatutárias às Flores apresentou os seus projectos de porto de recreio nas Lajes e de edifício polivalente para as instalações do Clube Naval, os quais vão continuar em projecto durante a



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

vigência deste Governo. Também duvidamos que se cumpram muitos outros dos compromissos assumidos no passado, tais como a conclusão da estrada da volta da Ilha de modo a se poder transitar da estrada das Lombas em Ponta Delgada ao Morro Alto, a melhoria dos caminhos agro-silvo-pecuários, a correcção e repavimentação da estrada do topo Norte da pista do aeroporto, melhorias nos diversos portos de pesca (nomeadamente no de Ponta Delgada), a reconstrução do edifício do Posto Meteorológico, a recuperação e integração no Museu das Flores da Fábrica da Baleia de Santa Cruz, etc.. Assim, nas Flores vamo-nos contentar com a adaptação da Escola Padre Maurício de Freitas ao Ensino Secundário, obra prestes a terminar, e com o início das obras de recuperação do porto, destruído em consequência de intempéries.

Com um nível tão baixo de investimento, mesmo em relação ao todo regional, as Flores está a ver atrasar o seu desenvolvimento.

Para as Flores, este Plano e Orçamento é altamente penalizador. É negativo. Não serve, nem nos dá uma perspectiva de futuro. Por mais dois anos vamos permanecer a aguardar por dias melhores.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa.

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Valadão:

Ouvi a sua intervenção e a primeira ideia que me veio à cabeça foi que errar é humano, mas persistir no erro também já é teimosia.

Eu tinha acabado há dois minutos atrás de deixar a nota de que há verbas inscritas no Plano, e V. Exa. sabe disso, que são a componente regional de determinados financiamentos e olhando para os mapas de financiamento



que estão no final do Plano, percebe-se que há projectos e acções que serão realizados por outras entidades, nomeadamente empresas de capitais públicos ou serviços autónomos e não directamente pela Administração Regional.

Isto é verdade, nomeadamente para aquilo que referiu em relação à aerogare e também é verdade, mais uma vez o friso, relativamente à reabilitação e recuperação do porto das Lajes.

Relativamente a uma outra questão que também já ontem foi aqui afluída pelo seu líder de bancada e que V. Exa. voltou a insistir nela, mas é verdade, Sr. Deputado, que se diga que o que é fundamental e o que é a política deste Governo, e merece o nosso acolhimento e a nossa concordância, é dar resposta às efectivas necessidades das populações e foi isso que, no caso concreto dos idosos das Lajes das Flores, este Governo fez.

Obra física só deverá ser feita, porque os recursos são parcos e as necessidades são muitas, quando realmente não há outra hipótese.

Nas Lajes das Flores, e diga-se em parceria quer com a Santa Casa da Misericórdia local, quer com a Câmara Municipal daquele Concelho, foi possível encontrar uma solução que passou pela adaptação de imóveis existentes, que está já implementada e que vai dar resposta às necessidades actuais, perante o recenseamento feito dos idosos do Concelho das Lajes das Flores.

Não há necessidade de se construir só pelo gosto de se ver crescer ferro e cimento.

A resposta é dada em função das pessoas e para as pessoas e esta resposta – V. Exa. há-de convir e há-de fazer essa justiça ao Governo Regional – está efectivamente a ser dada.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O parecer do Conselho de Ilha relativamente aos documentos que estamos a analisar, embora diga que considera positivas as dotações atribuídas a esta ilha, nomeadamente a recuperação do porto das Flores, percebeu como é que é o esquema de financiamento destas obras.

No entanto, esse mesmo Conselho também diz que não pode deixar de pugnar pela urgência que deve presidir ao arranque efectivo da reabilitação da rede viária da responsabilidade do Governo Regional.

É óbvio que compete a esta Assembleia aprovar o Plano e o Orçamento do Governo Regional.

O Governo Regional fez uma proposta certamente com os condicionalismos e os constrangimentos que todos nós conhecemos e que já foram por demais debatidos e por demais escarpelizados.

Os documentos têm timings de elaboração e este parecer é datado de 19 de Setembro de 2002.

Agora, volto a frisar que os documentos são aprovados nesta Casa e o que lhe posso garantir é que a posição que o Conselho de Ilha assumiu neste matéria é uma posição com fundamento, é uma posição que tem razão de ser e que da nossa parte merece concordância e que, por isso mesmo, estamos em conformidade.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que terminasse, pois já ultrapassou largamente o seu tempo.

O Orador: Já terminei, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado.

Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O Sr. Deputado Herberto Rosa veio em defesa daquilo que, em nosso entender, cada vez é menos defensável, ou seja, veio dizer-nos que, apesar de tudo, este novo sistema de financiamento das Flores é aceitável.

Aliás, o Sr. Deputado Herberto Rosa faz-nos lembrar outros políticos das Flores que também por aqui passaram que, quando o seu governo abandonava a ilha, faziam aqui muita força nessa defesa até chegarem à conclusão de que tinham errado. No passado isso também aconteceu e aguardo que no presente isso também venha a acontecer.

Em relação à ilha das Flores, Sr. Deputado, este Plano será um dos piores, senão o pior de há muitos anos e só comparável com um, já lá vão quase uma dúzia de anos.

Sr. Deputado, o senhor diz que o problema que se põe em relação à aerogare e em relação ao porto é precisamente de financiamento. No entanto, em 2001 quando se aprovou o anterior PMP o financiamento era exactamente igual àquele que é neste momento e nessa altura era necessário o dobro da verba para executar a aerogare, mesmo atendendo ao financiamento que já na altura era igual.

Ora, é evidente que se se diminuiu uma verba que era necessária há dois anos para a mesma obra, essa obra vai andar mais devagar e a vida vai-nos confirmar isso.

Em relação ao problema das estradas, Sr. Deputado, se o Governo Regional estivesse a executar o Plano tinha obrigação de executar o que aqui foi aprovado, neste momento a obra estaria a avançar. O Plano deste ano fala no avanço da obra e ela não avançou.

Portanto, a reabilitação da estrada Santa Cruz/Ribeira da Cruz é assunto encerrado, pelo menos no que diz respeito a 2002 e nos documentos que estão em apreciação.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Neste momento, a obra já devia estar a avançar, o projecto já deveria ter sido feito há um ano e não há obra feita e a estrada está como todos nós sabemos.

Em relação à casa de repouso para a terceira idade nas Lajes das Flores, Sr. Deputado, o Governo não deu a resposta necessária, o Governo pôs nas mãos da Santa Casa da Misericórdia das Lajes a única saída que lhe deu, que foi adaptar duas casas da Rádio Naval para receber idosos que, para além de haver poucas condições, para além de não receber os idosos que é necessário, é apenas forçar uma entidade de solidariedade social a receber aquilo que lhe querem dar, aquilo que é possível, porque se não aceitasse não teria nada.

Foi por isso que a Câmara Municipal das Lajes e a Santa Casa da Misericórdia contentaram-se, repito, contentaram-se em utilizar a partir do mês que vem duas habitações para transformá-las em local onde irão estar alguns idosos.

Não é suficiente. É uma má solução e é uma solução que não contenta nem os idosos nem a Santa Casa da Misericórdia, nem a Câmara Municipal das Lajes das Flores. É uma situação imposta pelo Governo Regional. É uma má solução.

A única solução aceitável é, de facto, uma casa de repouso nas devidas condições.

O Governo Regional, apesar do compromisso assumido, fez tábua rasa desse compromisso, como disse na minha intervenção, e optou por uma má solução, má solução esta que tanto a Câmara Municipal como a Santa Casa da Misericórdia das Lajes têm esperança de que melhores dias possam vir e que, efectivamente, venham a ter a sua casa de repouso nas devidas condições.



Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia para esclarecimentos.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas uma explicação rápida e clara sobre dois aspectos importantes.

Relativamente à aerogare das Flores, o projecto aponta para um valor de 250 mil contos e o que é necessário é passar para a SATA 36 mil contos. Com as verbas que existem no Plano e com as que existiam antes, é suficiente para fazer a obra.

No próximo ano vai ser lançado o concurso e o senhor vai ver a obra efectivar-se.

Em relação ao porto das Flores, pensa-se que o projecto andarà à volta dos 900 a 1 milhão de contos. Nós temos inscritos 100 mil contos, ou seja, 500 mil euros, o que corresponde a um investimento de 660 mil contos, o que é praticamente suficiente. Se for preciso a própria Junta Autónoma entrará com a parte restante, ou seja, com cerca 300 mil contos o que corresponderá a uma verba de pouco mais de 45 mil contos para a Junta Autónoma.

Portanto, estas duas obras estão seguras e não há qualquer problema de deficiência no financiamento.

Estas obras vão ser levadas por diante o que significa que há participação da Junta Autónoma no caso concreto do Porto das Lajes das Flores, se as verbas não forem suficientes.

No caso da aerogare as verbas já foram todas passadas para a SATA, apenas aguardando que seja aprovada a resolução no Conselho do Governo para abrir o concurso.

Muito obrigado.



Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

Deputada Nélia Amaral (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Apenas para deixar clara a minha divergência em termos de metodologias de intervenção.

Enquanto que o Sr. Deputado Paulo Valadão considera negativa a adaptação de duas residências para prestação de apoio a idosos inseridos na comunidade em unidades pequenas que permitam uma humanização dos serviços, nós consideramos positivo.

Diria mesmo que seria muito melhor, se fosse possível, reduzir ainda mais as unidades grandes em benefício de construção de unidades ou de criação de unidades semelhantes.

Deputado Manuel Campos (PS): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

Deputado Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Valadão:

Fique V. Exa. tranquilo, que eu, da minha parte, estou.

Estou tranquilo, porque este Governo tem obra feita nas Flores, está a fazer obra e tem projectada, em curso e para realizar no próximo futuro obra importante nas Flores.

É evidente que houve deslizamentos de algumas iniciativas.

“Sol na eira e chuva no nabal” era o que nós gostaríamos todos de ter, mas, infelizmente, o pragmatismo leva a que assim não seja.

No entanto, se é verdade que há deslizamento de algumas obras, também não é menos verdade que os objectivos consagrados, quer em termos de compromissos eleitorais, – não gosto da palavra “promessas” que tem outra



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

conotação – quer em termos daquilo que foi traduzido no PMP, esses compromissos mantêm-se.

Quero aqui reiterar, porque V. Exa. insinuou que não seria assim, que não há absolutamente nenhuma obra, nenhum compromisso, nenhuma iniciativa que o PS tenha proposto para a ilha das Flores que tenha sido descartado. Pode ter havido uma definição temporal diferente, mas o objectivo é continuar a criar na ilha das Flores melhores condições de vida, melhores condições de progresso e bem estar social. Reitero que se mantém e que estarei na primeira linha, pode ter a certeza, da luta para que assim seja.

Muito obrigado.

Presidente: Para mais esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Vou ser muito rápido, porque o tempo assim me obriga.

Esta é a minha última intervenção sobre esta matéria.

Sr. Deputado Herberto Rosa, em relação à casa de repouso, estradas regionais, estrada da volta da ilha, estradas agro-silvo-pecuárias, etc., etc., são tudo compromissos assumidos e noutra altura, em mais pormenor, hei-de trazer novamente esta matéria cá. Estas obras foram ao ar e não será este Governo que as fará, apesar das promessas feitas. Sobre esta matéria estamos conversados.

Em relação à casa de repouso, Sra. Deputada, a adaptação de duas pequenas residências para casa de repouso é uma péssima solução, é uma solução que tenho a certeza que será provisória, porque os florentinos vão exigir a sua casa de repouso nas Lajes.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Em relação ao Sr. Secretário Regional, todos nós sabemos os compromissos que V. Exa. também assumiu em relação ao porto de recreio das Lajes, em relação ao polivalente para o Clube Naval.

Relativamente àquilo que a Junta Autónoma poderá desenvolver, e que V. Exa. refere, sabemos que isso não foi nem vai ser executado.

Esperemos que, e há que ter fé, efectivamente a aerogare e o porto sejam executados. Eu quero continuar a acreditar, embora me custe muito, mas duvido que isso seja exactamente igual à iluminação que o senhor contratualizou com a ANA, que está lá implementada, mas que ainda não está devidamente certificada.

Presidente: Para mais esclarecimentos tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

Deputada Nélia Amaral (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É para prestar esclarecimentos sobre metodologias de intervenção no apoio aos idosos e para reafirmar que espero bem que esta não seja uma solução transitória.

Espero bem que se deixe de uma vez por todas de construir armazéns para idosos e que se consiga fornecer aos idosos condições de vida com dignidade, ...

Deputado Paulo Valadão (PCP): Não queremos um lar, mas uma casa que dignifique os idosos e onde eles possam viver bem!

A Oradora: ... com humanização de serviços, inserida na comunidade, unidades que sejam o mais semelhante possível às outras casas que existam na mesma rua.

Caso as duas casas que estão agora a ser remodeladas para a prestação deste serviço não sejam suficientes para a quantidade de idosos que



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

precisam desse apoio, espero bem que se siga o mesmo exemplo, que se remodelam outras unidades semelhantes na mesma filosofia de intervenção.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota para esclarecimentos.

Deputado José Decq Mota (PCP): Vou ser muito breve.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Eu uso da palavra para pedir um esclarecimento sobre esta matéria, porque estamos aqui a falar de um assunto que é muito sério.

A Sra. Deputada veio colocar um problema de metodologia de intervenção em relação ao apoio a idosos. Muito bem, tem todo o direito de o fazer, mas penso que não tem razão, porque aquelas residências da Rádio Naval não têm condições, etc., mas não é aí que eu quero entrar.

Agora, a Sra. Deputada com a sua intervenção está a pôr em causa o acordo e as razões desse acordo que o Governo Regional estabeleceu com o Grupo Parlamentar do PCP em 2001. Ele não vai ser cumprido, nós sabemos, mas o Governo Regional não disse que não se fazia, porque não era a solução metodológica que a Direcção Regional ou fosse quem fosse queria. O Governo Regional entendeu que era necessário. Não era nenhum armazém que o Governo Regional decidiu, nem era isso que nós pretendíamos. O que foi decidido e acordado era uma casa de repouso, dimensionada às necessidades urgentes e prementes daquele Concelho.

Agora vir, passados estes anos, dizer que é uma questão de metodologia, é a mesma coisa que desautorizar o Sr. Presidente do Governo que negociou com este Grupo Parlamentar esta solução e isso eu não aceito.

Muito obrigado.



Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Para mais esclarecimentos tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

Deputada Nélia Amaral (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Espero que seja um último esclarecimento.

A mim parece-me que o objectivo em causa é o apoio prestado aos idosos e não o tipo de construção em que este apoio é prestado.

Gostaria de discutir as condições em que os idosos vivem, gostaria de discutir os apoios que os idosos recebem e a que têm direito.

Não gostaria de nesta Casa estar a discutir se o apoio é prestado numa unidade que se chama lar de repouso para idosos ou numa residência. Isso parece-me não ser o fundamental.

Mais ainda: parece-me que a estrutura de residência garante, como já disse anteriormente, uma maior humanização, uma maior proximidade, uma relação mais benéfica entre os próprios residentes.

Muito obrigado.

Vozes das bancadas do PS e do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As propostas inscritas no Plano para 2003 e PMP relativas à SRHE adequam-se às decisões do Governo de continuar a investir sustentadamente nos sectores da habitação, obras públicas, equipamentos e protecção civil. Trata-se de investir de acordo com os recursos disponíveis, continuando a



promover o investimento público na área da construção civil, assumindo-a como factor decisivo no equilíbrio das empresas, bem como na regulação do mercado de emprego, isto é, na economia regional.

O sector da construção civil sofreu nos últimos seis anos um crescimento sem paralelo na história da autonomia. Bastaria recorrer a alguns indicadores quantitativos oficiais como o consumo de cimento, o nº de fogos licenciados ou o volume do crédito à habitação para verificar esta expansão acelerada desde 1997.

Produção e importação de cimento:

1996 – 185.000Tn;

2001– 341.000Tn e neste ano até Setembro 282.000Tn, ou seja, mais de 12% do que no período homólogo do ano transacto.

Também no número de fogos licenciados este crescimento se verificou:

Em 1996, 904 foram licenciados e de Janeiro a Setembro de 2002 já foram licenciados 1568, ou seja, mais 26,3% do que no período homólogo do ano transacto.

Também no volume do crédito à habitação o crescimento foi ímpar:

Em 1997 – 241 milhões de euros;

Em Junho de 2002- 934 milhões de euros, ou seja, 8% de crescimento em relação ao mesmo período do ano passado, apesar de já se notar um abrandamento notório relativo e motivado pelo corte do crédito bonificado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Pensamos que em relação a este último indicador, o corte de crédito bonificado para aquisição de casa própria decidido pelo Governo da República, foi uma medida injusta, tecnicamente errada e já está e vai afectar muitas famílias de menores recursos. No país, só em 2001, cerca de 70 mil famílias de baixos recursos adquiriram casa recorrendo a este



instrumento. Só de per si, a questão social é já importante, todavia os impactos negativos desta medida vão muito mais longe. Por um lado, o Governo da República não poupou um único euro em 2002 com esta medida e poupará muito pouco nos próximos anos. Doutro modo, pode provocar constrangimentos na construção civil e levar a uma diminuição da receita fiscal proveniente deste sector, cujo valor ao que tudo indica vai ser superior à poupança conseguida em 2002, 2003 e 2004. Quer dizer, hoje sabe-se que a variação da procura de habitação depende sobretudo da taxa de juro real do crédito à habitação.

Foi por isso uma medida injusta e tecnicamente ineficaz, também para os Açores, quer pelas necessidades habitacionais que ainda se fazem sentir na Região, quer pela antiguidade do nosso parque habitacional, quer ainda pelo potencial de crescimento efectivo da nossa população que se fará sentir pelo menos até 2020, designadamente em treze concelhos dos Açores.

Pela nossa parte, continuaremos a contrariar os indicadores de antiguidade do nosso parque habitacional através do investimento directo que, ao longo dos últimos seis anos, já permitiu o apoio a 593 casos de auto-construção, 281 fogos em regime de custos controlados, 81 casas no regime cooperativo e 2409 casos resolvidos no âmbito da habitação degradada. É também o Governo Regional que apoia as autarquias de Ponta Delgada, Ribeira Grande, Lagoa, Vila Franca, Angra do Heroísmo, Praia da Vitória e Santa Cruz da Graciosa, no realojamento de 1142 famílias. Este investimento regional é de 35 837.541.52 Euros cabendo ao INH 27,2 milhões de euros e ao Governo regional a parte que já foi referida. Como se sabe, em Angra do Heroísmo e Santa Cruz da Graciosa estamos a resolver e a pagar, ainda, centenas de casos dos sismo de 1980.



Deputado Mark Marques (PSD): É preciso ter descaramento.

O Orador: Nesta legislatura, continuaremos a incrementar a construção de habitação a custos controlados, novos loteamentos em zonas da periferia urbana, apoio à promoção cooperativa e auto-construção e incidiremos nos processos de reabilitação porquanto a requalificação do nosso parque habitacional e a integração na malha urbana existente são desafios que permanecem sempre actuais perante a antiguidade das habitações da Região. O Governo vai continuar, portanto, a garantir o acesso à habitação das famílias mais vulneráveis, mediante e diversificação dos promotores, dos modos de promoção e das tipologias adoptadas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

As dificuldades impostas pelo Governo da República ao ritmo que a reconstrução estava a ter, já se traduziram na paragem de 170 obras e pelas dificuldades que se farão sentir no próximo ano. À data de hoje, estavam concluídos 1392 casos, 629 estavam em curso e faltavam iniciar 780 obras, dos 2801 casos da responsabilidade directa do Governo Regional. Dos 378 casos incluídos no II ao IV escalão estão concluídas 115 intervenções e estão em curso 32 obras, no âmbito das administrações directas.

Na dependência da SRHE, o montante total de investimento já realizado cifra-se em 105,6 milhões de euros, correspondendo 16 milhões de euros ao realojamento provisório, 14,6 milhões de euros a obras públicas e 75 milhões de euros à reconstrução habitacional, ou seja, 73% de casos já apoiados. O facto de ter faltado financiamento numa fase em que as empreitadas estavam no seu pico, como toda a gente notava no decurso do 1º semestre de 2002, veio introduzir um factor pernicioso de desestabilização e desmobilização de algumas empresas e trabalhadores. Ninguém entende como se apoia o atraso da conclusão deste processo porque isso tem custos sociais e financeiros que



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

seriam evitáveis. Será que a anterior tautologia dos atrasos agora já não têm interesse? Será que faz sentido pagar às empresas para elas estarem paradas? Não foi preciso esse caminho até este ano. A sociedade açoriana e os sinistrados já estão a ajuizar.

De qualquer modo, é bom que se entenda, o Governo Regional continua a não se poupar a esforços para arranjar soluções políticas e financeiras, a diferentes níveis para que se consiga ainda concluir este processo nos prazos contratuais.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Apesar de na Região, o sector da construção civil permanecer com uma procura positiva, que se tem vindo a manter nos últimos seis anos, é preciso continuar a promover o investimento público e privado, porquanto, como já se disse, este sector tem um importante peso na Economia Regional quer sob o ponto de vista do emprego que gera (cerca de 15000 postos de trabalho em 2001) quer na sua contribuição para o VAB (10%) do conjunto da economia da R.A.A.A..

A procura do sector que ronda actualmente os 300 milhões de euros, é significativamente influenciada pelo sector público (cerca de 53% de forma directa). Para os próximos anos, prevê-se que o investimento público com impacto no sector da construção continue a crescer, quer pela necessidade de investimentos em infra-estruturas e em edifícios, quer ainda para a repor as condições normais resultantes das calamidades ocorridas na Região Autónoma dos Açores, com especial menção no presente, para a reconstrução do parque habitacional do Pico e do Faial.

As perspectivas de investimento anual com impacto no sector das construção civil no período de vigência do PRODESA apontam para valores na ordem dos 300 milhões de euros (60 milhões de contos).



Existirá assim um período, que se espera, tranquilo para as empresas e empresários do sector, onde estas deverão adequar-se e adaptar-se às novas realidades, às oportunidades e desafios que este sector apresenta, tendo em vista garantir a sua sustentabilidade, após a conclusão do III Quadro Comunitário de Apoio.

Existem nos Açores cerca de 150 empresas do sector da construção civil (2/3 das quais na ilha de S. Miguel), onde a sua quase totalidade são pequenas empresas.

Muitas das empresas do sector ainda apresentam deficiências ao nível da organização e dos recursos humanos, níveis muito baixos de especialização, pouco apetrechados para sistemas de garantia de qualidade, com pouca sensibilização para as áreas de higiene e segurança no trabalho. A entrada em vigor, a partir de Dezembro de 2002, de novas exigências em matérias de licenças e alvarás constitui outro desafio para todos quantos se preocupam com estes sector.

Temos pela frente novas oportunidades, desafios e também algumas ameaças. Aumentar a qualidade global na feira da construção, promover as parcerias estratégicas, que hoje já são uma realidade nos Açores, melhorar permanentemente a prevenção e segurança no trabalho, são factores decisivos para reduzirmos o “gap competitivo” com a concorrência externa. A outro nível estamos a analisar com as entidades representativas do sector que integram o Conselho Regional de Obras Públicas, questões como o estabelecimento de um índice de preços regional.

Mas, todos estes princípios, objectivos, estratégias e medidas só fazem sentido com a colaboração activa dos agentes deste ramo, esperando-se que as nossas empresas se preparem cada vez melhor para o tempo de exigência e do rigor que estamos a promover. A saúde económica deste sector passa também



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

pela manutenção do clima de confiança que temos trilhado e, por isso, prestam um mau serviço à Região aqueles que procuram ultimamente importar cenários de crises irrealistas e desproporcionais às dificuldades reais que uma Região como a nossa sempre terá. Pela parte do Governo Regional estamos certos que ninguém passará pelas dificuldades ocorridas de 93 a 96. Pusemos este sector a funcionar em 1997, aumentando o investimento e gerando um clima positivo, estamos a transformar os Açores com as empresas e assim continuaremos nos próximos anos vencendo constrangimentos conjunturais e defendendo com firmeza a nossa Região contra os seus detractores internos e externos, de hoje e de sempre.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sem dúvida que no quadro da construção das obras públicas regionais a construção e reabilitação das estradas regionais assume um papel preponderante pelo volume de investimento associado e pelo impacto no desenvolvimento regional. A rede viária regional tem uma extensão de 1393 Km, sendo indiscutível a importância das estradas (acessibilidades) no desenvolvimento regional.

A construção e reabilitação de estradas regionais têm contribuído para a melhoria das trocas de energia, informação e materiais, no âmbito dos principais objectivos gerais das redes de comunicação. Nos Açores, a insularidade dentro de cada ilha (intra-insularidade), também se combate aproximando as populações através do encurtamento das distâncias e do tempo a percorrer entre freguesias e concelhos.

Mas, as nossas vias de circulação terrestre são também um importante cartão de visita para turistas e fonte de bem-estar, segurança e lazer para residentes, pelo cuidado de embelezamento e conservação que desde há muitos dezenas de anos se verifica nas estradas açorianas.



Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Por isso é que falta o impacto ambiental às Furnas.

O Orador: Desde 1997, que o investimento em construção e reabilitação de estradas regionais não tem paralelo na história dos Açores, do que tem resultado uma modernização das nossas infra-estruturas rodoviárias.

De 1990 a 1996 sofreram intervenções cerca de 100 Km de Estradas Regionais, num investimento total de 96,5 milhões de euros (19,3 milhões de contos). De 1997 a 2002 foram construídas e reabilitadas estradas regionais numa extensão aproximada de 300 Km, num investimento que rondou os 160 milhões de euros (32 milhões de contos).

Neste quadro, inscrevem-se novas oportunidades que se colocam com a opção do Governo Regional, para o estabelecimento de novas metodologias de investimento sob a forma do Project Finance, cujo impacto será notório pelo volume de investimento e obra associada no regime SCUT. Como se sabe, nesta fase e após ter sido lançado o concurso para a concessão de importantes obras públicas no domínio das estradas regionais, estamos convictos que as propostas, que começaram a ser abertas no passado dia 4 de Novembro de 2002, correspondem a mais uma etapa de que resultará uma verdadeira revolução rodoviária, como não se sentia desde o final do século XIX, ganhando-se tempo perdido e antecipando-se desta forma o futuro.

Em suma, malgrado a extensão da nossa rede viária regional, o fraco número de km intervencionados com asfalto betuminoso até 1997, em matéria de estradas regionais, pelos investimentos realizados, e, sobretudo pelos investimentos em curso e por aqueles que estão projectados, teremos uma rede de comunicações terrestres de âmbito regional que atingirá em 2004 um patamar incomparavelmente mais elevado de segurança,



durabilidade e modernidade, contribuindo para o desenvolvimento de cada ilha ao aproximar pessoas, e, ao facilitar trocas de bens e materiais.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Isto é um oásis!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Nestes últimos seis anos o SRPCBA sofreu profundas transformações traduzidas na sua reestruturação interna, no seu apetrechamento com meios modernos e eficazes de comunicações de emergência, com o apoio permanente e em montantes elevados às Associações Humanitárias de Bombeiros (por ex: com a aquisição de 67 viaturas), com o fomento dos Planos e Serviços Municipais de Emergência Civil praticamente inexistentes em 1997, e com uma nova política de formação a agentes e beneficiários da protecção civil. Esta política foi materializada num investimento médio anual de cerca de 4 milhões de euros contra os 1,2 milhões de euros anuais de 1980 até 1997. Elegemos nesta legislatura a formação e qualificação dos recursos como objectivo fundamental da consolidação e actualização contínua deste serviço. A par deste objectivo mantemos o aprofundamento da assessoria técnica com a Universidade dos Açores.

Assim, desde 2001, na área da Formação este Serviço promoveu Cursos de Formação Pedagógica de Formadores destinado a Médicos, Enfermeiros e formadores deste Serviço que agora integram uma bolsa de formadores da Região reduzindo-se a dependência das disponibilidades nacionais; ou o Curso Formação em Telecomunicações para os operadores da nova rede sediados no SRPCBA.

Na Formação a Bombeiros podemos enumerar muita coisa feita: 16 cursos de Socorrismo para Tripulantes de Ambulância Transporte (TAT) que abrangeu 220 tripulantes em toda a RAA; cursos recertificação Tripulantes Ambulância Socorro (TAS) para 50 tripulantes.



O SRPCBA apoiou também na totalidade a deslocação ao Curso de Luta Avançada contra incêndios para Comandantes e 2ºs Comandantes realizado na Espanha, só para citar alguns exemplos importantes.

Também na área da sensibilização o trabalho foi exaustivo. O SRPCBA executou os projectos “Crianças em Segurança que abrangeu 3675 crianças dos concelhos de Nordeste, Angra, Horta e S. Roque do Pico.

Foram realizados novos cursos de “Protecção Civil e Segurança Contra Incêndios” destinados aos técnicos das Câmaras Municipais e Delegados de Protecção Civil de todos os concelhos da Região.

Dezenas de Cursos Básicos de Protecção Civil e Primeiros Socorros: cursos estes destinados a Docentes; a Auxiliares de Acção Educativa e a funcionários das Casas de Povo e Juntas de Freguesia. Ainda na área da sensibilização foram realizadas acções em diversos Centros de Convívio e Lares de Idosos processo que, nesta primeira fase, estará concluído no final deste ano. Procedeu-se ao lançamento de novas campanhas temáticas sobre sismos, incêndios, erupções vulcânicas e tempestades para além do apoio às escolas, com material e técnicos do SRPCBA.

Na área das infra-estruturas continuou a apoiar-se a construção do Quartel da Madalena do Pico e de vários anexos das Corporações e até ao final desta legislatura iniciar-se-à a construção do novo quartel de Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande, bem como se irá adquirir mais 13 viaturas para além das 67 já entregues às corporações, dotando-se e renovando-se o parque auto de todas as Associações Humanitárias de Bombeiros.

Até 2004, será uma realidade o Centro de Formação na Achada-Ilha Terceira, será retomado o projecto “Crescer em Segurança” e em colaboração com o S N PC lançar-se-à um novo projecto denominado “Segurança em Casa e na Família”.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Até ao final deste ano também será aprovado pelo Conselho Superior de Protecção Civil, o Plano de Emergência da Região Autónoma dos Açores elaborado por este Governo em 1999.

A proposta de Plano de 2003 e PMP da SRHE garante o cumprimento do programa do Governo, e dentro dos recursos disponíveis, permite continuar o desenvolvimento sustentado nas áreas da habitação, obras públicas transportes terrestres, equipamentos e protecção civil, promovendo-se como acontece há seis anos a inovação e a transformação dos Açores, indesmentível pelos indicadores sócio-económicos e visível pela atracção de investidores e sobretudo por um novo sentimento de satisfação e confiança dos açorianos, e daqueles que cada vez mais nos visitam e ou fixam residência na nossa terra, comprovando que desde há 6 anos a nossa Região se tornou num lugar atractivo e com futuro.

Vozes das bancadas do PS e do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Muito brevemente para levantar algumas questões a propósito da intervenção do Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

No dizer do Sr. Secretário, a Secretaria da Habitação e Equipamentos tem algumas melhorias neste Plano. Todas as outras sofrem cortes.

A Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos encontra-se em contra ciclo relativamente aos restantes departamentos do Governo, mas é também



a Secretaria onde se nota mais o desperdício e as situações que, em tempos, no dizer do Sr. Secretário, eram deploráveis. Vou explicar ao Sr. Secretário: entre centenas de exemplos que poderia dar, demonstro apenas que onde se fazem cortes eles têm a ver com um passado de incapacidade de execução dos departamentos e onde se aumenta o investimento e o dinheiro disponível para a sua Secretaria, é onde mais se nota o desperdício e a incapacidade de gerir bem o dinheiro das finanças públicas.

Deputado Joaquim Machado (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Vou dar-lhe um exemplo, aliás, entre muitos outros da mesma estirpe: para uma extensão de 445m numa obra na Graciosa, reclama o Sr. Secretário, no caderno de encargos respectivo, que para fiscalização se ponha à sua disposição um veículo ligeiro de mercadorias a gasóleo, de caixa aberta, tipo Toyota, cabine dupla, direcção assistida, tracção 4x2, caixa de madeira e cilindrada de 2.500 cm³ e de cor amarela. O senhor acha uma boa gestão dos dinheiros públicos comprar uma carrinha destas para fiscalizar uma obra de 445m?

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Eu acho. A cor é que eu não gosto.

O Orador: Este é o exemplo de que onde se acrescenta é onde mais há desperdício das verbas e dos escassos meios financeiros da Região Autónoma dos Açores.

Isto é ou não deplorável na gestão dos dinheiros públicos. Há tempos o Sr. Secretário declarava este tipo de actos como deploráveis.

Mas há mais, Sr. Secretário Regional:

É razoável que nesta reprogramação do PMP, por exemplo para a envolvente da Ribeira Grande nº 1-1^a-3,2 se preveja no contrato a sua conclusão em 2003, mas depois haja uma verba para pagamento em 2003 e



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

outra em 2004. Das duas uma, ou houve uma derrapagem da execução material ou então há uma derrapagem financeira. Continua a fazer-se hoje o que não se pode pagar.

Não é assim que se governa bem esta Região, não é assim que se governa bem com os escassos meios financeiros que a Região dispõe.

Por isso, o senhor, em relação aos seus colegas do Governo, tem um benefício, ou seja, vê as verbas públicas à sua disposição aumentarem, mas é onde dá um sinal claro do desperdício de todo o Governo, onde mais se gasta sem qualquer utilidade, onde a má gestão dos dinheiros públicos é cada vez mais notória por parte deste Governo Regional.

De qualquer modo, fico a aguardar o seu esclarecimento.

Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PSD)

Deputada Andreia Cardoso (PS): O sismo também é um desperdício, não é?!

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Agradeço que o Sr. Deputado Bolieiro tenha trazido um tema recorrente que na última sessão plenária eu não tive oportunidade de o explicar, mas faço-o agora com toda a clareza.

A prática da administração regional de incluir as célebres viaturas e mais coisas que eu já lhe digo daqui a pouco, ...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Os computadores.



O Orador: Exactamente, e já lhe digo tudo e até as marcas.

... nas empreitadas e nas fiscalizações é uma prática que foi possível da Administração Regional, mas vou-lhe dizer também uma coisa, que se calhar vai ficar espantado, e que é a seguinte: dentro da racionalidade deste sistema é uma prática correcta de gestão de dinheiros públicos e vou dizer-lhe porquê. Porque quando esses materiais e essas viaturas, que podem ser discutíveis do ponto de vista da viatura, não são incluídas e os empreiteiros o que fazem é adquiri-las e incluí-las no preço, mas só com uma pequena diferença: quando acaba a empreitada a posse é deles.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem!*

O Orador: Nesta situação a posse é da Região. Portanto, é já um ganho efectivo indesmentível e indiscutível.

Foi por isso que a Administração Regional adquiriu até 1997 mais de 170 viaturas nesse regime. Foi também por isso que adquiriu esses computadores todos que os senhores falam.

Posso-lhe dar também um exemplo ou até mais se quiser, que é o exemplo da célebre empreitada do Porto da Horta ...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Ou as obras do Palácio da Conceição, por exemplo.

O Orador: ... – já que falam tantas vezes na diferença dos preços – que foi adjudicado inicialmente por 1,6 milhões de contos e depois teve que ser novamente, por ajuste directo, adjudicado por 2,4 milhões de contos.

O primeiro caderno de encargos falava efectivamente nos computadores, nas viaturas, mas também o segundo caderno de encargos falava numa sala de reuniões com área mínima de 15 m², um gabinete com a área mínima de 10 m², três gabinetes com uma área mínima de 9 m² cada, uma instalação autónoma destinada a ser utilizada pelos mergulhadores, contendo duche,



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

sanitários, com a área mínima de 9 m², uma mesa de reuniões de oito lugares com as cadeiras respectivas, dois estiradores com cadeiras e respectivos candeeiros, quatro secretárias com mesas de apoio para telefone, um arquivo, etc., e três viaturas ligeiras a gasóleo, pelo menos com 1.500 cm³ de cilindrada, para além daquelas que já tinham sido também pedidas na primeira adjudicação.

Vejam lá quanto é falaciosa, e permitam-me que diga só em termos políticos, a mesquinhez política deste tipo de argumentação. Não tem sentido, porque a própria Região nesse tempo ganhou, ao poder adquirir por esta via, meios que ficariam da posse do empreiteiro, se não fossem incluídos no caderno de encargos.

Portanto, acho que não há necessidade de voltar a um tema para o qual os senhores não têm nem podem ter justificação.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Temos!

O Orador: E mais:

Sou eu que vos dou a justificação como um acto de boa gestão.

Muito obrigado.

Deputada Natividade Luz (PS): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Bolieiro, que tem formação jurídica, gostaria de lhe dizer o que é que entendo por deplorável.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Em 1991 um Governo do PSD adjudicou a uma empresa uma obra por 72.500 contos. Essa obra estava financeiramente também coberta por um apoio comunitário, teve toda a execução financeira, nunca lá esteve uma única máquina e os senhores, por Resolução 72/91, de 16 de Abril, atribuíram uma indemnização de 13.000 contos ao empreiteiro por pagamento de facturas dessa obras que estavam atrasadas, quando, efectivamente, nunca lá esteve uma máquina.

Muito obrigado.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): E esta, heim!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro para esclarecimentos.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Secretários Regionais:

Como se vê o Sr. Secretário Regional não só permanece e insiste na sua prática despesista, como até procura justificar aquilo que é, no seu próprio dizer há uns anos atrás, deplorável e é condenado pelo Tribunal de Contas.

Há mesmo um Acórdão de 99 que não considera legal este tipo de prática e, portanto, o senhor com esta prática não só manifesta essa tendência gastadora, mas também viola as regras legais nesta matéria.

Mais:

Só para lhe lembrar esta obra que eu referi aqui tem um custo global de 16 mil contos e o senhor insiste em ter uma carrinha com aquelas características e com aquele custo para a fiscalização de 445m. Digo isto para que os açorianos fiquem a saber que a sua gestão das obras públicas é gastadora, acabando o preço final no dobro do previsto inicialmente.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Assim, a Administração Regional, de forma inviezada, adquire mais carros, sem assumir, com transparência, o aumento do parque automóvel da Administração Regional. Isto é que é lamentável.

O Sr. Secretário Regional das Finanças também adquiriu por essa via uma viatura para uso do seu gabinete e isso é deplorável.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Não percebeu o que eu disse. A Região está a poupar dinheiro.

O Orador: Portanto, Sr. Secretário, o que se pede aqui é que, para tão cristalinos exemplos de má gestão, de violação das regras, o senhor corrija o rumo.

O que aqui fica demonstrado é que o senhor não só não quer corrigir o rumo, como, abrigando-se nesses argumentos, persiste nessa técnica. Assim nunca teremos a certeza quanto ao custo das obras públicas.

O outro exemplo que lhe dei, e o senhor não respondeu é o de uma obra que está prevista acabar em 2003 e que tem verbas previstas para 2004.

Depois surpreende-me a intervenção do Sr. Deputado António Gomes, que condena uma situação de 2001 e depois quer safar, atitude idêntica e deplorável deste Governo. Condena aquilo que foi feito há uns anos atrás e agora acha razoável o que o Governo Regional anda a fazer. É inaceitável. Muito obrigado.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:



Vou usar da palavra para fazer dois breves pedidos de esclarecimento:

Um tem a ver com a estrada Lajes/Praia da Vitória.

Para além das muitas promessas, anúncios e cartazes a anunciar a obra, há uma intervenção do Sr. Secretário Regional, no Conselho de Ilha da Terceira, a prometer que a obra iniciar-se-ia possivelmente em 2001 e pergunto por que é que no final de 2002 a obra nem sequer foi posta a concurso?

Por outro lado, e no âmbito do debate do PMP em 1997, o Sr. Secretário Regional dizia o seguinte: “o que está em causa na política deste Governo, para a área da habitação, é uma nova cultura de serviço público balizada pela transparência e aplicação criteriosa e ajustada às carências habitacionais desta Região”. Isto foi dito em 97 e em 9 de Julho de 2001 a sua Secretaria Regional, através da Direcção Regional da Habitação, celebrou um protocolo com a Junta de Freguesia da Fonte do Bastardo, na altura com maioria do Partido Socialista, a contratualizar a execução de duas casas para realojamento.

O certo é que em Setembro de 2002, quando a Junta de Freguesia já era do PSD, foi anunciado pelo Sr. Director Regional que já não era para fazer aquelas duas casas e que fossem ter com a Câmara.

Colocada esta questão ao Sr. Secretário Regional em sede de Comissão, o Sr. Secretário afirmou que possivelmente não havia dinheiro em 2001 e 2002, mas a casa seria feita em 2003 e que os compromissos seriam para assumir.

Depois do Sr. Secretário ter dito que seria para fazer em 2003, o Sr. Director Regional da Habitação já confirmou que não faz.

Portanto, muitas vezes é evidenciado o pouco valor das palavras, mas neste caso é a palavra escrita e protocolo celebrado que teve um efeito quando a



Junta de Freguesia era do Partido Socialista e tem outro quando a junta de Freguesia é do PSD.

Gostaria que o Sr. Secretário Regional explicasse isto e evidenciasse se a palavra é para cumprir e, neste caso, se o protocolo celebrado é para cumprir.

Voices da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Em primeiro lugar, ao contrário do que diz o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, o Governo cumpriu sempre os acórdãos do Tribunal de Contas e quando isso aconteceu começou a ter uma prática diferente.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): São os cadernos de encargos que o dizem.

O Orador: Portanto, não é verdade que se tenha alterado os procedimentos depois do acórdão que recebemos. Aliás, isso foi feito sempre com o acordo do Tribunal de Contas, enquanto vigorou a questão que já vigorava na Região. Quando o Tribunal de Contas pôs em prática esse acórdão, nós cumprimos integralmente esta questão.

Uma segunda questão:

Em tenho grandes dificuldades em falar da questão da envolvente à Ribeira Grande.

Os senhores sabem que quando saíram do Governo aquela obra estava já lançada e faltava comprar 90% dos terrenos.

Os senhores sabem que nós avançámos e bem com a 1ª fase daquela obra que já terminámos, já pagámos e estamos a avançar para a 2ª fase.



Os senhores também sabem uma coisa que é normal e que é a seguinte: como a obra vai terminar no final de 2003, há facturas que transitam para 2004,...

Deputado Joaquim Machado (PSD): E outras para 2005.

O Orador: ... porque os empreiteiros não têm capacidade de no final do ano, nos autos de medição, apresentarem logo as facturas. É por isso que essa verba está aí.

Portanto, não é má gestão financeira da obra, antes pelo contrário aquela obra está dentro dos prazos e vai acabar no prazo.

A transição de facturação para o ano 2004 é uma operação normalíssima na Administração, em obras que se prolongam até ao final do ano, cuja facturação já cai no ano de 2004.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): O contrato diz Agosto de 2003. Não é até final do ano.

O Orador: Casos como este nós temos centenas e centenas que podia ilustrar e que, efectivamente, não correspondem a isso que tentou invocar.

Gostaria também de dizer uma coisa nesta Câmara e que é muito clara: em matéria de habitação se há quem tenha investido bem, é este Governo Regional...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Só podia ser. É uma fonte bastarda!

O Orador: ... e isto porque, tanto em termos de auto-construção, em que os senhores em 20 anos fizeram 1377 fogos, ou seja, uma taxa de 68,8/ano e nós em 6 anos fizemos 533, ou seja, uma taxa de 98,8/ano.

Em custos controlados os senhores fizeram 424 fogos, 21,2/ano e nós fizemos já 281, ou seja, 46,8/ano.

Deputado Clélio Meneses (PSD): O senhor responda às perguntas que lhe colocaram.



O Orador: Em matéria de habitação degradada, os senhores nem deixaram registos, talvez porque davam sem critérios. Nós temos 2409 casos em apoios a habitação degradada.

Portanto, em matéria de habitação, não só em termos de número de casos resolvidos, como fundamentalmente no investimento directo que nós fazemos e que já ultrapassa os 12 milhões de contos, como no investimento indirecto, através dos protocolos com as câmaras municipais.

Ainda em matéria de habitação gostaria de dizer também que, e nesse pormenor que falou o Sr. Deputado Clélio Meneses, os compromissos do Governo serão obviamente cumpridos. Se houve alguma situação que não está esclarecida ou resolvida, como lhe disse na Comissão, o Secretário da Habitação comprometeu-se efectivamente a resolver esse caso. Essas duas casas são duas entre tantas outras que nós resolvemos nos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, as duas últimas intervenções do Sr. Deputado Clélio Meneses e do Sr. Secretário Regional já foram depois da hora regimental, mas tenho ainda mais três Srs. Deputados inscritos. Acho que seria prudente nós fazermos aqui o nosso intervalo para o almoço e retomarmos os nossos trabalhos às 15,00 horas, porque eu estava a tentar acabar este período de esclarecimentos antes do almoço, mas já vi que não é possível.

Pedia a vossa atenção para os tempos disponíveis:

PS – 139 m

PSD – 92 m

PP – 3 m

PCP – 19 m

Governo – 109 m



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Boa tarde e bom almoço.

(Eram 13 horas e 10 minutos)

Presidente: Srs. Deputados estão reabertos os nossos trabalhos.

(Eram 15 horas e 15 minutos)

Vamos prosseguir o debate sobre o Plano e o Orçamento, nomeadamente na matéria referente à habitação, equipamentos e protecção civil.

Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Messias.

Deputado Paulo Messias (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para realçar a diferença entre a bancada do PSD e a bancada do Governo em termos de gestão de dinheiros públicos.

O Governo acha que gastar o dinheiro e ficar com os bens em património da Região, é uma boa gestão. O PSD agora acha que gastar os dinheiros públicos e o empreiteiro ficar com os bens, é uma boa gestão.

A grande diferença é que nós achamos que gerir bem é associar os bens à Região. O PSD acha que gerir bem é gastar o dinheiro, ficando os empreiteiros com os bens.

Deputado Mark Marques (PSD): Não foi nada disso que ele disse.

O Orador: Foi rigorosamente isso que ele disse.

A outra situação da carrinha e dos métodos utilizados na Ilha Graciosa, a cilindrada daquela viatura teve a ver com as necessidades que existiam na direcção daqueles serviços.



Deputado Joaquim Machado (PSD): Está relacionado com a dimensão da obra.

O Orador: É evidente que se o empreiteiro estivesse disponível para fazer a fiscalização de bicicleta, no contrato existiria uma bicicleta. Agora essa bicicleta depois não iria servir de nada à ilha Graciosa e a carrinha serviria à Região e àquela ilha.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Amaral.

Deputado Nuno Amaral (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há pouco falou-se aqui das SCUTs e tenho estranhado o silêncio de algumas pessoas.

Ainda não percebi a posição do PSD e aproveitando a estadia aqui do líder do PSD, eu e os nordestenses gostaríamos de saber qual é a posição do PSD relativamente às SCUTs? Era só isto que eu queria perguntar.

Deputado João Cunha (PSD): Isso é para os seus filhos pagarem.

O Orador: Assumam.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para, e tendo em conta a gestão do tempo que o Grupo Parlamentar do PSD tem de fazer neste debate, esclarecer e refutar uma ou outra afirmação do Sr. Secretário, porque não são rigorosas nem correspondem à verdade.

Uma primeira nota:

A tentativa de justificação quanto à previsão de verbas em 2004 na envolvente à Ribeira Grande, devo dizer, Sr. Secretário, que ao contrário do



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

que o senhor aqui afirmou, na sua proposta de Plano para 2003, está – e vou dar-lhe a página precisa para poder consultar – na pág. 4-30 que diz que a conclusão daquela obra está prevista para Julho/Agosto de 2003 e não no final do ano como o senhor afirmou em resposta ao meu requerimento. Assim sendo, é possível, numa boa gestão, liquidar o pagamento da obra em 2003.

Portanto, como dizia há pouco, há uma derrapagem da execução ou uma derrapagem financeira, que não é assumida aqui no texto nem pela sua declaração, começando por não ser rigoroso nem dizer a verdade absoluta quanto a esta matéria.

Quanto à manifesta exposição que o Plano e o discurso que o Sr. Secretário faz no que diz respeito à má gestão das verbas e, desde logo, a eventual legalidade desta opção de exigir no caderno de encargos determinado fornecimento de viaturas e de equipamento informático para a fiscalização, devo dizer-lhe que os Acórdãos do Tribunal de Contas dizem claramente que esse tipo de comportamento é ilegal e já está evidenciado e sustentado pelo Tribunal de Contas desde 95, depois em 98 e mais duas vezes em 1999.

Sr. Secretário, a vossa prática, além de ser de má gestão, não corresponde, segundo o parecer do Tribunal de Contas, ao cumprimento da lei.

Mas, Sr. Secretário, pior do que isto tudo é o caricato de algumas situações. Bom era que assumissem, com transparência, o aumento do vosso parque automóvel que já vai, como já foi anunciado, em mais de 2 milhões de contos. Para uma obra no Palácio da Conceição: “adaptação, conservação, substituição da instalação eléctrica, remodelação da rede informática de telecomunicações, instalação de sistemas de detecção automática de incêndios e de intrusão no Palácio da Conceição”, foi incluída no caderno



de encargos a exigência do fornecimento de uma viatura ligeira que, entretanto, foi transformada numa viatura de luxo onde se transporta o Sr. Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento.

Este é um método de gestão rigorosa e criteriosa dos meios financeiros que a Região dispõe?

Deputado Humberto Melo (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Por um lado, queixam-se dos cortes e, por outro, têm este tipo de gestão danosa nos interesses duma boa gestão dos meios financeiros da Região.

Mas, há mais, Sr. Secretário:

O Plano previa, relativamente à Escola da Maia, a conclusão material em Setembro de 2000 e o fecho financeiro.

Em 2002, não havia, por isso, mais nada previsto. Mas agora para 2003 volta a prever-se uma verba de fecho financeiro desta Escola.

Que desorientação é esta, Srs. Secretários?

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo de Meneses):
Desorientação! Essa obra vai ser fiscalizada durante cinco anos.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): É experiência governativa, note-se!

O Orador: Deve ser por problemas financeiros de há muito tempo e não sabem como pagar as obras que ainda devem.

Sr. Secretário, são os açorianos que pagam por este tipo de gestão dos dinheiros públicos e por isso não é credível esta desculpa de mau pagador. É um Governo de desculpas e a falta de dinheiro e os cortes não têm a ver com o Governo da República, que até aumentou as transferências para a Região.



Existe claramente a necessidade de fechar o vosso ciclo, para que outros ponham em ordem as contas públicas da Região.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Isto é PAOD ou é Período da Ordem do Dia?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para uma breve observação sobre a pergunta que me foi dirigida e que diz respeito às chamadas SCUTs.

Já o Sr. Deputado Decq Mota fez, e muito bem, na sua intervenção, referência a esta temática.

O que é verdade, é que estamos aqui a discutir um Plano e um Orçamento e que não passa por este Parlamento a consideração nem a fiscalização dos investimentos que são feitos ao abrigo das SCUTs.

Não estou a fazer uma crítica ao Governo Regional, deixo apenas aqui e acima de tudo uma reflexão.

Este tipo de investimentos passa claramente ao lado da fiscalização do Parlamento Regional.

Por isso mesmo, Sr. Deputado, a posição do Partido Social Democrata já foi aqui dita quando se discutiu esse problema e justamente por não sermos contra esse tipo de investimento, a verdade também é que nós não podemos aprovar este investimento sem saber para que é que ele é feito; quanto é



que ele custa; o que é que ele envolve; quais são as alternativas; em quanto tempo é que se paga; quando é que se começa a pagar e isso nós não sabíamos quando discutimos isto neste Parlamento. Esta é que é a questão e o Sr. Deputado não devia ter feito essa pergunta e muito menos a mim.

Nós hoje estamos a decidir o Orçamento para 2003 e fora deste Parlamento está a ser decidido algo que vai condicionar o Orçamento de 2007, 2008, 2009, 2010 ou 2020.

Vozes da bancada do PS: Não é verdade!

O Orador: O que é verdade é que eu não posso ter uma posição sobre as SCUTs sem saber o que é que elas envolvem, que alternativas é que podia haver, quanto é que elas custam, como é que elas vão ser pagas, enfim, tudo o que é preciso saber para se tomar uma posição.

Havia, contudo, e ainda há dois caminhos ao Sr. Secretário Regional. Não é obrigado a fazê-lo, porque não depende deste Plano, mas pode-nos brindar hoje com essas informações ou então o Sr. Secretário Regional opta por outra solução, vai a uma Comissão ou vem aqui noutra altura ao Parlamento dizer o que é que se passa.

Quando o seu Governo, o Governo que o senhor apoia quiser dizer ao Parlamento o que é que se passa com estas matérias, terá certamente a minha resposta.

Quanto à questão em abstracto, fui muito claro na altura própria e remeto-o para o Diário das Sessões. O senhor estava aqui, faça o favor de ler e já fica a saber o que nós pensamos.

Agora que nós estamos aqui a discutir investimentos e fora daqui estão a ser decididos investimentos que, embora para serem pagos num prazo largo, são mais dos que estamos a discutir aqui para o ano que vem, isso é verdade. Que isso foge ao controlo de fiscalização do Parlamento e que,



portanto, deve merecer a nossa reflexão, porque eu não acho bem que, a duplicar-se esse tipo de investimento, o Parlamento deixe de ter aquilo que é elementar que é a capacidade de fiscalização do conjunto de investimentos.

Isto não é uma crítica ao governo, é uma reflexão para este Parlamento, para o sistema do Governo.

É preciso usar a nossa capacidade de fiscalização com as novidades e com as novas modalidades de investimento que os mais criativos têm vindo a descobrir para os financiamentos públicos.

Portanto, Sr. Deputado, pergunte ao Sr. Secretário quando é que ele nos quer responder. Quando ele quiser dizer o que é que se passa, nós teremos muito gosto em tomar uma posição concreta sobre esta matéria.

Quis entalar o líder do PSD, acabou por fazer um pergunta que entala o Sr. Secretário Regional, José Contente.

Deputado Nuno Amaral (PS): Os seus autarcas já responderam.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em primeiro lugar queria dizer ao Sr. Deputado Victor Cruz que nem essa nem mais nenhuma questão não me entala nem me embala, porque, e começando pelo fim, o regime das SCUTs foi aprovado, em primeiro lugar, por um diploma próprio na Assembleia Legislativa Regional.

Deputado José San-Bento (PS): *Muito bem!*



O Orador: Em segundo lugar, está uma verba inscrita em 2004 que já indicia esse regime de SCUT, em termos daquilo que é devido num primeiro pagamento.

Em terceiro lugar, o regime de “project finance” faz parte do Programa do Governo que foi aprovado na Assembleia Legislativa Regional e que diz lá expressamente “project finance”. Se não se recorda, basta ver o documento do Programa do Governo.

Em quarto lugar, o regime de SCUT que nós adoptámos como metodologia tem também a sua tramitação e a adjudicação é feita pelo Decreto Legislativo Regional que virá outra vez aqui e, portanto, nada do que o Sr. Deputado Victor Cruz disse faz sentido.

Deputado Victor Cruz (PSD): Faz sentido, por isso responda.

O Orador: Não faz sentido nenhum.

É preciso também dizer que essa metodologia foi baseada responsabilmente num modelo económico, baseada em estudos feitos por entidades credíveis e idóneas deste país, assessorados pelos melhores juristas do país para que este processo tivesse princípio, meio e fim com fundamento e ao governo foi dito, desde a primeira hora que a implementação deste regime nos Açores seria também adequado às necessidades e, naturalmente, ao volume de investimento que estava inscrito para este projecto, que não podia ser pelo investimento normal e que só este investimento, e não qualquer outro, é que justifica o regime SCUT.

Agora, eu não sei se o problema do PSD nesta altura é com aquilo que se vai fazer ou é com o regime SCUTs, porque nós ficamos sempre na dúvida de que essas deambulações que não são dúvidas, pelos vistos, são matérias que já vieram aqui e têm um calendário próprio.



A adjudicação é feita por diploma regional...

Deputado Victor Cruz (PSD): Já fizeram.

O Orador: ... e, portanto, a concessão também depende dessa matéria e até lá o Governo Regional, obviamente, está disponível num regime aberto ou nas propostas que já foram abertas. Estamos na fase da abertura das propostas.

Portanto, isto é um acto de coragem, de determinação, de resolver um problema, como eu disse há pouco, independentemente de gostarem ou não, que é secular, mas que levamos mais tempo, de automóvel, de Ponta Delgada ao Nordeste do que, de avião, de Ponta Delgada às Flores.

Isto significa a aposta do Governo em melhorar estas acessibilidades, porque isto também vai resolver a questão da Povoação. Obviamente hoje o nível de vida é mais caro no Nordeste e na Povoação, porque todos os materiais e todos os bens que chegam lá, ficam mais caros por via dos transportes

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): E o impacto ambiental?!

O Orador: Portanto, nós estamos apostados em resolver um problema estrutural das vias de S. Miguel que hoje já confluem à Rotunda de Belém mais de 18.000 veículos por dia e isto significa que há necessidade de resolver um problema estrutural naqueles eixos e é com este tipo de metodologia que ele vai ser resolvido, mas vai ser resolvido connosco e não com situações que cheiram a “Velhos do Restelo”.

Gostaria também de dizer, só para responder ao Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, que, de facto, essa verba está inscrita em 2004, porque nós já temos uma previsão, de acordo com as prorrogações normais e que são possíveis de serem feitas, de termos que pagar alguma coisa em 2004.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Mas, em matéria de obras públicas, como sabe, o nosso rigor é muito maior por vários motivos e posso-lhe dar, uma por uma, todas as obras que nós fazemos e os preços a que elas chegam ao fim e aos preços das vossas, até porque o senhores tinham um mecanismo terrível, que era o de 50% de trabalhos a mais e que nós agora não temos. Temos, sim, um tecto muito mais rigoroso de 25% e para isso é preciso uma fiscalização e, portanto, é preciso sermos claros nesta matéria.

Nós não temos problemas em matéria de obras públicas nos Açores como já aconteceu.

Em matéria de viaturas, obviamente que nós submetemos os cadernos de encargos e os contratos ao visto do Tribunal de Contas e essa matéria é devidamente fiscalizada e foi sempre assim. Já em 96 o entendimento era de que havia necessidade e dou o exemplo da Escola Secundária da Ribeira Grande onde os senhores pediram para adjudicação um veículo ligeiro novo, a diesel, cilindrada não inferior a 1.500 cm³, um veículo todo-terreno, a diesel, ignição Patrol, tecto alto equivalente, 9 lugares, tracção 4x4, cilindrada 2.800 cm³ e 6 cilindros.

Presidente: Sr. Secretário agradecia que concluísse.

O Orador: Portanto, os senhores não têm nada a nos dizer nesta matéria.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Eu tenho.

Deputado Clélio Meneses (PSD): O senhor é que não quer que a gente diga.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Muito rapidamente para dizer o seguinte:

Ficou provado que a pergunta não devia ter sido feita, porque aquilo que o Sr. Secretário acabou de dizer é que só pode dar resposta em concreto



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

àquilo que nós não sabemos publicamente, quando trouxer aqui a Proposta de Decreto Legislativo Regional e por isso mesmo o PSD tem razão quando respondeu da maneira que respondeu.

Nós já tomamos posição sobre aquilo que é público. Sobre aquilo que não conhecemos, não nos podemos pronunciar.

Venha a Proposta de Decreto Legislativo a esta Assembleia e nessa altura falaremos, porque o Sr. Secretário não disse em quantos anos é que se paga, quanto é que se paga, quando é que se começa a pagar, quanto é que custam os juros. Não disse e provavelmente não pode dizer ainda.

Portanto, traga cá o diploma e nessa altura conversaremos. Aquilo que politicamente o senhor queria não conseguiu.

De tanto querer ajudar o Partido Socialista e o Governo, em deixar mal o Partido Socialista, acabou por ter uma resposta, Sr. Secretário, que era aquilo que eu já esperava que ele respondesse, ou seja, não pode responder por enquanto. Foi esta a resposta que, afinal, através de mim, o senhor teve do Sr. Subsecretário Regional que tem competência nesta matéria.

Da próxima vez, Sr. Deputado, dou-lhe um conselho, quanto tiver dúvidas sobre estas matérias pergunte ao Sr. Secretário, na sede do Partido Socialista, aquilo que quer que ele lhe responda.

Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos. Dispõe de três minutos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Só para dar mais uma informação ao Sr. Deputado Victor Cruz.



Não é hora, por motivos de calendarização do próprio projecto, de vir informar a Assembleia seja do que for nesta matéria, porque uma concessão de obra pública não tem a mesma filosofia.

Deputado Victor Cruz (PSD): Eu não fiz pergunta nenhuma.

O Orador: Eu não estou a falar na questão que foi colocada pelo Sr. Deputado Nuno Amaral, porque o que o ele colocou aqui foi muito claramente qual era a posição do PSD,...

Deputado Victor Cruz (PSD): Eu já respondi.

O Orador: ... perante uma metodologia, que foi aprovada na Assembleia Legislativa Regional, no Programa do Governo...

Deputado Victor Cruz (PSD): Ninguém disse isso.

O Orador: Mas os senhores não têm nenhuma palavra a dizer sobre o processo que está em curso.

Agora, os senhores também não se podem arrogar nesta fase no sentido da competência legislativa ter que entrar na competência executiva. Esta é a competência executiva do Governo. Quando forem chamados a pronunciarem-se, terão tempo para o fazer, mas hão-de pronunciar-se relativamente a esta matéria sobre o Decreto Legislativo Regional, porque sobre o projecto SCUT, o PSD pode e, pelos vistos, terá já nessa altura grandes ideias sobre as SCUTs, mesmo sem informações.

Obviamente que isto significa grande desinformação da vossa parte, mas é sobre o que é o projecto e o projecto já foi mais do que explicado na opinião pública,...

Deputado Victor Cruz (PSD): Qual é o jornal de que está a falar?

O Orador: ... mas o que é preciso entender é o seguinte: o projecto das SCUTs que o Governo Regional levou a bom termo e que é uma competência própria do órgão executivo, tem fases que dependem da



Assembleia Legislativa Regional, mas tem também uma outra coisa que a Câmara fica a saber: é que só se avançou para este projecto, em termos de se saber concretamente o custo/benefício dele e em matéria de custo/benefício, nós não temos dúvidas que ele tem eficiência económica, tem eficácia em termos das acessibilidades e foi por isso que nós levámos para a frente este projecto e vamos ter a coragem e a determinação de o implementar. É esta a nossa filosofia.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Só em S. Miguel.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Eu gostava de saber o que é que os Srs. Deputados da Terceira têm a dizer sobre isto!

Deputada Andreia Cardoso (PS): E o senhor o que é que diz?!

O Orador: A questão central do projecto SCUT é efectivamente ter a necessidade de implementar um projecto necessário, que é um projecto de futuro e que foi preciso ter coragem para avançar com um projecto desta natureza e ter a responsabilidade de saber hoje e aqui que não compromete gerações futuras, que não compromete investimentos futuros e que é, efectivamente, uma mais valia que se paga a si própria, pelo valor acrescentado da actividade económica que se vai gerar ao longo desses eixos.

Esta é que é a verdade e é por isso que os projectos SCUTs são levados a bom termo em várias partes do país, que são conhecidos na América desde o Século XIX, quando os americanos acharam que só com estas parcerias público-privadas é que poderiam levar os caminhos de ferro a zonas mais recônditas, que na Inglaterra já são conhecidas há 30 anos, em Portugal há poucos anos e só agora nos Açores. Portanto, nós não estamos a reinventar, nem a inventar.



Sobretudo, o que fica da nossa aposta é a garantia de não comprometer o futuro...

Deputado Duarte Freitas (PSD): O que fica para o futuro é a dívida para pagar.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): São as obras.

O Orador: ... e é por isso que avançámos sustentadamente para esta questão.

Agora, que vamos fazer isto com determinação e que as SCUTs já são uma realidade, não tenham dúvidas e foi uma decisão em boa hora tomada com coragem por este Governo Regional para responder a uma falha nas acessibilidades de S. Miguel. Esta é que é a verdade, esta é que é a questão central, é isto que fica para o futuro e não são o resto das discussões que eu já tenho visto.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário Regional diz exactamente o mesmo, mas com uma diferença: todas as vezes que tem uma oportunidade para falar, mesmo quando quer dizer coisas boas, diz sempre com essa cara ríspida. Descontraia-se, Sr. Secretário!

Se pensa que está a fazer o melhor, então diga, argumente e não diga as coisas boas do seu Governo como se tivesse a atirar uma pedra para os partidos da oposição. Essa visão da democracia que o Sr. Secretário tem, eu não tenho, agora não queira que o Partido Social Democrata acredite em tudo o que o senhor faz e em tudo o que o senhor diz.

Eu não sei quanto é que custa; eu não sei quando é que se começa a pagar; eu não sei o que é que isso abrange; eu não sei se havia alternativas ou não



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

melhores do que esta. Se só posso saber quando o Sr. Secretário me disser, não peça para aplaudir esta iniciativa sem eu ter a perfeita consciência do que é que isso envolve financeiramente. Eu não sei se isso vai custar 50 milhões, como foi dito por um membro do Governo ou se vai custar, afinal, 55, 60, 65, 70, 90 ou 100.

Eu não sei se se começa a pagar em 2004, 2005, 2006, 2007 ou se só se começa a pagar, por exemplo, em 2008. Eu não sei Sr. Secretário. O senhor percebe como eu não sei e eu preciso de saber para poder comentar.

Relativamente à necessidade de se fazer estradas, à necessidade de se provar que é o melhor caminho para servir, para resolver um problema, para resolver boa parte das estradas de S. Miguel, cá estamos e é por isso que nós não estamos contra, agora as virtudes não se votam no abstracto, a não ser na aceitação da possibilidade que se tem de utilizar esta modalidade de investimento. Isso já nós fizemos e ficou muito claro na nossa votação e eu próprio fiz intervenções nessa altura sobre isso.

Sobre o resto eu tenho que ter a informação. O senhor é que sabe tudo ou boa parte e eu não sei. O senhor tem essa vantagem, porque isso é da competência do Governo. O Governo sabe e eu não sei. Só porque o senhor diz que é bom, eu não vou acreditar em si, porque, entre outras razões, o senhor também se engana e o meu papel não é acreditar em coisas que o senhor ainda nem sequer disse o que era.

Portanto, estamos a falar de uma coisa séria, que envolve muitos mais milhões de contos do que aqueles que estamos aqui a aprovar para 2003 e por isso mesmo, sem informação, sem o senhor ser questionado numa comissão ou no Parlamento, num exercício democrático para sabermos exactamente o que é que se passa, não posso dizer se estou de acordo em concreto com aquela realidade, porque também há várias maneiras de fazer



isso, como o senhor sabe. Isso pode custar mais ou menos, pode ser feito por diversas fases e, portanto, há muitas coisas que temos a dizer quando tivermos, de facto, a Proposta de Decreto Legislativo Regional.

A sua via e a sua solução não serão certamente as únicas e, por isso mesmo, nós precisamos de informação.

Não fui eu que levantei esta questão, Sr. Secretário Regional, foi um deputado que apoia o seu Governo e eu apenas quis aproveitar esta oportunidade para deixar uma reflexão à Câmara e dizer que uma parte do que se faz hoje em dia com esta modalidade de investimento, escapa à fiscalização do Parlamento.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Só escapa se o Parlamento quiser.

O Orador: Volto a dizer que isto não é nenhuma crítica ao Governo.

Quanto à nossa posição, em concreto, sobre esta matéria, eu preciso de saber o que é que se passa.

Quando o Governo apresentar aqui uma Proposta de Decreto, nessa altura conversamos. Não queira que eu faça uma profissão de fé num investimento muito vultuoso que vai fazer com que futuras gerações durante 20 ou 30 anos tenham compromissos financeiros públicos para pagar e se pode ou não valer a pena se for feito duma ou doutra maneira. Não tenho essa informação e, por isso, não posso responder.

Se for um bom negócio, se valer a pena e se estiver certo, terá o nosso apoio, o nosso voto, todo o calor e solidariedade, nesta como em todas as outras matérias, por parte do Partido Social Democrata.

Agora, esta maneira de fazer política e tentar deixar os outros partidos de fora daquilo que é, na sua opinião, supostamente bom, esse seu estilo de dizer coisas boas como quem está agredindo a oposição, essa sua forma de estar na política, que já é famosa nos Açores, para mim e para nós é



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

claramente dispensável. O senhor já é conhecido por ter esse estilo, continuará a sê-lo. O estilo fica consigo e se a obra for boa ficará para todos nós, apesar de sermos também nós, no futuro, a pagarmos isso que o senhor diz que é bom e que está pagando.

Muito obrigado.

Deputados Mark Marques e Luís Medeiros (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Amaral.

Deputado Nuno Amaral (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Palavra menos palavra, penso que os nordestenses, os que nos estão a ver e a ouvir, hoje ficaram a saber que se o PSD entrasse para o governo nas próximas eleições ficariam a padecer das mesmas estradas que hoje têm.

Depois, o que é engraçado é o discurso que se faz hoje aqui e o discurso que se fez há uns tempos atrás.

Quando foi das eleições autárquicas o senhor afirmou no Nordeste: “todos os anos se diz que é agora que vamos iniciar a obras, mas elas não aparecem”. Isto foi dito pelo senhor no Nordeste e disse-o relativamente à Escola do Nordeste, mas esqueceu-se que a Câmara Municipal recebeu autorização para iniciar o projecto em 98 e entregou o projecto em 2001. Assim sendo, como é que o Governo Regional podia iniciar a obra se a Câmara Municipal não entregou o projecto a tempo e horas?



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

De qualquer forma, Sr. Deputado Victor Cruz, a minha intervenção sempre serviu para pô-lo a falar e valeu por isso. O senhor estava aí caladinho e assim sempre disse alguma coisa.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em primeiro lugar, queria dizer ao Sr. Deputado Victor Cruz que eu não tenho cara de anjo, mas também não a cultivo. Obviamente, tenho a noção exacta de que nos processos em que intervenho imponho a energia que acho que é adequada, até porque uma secretaria que tem muitas calamidades precisa de ter essa energia.

Em relação às SCUTs há uma coisa que eu gostaria de voltar a reiterar e a garantir aqui: o Governo Regional avançou para este processo devidamente escorado em modelos económicos que, nesta altura, lhe permitem dizer com segurança que este projecto é desejável, é viável e que se paga a si próprio ao longo do tempo e ao fim de 30 anos as estradas voltam outra vez, no pleno uso, para a posse da Região e ela pode voltar a fazer o que quiser dessas estradas sem pagar mais renda nenhuma.

Portanto, esta é que é a filosofia do projecto das SCUTs e o que está naturalmente em discussão são as propostas dos concorrentes que, como construção de obra pública, é também uma competência do Governo.

Na altura da adjudicação, obviamente que esse projecto há-de ser trazido aqui, mas ao longo deste processo, nesta como noutras matérias, se a Assembleia Legislativa Regional pretender saber mais informações de que o Governo já dispõe, mas que ainda não se sabe na totalidade, porque não



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

houve adjudicação e há uma análise de várias propostas que ainda nem sequer foram analisadas, obviamente que terá acesso a isso.

A questão não é de informação, mas sim de um processo que tem os seus timings e tem, naturalmente, também as suas limitações em termos de informação. Obviamente que não é disso que se trata.

Portanto, não vai ser por falta de informação que o plenário não se poderá pronunciar, até porque, ao contrário do que acontece em obras públicas, esta matéria vai vir a esta Assembleia e como todos nós sabemos, quando uma obra pública é adjudicada não passa por esta Casa. Há aqui uma visão completamente diferente em relação ao que foi dito.

Mas, eu queria reiterar a importância estratégica deste investimento e mais do que isso, queria reiterar que a aposta do Governo Regional foi em saber claramente que havia um custo/benefício favorável avançando para este projecto.

Todavia, temos ainda uma fase final de análise dessas propostas, chamada “short list” onde ainda se negocia com os dois concorrentes, na ponta final, para efectivamente conseguir arranjar a melhor proposta para a Região Autónoma dos Açores, que é aquela que vai servir 94 km de acessibilidades na ilha de S. Miguel, em três eixos que vão modificar completamente aquela ilha, perante a situação actual.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já que estamos a falar de estradas e da transparência que esta matéria deve ter, eu gostaria de referir aqui mais duas pequenas questões.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Relativamente à semelhança que referiu o Sr. Deputado Bolieiro, que tem a ver com o caso que eu apresentei e o que ele próprio apresentou, só quero dizer que a única semelhança que há é o visto do Tribunal de Contas, mas há três grandes pecados de um ex-governo do PSD e passo a emunerá-los: foi a finta que fizeram ao Tribunal de Contas, foi a burla que cometeram em relação aos empreiteiros que concorreram a essa obras e o terceiro pecado tem a ver com o facto de terem prejudicado a ilha de São Jorge.

Mas há mais:

Este mesmo Governo executou um trabalho que consta da pavimentação betuminosa da Estrada Regional nº 1-2ª, designadamente a que lhe atribuímos o nome de “Troço dos Nortes”, na Ilha de S. Jorge. Essa obra esteve inscrita num programa comunitário, teve subsídios comunitários para esse efeito e teve toda a execução financeira.

O Governo Regional do PSD veio por duas vezes a esta Assembleia Legislativa Regional dos Açores pedir autorização para contrair empréstimos junto do Banco Europeu de Investimento para essa obra, porque ela estava mencionada nos respectivos mapas e nunca, em termos físicos, foi executada. Esta obra foi executada pelo Governo do Partido Socialista.

Portanto, a vossa transparência é esta.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membros do Governo:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Muito rapidamente e, pela minha parte, para terminar, até porque as novidades são poucas como de resto não era de esperar que fossem muitas e por isso nós não questionamos o Governo sobre essa matéria.

Apenas quero dizer ao Sr. Deputado, que me questionou, que tentou lembrar-se de coisas que eu dizia. Eu lembro-me de uma coisa que o senhor disse aqui neste Parlamento por várias vezes antes das eleições autárquicas e que foi o seguinte: “o ainda Presidente da Câmara Municipal do Nordeste, José Carlos Barbosa Carreiro”. Acontece que já houve eleições e o senhor enganou-se. Esta é uma das coisas que me lembro que o senhor disse.

Espero que as suas intervenções, com esta arrogância que colocou na última, e com a agressividade que colocou nesta agora, não sejam como uma espécie de viagens no Nordeste em que o senhor derrapa, tal é a velocidade, na ponte chamada “Despe-te-que-suas”, porque é isso que me fez lembrar a sucessão de intervenções infelizes da sua parte.

Em relação ao Sr. Secretário José Contente só lhe quero dizer o seguinte: o senhor diz tudo quando volta a falar e diz que está convencido dos benefícios. É evidente que rasgar S. Miguel, desde Ponta Delgada até ao Nordeste, com uma estrada que nos permite circular com muito mais rapidez e conforto, tem benefícios. Os benefícios nós conseguimos adivinhar, o que nós não sabemos, como bem diz o Sr. Secretário, é quais são os custos e é isso que nós precisamos de saber para termos, de facto, a nossa posição final sobre esta matéria.

Este tema não nos causa qualquer incómodo, como qualquer coisa boa que o Governo Regional faça, e faz algumas bem feitas como qualquer governo, não nos causa qualquer incómodo. Seria até politicamente mau que uma coisa bem feita fosse criticada pelo Partido Social Democrata.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Cá estaremos para avaliar, com responsabilidade, os custos, uma vez que, por enquanto, só podemos prever os benefícios.

Por último, Sr. Secretário, deixe-me concordar consigo: de facto, “o senhor não tem cara de anjo”.

Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Renato Leal.

Deputado Renato Leal (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tomo lugar hoje nesta tribuna para dar a minha colaboração no debate sobre os documentos em discussão nesta Assembleia Legislativa no que concerne à reconstrução.

Ao longo dos quatro anos decorridos após o sismo nunca me coibi de emitir a minha opinião sobre a estratégia deste processo nem sobre os procedimentos ou as deliberações.

Fi-lo sempre com a convicção que estava a proceder da melhor maneira relativamente àqueles que me elegeram e cujos interesses me competia defender e acautelar.

Passados estes quatro anos, é com agrado que registo que, apesar dos incidentes de percurso, muitas das posições que defendi, quer publicamente, quer em reuniões partidárias, foram tendo acolhimento e permitiram que este processo, que é muito complexo e muito melindroso, fosse sendo cada vez menos contestado e que conseguisse dar uma resposta



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

definitiva, segura e célere aos sinistrados, quer em termos de informação, quer em termos de execução física das suas habitações.

Por isso, nos últimos tempos, manifestei, por diversas vezes, a minha satisfação pela forma como a reconstrução estava a decorrer no Faial.

Por isso, transmiti, a quem de direito, essa alegria, que era também o resultado da observação dos nossos emigrantes, que me expressaram a sua enorme surpresa pelo que já se tinha feito de 2001 para 2002 e que está à vista de todos em todas as freguesias desta ilha.

Por isso, e no que respeita ao Faial, onde, convém repeti-lo, 70% do seu parque habitacional foi afectado, podíamos dizer, sem exagero, que a reconstrução estava em velocidade de cruzeiro.

Havia ainda problemas? Havia, sim senhor, mas eram incomensuravelmente muito menores do que no ano anterior.

Os pagamentos eram feitos com recurso ao "factoring"?

Qual é o problema?

Quando fui Presidente da Câmara Municipal da Horta tive oportunidade de participar em diversas reuniões autárquicas em que nos era sugerido esse procedimento, que era considerado legal e que nem carecia de autorização da Assembleia Municipal.

A situação de hoje, entre o Governo e os empreiteiros, ainda é muito diferente da vivida na primeira metade da década de noventa, em que houve fiscais que, depois de terem ouvido das boas, foram impedidos de exercer a sua actividade em determinadas frentes de trabalho porque os encarregados, argumentando pagamentos em atraso, não os deixavam entrar nas obras.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

As verbas que estão atribuídas ao Sismo, e repartidas por diversas Secretarias, seriam um óptimo contributo para a continuação da tal navegação em velocidade de cruzeiro em 2003, se todos nós não soubéssemos que uma parte muito significativa desse montante se destina a honrar compromissos que deveriam ter sido liquidados em 2002 ou por conta do Orçamento deste ano.

Nestas circunstâncias, nada vai ser como fora planeado e como estava a ser executado nos dois últimos anos.

E, para mim, que fui executivo durante cerca de 11 anos, ninguém me convence que não é possível exercer a solidariedade nacional em nenhum momento de 2002 mas que, a partir do 1.º trimestre de 2003, já o é.

Esta posição do Governo da República, politicamente abominável, porque exercida contra o Governo Autónomo dos Açores, tem inevitavelmente como destinatários é os sinistrados.

E faz-me lembrar o que certo professor universitário nos contava sobre a vingança do chinês, que se resume a isto:

"O tipo não me pagou os porcos, mas eu também vendi-lhos bem caros!"

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sou, por natureza, optimista, por isso . fico muito preocupado quando ando preocupado.

E, sobre a reconstrução nas Ilhas do Faial, e do Pico, permitam-me que vos diga, que ultimamente tenho tido razões para andar outra vez muito preocupado.

Todavia, após a reunião que a Comissão do Sismo teve com o Presidente da Comissão do Orçamento do Parlamento Europeu, Terence Wynn, e com o Deputado ao Parlamento Europeu Paulo Casaca, fiquei sinceramente convencido que era possível, dentro de toda a legalidade, contrair um



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

empréstimo ainda este ano, por forma a que em 2003 a tal velocidade de cruzeiro se mantivesse.

Sei que inúmeros esforços têm e estão sendo feitos nesse sentido por parte do PS e do PCP. Ontem ouvi com muito agrado a intervenção do Senhor Deputado Alvarino Pinheiro sobre esta matéria.

Espero, por isso, que, ao longo desta semana, novas evoluções sejam conhecidas, por forma a que os sinistrados possam readquirir a esperança, ,entretanto perdida, e ter a certeza que tudo será feito para que os seus problemas sejam resolvidos com segurança e rapidez até 2004.

O Partido Socialista e o seu Governo Regional continuam - como sempre - empenhados em atingir esse objectivo. Para, também nesta área, cumprirem o seu slogan "Mudar os Açores".

Penso que fui dos que mais cedo gritou que não era possível resolver uma situação excepcional sem ser com legislação excepcional.

Por isso, hoje faço um novo apelo para que, sobre esta matéria, todos façamos um esforço muito grande no sentido de nos aproximarmos o mais possível.

Já que não há solidariedade nacional em 2002, que haja, ao menos, compreensão nacional.

Se, a partir do "aqui", não for possível chegar ao "acolá", tentemos, ao menos, chegar ao "acoli".

Mas tentemos!!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.



Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Subo uma vez mais a esta tribuna para falar da Reconstrução. E faço-o, como sempre fiz, falando a verdade e procurando dar voz a todos aqueles que necessitam de ser ouvidos e defendidos. A força da razão que defendo vem daqueles que me elegeram. E enquanto houver, neste domínio, um sinistrado que precise da minha voz, aqui dentro ou lá fora, eu estarei ao seu lado. E nisso ninguém me poderá calar.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

O Orador: O processo de reconstrução das ilhas afectadas pelo sismo de 9 de Julho de 1998, tem-se arrastado entre promessas, garantias e desequilíbrios vários, nunca assumidos. Face às dificuldades próprias de um processo com a dimensão financeira e social da reconstrução, e no cenário actual de dificuldades acrescidas, o mais natural e desejável era haver um esforço suplementar em unir e agregar vontades e empenhamentos à volta deste processo. Infelizmente, quem o tutela nunca foi capaz, até hoje, de procurar consensos e corrigir os inegáveis erros que maculam esta reconstrução desde o início. Até a iniciativa positiva do Sr. Presidente do Governo Regional em reunir há dois anos com os deputados do Faial para, com verdade, fazer contas à Reconstrução e apresentar o planeamento previsto para a legislatura, não teve continuidade.

Sinal claro da arrogância que se mantém e da continuação da ocultação de informações aos deputados passou-se no dia 23 de Outubro, quando a Comissão Permanente de Política Geral ouviu o titular da Secretaria



Regional da Habitação e Equipamentos. Nessa audição, aquele responsável disse que estava a estudar o que fazer na reconstrução face aos problemas financeiros, anunciava que se encontrava “em fase de negociações com as empresas construtoras a forma como serão alargados os prazos previstos para a conclusão das obras e as respectivas indemnizações.”

No fim da audição, e depois de atravessar um corredor de cerca de 20 metros, as declarações do Secretário à Comunicação Social eram já de outro estilo: dizia que nesse dia acabavam de parar quase duas centenas de obras da reconstrução e muitas mais iriam parar nas semanas seguintes! Quer dizer: na Comissão as informações são num sentido. Breves instantes depois, na Comunicação Social, são já noutra. Como se vê, a prática de omitir informações aos deputados mantém-se. E coisas tão simples com saber, por exemplo, qual é o custo, em média, por metro quadrado, de uma casa incluída nas empreitadas, continua sem ser dada aos deputados, apesar de diversas vezes solicitada.

Por outro lado, não é de hoje nem deste ano vemos obras a parar na Reconstrução. Embora com uma amplitude inegavelmente diferente, basta lembrar a empreitada de uma das empresas, com a qual, aliás, o Governo Regional fez um acordo amigável de rescisão parcelar e que manteve nessa empresa apenas algumas das muitas moradias que lhe haviam sido adjudicadas, para que verifiquemos que a situação não é, infelizmente, nova. Aliás, este caso é sintomático: consignada a empreitada para um total de 53 moradias na freguesia da Ribeirinha, estamos no final da data para todas as casas serem entregues e o que se verifica é que a maior parte das moradias foi retirada à empresa e as poucas casas que nela inexplicavelmente ficaram, continuam por concluir.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

E nas restantes empreitadas para as quais se anuncia paragem de obras, alguém aqui sabe que obras param, onde param, de que empresas, de acordo com que critérios, na sequência de que negociações, com que valores de indemnização, com que dilação no tempo?

E que valores estão neste momento em atraso, facturados e não pagos? E qual é a verba de 2003 que será usada para pagar eventuais incumprimentos de 2002? Ninguém sabe.

E as obras que já pararam? Pararam por decisão unilateral dos empreiteiros, houve algum acordo ou foi para confirmar o discurso político? É que não se compreende porque param casas onde apenas faltam pequenos acabamentos e a mesma empresa, na mesma empreitada, pára aquelas mas inicia outras.

Finalmente, a questão das verbas da Reconstrução. Já neste debate se provou que toda a polémica acerca das verbas da reconstrução para 2002 tinha muito de político e nada de sustentação técnica, uma vez que nem no Orçamento de Estado, nem no Orçamento Regional no lado das receitas ou das despesas estava prevista tal verba. E a conclusão só pode ser uma: o Governo Regional não estava a contar com tais verbas da República. Até porque, para além da evidente obrigação técnica de constar no Orçamento no lado da receita e da despesa, foi o próprio PS que votou contra o reforço do Programa 33 aquando da aprovação do Plano para 2002, quando o PSD propôs o seu aumento, na altura à custa de verbas das Despesas Correntes.

Por outro lado, cai por terra qualquer tentativa de justificar o vazio dos documentos de 2002 com o facto de em anos anteriores também ser assim. Desde logo, porque tal não é verdadeiro e basta ver que as verbas inscritas nos planos sempre traduziram (e não poderia ser de outro modo) o que o Governo pensava despendar, bastando ainda observar as Contas da Região



e os Pareceres do Tribunal de Contas e os Orçamentos Regionais (para os anos em que não existem ainda aqueles documentos) para concluirmos que a verdade é que constam lá as verbas que vieram ou se esperava que viessem para a reconstrução.

Um dos argumentos verdadeiros que o Governo Regional tem usado nesta questão da necessidade e do direito que temos a usufruir da solidariedade nacional é o de que somos um região pobre e de que a Reconstrução é um enorme investimento para as nossas disponibilidades. Mas, se somos pobres e a Reconstrução é uma prioridade, como se compreende que se continue numa política de subsídios a actividades e acontecimentos perfeitamente acessórios, sem qualquer relevância, e que consomem parte dos nossos recursos. É que não tem sentido proclamarmos a nossa pobreza para umas coisas e, para outras, comportarmo-nos como se ricos fossemos. Os sinistrados que aguardam receber as tranches dos apoios a que têm direito por obra que já executaram, os sinistrados que vêm a sua casa parada faltando pequenas pinturas e acabamentos que numa semana se concluiriam, invocando-se que não há verbas, esses sinistrados não entendem, não aceitam, porque não há para cada um dos seus casos umas centenas de contos e eles não faltam para subsidiar deslocações e passeios de grupos ao Estrangeiro.

Esta tem sido uma opção deste Governo, de que obviamente discordo. Como discordo que, num cenário como é o presente, se continue a utilizar as verbas da Reconstrução para pagar obras públicas que nada têm a ver com ela: ...

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Isso é falso.



O Orador: ... o último exemplo parece ser a nova escola EB/JI da Matriz, cujo fecho financeiro, tudo o indica, será feito com a verba do Programa da Reconstrução, sob o disfarce de uma remodelação/ampliação de uma EB/JI da Matriz que ninguém no Faial sabe que obra seja.

Porque para o PSD a Reconstrução é efectivamente uma prioridade que exige, nas circunstâncias actuais, o exercício efectivo da solidariedade nacional, mas também da solidariedade regional, apresentámos já uma proposta de alteração ao Plano e Orçamento que reforça as verbas para a Reconstrução em 2003.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como deputado eleito pela ilha do Faial, quero ainda aqui deixar o meu claro protesto sobre a forma com esta ilha é penalizada nos seus investimentos por força da Reconstrução. Aliás, o Plano para 2003 não faz mais do que confirmar uma tendência anterior: de 1999 a 2002 as verbas destinadas ao Faial diminuíram 51%. E nesse período não havia nem um Primeiro Ministro chamado Durão Barroso nem o endividamento zero, para servir de desculpa.

É por opção deste Governo Regional do Partido Socialista que os investimentos estruturantes e prometidos para o Faial não se cumprirão, mais uma vez, nesta legislatura: a nova Escola Secundária, o Parque Desportivo do Faial, a Biblioteca Pública e Arquivo da Horta, a Variante, a reabilitação das estradas regionais, o campo de Golfe, para já não falar nos atrasos que a nova fábrica da CALF está a conhecer. Tudo ficará adiado e os faialenses não o vão esquecer.

Disse.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*



(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Renato Leal.

Deputado Renato Leal (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ouvi, naturalmente, com muita atenção a intervenção do Sr. Deputado Costa Pereira e fico com a certeza de que as questões que hoje aqui evidenciou são cada vez mais uma pequeníssima parcela relativamente ao global do problema da reconstrução nestas duas ilhas, designadamente na ilha do Faial.

Ninguém consegue desmentir a quantidade de intervenções que estão sendo e que já foram feitas, sobretudo a partir do ano 2001 quando me disseram que eu estava a virar a casaca e eu disse que, perante a evidência dos factos, não tinha outra hipótese, porquanto o que começou efectivamente a ser feito em 2001 marca um processo completamente diferente em relação ao que tinha sido feito até então.

E tal como diz o poeta “por morrer uma andorinha não acaba a Primavera”. O Sr. Deputado quando referiu a existência de uma empresa que não concluiu as obras – e sabe que hoje o relacionamento do dono da obra com o empreiteiro não é como quando estamos em determinados sítios e alguém fala grosso e diz: “se não se portar bem, ponho-o fora da porta” – devo dizer-lhe que há toda uma tramitação burocrática, com a qual eu nem sempre estou de acordo, mas que tenho que me render à evidência, na medida em que não acredito que a vontade, quer do Governo Regional, quer do CPR, não fosse, no relacionamento com essa empresa, ter uma atitude perfeitamente diferente, por forma a que alguns dos problemas que



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

o senhor identificou e que eu também sou capaz de identificar, porque são do conhecimento público, quer na cidade, quer numa freguesia rural, localizada num vale, são efectivamente as zonas onde há maior preocupação, mas onde as questões estão sendo tratadas, de acordo com as informações que disponho, no sentido de ultrapassar todas essas maleitas que o senhor aqui identificou e outras que nós também sabemos.

Portanto, a reconstrução desde 2001 para cá estava a ser visível em todos os planos. Até aqueles que são mais amigos de dizer que as coisas não se façam com tanta rapidez, já se queixavam da quantidade de camiões que havia em circulação pela ilha o que já os estava a perturbar.

A outra questão que o senhor aqui levantou relativamente à solidariedade nacional, não sou eu que sou mais honesto do que o Sr. Presidente do Governo, do que o Sr. Secretário Regional das Finanças para lhe voltar a explicar como é que isso é. Já deu para perceber que, como diz o brasileiro, “estamos a chover no molhado”.

O senhor tira uma conclusão em resultado das apreciações que faz, o que é perfeitamente natural tendo tido a escola que o senhor teve. Eu que sou de uma escola diferente, tiro as conclusões que são perfeitamente distintas.

De nada serviria prolongarmos os trabalhos indefinidamente para termos qualquer aproximação sobre esta matéria.

O que era importante nós percebermos, e foi aquilo que eu disse na minha intervenção, era que, não tendo havido essa transferência correspondente à solidariedade do Estado, que está congelada, mas que em 2003 já se vai descongelar, ao menos fosse permitido a realização da contracção de um empréstimo, o que pelos vistos também não é.

Relativamente a deslocações e àquilo que o senhor chama passeios ao estrangeiro, sobre essa matéria, Sr. Deputado, eu vou-lhe ser muito sincero,



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

e faço um esforço muito grande, eu não quero entrar por aí, eu não quero ir mexer em datas que me põem nervoso, porque eu não gosto de me enervar aqui.

Deputado Mark Marques (PSD): Enerve-se!

O Orador: Eu não quero, em tempo nenhum, ir por aí.

Relativamente ao Faial e no que diz respeito à nova Escola Secundária, muito rapidamente quero dizer o seguinte: eu acredito que tudo continua a ser feito para que no decurso desta legislatura, o Partido Socialista, o Governo do Partido Socialista e os Deputados desta bancada possam, efectivamente, sentir-se orgulhosos com o cumprimento desse importante desiderato para esta ilha.

Por agora, ficava-me por aqui.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ouvi com toda a atenção a intervenção do Sr. Deputado Costa Pereira e confesso que tinha alguma esperança de ouvir do senhor, daquela tribuna, a revelação, um pouco tardia, mas no exemplo e na sequência da declaração feita ontem pelo líder do partido minoritário da coligação que suporta o Governo da República nesta Casa, ao revelar o seu apoio e o apoio do PP às propostas de endividamento extraordinário para fazer face ao financiamento da reconstrução, tendo a conta a inexistência de solidariedade nacional no ano de 2002 que condiciona, naturalmente, a



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

execução material e financeira da reconstrução este ano e no próximo ano de 2003. Assim não foi.

O Sr. Deputado Costa Pereira optou por vir falar e lamentar as obras que param, vir mais uma vez questionar e levantar poeira relativamente ao custo por metro quadrado e dizendo que enquanto existir um sinistrado que precise da sua voz não se calará.

Sr. Deputado Costa Pereira, para si e para o PSD vai o desafio deste lado: várias centenas de sinistrados precisam não só da vossa voz, mas duma atitude do PSD e do Governo da República autorizando e votando favoravelmente o pedido de empréstimo excepcional para que seja financiada a reconstrução.

É esta a altura do PSD/Açores dizer qual é sua posição, de fazer como o PP fez ontem daquela tribuna, de demonstrar qual é a sua posição, para que o essencial das empreitadas de obras públicas da reconstrução prossigam e o processo da reconstrução possa ser concluído até 2004.

Vou terminar, plageando a minha colega Deputada Cláudia Cardoso, dizendo o seguinte: não tenho dúvida que o Sr. Deputado Costa Pereira e todos os Deputados da bancada do PSD gostam muito dos sinistrados, mas ficou aqui provado e ninguém hoje tem dúvida, principalmente os sinistrados do Pico e do Faial, que os senhores gostam muito mais do vosso Governo da República.

Voices das bancadas do PS e do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Messias.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Deputado Paulo Messias (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O PSD vem afirmando que a verba que se estava à espera que viesse em 2002 para a Região não veio porque não estava orçamentada.

Foi feito um orçamento rectificativo e quando esse orçamento foi feito tinha sido muito fácil introduzir a verba necessária para a reconstrução. Eu estava à espera que o PSD tivesse feito isso. Uma vez que a reconstrução é uma prioridade para o PSD, eu estava à espera que o Sr. Deputado Costa Pereira viesse àquela tribuna informar a Região que o Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia da República iria votar favoravelmente as propostas da oposição ou então que o Grupo Parlamentar do PSD iria propor na Assembleia da República que fosse possível fazer um endividamento na Região para resolver o problema dos sinistrados, mas não foi isso que aconteceu, embora a reconstrução seja uma prioridade para o PSD.

Para o PS continua a ser uma prioridade resolver os problemas dos sinistrados, mesmos daqueles que têm dificuldades e que terão de viver em barracas por mais dois anos.

O PSD mantém a sua posição. O Governo da República para resolver o seu problema nacional, vai sacrificar os sinistrados por mais dois anos.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Muito rapidamente, e o tempo é curtíssimo para a nossa bancada, para renovar aqui aquilo que já dissemos ontem: nós estamos disponíveis, e eu



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

disse-o aqui, para aprovar uma solução que seja credível e aceite pelas autoridades monetárias europeias, tal como foi sugerido pelo Sr. Deputado Europeu aqui dos Açores. Desde que essa solução seja possível e credível, nós estamos disponíveis para a encarar.

Quero-vos dizer que nós gostamos tanto dos sinistrados como os senhores e gostamos tanto do Governo da República como os senhores gostavam do VOSSO.

Agora, nós descolamo-nos do Governo da República quando achamos que ele não tem razão, mas da vossa parte nunca se ouviu uma palavra relativamente a essa matéria, nem sequer quando os senhores não puseram nada aqui para a reconstrução e quando o vosso Governo da República não vos deu o ano passado.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando vi o vice-presidente da bancada do PSD pedir a palavra, julguei que ele, na sequência de um eventual esquecimento do Sr. Deputado Costa Pereira, viria dar a resposta que a Região e os sinistrados esperam da parte do PSD/Açores. Não. Veio dizer o mesmo.

Sr. Deputado, o PSD/Açores e o senhor, como picaroto, têm que definir a sua posição de uma vez por todas relativamente a esta matéria. O que é que está em primeiro lugar para o PSD/Açores: são os sinistrados ou é o



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Governo da República? A pergunta é clara e fica aqui mais uma vez registada.

Só para terminar, um esclarecimento que não tem a ver directamente com esta matéria, mas em face da insistência constante do Sr. Deputado Duarte Freitas, desde ontem, relativamente à questão do tempo, quero dizer e informar também os açorianos que o Sr. Deputado Duarte Freitas tem 9 minutos e eu, enquanto Deputado da bancada do PS, tenho 7 minutos e os deputados das outras duas restantes bancadas têm 25 minutos. Façamos as contas e vejamos quais são os deputados que têm menos tempo neste debate.

Presidente: Tem novamente a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Só um último esclarecimento sobre esta questão.

Já agora seria importante também sabermos em que sentido votarão os deputados do PSD na Assembleia da República?

Presidente: Sr. Deputado Hernâni Jorge, já fez o seu pedido de esclarecimento, agradecia que aguardasse.

(Pausa)

Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, peço que esta primeira nota seja considerada como uma interpelação à Mesa.

Presidente: As pessoas inscrevem-se para pedir esclarecimentos e não há nenhuma ilegalidade nisso.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O Orador: Naturalmente, mas quando qualquer deputado desta Casa entender que um pedido seu de esclarecimento não foi respondido ou quando entender que deve pedir qualquer esclarecimento à Câmara, julgo que tem o direito regimental de o fazer.

Tendo sido esse o entendimento correcto do Sr. Presidente, passo a fazer o meu pedido de esclarecimento:

O que eu gostaria também de perceber, enquanto deputado desta Casa, e aproveitando a presença aqui do líder regional do PSD/Açores, é qual será a intenção e a direcção do voto dos Deputados dos Açores na Assembleia da República quanto às propostas de endividamento excepcional, apresentadas pelos partidos da oposição?

Deputado Clélio Meneses (PSD): Agora sim! É preciso ter descaramento!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em relação a esta matéria, em primeiro lugar eu gostava de, em jeito de pedido de esclarecimento, salientar e chamar a atenção da Câmara para um aspecto que me parece particularmente relevante da postura com que o Partido Social Democrata encara esta questão.

Têm sido repetidas ao longo do tempo as intervenções da parte do Srs. Deputados do Grupo Parlamentar do PSD, relativamente a esta questão da reconstrução e mais em particular depois da entrada em funções do novo Governo da República do PSD/PP, que caem confrangedoramente numa contradição.

Os Srs. Deputados queixam-se de tudo e mais alguma coisa na reconstrução. Os Srs. Deputados só não se queixam de uma coisa: do Governo da República.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Em relação a esta matéria, é preciso assumir a questão de uma forma muito concreta.

Existem propostas que neste momento estão na Assembleia da República, propostas que foram entregues, no âmbito da discussão do Orçamento de Estado, pelos Grupos Parlamentares do PCP e do PS na Assembleia da República.

Ontem tivemos a oportunidade de ouvir a tomada de posição do Grupo Parlamentar do PP, mas há algo que, apesar de todas as profissões de fé que o Partido Social Democrata tem manifestado nas necessidades da reconstrução e dos sinistrados, o Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia Legislativa Regional dos Açores ainda não foi capaz de dizer claramente.

Não lhes peço que responda às minhas perguntas. Só lhe peço que tivesse a coragem de assumir uma posição como teve os vossos parceiros de bancada que, clara e inequivocamente disseram: “nós apoiamos”.

Mas há algo mais que resulta daqui, que é a recusa do PSD em assumir uma posição. Apesar disso ser tratado na Assembleia da República no âmbito da discussão do Orçamento de Estado, é preciso não esquecer que isso tem relevância para aqui, tem relevância para este debate e tem relevância para esta matéria que nós estamos a discutir.

Agora, eu compreendo o incómodo do PSD, que é o incómodo de ver que quem disse que, como Presidente do PSD, estou e estarei junto de vós aqui nos Açores, mas não fujo às responsabilidades de defender a nossa terra na Assembleia da República sempre que for preciso, é a constatação, dizia eu, de que quem disse isso não está a cumprir com aquilo que se comprometeu com os açorianos. Mas isso fica consigo, Sr. Deputado Vitor Cruz.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Isto foi o que o senhor disse.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O senhor fugiu da Assembleia da República na Lei de Estabilidade Orçamental; o senhor foge da Assembleia da República no Orçamento de Estado para 2003; o senhor foge a pronunciar-se na Assembleia Legislativa Regional sobre as propostas que se encontram na Assembleia da República sobre esta matéria.

Deputado Victor Cruz (PSD): Não senhor.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: Sr. Deputado Victor Cruz, é muita fuga junta para quem diz: “se eu fosse Presidente do Governo”.

Deputado Victor Cruz (PSD): Que incómodo!

O Orador: Sr. Deputado Victor Cruz, se eu fosse líder da oposição não fugia como o senhor foge.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Vamos ser claros sobre esta matéria.

Como se, porventura, alguma destas matérias fossem um incómodo para o Partido Social Democrata, começa-se por perguntar: onde é que estava o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e



o Governo Regional dos Açores quando não disseram uma única palavra aquando da aprovação dos Orçamentos de Estado de 2001 e 2002, em que o Governo era do PS e não tinha um centavo para a reconstrução? Onde é que os senhores estavam?

(Aplausos da bancada do PSD)

Secretário Regional Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*): Vem ou não vem o dinheiro?

O Orador: Era ou não era previsível no Orçamento de 2002, aprovado em 2001, que era preciso solidariedade nacional?

Quando estamos perante um problema que é previsível, a solução não é fazer despachos à última da hora, depois de perder as eleições, para tentar fingir que se dava o dinheiro que não se quis dar na hora certa, quando é previsível que é preciso solidariedade, Srs. Deputado e Srs. Membros do Governo, e se está perante um orçamento e o Governo é do Partido Socialista. Nessa altura é que era preciso que os senhores tivessem falado, porque se o tivessem feito o problema estava resolvido. Não era um problema do Governo do PSD. Tinha sido um problema resolvido pelo Governo do Partido Socialista.

Os senhores aí, ao abrigo da autonomia cooperativa, ficaram silenciosos, foram cúmplices e deixaram prevalecer os interesses do Partido Socialista aos interesses dos Açores. É desse pecado que os senhores não se safam.

(Aplausos da bancada do PSD)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O Orador: Nesta altura o PS até votou contra uma proposta do PSD para reforçar o financiamento da reconstrução.

Voices da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Os senhores quando pressentiram que iam perder o poder, inventaram a autonomia exigente e arrumaram na gaveta a autonomia cooperativa.

Os senhores é que andaram a pregar que era preciso votar nas câmaras socialistas, porque o Governo era socialista, que era preciso votar no Governo Regional, porque o Governo da República era socialista, que era preciso votar no Governo da República socialista, porque o Governo de cá era socialista e agora estão entalados estrategicamente, porque o Governo da República é social democrata.

Pelas minhas promessas, pelos meus compromissos, a maioria das autarquias dos Açores são do Partido Social Democrata.

Aplicando a vossa própria estratégia, o que é preciso agora mudar é o Governo Regional dos Açores. Esse, sim, é que está isolado na sua própria estratégia.

(Aplausos da bancada do PSD)

O Orador: Também lhe quero dizer com toda a clareza que não concordei com o Governo da República quando fez a interpretação que fez sobre a possibilidade de endividamento para 2002. Disse-o publicamente.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Olhe o peso que teve.

O Orador: Eu, apesar de achar que a principal responsabilidade da ausência de financiamento de 2002 era do Governo do Partido Socialista



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

que na altura podia ter resolvido o problema, lamento também que o meu Governo da República, do Partido Social Democrata, não o tenha resolvido. Eu também gostava que se resolvesse o problema do endividamento que está na Assembleia da República.

Também lamento que isso possa não acontecer, mas eu fiz tudo para que houvesse dinheiro em 2003 para os Açores e para a reconstrução.

Eu também fiz tudo para que o Governo Social Democrata e do Partido Popular assumissem 60% dos custos da reconstrução. Eu faço tudo todos os dias para ajudar os açorianos.

Agora, se pensam que eu tenho qualquer incómodo com o Governo da República do meu partido, não tenho nenhum. Eu não sou membro do Governo da República. Eu não advogado do Governo da República.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*): É, é!

Deputada Andreia Cardoso (*PS*): Parece que é!

O Orador: E não sou porta-voz do Governo da República. Eu sou porta-voz de muitos açorianos que votaram nas eleições legislativas nacionais no Governo do Partido Social Democrata e que votaram maioritariamente no Partido Social Democrata.

Não consigo resolver tudo em Lisboa como gostaria. Assim também fizeram os senhores, mas com uma diferença: eu não fujo e tenho coragem para dizer que não resolvo tudo como eu gostava, mas tenho também que ter a coragem para vos dizer, já que os senhores nunca reconhecem nada, que muitas coisas já consegui, que exijo e continuo a exigir como líder do partido, em privado,...

Deputado Paulo Messias (*PS*): Em privado, no confessionário!

O Orador: ... no partido e no Parlamento. Assim como exijo, continuo também a dar respostas para os interesses legítimos dos açorianos.



Presidente: Agradecia que concluísse, Sr. Deputado.

O Orador: Não faço como V. Exas. que faziam silêncio absoluto quando o Governo era do PS, mesmo quando não tinham aquilo que queriam, faço o contrário, digo que está mal quando está mal, digo que está bem quando está bem, agora o que não posso admitir – e isso é que interessa sobretudo sublinhar – é que este Governo procure no Governo da República uma desculpa para tudo aquilo que não faz, para tudo aquilo que não consegue fazer, para as promessas que não consegue cumprir.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Não é essa a questão.

O Orador: Por fim, devo dizer que isso eu nunca fiz e se estou na Assembleia da República e se estou aqui é com os votos dos açorianos.

Digo-lhe mais:

Não é por estar lá que os Deputados do PSD farão nada diferente. Eu estou lá, como estou cá ...

Deputado José San-Bento (PS): Isso não é verdade.

O Orador: ... e por isso o Partido Social Democrata não perde a coerência interna. Agora, o PS, quando eu estou lá, diz que eu devia estar cá e quando eu estou cá, diz que eu devia estar lá.

(Aplausos da bancada do PSD)

O Orador: O que o PS gostava mesmo era que eu não fosse líder do PSD, mas os senhores têm muitas hipóteses de vir a ter o líder da oposição do Partido Socialista, se os outros candidatos assim o deixarem.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que concluísse.

O Orador: Portanto, meu amigo, eu sou um homem de coragem.



Secretário Regional Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*): Não se vê!

O Orador: Digo o que está bem e digo o que está mal e é aí que faço uma grande diferença do Partido Socialista.

Calados, calados sempre perante o governo socialista. Agora só sabem refilar e falar mal de um governo só porque ele não é do vosso partido.

Deputado Hernâni Jorge (*PS*): Não é essa a questão.

O Orador: Nós somos diferentes e é com base nessa diferença que estamos a ganhar credibilidade e cada vez mais confiança dos açorianos e assim vai ser nos próximos dois anos.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Victor Cruz, deixe-me, em primeiro lugar, que o descanse quanto aos gostos do Partido Socialista.

Pelo seu comportamento, acredite que o Partido Socialista tem todo o gosto em vê-lo como líder do PSD. É com grande prazer e com grande satisfação.

Deputado Mark Marques (*PSD*): Tem-se visto.

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): Já foram duas vezes.

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Nas autárquicas e nas nacionais não gostaram de certeza.

O Orador: Continue porque está, para nós, num excelente caminho.

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Vocês querem mesmo ir para a oposição.



O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Há algo que resulta dos esclarecimentos do Sr. Deputado Victor Cruz e que resulta com particular clareza.

Em primeiro lugar caiu a máscara quando o senhor diz com ar irritado – e já agora fazia-lhe, em relação a si, a mesma recomendação que o senhor fez em relação ao Sr. Secretário da Habitação e Equipamentos – que os socialistas, estrategicamente, estão entalados, é o cair a máscara...

Deputado Victor Cruz (PSD): Não, é usar os vossos argumentos.

O Orador: ... da forma como o senhor entende o exercício do poder.

Sr. Deputado Victor Cruz, é óbvio que o senhor está incomodado, é obvio que o PSD/Açores está incomodado.

Que grande confissão de incómodo tivemos nós quando o senhor diz que tentou uma coisa e ninguém lhe ligou nenhuma, que tentou outra e ninguém lhe ligou nenhuma, que tentou arranjar assim e o senhor não conseguiu. Isto é a confissão do incómodo, mas este é, Sr. Deputado Victor Cruz, um incómodo que o senhor vai ter que resolver com o Governo da República e dentro do seu partido.

O senhor levantou aí uma dúvida, relativamente onde estava o Partido Socialista, onde estava o Governo Regional. Eu vou dizer-lhe, Sr. Deputado Victor Cruz, onde estava o Partido Socialista/Açores e onde estava o Governo Regional:

Deputado Duarte Freitas (PSD): Quando votaram contra a proposta de orçamento.

O Orador: Quando vieram 100 mil contos do Fundo Nacional de Emergência Civil, o Governo Regional estava presente a solicitar ao Governo da República do PS e o PS/Açores solidário.



Quando vieram 150 mil contos do Fundo de Socorro Social, o Governo Regional estava lá a reivindicar e o PS com ele.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Cuidado com essas contas.

Presidente: Sr. Deputados, peço que deixem o Sr. Deputado concluir.

O Orador: Quando vieram 2 milhões de contos para calamidades pouco antes do sismo e que foram canalizados para realojamento de emergência, o Governo Regional presente a reivindicar e o Partido Socialista com ele.

Quando vieram, por transferências financeiras directas, 300 mil contos de uma vez, 4 milhões de contos de outra e 1 milhão de contos de outra, o Governo Regional estava lá a reivindicar e o Partido Socialista/Açores com ele.

Quando foram disponibilizados fundos comunitários, 3 milhões de uma vez, 3,4 milhões de outra e 2 milhões de contos de outra, o Governo Regional estava lá a reivindicar e o Partido Socialista/Açores com ele.

Isto responde à sua pergunta: “onde estava o Partido Socialista e onde estava o Governo Regional?”

Quanto ao orçamento para 2002, Sr. Deputado Victor Cruz, o senhor como eu temos formação jurídica e sabe tão bem como eu que um despacho, um acto normativo qualquer não existe por si, existe porque manifesta uma vontade.

O problema aqui não é a questão do despacho, mas a questão da vontade, a vontade que o Governo da República do PS tinha de transferir 4 milhões de contos para os Açores e que os senhores não têm. Não venham com a desculpa do despacho, porque se o problema era o despacho, os senhores revogaram aquele, fizessem outro.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Não tinha fundo. Era um cheque careca.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O Orador: Quanto à questão de onde é que vinha o dinheiro e para onde é que ia o dinheiro, Sr. Deputado Victor Cruz, no passado isso nunca impediu que viesse essa solidariedade nacional. O que é que o senhor está a sugerir? Está a sugerir que veio mal?

Os senhores nunca levantaram a voz quando viram nas contas que vieram tantos milhões de contos de solidariedade nacional e que por acaso até não constavam da receita. Os senhores levantaram a voz alguma vez? Não, aceitaram como açorianos a vinda dessa solidariedade nacional e só agora, porque vos convém, é que vêm levantar o problema formal.

O senhor sabe perfeitamente, e os açorianos também, que o problema não é o despacho, o problema é que os senhores não têm vontade, o problema é que o senhor quer entalar estrategicamente o Governo Regional dos Açores e o Partido Socialista. O senhor está a entalar estrategicamente os sinistrados do Faial e do Pico.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Deputado Paulo Messias (PS): E os sinistrados?!

O Orador: O problema é este e é contra isto que nós nos levantamos.

Para terminar, só mais uma questão:

Não por estar na Assembleia da República que os Deputados do PSD votam de maneira diferente e o senhor diz ainda que faz tudo o que pode pelos Açores e pelos açorianos. O seu comportamento permite-me ter dúvidas.

Presidente: Agradecia que concluísse, Sr. Deputado.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

O senhor se estivesse na Assembleia da República e não tivesse fugido teria votado favoravelmente os artigos da Lei de Estabilidade Orçamental



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

que responsabilizam as Regiões Autónomas? O senhor sabe o que é que o seu partido fez? Inviabilizou várias soluções para a reconstrução.

Deputado Duarte Freitas (PSD): O seu partido concordou.

O Orador: O meu partido não concordou e o senhor sabe que não é verdade. O meu partido...

Deputado Duarte Freitas (PSD): O seu partido absteve-se e ponto final.

O Orador: Sr. Deputado Duarte Freitas, não é ponto final, porque não é o senhor...

Vozes da bancada do PSD: Abstiveram-se!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Tiveram vergonha do que tinham feito antes.

O Orador: É mentira! É mentira!

Peço desculpa, Sr. Presidente, mas preciso de explicar isto e refutar por completo esta mentira descarada do Sr. Deputado Duarte Freitas.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que concluísse.

O Orador: O Partido Socialista votou contra os artigos da Lei de Estabilidade Orçamental que responsabilizavam os Açores e a Madeira pela questão do défice.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: O mesmo voto contra do PS, para evitar que as Regiões Autónomas fossem responsabilizadas pelo défice, foi derrubado pelo vosso voto favorável.

Portanto, Sr. Deputado Victor Cruz, o que eu lhe quero dizer é tão somente isto:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O senhor é directamente responsável pela inviabilização de soluções para a reconstrução, como por exemplo a questão do endividamento, a questão da AICOPA, a questão do empréstimo a negociar, a questão da Sociedade Veículo. Tudo isto é responsabilidade sua e sabe porquê? Eu explico-lhe: o senhor tem a ver com isto, porque a Lei de Estabilidade Orçamental foi o argumento que o Governo da República utilizou para inviabilizar estas soluções.

A responsabilidade é sua. O incómodo é seu e o senhor tem que lidar com isso da forma que melhor entender e não tente confundir os açorianos e os sinistrados com as asneiras que o senhor faz, como líder da oposição.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Colegas de Governo:

Sr. Deputado Victor Cruz, com o decorrer deste debate estamos bem mais esclarecidos, bem mais esclarecidos entre o “anjo”, a “cara de anjo”, o “menino do coro”, a “falta de decoro”. Estamos todos cada vez mais esclarecidos.

Estamos também mais esclarecidos com aquilo que o senhor disse, porque há algo que é fundamental, Sr. Deputado Victor Cruz, que é o seguinte: o senhor não é, ao que presumo, contabilista, o senhor não é, ao que sei, guarda-livros.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Gostava que o Sr. Deputado Victor Cruz me respondesse se o que interessa é o que está explicitado no orçamento ou se o que interessa é o que acontece?

Gostava que o Sr. Deputado Victor Cruz me dissesse se até fins de 2001 o Governo da República, por diversas vias, transferiu ou não para a reconstrução 21 milhões de contos?

Gostava que o Sr. Deputado Victor Cruz me dissesse se é verdade ou não que em 2002 o Governo da República não transferiu um cêntimo para a reconstrução?

A sua intervenção foi extremamente esclarecedora, quando o Sr. Deputado Victor Cruz, em desespero, disse: “eu não sou defensor ou advogado do Governo da República”. Mas, Sr. Deputado Victor Cruz, temos que nos entender, porque V. Exa. tem responsabilidades como Deputado dos Açores à Assembleia da República, onde prometeu aos açorianos que lá estaria sempre que tivesse em causa os interesses dos Açores e não tem estado e continua a não estar. Não esteve na Lei de Estabilidade Orçamental e não está agora em que há um pedido de crédito fundamental para a reconstrução.

V. Exa., Sr. Deputado, tem que escolher, ou V. Exa. tem influência sobre o seu partido e sobre o Governo da República e o que de mal nos acontece é por maldade sua, ou V. Exa. não tem influência e então aí tem que confessar que é um fraco...

Deputado Victor Cruz (PSD): Malcriado é que eu não quero ser.

O Orador: ... e os açorianos também não querem um fraco, porque como sabemos Carlos César tinha influência.

E mais:



Também Carlos César teve influência, não por razões partidárias, mas pela força da razão,...

Deputado Mark Marques (PSD): Está ciumento!

O Orador: ... em representar os açorianos junto do Governo da República de Durão Barroso, porque nunca se tinha falado em financiamento plurianual para a reconstrução e foi Carlos César que falou na reunião com o Primeiro-Ministro e só depois disso é que houve financiamento plurianual para a reconstrução.

Os açorianos têm que saber que Carlos César, pela força da sua razão, tem mais influência junto de Durão Barroso do que V. Exa..

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz. Dispõe de 3 minutos.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Nem sequer manifesto a minha estranheza pela má educação da intervenção do Sr. Secretário Regional.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): Qual má educação?!

O Orador: O Sr. Secretário Regional, aliás, como fez o outro Secretário Regional, fazem considerações sobre o aspecto físico das pessoas, se têm cara de santos, se não tem...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Qual físico? O senhor é que falou em anjo.



Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Os qualificativos foram seus.

O Orador: Não, aquele senhor é que disse primeiro.

Aliás, o Sr. Secretário Regional, José Contente, durante a campanha eleitoral já tinha feito uma consideração sobre o aspecto físico de um cartaz que eu fiz e que ganhei as eleições.

Respostas sobre o seu aspecto físico eu não vou dar nunca. Tenho esta educação. Acho que o debate parlamentar tem piada com alguma ironia, mas não vou por esse caminho. O senhor foi malcriado, mas é o estilo de V. Exa. nesta Casa e não o de todos os Membros do Governo.

Deputada Andreia Cardoso (*PS*): Isso é desespero total.

O Orador: O povo é que gosta e é que sabe apreciar isso.

A mesma coisa se aplica à linguagem excessiva do Sr. Deputado Vasco Cordeiro que anda sempre à procura de dizer uma frase bombástica que possa ser escolhida para aparecer, certamente, nalguma rádio. Eu não vou por esse caminho.

Passando ao que interessa, é verdade que o Governo de António Guterres apoiou financeiramente a reconstrução? É.

É verdade que o Engenheiro António Guterres, que devia ter dado dinheiro em 2002, porque ele é que era o responsável, era o Primeiro Ministro, quando foi aprovado o Orçamento de 2002 e era previsível e preciso o financiamento, não deu...

Deputado Paulo Messias (*PS*): A verdade é que deu.

O Orador: ... e aí Carlos César e o PS não tiveram influência, aí o PS não disse que estava mal, não votou contra e fugiu das suas responsabilidades na Assembleia da República, no Governo Regional e no Parlamento Regional. Esta é que é a verdade.



(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

O Orador: Também, é verdade que eu fiz tudo, dentro das minhas capacidades – não falo em nome do Governo, falo em nome do PSD dos Açores e é nessa qualidade que eu posso falar – para o conseguir.

Tenho defendido as pretensões dos Açores, sempre que posso, junto do Governo da República, através do Parlamento ou através do PSD.

Sobre isto ninguém tenha dúvidas e por isso mesmo veio ao ponto de, com humildade, mas também com coragem, dizer: é verdade, não consegui tudo o que queria.

Digo-lhe mais:

Tenho dúvidas que algum Governo Regional consiga tudo o que quer.

Acho que os governos do Dr. Mota Amaral não o conseguiram, apesar de terem conseguido muito.

Acho que o Governo Regional do Partido Socialista não o conseguiu, apesar de também ter conseguido muito.

Acho que os governos não vão conseguir ter tudo o que querem e por isso mesmo o que deve prevalecer é a verdade.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Portanto, eu não posso aceitar e acho ofensivo que o Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que tem especiais responsabilidades, venha aqui dizer que a minha estratégia e a do PSD é tentar montar um esquema, segundo o qual os açorianos seriam prejudicados. Isso é ofensivo e não lhe admito que lance sobre mim e a boa gente do PSD essa suspeita. Foi uma maneira de ser malcriado politicamente.



(Aplausos da bancada do PSD)

O Orador: Somos os dois juristas, disse e muito bem.

Eu já não pratico advocacia, mas por sermos os dois juristas é que sabemos que um despacho é uma manifestação de uma vontade, um orçamento não só é manifestação de uma vontade, como era obrigação de se cumprir com o financiamento para a reconstrução e essa possibilidade os senhores tiveram-na como juristas e como políticos e como juristas e políticos disseram que não. Esta é que é a verdade e como jurista também deve perceber.

Também vos quero dizer que não gosto da Lei de Estabilidade Orçamental. Ninguém gosta desta Lei neste país, a começar pela Ministra das Finanças que disse que bom era não ser preciso uma Lei de Estabilidade Orçamental, agora existe uma razão de fundo para haver esta Lei e ela prende-se com o facto do PS, sempre com a concordância do Governo Socialista e do PS dos Açores, ter governado a República de forma a deixar como herança ao Governo do PSD e do PP um verdadeiro pântano, nas palavras do ex-Primeiro Ministro.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que concluísse.

O Orador: E os açorianos, apesar de reconhecerem que o Eng^o António Guterres tomou várias iniciativas muito favoráveis aos Açores, nas eleições legislativas nacionais de Março, pressentiram que o caminho não era continuar com o Governo do PS, que o caminho, embora fosse difícil, era mudar de governo e votar num governo diferente.

É o governo do PSD e do PP que tem obrigações com os Açores que vai cumpri-las, apesar das dificuldades e todos podem contar com o PSD para



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

defender os açorianos, mesmo que isso possa ser um suposto incómodo para o Partido Socialista.

Nós não estamos nada incomodados. Olhe para a minha cara de incómodo! Eu não tenho incómodo nenhum, porque tenho apenas uma regra: tentar ser coerente, tentar que as minhas declarações tenham coerência e seguir os interesses dos Açores.

Sendo assim, eu posso ser humilde e dizer que às vezes não consigo aquilo que quero, mas nunca tenho incómodo nenhum na política.

Quem tem valores e convicções, nunca se incomoda em política.

Eu não estou nada incomodado, apesar das vossas agressões.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, a Mesa pede encarecidamente que cumpram os tempos, porque assim é muito difícil e os Srs. Deputados estão a ultrapassar largamente o tempo para esclarecimentos e quem fica incomodado é o Presidente da Assembleia e a própria Assembleia.

Faço um apelo para que cumpram os três minutos regimentais para pedidos de esclarecimento.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Obrigado, Sr. Presidente e obrigado pela sua chamada de atenção, relativamente ao cumprimento dos tempos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Victor Cruz, alguns aspectos da sua intervenção que me parece importante salientar.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Em primeiro lugar, a questão de posicionamento político que se coloca aqui não é um problema de se conseguir tudo o que se quer. O senhor nunca ouviu da parte do PS esse tipo de acusação.

Agora, há aqui uma circunstância que se afigura particularmente clara e notória, aliás, circunstância que tem sido bastas vezes salientada pelo Sr. Deputado José Decq Mota, para grande incómodo do PSD.

A questão é saber se estamos todos a puxar para o mesmo lado, no sentido dos interesses dos Açores, ou seja, nós com um entendimento, os senhores legitimamente com outro entendimento, o PCP e o PP com outro entendimento.

O que há de novo nesta circunstância, o que é politicamente censurável no PSD/Açores é aquilo que é muito bem observado pelo Sr. Deputado José Decq Mota, é que, pela primeira vez, os senhores estão a colocar a defesa do Governo da República à frente dos interesses dos Açores.

Em relação à questão de conseguir ou não conseguir, Sr. Deputado Victor Cruz, quando se coloca este problema de princípio e de postura política, está esclarecida. Não é preciso batermos mais nessa tecla.

Os senhores, em relação a esta questão da reconstrução, é que têm tido um comportamento de mais preocupação em defender o Governo da República do que em defender as necessidades de reconstrução habitacional do Faial e do Pico.

Segundo aspecto que me parece importante salientar:

Sr. Deputado Victor Cruz, eu muito humildemente, se por acaso o ofendi de alguma forma, peço-lhe desculpa, mas gostaria que o senhor tivesse esta sensibilidade tão à flor da pele com algumas das intervenções que vêm da sua bancada. Ficar-lhe-ia bem.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Por outro lado, há um terceiro aspecto que se coloca em relação à Lei de Estabilidade Orçamental e à responsabilidade dos governos do PS.

Sr. Deputado Victor Cruz, a Lei de Estabilidade Orçamental teve um determinado sentido de voto do Partido Socialista na Assembleia da República na generalidade, na especialidade, em relação aos artigos que diziam respeito às Regiões Autónomas, e na globalidade.

O PS considera importante o pacto de estabilidade e crescimento.

Também considera útil uma Lei de Estabilidade Orçamental, daí o sentido de voto que teve.

Mas, o problema não é este, o problema é se os Açores devem ou não devem ser responsabilizados também por isso. Eu nossa opinião não devem. Os senhores acham que devem.

A questão é saber se os açorianos devem ou não devem ter mais sacrifícios por causa disso.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que concluísse.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

Os senhores entendem que sim. Nós entendemos que não. A diferença está aqui.

Mas, há algo também que já ressalta com clareza: os senhores já têm um orçamento entre mãos que tem determinado tipo de respostas e determinado tipo de questões em relação aos Açores e já começam a ser responsáveis por isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está inscrito o Sr. Presidente do Governo Regional. Tem a palavra.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Também vou procurar ser muito breve, seguindo o aconselhamento do Sr. Presidente da Assembleia.

Gostaria de evitar apenas que se reescrevesse, em permanência, a história da solidariedade dos diferentes Governos da República para com os Açores e gostaria apenas de dizer o seguinte:

Entre 1997 e o ano de 2001 – e não estou a dizê-lo pela primeira vez nesta Assembleia – chegaram aos Açores, a diverso título e com diversa proveniência, 21,5 milhões de contos para o apoio a acções do Governo respeitantes às calamidades e à reconstrução dos estragos causados pelo sismo, ou seja, entre 1997 e o ano 2001 chegou aos Açores, em média, mais de 4 milhões de contos/ano de solidariedade para com as calamidades. Não tiveram sempre a mesma origem nas rubricas orçamentais e por vezes até nem foi dinheiro retirado do Orçamento de Estado. Uma vez vieram de reforços de Fundos Comunitários, outras vezes vieram do Fundo de Socorro Social, outras vezes do Fundo Emergência, outras vezes do Ministério do Equipamento, outras vezes da Dotação Previsional e muitas dessas vezes não tinham qualquer orçamentação no Orçamento do Estado, nem tinham a correspondente previsão de receita no Orçamento Regional. O que interessava era que essa solidariedade se fizesse.

Coloquei ao anterior Primeiro Ministro a questão relativa à manutenção deste nível de solidariedade. Para nós era importante, era significativo e constituiria um bom esforço da parte da República manter essa média de solidariedade. Para isso seria necessário que o Governo da República em 2002 a mantivesse, fazendo uma transferência ou promovendo qualquer outra natureza de apoio que nos permitisse ter mais 4 milhões de contos para combatermos os efeitos nefastos das calamidades e da reconstrução do sismo de 1998.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Em vésperas da queda do anterior Governo, o Governo aprontou esse assunto como muitos outros que, certamente em muitos domínios, tinha pendentes e ainda não tinha feito e fê-lo antes de cessar as suas funções do modo a deixar expresso o cumprimento de determinados compromissos que assumiu. Nunca achei nada de perverso nisso e, pelo contrário, valorizei a atitude do Eng^o. António Guterres ao fazê-lo, mesmo já estando nos últimos dias do seu mandato.

O que eu esperaria era que, independentemente do Governo da República que lhe sucedeu considerar legal ou ilegal, apropriado ou inapropriado a forma de transferência desses 4 milhões de contos, cumprisse um compromisso de solidariedade, tentando arranjar a forma legal ou que considerasse mais apropriada para fazer valer esse compromisso e para permitir que a reconstrução prosseguisse ao ritmo que estava a prosseguir.

Por isso, há um facto que é iniludível, o novo Governo da República cancelou uma transferência que estava preparada e não revelou qualquer boa vontade em fazer essa transferência, até porque no mesmo ano elaborou um Orçamento Rectificativo no qual teria, certamente, probabilidades de incluir a prestação dessa forma de solidariedade para com os Açores.

Presidente: Agradecia que concluísse, Sr. Presidente.

O Orador: Devo dizer ainda que há uma crítica, em que eu tenho pensado, que o próprio Governo da República me fez, em termos particulares, não sei se públicos, mas que também o PSD e o PP já me fez nos Açores, que o Governo Regional devia ter acautelado de forma protocolar todo este processo de transferências para a Região.

Eu devo dizer que sempre tenho funcionado na política e na relação institucional através de um critério da boa fé.



Nunca me passou pela cabeça que chegasse ao poder no nosso país um governo que não fosse solidário para com as vítimas da catástrofe e do terramoto de 1998.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: Quero terminar apenas dizendo o seguinte:

Cada um se enfeita com os poderes que julga ter ou que quer aparentar ter.

Mas, a verdade é que com este Governo da República, não são os Açores apenas os prejudicados.

Ainda hoje a imprensa da Madeira faz eco das declarações do Dr. Alberto João Jardim que diz que com as transferências que foram feitas e o endividamento que foi cancelado, tudo, tudo terá que ser vítima de cortes, excepto os salários.

Eles também têm as suas dificuldades e certamente o Dr. Alberto João Jardim, embora de forma muito mais humilde e ineficaz do que o líder do PSD/Açores, tem feito o que pode para defender a sua terra junto do Governo do seu partido.

A conclusão que temos que tirar claramente é a seguinte:

Os Açores não estão prejudicados por terem um Governo do Partido Socialista.

A Madeira não está, nem estava antes prejudicada por ter um Governo do Partido Social Democrata.

As Regiões Autónomas estão prejudicadas por haver o governo do PSD que há ao nível do Governo da República.

Muito obrigado.



(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu não pensava entrar neste debate por razões de tempo e porque estou inscrito para fazer uma intervenção na tribuna daqui a alguns minutos, mas o caminho que ele levou obriga-me a usar estes três minutos no sentido de marcar uma posição, sob a forma até de esclarecimento e queria dirigir-me ao Sr. Deputado Victor Cruz, começando por lhe dizer o seguinte:

Eu não o quero ofender de forma nenhuma, mas queria que acompanhasse comigo este raciocínio:

Mesmo partindo do pressuposto que na sua argumentação possa ter razão sobre as formas e vias usadas pelo anterior Governo da República em relação aos apoios à reconstrução, mesmo que possa ter razão, as decisões do Governo do PSD e do PP ao nível da República em relação ao não financiamento da reconstrução em 2002, – e já o disse aqui muitas vezes e reafirmo, uma decisão brutal – agravada pelo facto de não haver autorização de endividamento em 2003 e de não haver a sequência que estava programada para a questão do endividamento em 2002, traduz, e não o quero ofender, – já fiz várias vezes essa afirmação aqui, já a escrevi e já a publiquei – uma estratégia política de asfixia financeira desta Região Autónoma. Repito, traduz uma estratégia política de asfixia financeira desta Região Autónoma e isso não pode ser escondido, Sr. Deputado.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*



(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: Se internamente tentou lutar contra isto ou não, o que é certo é que o PSD dos Açores, a sua Direcção, o seu Grupo Parlamentar, o ilustre Deputado Costa Pereira e todos os restantes das ilhas sinistradas não tomaram posição contra isto, não tomaram posição em relação a uma situação de equilíbrio e devo até dizer o seguinte: os senhores foram radicais, porque não só os senhores não quiseram cumprir o que vinha de trás, como não quiseram abrir um processo que pudesse ser até de concertação de meios adaptando-os a eventuais ou reais dificuldades que o país tenha.

Em vez de ser 4 milhões poderia ser um pouco menos; em vez de ser 3,5 milhões no ano que vem, poderia ser menos se este ano tivesse vindo algum, ou seja, isto tudo poderia ter sido negociado se os senhores não tivessem sido radicais e foram-no.

É por isso, Sr. Deputado Victor Cruz, estimado amigo e ilustres Deputados do PSD, que os senhores perderam toda a autoridade moral em relação à questão da reconstrução.

Os açorianos e os sinistrados não podem acreditar nos senhores agora.

O Sr. Deputado Costa Pereira tem trabalhado muito para a resolução de problemas da reconstrução, eu sei disso e afirmo aqui que ele tem trabalhado muito ao longo destes anos, como o Deputado Manuel Azevedo e o Deputado Duarte Freitas, mas perderam toda a autoridade, porque aquilo que podia estar pronto em 2004 não vai estar e a responsabilidade é do Governo da República que os senhores apoiam.

Em relação à proposta de especialidade que aqui é posta, permita-me que avance já com uma opinião: esta proposta não pode ser aprovada por esta



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Assembleia, porque essa proposta significa a tentativa de absolvição do Governo da República e da falta de solidariedade da República e, portanto, esta proposta não pode ser aprovada.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Deputado Duarte Freitas (PSD): E o ano passado quando chumbaram o que é que significava?!

O Orador: Depois veremos isso mais adiante.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado, sobretudo por ter cumprido o tempo. Espero que continuem a fazê-lo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz. Faço-lhe também um apelo para o cumprimento dos três minutos.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, vou responder ao seu apelo na exacta medida em que o Sr. Presidente do Governo Regional o fez, ou seja, tentou, mas não conseguiu e ninguém chamou a atenção para o Sr. Presidente do Governo.

Vozes da bancada do PS: Chamou, sim senhor!

O Orador: Chamou mas ele não obedeceu.

Os direitos são iguais e eu sempre fui respeitador, Sr. Presidente. Tentarei. Vou ver se consigo.

Presidente: Sr. Deputado Victor, eu só quero lhe dizer que é muito aborrecido o senhor anunciar antes que não vai cumprir. Eu espero que pelo menos faça esse esforço.

Com toda a amizade e consideração, não diga antes que não vai cumprir.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Vamos tentar ser cordiais neste debate que está a ser interessante e vivo e é isso que se pretende.

O Orador: É o que eu mais sou e ainda outro dia fui tomando parte por si, contra a perspectiva de outros partidos.

Presidente: Sim senhor, Sr. Deputado.

Vamos prosseguir com o debate. Tem a palavra.

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Muito rapidamente para dizer, Sr. Deputado José Decq Mota, com toda a consideração com que coloca também a crítica sobre mim, que acho que o senhor inventou.

O senhor está com um fantasma que é o de pensar, porventura, que a estratégia do Governo da República é asfixiar financeiramente a Região e assim como se queixa, como disse agora mesmo o Sr. Presidente do Governo, Alberto João Jardim, o Governo da República também quererá asfixiar financeiramente a Região Autónoma da Madeira.

O senhor vê como o cruzamento dos argumentos acabam por deitar por terra todos os argumentos aqui aduzidos.

O senhor que é altamente interessado nesta matéria, partidariamente, e que vem para aqui querer dizer que é melhor do que os outros, que os outros têm interesses político-partidários e que o senhor não tem, o que acabou de fazer aqui foi absolver, isso sim, o Governo Regional do Partido Socialista ao não querer dizer que ao ser aprovada uma proposta que tem justamente esta virtude: se nada se conseguir resolver, o problema dos sinistrados está garantido e está resolvido. A isso o senhor disse previamente que não.

Portanto, acaba por ser a absolvição do Governo do Partido Socialista pelas mãos do radical Partido Comunista, esse sim, já nos habituou em diversas



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

matérias a ser um partido radical. Da nossa parte, radicalismos não é, de facto, o nosso caminho.

O que interessa aqui sublinhar, Sr. Presidente do Governo, é que 60% dos custos da reconstrução vão ser assumidos pelo Governo da República que é, se bem me parece, mais ou menos o mesmo que o Governo da República anterior acabou por assumir, no dinheiro que deu até agora para a reconstrução, isto de acordo com as suas declarações.

Nós vamos acabar este processo chegando à conclusão que o actual Governo da República assume a mesma fatia de solidariedade nacional que o anterior Governo da República e se no processo...

Deputado Hernâni Jorge (PS): E vamos terminar quando, Sr. Deputado?!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Em 2001, como prometeram!

Presidente: Srs. Deputados, deixem o Sr. Deputado Victor Cruz concluir.

O Orador: ... houve falhas, no mínimo poder-se-á dizer que houve uma falha grave do Governo do Partido Socialista, perante o seu silêncio cúmplice quando foi aprovado o Orçamento de 2002 e há uma resposta negativa, com a qual eu não concordo, certamente, do Governo da República em não resolver o problema do ano de 2002.

Mas existe uma diferença, é que agora com o actual Governo da República toda a gente vai ficar a saber com o que é que se conta. O dinheiro está no Orçamento que é o lugar onde deve estar, porque é previsível e porque é preciso solidariedade nacional.

O velho Governo da República, meu caro Presidente, esse nunca quis seguir esse caminho, quis seguir sempre um caminho sinuoso que é justamente a lógica do contrário da Lei de Finanças das Regiões Autónomas como os senhores também já estão agora a seguir, ao dizer, umas vezes cumpre-se, outras vezes não se cumpre.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

A virtude da Lei de Finanças foi ter previsibilidade, foi dar garantias e são essas garantias que é preciso assegurar e prosseguir uma política que na faça da força da Lei de Finanças a sua própria fraqueza.

Eu prefiro esse caminho, apesar de lamentar que também não haja dinheiro para 2002.

Quando o PSD apresenta uma proposta é para que ninguém tenha dúvidas que, seja quem for o sacrificado, os sinistrados, esses não podem mesmo ser sacrificados.

Para concluir, Sr. Presidente, o Governo da República tem, de facto, dificuldades graves para resolver.

Não é a Região Autónoma dos Açores e da Madeira que estão a ser prejudicadas, antes pelo contrário, elas estão a ser beneficiadas com o actual Governo da República, mas é todo o País que está a ser prejudicado por causa da incompetência do PS quando governou Portugal.

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Só espero que não aconteça o mesmo nos Açores.

Para que fique bem claro, eu não gosto mais do Governo da República do que gosto do Governo Regional dos Açores. Eu gosto mais do PSD do que gosto do PS, mas de quem eu gosto mesmo, no plano político, é dos açorianos.

Por isso não tenho incómodos nenhuns, tenho muitas convicções e coragem total. Nunca fujo de nada, vou sempre para a frente.

Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PSD)



Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo.

Em primeiro lugar, para fazer uma pequenina nota à terminologia usada pelo Sr. Deputado Victor Cruz em relação à minha intervenção e ao partido que eu tenho a honra de pertencer.

As afirmações que foram feitas são sinal de que, e gostava de chamar a atenção para isso, chegaram fundo, porque o Sr. Deputado reagiu duma maneira que não lhe é habitual e, portanto, quando se reage é porque se sente e quando se sente é porque o que foi dito teve peso e foi importante.

Eu gostava apenas de esclarecer uma questão.

O esforço regional, em termos financeiros, feito para a reconstrução, é um esforço muito grande e não é aceitável, como opção política, e daí a questão do endividamento que o PS e PCP põem e que agora também o PP reconhece com toda a lucidez, apresentar uma proposta que reduza investimentos, porque o esforço é muito grande e não pode ser exigido aos Açores que travem mais o seu processo de desenvolvimento em função das catástrofes que ciclicamente, como sabemos, vão surgindo.

O que os senhores estão a fazer com essa proposta é tentar abrir um precedente de estrangulamento para o futuro e para camuflar nos anos mais próximos as necessidades da solidariedade nacional, porque vamos ter, infelizmente, na nossa história próxima, mais sismos, mais temporais, mais portos partidos, etc.. Isso é que não é aceitável e esta questão tem de ser bem clara, porque a Região está a fazer, em termos financeiros, um esforço muito grande.

Última questão sobre este assunto:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Toda a gente conhece a opinião que temos sobre a condução do processo de reconstrução e toda a gente sabe que eu nunca me quis arvorar em coisa nenhuma, apenas, primeiro como vereador e depois como deputado, procurei dar o contributo que estava ao meu alcance e discordo de muitas questões e de muitas orientações do Governo Regional em relação ao processo de reconstrução, mas é este Governo Regional, legítimo e eleito, juntamente com esta Assembleia, quando for caso disso, que tem que resolver as questão.

Não é o governo de Durão Barroso que tem que julgar se dá ou não dá apoio em função da política interna que é decidida. A política interna é decidida aqui. Isto é o cerne da autonomia, Sr. Deputado Victor Cruz! Não perceber isso é não querer perceber nada.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Messias (PS): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Só para, digamos, reforçar um pouco aquilo que eu já tinha dito, começando desde logo por dizer que o Governo da República anterior sempre cumpriu a Lei de Finanças das Regiões Autónomas e que as transferências que fez para os Açores sempre foram feitas, independentemente da via, ao abrigo de um artigo, segundo o qual também fundamentou o despacho de concessão de 4 milhões de contos ao Governo do Açores este ano de 2002.

Esse despacho, repito, foi revogado pelo actual Governo da República...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Era ilegal.



O Orador: ... e não foi substituído por nenhuma outra forma que, no entender do Governo da República, suprisse a sua aludida ilegalidade.

Portanto, temos que ter como referência clara isto: o Governo da República disse que aquele despacho era ilegal, mas não encontrou, nem quis encontrar forma legal de transferir uma verba para os Açores, apesar de ter feito um Orçamento Rectificativo onde aumentou o endividamento.

Recordo que esses 4 milhões de contos pouco significariam, por exemplo, se estivessem adicionados ao próximo Orçamento de 2003, para manter essa média de solidariedade nacional.

Como nós sabemos o Governo da República vai endividar-se em mais 1.100 milhões de contos e não eram certamente, nem o empréstimo para o financiamento do nosso Plano, nem o empréstimo para a cobertura complementar dos custos da reconstrução, no seu andamento normal, que onerariam esse défice. Está calculado que o agravamento do défice, por via da prestação dessa solidariedade, seria de 0,02%.

Portanto, não há nem pode haver uma explicação racional, mesmo explicação orçamental para a quebra de solidariedade que foi feita.

Também é verdade que o Governo da República não se “divorciou” do processo da reconstrução, mas o modelo que apresentou de prestação de solidariedade é um modelo perverso, porque teve como principal consequência, para não dizer como principal intenção, não acabar a reconstrução em 2004, não sei porquê, mas só acabá-la em 2006...

Deputado Duarte Freitas (PSD): O senhor prometeu que era em 2001.

O Orador: ... o que, no mínimo, pode dizer-se que é um curioso número.

O César gostava, por fim, de dizer que os açorianos já compreenderam tudo isto. Ninguém pode enganar os açorianos sobre o que se passou em relação ao processo de financiamento da reconstrução. Eu não posso enganar os



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

açorianos em relação a erros que tenham sido cometidos na reconstrução, na freguesia “x” ou “y”, numa prioridade que não foi a adequada, possivelmente é dar-lhes uma explicação ou pedir-lhes desculpa quando isso acontece.

Mas, sobre esta matéria os senhores não podem inventar mais nada que não reconduza todos a uma constatação que é impossível de negar: este Governo da República quebrou a solidariedade que estava a ser prestada e por via da quebra dessa solidariedade, a reconstrução que poderia acabar em 2004, só acabará, no mínimo, em 2006.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Deputado Duarte Freitas (PSD): Era para acabar em 2001 e por sua culpa é que não acabou.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputado, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Uma última intervenção, pelo menos é o meu desejo, porque falta muito pouco tempo já ao Partido Social Democrata, para dizer ao Sr. Presidente que o senhor usa e abusa do Primeiro Ministro de Portugal.

O senhor usa e abusa do Governo da República muito para além da razão que tem, e às vezes tem razão, mas perde-a, porque o que o senhor fez foi construir uma estratégia de desculpa, desculpar-se para tudo e com tudo com o Governo da República.

Deputado Duarte Freitas (PSD): *Muito bem!*



O Orador: Só isso justifica que agora venha queixar-se dum prazo que não vai cumprir, quando não cumpriu o prazo que prometeu e o Governo da República era do seu amigo Eng^o. António Guterres?

Os senhores prometeram acabar a reconstrução antes de haver eleições legislativas nacionais, mas não acabaram e a culpa foi de quem, do Governo da República do Eng^o António Guterres ou da incompetência do Governo do Partido Socialista dos Açores?

Portanto, com esses argumentos toda a gente fica a saber, e ninguém engana, de facto, os açorianos, que este Governo olha para o Governo da República e pensa: cá está a desculpa que me faltava para dizer que vou fazer cortes no Orçamento, para dizer que não vou cumprir com as minhas promessas, para dizer que a reconstrução vai acabar mais tarde, para ser aquilo que chamou, consoante citação de ontem, uma patetice de apelos à unidade regional contra o centralismo, como disse o Dr. Mota Amaral.

Meu caro Presidente do Governo Regional, eu gostava que o Governo Regional assumisse as dificuldades, dissesse que também erra, dissesse o bom que faz, mas não encontrasse no Governo da República a grande desculpa.

Por que é que a estratégia é baseada numa grande mentira? Uma estratégia baseada numa mentira, acaba por ser uma má estratégia, uma estratégia que não credibiliza o Presidente do Governo Regional, uma estratégia que não credibiliza o Governo Regional dos Açores.

Esta sua estratégia de arranjar desculpas onde elas não existem, já toda a gente percebeu que não é o caminho certo.

A reconstrução não está pronta, por culpa vossa. Não à dinheiro no Orçamento de 2002 por causa do vosso governo que teve oportunidade de arranjar o dinheiro no Orçamento.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O senhor calou-se. O senhor esteve calado quando o Governo era seu e agora fala muitas vezes só porque o Governo não é do Partido Socialista e por isso mesmo o senhor não tem uma estratégia, tem uma tática e arranjou uma manobra. O senhor está manobrando a pressão do Governo da República para arranjar as desculpas que são suas e fica-lhe mal não assumir as suas próprias dificuldades, os seus próprios erros, a incompetência do seu Governo, a falta de capacidade de previsão, a falta de capacidade para concretizar aquilo que tinha pensado e gizado para os Açores. O problema é seu.

Nós estamos aqui para estar ao vosso lado e ao lado de todos quando o problema for, de facto, do Governo da República e, de facto, em 2002 também o actual Governo da República não resolveu o problema, mas a primeira culpa tem que ser apontada ao Governo anterior e o senhor não o fez na altura própria, que era a altura que podia ter resolvido e, por isso mesmo, hoje não tem autoridade para fazer este tipo de discurso.

É bom que haja debates, é bom que se esclareça tudo isto, porque não pode passar para a opinião pública açoriana a ideia de que aquilo que o Governo do Partido Socialista não faz, as promessas que não vai cumprir, a reconstrução que já devia ter terminado, são por culpa de quem não tem a culpa.

O seu a seu dono.

“A César o que é de César”, como diz o ditado.

Este Governo tem que percorrer o “calvário” dos seus erros, das suas dificuldades.

Quando tiverem razão contra o Governo da República, têm o PSD ao seu lado e ao lado dos açorianos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Agora, os senhores inventam tudo. A vossa estratégia é uma estratégia de invenções, de mentiras, de fantasmas e de questões que não são sequer questões que possam ser levantadas como questões com credibilidade.

Presidente: Sr. Deputado Victor Cruz, agradecia que concluísse.

O Orador: O senhor não falou quando devia ter falado, agora fala porque o Governo é de outro partido. O senhor não é o Presidente do Governo Regional de todos os açorianos, é o líder do PS, sentado até 2004 na cadeira de Presidente do Governo Regional dos Açores.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu vou ser mais uma vez breve, até porque a intervenção do Sr. Deputado do PSD foi uma intervenção enrolada e muitas vezes imperceptível e eu percebo que ele não tenha podido perceber o que nos queria fazer perceber através da sua intervenção.

Não há dúvida que o que está aqui em causa é uma situação muito simples que eu vou repetir.

Se o actual Governo da República mantivesse a prestação da solidariedade nacional que em média os anteriores governos nos deram, nós teríamos a reconstrução concluída no ano de 2004. Nós tínhamos todas as empreitadas públicas lançadas e o termo dessas empreitadas era o ano de 2004 e, portanto, tínhamos todos os instrumentos para que essa conclusão, no



essencial, pelo menos nas obras de administração directa do Governo Regional, fossem concluídas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): E em 2001. Já não se lembra de ter dito isso? Teve amnésia!

Presidente: Sr. Deputado Duarte Freitas, agradecia que deixasse falar o Sr. Presidente do Governo.

O Orador: Eu não preciso que V. Exa. me lembre. Eu sei responder e assumir as minhas responsabilidades em todos os domínios.

Efectivamente, no início do processo da reconstrução eu próprio pensei que era possível reconstruir com maior velocidade e chegar lá mais cedo.

Mas sabe, as dificuldades que se nos colocaram não foram dificuldades de ordem financeira, foram dificuldades de ordem logística, de ordem legislativa, de ordem de recursos humanos disponíveis, de ordem de organização, de ordem, por exemplo, de prevenção dos riscos na localização das reconstruções a fazer.

A opção que nós fizemos foi uma opção de fazer uma reconstrução de qualidade, uma reconstrução cuidadosa, uma reconstrução preventiva de riscos, envolvendo centenas de instituições e entidades, milhares de trabalhadores, dezenas de gabinetes de arquitectura, milhares de projectos. Tudo isso pode ter levado mais tempo do que aquilo que talvez eu pensasse que era possível ter, mas a verdade é que quando entramos em velocidade de cruzeiro, quando tudo ficou definido e quando apenas restava a continuidade da solidariedade nacional, foi a solidariedade nacional do actual Governo da República que nos faltou e que nos impediu de concluir em 2004 e de ter que adiar esta reconstrução para 2006.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Quero dizer também ao Sr. Presidente do PSD, Sr. Deputado Victor Cruz, que não vale a pena esconder isso. Eu até admito que o Sr. Deputado gostasse que isto tivesse corrido melhor.

Eu não acredito que o Sr. Deputado preferisse uma solução de: é melhor acabar em 2006, altura das eleições do Governo da República e depois como foram eles que nos ajudaram o PSD tira partido disso e não em 2004, porque há eleições regionais neste ano. Sinceramente não acredito que o senhor tenha pensado nisso, mas o que sinceramente me penalizo é que este Governo da República tenha feito com que muitas centenas de famílias das Ilhas do Faial e do Pico tenham que esperar mais dois anos para ter a casa que poderiam ter dois anos mais cedo.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

De forma muito simples para que o Sr. Presidente do Governo Regional possa perceber que quem interrompeu a solidariedade nacional para com a reconstrução, ao não fazer aprovar no Orçamento de Estado de 2002...

Deputado Hernâni Jorge (PS): E o senhor insiste.

O Orador: ... que era da responsabilidade do Partido Socialista, que foi aprovado no final do ano de 2001.

Quem interrompeu a solidariedade para com a reconstrução, quando tinha obrigação de o fazer, quando era preferível fazê-lo, foi o Governo Socialista da responsabilidade do Eng^o. António Guterres, perante o



aplausos, o silêncio e a cumplicidade do Sr. Presidente do Governo Regional e do Partido Socialista dos Açores.

O que toda a gente já percebeu é que Portugal tem muitas dificuldades, porque herdou uma situação difícil do Governo do Partido Socialista.

O que toda a gente já percebeu é que o senhor tem duas caras,...

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): Escusa de me insultar, porque não consegue.

O Orador: ... o seu partido tem duas estratégias e o seu Governo tem dois discursos: tinha um discurso quando o governo era do Partido Socialista e não resolvia as questões que têm a ver com os Açores, agora, o actual Governo não resolvendo algumas coisas como nós desejaríamos, o senhor não se cala como fazia antes, o senhor levanta a sua voz, diz tudo o que tem que dizer.

Deputado Paulo Messias (*PS*): É o dever do Presidente do Governo.

O Orador: É um dever que acha que tem agora? Onde é que estava o dever que tinha anteriormente quando esteve calado? É isto que todos os açorianos já perceberam.

O Presidente do Governo Regional dos Açores, e digo-o com toda a simplicidade para que o senhor perceba aquilo que os açorianos já perceberam, tem dois discursos, duas estratégias e agora a sua estratégia é, sobretudo, uma estratégia de desculpas.

Eu volto a dizer com toda a frontalidade que o Governo da República devia ter dado uma resposta no ano de 2002.

Em qualquer caso, não o fazendo, comprometeu-se com 60% do custo total da reconstrução.

Não é por causa do Governo da República, Sr. Presidente, que a reconstrução vai acabar mais tarde.



Deputado Hernâni Jorge (PS): É sim senhor.

O Orador: O senhor prometeu que ela ia acabar em 2001 e ela não acabou não foi por causa do Dr. Durão Barroso que ainda não era Primeiro Ministro. Ela não acabou, porque o senhor não foi capaz, porque o senhor se enganou!

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

O Orador: A reconstrução já não está pronta apenas e só porque o seu Governo fez uma promessa que não cumpriu, não foi capaz de dar resposta rapidamente e qualidade, conforme tinha previsto.

As desculpas não são do Governo da República. As desculpas não são hoje dos cortes orçamentais, do não cumprimento das promessas e muito menos da reconstrução não ter acabado.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Venham os 4 milhões.

O Orador: Por isso mesmo, Sr. Presidente, tenha coragem, assuma as suas próprias culpas, por que as culpas do Governo da República nós estamos cá para dizer quais são.

Agora, o que não posso é aceitar uma estratégia de desculpas, das dificuldades que o senhor tem, que são objectivas de um claro governo que está em declínio,...

(Risos das bancadas do PS e do Governo)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

... que é um governo pior do que o anterior, que é um governo a quem a maioria absoluta não serviu para nada e para quem o novo Governo da República apenas serviu como desculpa.

Nós cá estaremos sempre, dizendo a verdade com toda a clareza, com humildade e com coragem, contra a mentira estratégica que o senhor concebeu para dizer que não tem culpa da culpa que tem.

Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Sr. Presidente da Assembleia e Srs. Deputados, isto está cada vez pior,...

(Risos das bancadas do PS e do Governo)

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso é o que nós temos vindo a dizer.

O Orador: ... porque quando nós estamos a falar de pessoas que, infelizmente, não têm as suas casas, ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Já estão à espera desde 2001.

O Orador: ... o Sr. Deputado Victor Cruz o que quer é falar em governos em declínios, mentiras tácticas, estratégicas de mentiras, coisas perfeitamente sem sentido e de quem, francamente, percebe que não tem qualquer razão.

Repito e fica a eucar todas as vezes mais que o Sr. Deputado Victor Cruz sobre esta matéria falar, que é para não ficarmos aqui o tempo todo, a



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

minha resposta será a seguinte: nós tínhamos este ano um despacho assinado do Governo da República de concessão de 4 milhões de contos.

Deputado Victor Cruz (PSD): À última da hora.

Deputado Mark Marques (PSD): Depois de perderem as eleições.

O Orador: À última da hora, como diz. Não me interessa que seja à última da hora. Se não fosse à última da hora eu tinha falado alto e não estava calado.

Porque foi feito e porque vinha para os Açores, vinha para a minha terra e vinha para as pessoas que precisavam desse dinheiro para reconstruir as suas casas, foi o Governo do PSD, do Dr. Durão Barroso, que revogou esse despacho e que não quis de nenhuma outra forma dar dinheiro este ano para a reconstrução. Esta é que é a verdade que há que explicar.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo:

Eu só queria ouvi-lo ter dito tudo o que disse quando foi debatido e aprovado o Orçamento de 2002 no qual o seu governo e o senhor tinham responsabilidades.

Também nessa altura, Sr. Presidente, era o dinheiro que vinha para a nossa terra, também nessa altura era o dinheiro vinha resolver o problema dos sinistrados,...

Presidente do Governo Regional (Carlos César): E veio.

O Orador: ... também nessa altura era o dinheiro que vinha dar jeito para a velocidade da reconstrução e nessa altura o senhor não disse nada. Esse é



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

que é o seu pecado original. O pecado original de V. Exa. é agora dizer coisas com ar demagógico quando não as disse na altura do Orçamento.

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): Veio e os senhores tiraram!

O Orador: Os orçamentos fizeram-se para prever receitas que devem ser adstritas a despesas que são previsíveis e era previsível e era necessário dinheiro para a reconstrução.

Na altura em que isso era possível, e é isso que os açorianos têm que saber, em que era mais correcto, mais seguro, em que vinha o dinheirinho para a nossa terra,...

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): Veio e os senhores tiraram!

O Orador: ... em que era preciso ajudar os nossos sinistrados, o Sr. Carlos César, Presidente do Governo Regional, esteve calado, e cúmplice com o facto do Governo do Partido Socialista não ter dado dinheiro para a reconstrução. Esta é que é a verdade.

Quanto ao resto, Sr. Presidente, o que o senhor gostava era sair daqui sem que ninguém lhe dissesse a verdade, à frente e olhos nos olhos.

Volto a dizer que tudo o que o Sr. Presidente disse em relação ao Orçamento de 2002, é responsabilidade do Governo do Partido Socialista do Eng^o António Guterres. Por isso mesmo, meu caro Sr. Presidente, se a reconstrução não está pronta a culpa não é minha.

Deputado Hernâni Jorge (*PS*): É do Governo da República!

O Orador: O senhor é que é Presidente do Governo Regional dos Açores, o senhor é que disse que a acabava em 2001.

Se a reconstrução não está pronta antes do Governo da República, de Durão Barroso, a culpa é do Sr. Carlos César e do Governo Regional dos Açores.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Não é minha que não governo e não é minha, porque eu defendo sempre os nossos sinistrados.

Esta é que é a verdade por muito que o incomode e incomoda ouvir, olhos nos olhos, aquilo que eu tenho para lhe dizer. É isto que eu vou sempre fazer, porque a verdade tem de vir ao de cima e a verdade é que o senhor diz hoje coisas que devia ter dito ontem, na altura certa e tinha resolvido o problema. O problema dos sinistrados não está resolvido, a culpa é sua, não é nossa.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD e do PP)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Bem tenta o Sr. Deputado Victor Cruz, mas há coisas que em relação às quais, por muito que tente, não consegue iludir a verdade.

Vamos fazer um raciocínio em conjunto, Sr. Deputado Victor Cruz:

Se por acaso não tivesse havido a revogação do despacho que transferia os 4 milhões de contos para os Açores, o que é que aconteceria?

Deputado Paulo Gusmão (PP): Era ilegal!

O Orador: Aconteceria que o dinheiro viria.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Não vinha, porque não tinha fundo!

O Orador: Portanto, é legítimo concluir que quem impediu a vinda destas verbas para os Açores foi exactamente o Governo da República do PSD.

O problema não é de forma, conforme todos nós já chegámos à conclusão.

O problema não é forma, nem de forma do despacho, nem de forma do



Orçamento. A forma, para os senhores, é a última das coisas, porque se o problema fosse de forma, o Governo da República teria respeitado a autorização de endividamento para 2002 que foi formal e legalmente aprovada na Assembleia da República e que os senhores também não quiseram transferir.

Deputado Paulo Messias (PS): *Muito bem!*

O Orador: Portanto, o problema não é de forma, mas sim de vontade e é essa vontade que os senhores não têm.

Agora, querer confundir as pessoas em relação a esta matéria, como em relação a tantas outras, é inútil, Sr. Deputado Victor Cruz.

Portanto, no meu entendimento, a situação encontra-se perfeitamente esclarecida. É um problema de vontade na vinda de dinheiro para a reconstrução em 2002, da mesma forma que é um problema de vontade na autorização de endividamento em 2002 e isso, Sr. Deputado Victor Cruz, por muitas voltas que o senhor dê, por muito que o senhor se torne agressivo neste plenário para com o Governo Regional e para com o PS, por muito que o senhor queira ter a estratégia, a tática e isso tudo embrulhado aí para dentro, há algo que não é desmentido.

Quando tudo o mais se esquece, quando acabam as questões de forma, quando acabam as questões de legalidade, formalismos e tudo o mais e fica apenas...

(Aparte inaudível do Sr. Deputado Victor Cruz)

O Orador: Sr. Deputado Victor Cruz, o senhor não quis dar-me a honra de me ouvir, – estive a conversar legitimamente com os seus colegas – espero que agora tenha algum cuidado.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

... a vontade política. Quando chega ao momento da vontade política, aí é que se torna patente a diferença entre aquele que é um Governo da República do PS e o Governo da República do PSD.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo, mas antes vou anunciar os tempos disponíveis, que são os seguintes:

Partido Socialista – 97 minutos

Partido Social Democrata – 37 minutos

Partido Popular – 3 minutos

Partido Partido Comunista Português – 13 minutos

Governo Regional – 77 minutos

Vamos fazer um intervalo até às 18,00 horas e recomeçamos com a intervenção do Sr. Deputado José Decq Mota.

(Eram 17 horas e 40 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

(Eram 18 horas e 15 minutos)

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Nunca, na História da Autonomia desta Região, um Plano Anual previu tão fraco investimento para a Ilha do Faial. Uma Ilha cuja importância histórica foi sempre reconhecida, uma Ilha cuja cidade foi capital de distrito, uma Ilha em que o Governo Regional tem assento na sua estrutura tripular, uma Ilha onde está sediada esta Assembleia, principal órgão da nossa Autonomia, merece, no Plano para 2003 deste Governo Socialista, um investimento inferior a seis das outras ilhas.

Compreender-se-ia este tipo de decisão, se a Ilha do Faial tivesse sido beneficiária, nos últimos anos, de uma particular atenção, de um esforço de investimento acima da média, dos quais tivesse resultado a existência de um conjunto de infra-estruturas vitais para o nosso desenvolvimento. Não foi assim, no entanto. É um facto notório que, nos últimos anos, o Faial tem vindo a perder peso no todo regional, sobretudo devido a este desprezo a que tem sido e continua a ser votado, que é muito antigo e que já existiu na década de 90, no tempo dos anteriores governos.

E que ninguém, do Governo ou da bancada que o suporta com maioria absoluta, tente qualquer habilidade mistificadora à volta dos números, nomeadamente dizendo que o Faial beneficia de seis milhões novecentos e quarenta e um mil contos, verba só ultrapassada pela Ilha de São Miguel, com sete milhões quatrocentos e um mil contos. Que ninguém o diga, porque todos sabemos que cinco milhões oitocentos e quarenta e um mil contos correspondem à verba da reconstrução. Resta, assim, para investimento, apenas um milhão de contos.

Façamos as contas ao contrário. Imaginemos, por momentos, que o sismo tinha acontecido – o diabo seja cego, surdo e mudo – na Ilha de São Miguel e que o Governo decidia agir em relação a essa Ilha, no Plano de 2003, exactamente como agiu em relação ao Faial. Pois bem, retirados cinco



milhões e oitocentos mil contos à verba de sete milhões e quatrocentos mil contos, restaria um milhão e meio de contos para investimento na ilha maior. Que micaelense o aceitaria? Que açoriano o aceitaria?

Quem se possa então sentir tentado a dizer que os faialenses estão beneficiados com este Plano, porque usufruem de seis milhões e novecentos mil contos, lembre-se que cinco milhões e oitocentos mil contos são para acudir aos estragos de um sismo do qual não tivemos culpa. E quem não teve culpa não deve ser punido.

Esta então uma primeira conclusão que podemos tirar: este Governo Regional está a punir, de facto, os faialenses e a faltar à sua promessa de que o nosso desenvolvimento não sofreria por causa do sismo. Sofremos com o sismo e vamos sofrer ainda mais mercê do fraco investimento previsto para a nossa Ilha.

Aqui chegados, poderá haver uma segunda tentação – a de atirar as culpas todas para o Governo da República, pela solidariedade negada aos sinistrados do Faial e do Pico.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Não é tentação, é realidade.

O Orador: Não colherá igualmente, esse tipo de argumento. E dizemo-lo com a legitimidade de quem esteve, desde a primeira hora, ao lado do Governo Regional nessa luta, usando todas as armas e argumentos de que dispúnhamos. Só que uma coisa é o sismo e a reconstrução, outra é o nosso desenvolvimento.

Podemos então tirar uma segunda conclusão: a falta de solidariedade que o Governo da República teve para connosco na reconstrução é a mesma falta de solidariedade que o Governo Regional tem para connosco em termos de desenvolvimento. Com uma agravante: enquanto Durão Barroso não quis cumprir uma promessa e um compromisso de Guterres para com Carlos



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

César, o Presidente do Governo Regional não quer cumprir uma promessa e um compromisso feitos por ele próprio aos faialenses – a promessa e o compromisso de que o facto de sermos sinistrados não afectaria o desenvolvimento da nossa Ilha.

De que falamos nós?

Falamos das nossas estradas regionais, cujo estado está uma lástima como nunca esteve e para cuja reparação o Governo prevê, em 2003, apenas vinte mil contos.

Falamos da nossa Biblioteca Pública e Arquivo, do nosso Passado e Cultura, para os quais o Governo prevê, em 2003, apenas dez mil contos.

Mas falamos ainda mais de investimentos essenciais como a Escola Secundária, o Parque Desportivo, as infra-estruturas para desenvolvimento da agricultura, a Variante à Horta, o Campo de Golfe e a Pousada da Juventude.

Todos estes investimentos são essenciais, mas ficarão outra vez adiados. Alguns deles, previstos no Plano de Médio Prazo, lá inscritos por proposta do Grupo Parlamentar do PCP, negociada com o Governo Regional, como a nova Escola Secundária, agora pura e simplesmente desaparecem na proposta do Governo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Esta forma de governar não provoca apenas a nossa indignação. Indigna igualmente a Câmara Municipal da Horta e o seu Presidente, o Conselho da Ilha do Faial, Assembleia Municipal, e os Presidentes das Juntas de Freguesia da nossa Ilha. Sabendo nós que a maioria dos faialenses votou no PS nas últimas eleições regionais e locais, é possível uma terceira conclusão – este Governo está a governar contra a sua própria base de apoio e traindo compromissos anteriormente assumidos com o Povo Faialense.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Poderia, entretanto, acontecer que a conjuntura internacional e a visão contraccionista do Pacto de Estabilidade do Governo da República tivessem levado o Governo Regional a efectuar cortes substanciais que afectassem por igual todas as ilhas. Este Plano, no entanto, não se limita a efectuar cortes. Pelo contrário, tem várias verbas não previstas no Plano de Médio Prazo e que são agora introduzidas. São, a título de exemplo, os casos da Variante Ponta Delgada – Lagoa, para a qual se prevê um milhão de contos e o Palacete do Comendador Silveira e Paulo (antiga Escola Industrial de Angra, em cuja obra se prevê gastar um milhão de euros. Por outras palavras: só a Variante a construir em S. Miguel é equivalente a todo o investimento previsto para o Faial. Obras num Palacete equivalem a um quinto do investimento previsto para a nossa Ilha.

Em suma: quando as nossas estradas estão no estado deplorável que qualquer um pode constatar, prevêem-se avultados investimentos para novas estradas em São Miguel. Mas, mais do que isso: se, num quadro de carestia, se corta por igual no primário, não se pode, no mesmo quadro de carestia, investir no secundário. Os faialenses não podem compreender como é que um Palacete é mais importante que a Escola Secundária onde irão estudar os seus filhos, ou uma Biblioteca Pública e Arquivo, sobretudo quando chove em cima dos nossos livros e arquivos e a cidade de Angra do Heroísmo está bem apetrechada de várias infra-estruturas a nível cultural.

Ao investir sobretudo nas ilhas de São Miguel e Terceira, o Governo Regional está a deixar claro que pretende continuar a orientar a sua política sob o diapasão do eleitoralismo. Só que governar sobretudo para as ilhas que dão mais votos é governar contra a Autonomia, contra os seus fundamentos constitucionais e estatutários. Não esqueçamos que a Constituição da República estatui que “a Autonomia das Regiões visa a



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

participação democrática dos cidadãos, o desenvolvimento económico-social e a promoção e defesa dos interesses regionais”. Fim de citação. E o nosso Estatuto, logo no artigo primeiro, diz que o arquipélago dos Açores é composto por nove ilhas, para acrescentar, no artigo 3º, que a autonomia visa o desenvolvimento económico e social integrado do arquipélago.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Para que a História registre o que não podemos deixar de repetir:

Continua a não haver neste Plano qualquer referência à conclusão dos pavimentos do Anel da E.R. Espalhafatos-Ladeira Vermelha;

Saiu do Plano para 2003 o troço da Variante Feteira – Santa Bárbara;

Saiu do Plano para 2003 o acesso ao Porto da Horta;

Saiu do Plano para 2003 a Escola Secundária da Horta;

O apoio à instalação do DOP sofreu uma redução de mais de 50% e o governo da república também não resolve nada, em termos definitivos, quanto a esse investimento da Universidade dos Açores;

A Biblioteca Pública e Arquivo da Horta, beneficiária de apenas 10 000 contos, ficará na mesma;

O Parque Desportivo sofreu uma redução de mais de 50% daquilo que estava previsto no PMP para 2003 – quer dizer, ficará na mesma inexistência.

O que nos leva à última conclusão, a mais triste de todas – este Governo está a governar sem atender a necessidades básicas da Ilha do Faial, comprometendo o desenvolvimento futuro desta Ilha. Por isso, enquanto não se dispuser decididamente a governar de forma diferente, não pode contar com o nosso apoio.

A terminar, é bom que se diga:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Tivemos e temos sempre uma posição completamente de equilibrada e razoável e nunca maximalista. Tivemos sempre dispostos a dialogar para encontrar equilíbrios em relação a esta e a outras ilhas e equilíbrios regionais. Esses equilíbrios foram, em parte, encontrados como ontem referi, na negociação do Plano de Médio Prazo. Esses equilíbrios foram quebrados pela vontade, ou falta dela, do Governo Regional dos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Renato Leal.

Deputado Renato Leal (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para dizer que, tendo ouvido com muita atenção a intervenção do Sr. Deputado Decq Mota, naturalmente que todos nós gostaríamos de ter visto contempladas não só essas acções como muitas outras.

Relativamente a alguma acção no que diz respeito às obras públicas, tanto quanto é do meu conhecimento, está em execução a reabilitação do troço da Estrada Regional entre a Lombega e os Trupes e a sua conclusão está prevista para o 1º trimestre de 2004.

Duas questões que gostaria de deixar aqui como nota importante para a concretização de projectos há muito desejados.

Na altura apropriada a bancada do Partido Socialista fará chegar à Mesa da Assembleia a sua proposta de alteração no que diz respeito à Escola Secundária, aliás, na sequência do que tem sido o comportamento desta bancada, quer em trabalhos de comissão, quer neste plenário, relativamente a este importante objectivo.



Por outro lado, gostaria também de realçar que estão disponibilizados os meios financeiros para que a Escola Profissional da Horta possa, através da entidade que a gere neste momento, ter os meios financeiros necessários para que a sua instalação em infra-estruturas mais condignas possa vir a acontecer muito em breve.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Era apenas para prestar um esclarecimento ao Sr. Deputado José Decq Mota e dizer que a Escola Secundária Padre Jerónimo Emiliano de Andrade, mais conhecida como Escola Industrial de Angra, já tinha verba prevista e inscrita no Plano a Médio Prazo 2001/2004, sendo que em 2001 tinha previstos 250 mil euros e 848 mil euros em 2002. Acontece que no Plano Anual de 2002 esta verba foi corrigida para 500 mil euros. É uma obra que terá o seu início este ano e prevê, na reprogramação financeira, a sua continuidade no ano de 2003.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito obrigado pelos esclarecimentos que me quiseram prestar.

Eu gostaria de pôr uma questão.

Eu tive o cuidado, na minha intervenção, de sublinhar o facto de nunca encarmos estas questões, nem numa perspectiva isolada, nem numa perspectiva maximalista.

O Sr. Deputado Renato Leal, embora não tivesse mencionado, estava a referir-se à Escola Secundária e não é preciso ser analista político para se



saber que a bancada do Partido Socialista vai apresentar uma proposta de alteração para que as obras se iniciem em 2004, porque o Sr. Presidente do Governo anunciou, numa inauguração em que eu estive presente, que o Governo tinha tomado essa decisão. Agora, essa decisão para ser concretizada tem que ter uma expressão no Plano e, portanto, vai aparecer essa proposta de alteração.

Eu também aproveito para anunciar que esta bancada vai apresentar uma proposta no sentido de criar a possibilidade de numa perspectiva razoável e minimalista e com a respectiva dotação, no sentido da bancada do Partido Socialista poder cumprir aquilo que efectivamente fez, com acordo e por iniciativa até do Governo, no ano de 2001 e em relação à Escola Secundária da Horta.

Essa proposta vai aparecer hoje, numa perspectiva minimalista, tendo em conta as diferenças de situação no que respeita a meios financeiros, mas tendo em conta também aquilo que é constante neste processo.

Em relação ao problema da Escola Profissional, também já tinha conhecimento, mas fico muito contente com essa disponibilidade de meios. Evidentemente que não tenho tempo para discutirmos este assunto doutra maneira, mas o Sr. Deputado Renato Leal conhece, tão bem como eu, a génese de um processo que não teve da parte do Governo o acompanhamento que devia ter tido na altura própria e que poderia – e o Sr. Deputado Renato Leal de certeza absoluta que não me vai desmentir – ter tido um desenvolvimento que, infelizmente, não teve.

Estou a referir-me a decisões da Câmara Municipal da Horta, a decisões a que tivemos ambos ligados, tomadas no começo de 1998 e que não foram acompanhadas pelo membro do governo competente que as devia ter acompanhado.



Portanto, sobre este assunto é bom não falarmos muito e nem sequer tenho tempo.

Muito obrigado à Sra. Deputada Andreia Cardoso pelo esclarecimento prestado. Se cometi algum lapso, rectifico com toda a certeza.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais.

Secretária Regional dos Assuntos Sociais (*Fernanda Mendes*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Srs. Membros do Governo:

O debate destes dois instrumentos fundamentais à governação, como o são o Plano e Orçamento, permite-nos um exercício que deve ultrapassar o mero relato do que já foi efectuado e se pretende realizar em cada um dos sectores, mas antes pronunciarmo-nos sobre as estratégias definidas para a execução das decisões políticas face às conjunturas que a cada momento se nos apresentam, quer sejam de cariz económico-financeiras quer de outro teor.

Importa assim referir que no que respeita à Solidariedade e Segurança Social o Investimento para o Programa 22 Calamidades acrescido, para algumas das suas acções, do reforço oriundo do Orçamento da Segurança Social é de 6 milhões de euros. Se a este montante se acrescentar os valores respeitantes às acções exclusivamente apoiadas pelo Centro de Gestão Financeira da Segurança Social, conforme mapa entregue em sede de Comissão dos Assuntos Sociais, estaremos a falar de valores na ordem dos 9,2 milhões de euros.

Desse modo as políticas relativas ao Desenvolvimento do Sistema de Solidariedade, nomeadamente as de apoio a idosos prosseguirão tendo por



base as premissas do prolongamento da autonomia e manutenção da socialização deste grupo etário, através do aperfeiçoamento dos cuidados domiciliares e da melhoria das infra-estruturas, que lhes dão suporte.

Assim o esforço no aumento da capacidade de resposta nessa valência, no que respeita ao acolhimento, foi orientado para os concelhos onde a sua carência se coloca com mais acutilância, nomeadamente para idosos em situações de dependência.

Saliento o Concelho de Ponta Delgada que felizmente poderá vir contar, ainda na vigência do actual Plano, com a ampliação da capacidade de resposta através da criação de lugares de acolhimento para esses tipo de situações. Para o efeito, e em parceria com a Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada encontra-se em elaboração um projecto de adaptação dos quartos particulares do antigo Hospital de Ponta Delgada. Esperando-se vir a poder contar com o aumento da oferta de 30 camas, ainda em 2003. É de salientar também a mudança de instalações da "Enfermaria Abrigo" dessa mesma Instituição, concretizando-se assim uma velha aspiração da melhoria das suas condições quer no que respeita à infra-estrutura quer aos equipamentos, onde mais uma vez a parceria, com participação da Segurança Social facilitou a sua execução.

Entretanto, emergido das necessidades do pós sismo de 1998, não se pode deixar de referir a obra em curso do Centro de Cuidados Geriátricos da Horta. Trata-se de um equipamento de grande qualidade para idosos a acrescentar a outros realizados nessa cidade para a infância e jovens em risco, concretizados no âmbito do Programa Calamidades e que têm representado um esforço do Governo Regional na reconstrução e construção de equipamentos sociais no âmbito desse programa num



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

somatório de 5 milhões euros, ou seja, 1 milhão de contos, só na cidade da Horta.

Importa, referir que para a manutenção do funcionamento dos serviços com idosos só em acordos de cooperação despendeu-se 5 milhões de euros.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Srs. Membros do Governo:

O objectivo de se criar respostas em todas as ilhas onde se justificasse equipamentos para apoio a pessoas portadoras de deficiência tem sido paulatinamente concretizado. É neste enquadramento que dentro em breve o Centro de Actividades Ocupacionais da Santa Casa da Misericórdia da Madalena do Pico vai ter as suas novas instalações inauguradas, perfazendo-se assim o número de 14, ou seja o 90 desde 1996.

Quanto a apoio à Infância o critério, carência pronunciada em meio urbano, levou ao reforço das acções relativas à construção das creches do Patronato e a de S. João de Deus, em Ponta Delgada. Para acudir às zonas rurais temos implementado uma rede regional de amas, porque sentimos que também nessas zonas é necessário ter uma resposta a esse tipo de necessidades.

É neste enquadramento que se torna possível olhar para os jovens especiais, porque temos necessidade de criar uma casa de acolhimento, e vamos fazê-lo, para aqueles jovens que estão enquadrados nos seus comportamento denominados de pré-delinquentes. Assim vai prosseguindo a nossa política.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Srs. Membros do Governo:



A Luta Contra as Dependências, também tem sido alvo de uma cuidada atenção, tendo em conta que o seu financiamento tem sido e está acautelado na reprogramação deste plano de investimento.

No âmbito da área da Igualdade de Oportunidades tenho a referir que o Plano Anual tem sido cumprido com o apoio a ONG's, a seminários, a distribuição de documentação, sensibilização, etc., etc..

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Srs. Membros do Governo:

Como é do conhecimento desta Casa esta intervenção ocorre num cenário caracterizado por constrangimentos financeiros, pelo que me parece adequado uma reflexão sobre que Política de Saúde adoptar para um sector responsável pelo consumo de parte significativa dos parques fundos financeiros.

Assim a melhoria substancial da gestão da informação é uma alavanca para a modernização das Instituições do Serviço Regional de Saúde e assume-se, no presente Plano, como instrumento essencial para a mudança e viragem estratégica na administração do exercício de tutela e na gestão interna das unidades de saúde.

É com esta nova linha de orientação num quadro de gestão de mudança, do reforço da acessibilidade à informação e das novas ferramentas e metodologias de gestão, que este Governo tem em desenvolvimento, de entre outros, os seguintes projectos:

A operacionalização do **Cartão do Utente**;

A construção de uma **Base de Dados de Utentes**;

A **implementação de um sistema de informação clínico e de enfermagem**;



A informatização da prescrição de medicamentos e meios complementares de diagnóstico e terapêutica;

O desenvolvimento e adaptação de uma solução integrada para gerir as áreas administrativas dos hospitais;

A operacionalização da primeira fase da Telemedicina.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Srs. Membros do Governo:

As condicionantes orçamentais expostas ao longo deste debate, levaram a que neste Plano também para o Sector da Saúde, se tenha efectuado uma reprogramação do mesmo.

Este facto levou-nos a reorientação da estratégia de investimento, mantendo-se, no entanto, todas as opções anteriormente tomadas para o sector, adiando-se, somente, o início da construção de infra-estruturas novas por forma a dar continuidade e prioridade ao investimento no **desenvolvimento integrado do Sistema de Saúde**, dos quais se relevam:

O apetrechamento e a modernização em equipamentos médicos;

A melhoria da qualidade, incluindo a certificação, acreditação e os processos de melhoria contínua da qualidade, no âmbito da qual foi assinado, no passado trimestre, um protocolo de cooperação com o Instituto da Qualidade em Saúde;

O apoio ao investimento dos sectores privado e social para a saúde, nomeadamente às estruturas de psiquiatria e toxicodependência;

Apoio à actualização profissional;

e por último com especial atenção,

O investimento em Sistemas de Informação permitindo aos serviços de saúde e da tutela melhorar continuamente o acesso à informação e ao



conhecimento, de modo a que o seu desenvolvimento, permita a tomada de decisões a todos os níveis.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Srs. Membros do Governo:

A proposta de Orçamento para 2003, contempla um acréscimo de 7% no financiamento do SRS em relação a 2002, tendo este sido superior a todos os restantes sectores de actividade, o que demonstra um claro e evidente esforço por parte do Governo Regional em minorar o subfinanciamento deste sector.

A questão do financiamento da Saúde assume hoje em Portugal e na Região particular relevância e é objecto de frequente controvérsia.

A Saúde está subfinanciada ou é um problema de má gestão?

Se é verdade que as ineficiências geradas por má gestão dos recursos, sub-utilização, desperdícios, etc., sobrelevam eventuais questões de subfinanciamento, não é menos verdade que não é suficiente para o justificar.

Se por um lado o financiamento é uma questão a montante, a eficiência das instituições do SRS é a questão a jusante que exige, para a sua melhoria, a introdução de ferramentas de gestão, como a contabilidade analítica, os Grupos de Diagnóstico Homogéneos (GDH), os orçamentos - programa tendo por base a contratualização da produção e do financiamento, etc., para que se consiga uma melhor optimização dos recursos. Esta é outra vertente da **estratégia de mudança** a ser desenvolvida em 2003 na área da saúde.

Dotar a Região dessas ferramentas de gestão, constitui uma condição prévia e imprescindível para nomeadamente se equacionar uma mudança mais profunda no estatuto jurídico dos hospitais, num quadro de autonomia de gestão, em que as diferentes formas de empresarialização representam.



Sem esses instrumentos a viabilidade económico - financeira de qualquer processo do género estará comprometida.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Srs. Membros do Governo:

Não poderia terminar esta minha intervenção, sem fazer uma breve análise da situação económico - financeira do Serviço Regional de Saúde, desde logo prevista face às balizas económico - financeiras em que a Saúde, desde há muito, se movimenta, estando certa, no entanto,

que estes dados têm conduzido a uma clara melhoria do debate sobre esta matéria, reduzindo as abordagens demagógicas e abrindo caminho ao rigor e à transparência.

A partir de 1996 até hoje, os números evidenciam uma aposta nos recursos humanos tendo os custos com pessoal verificado um acréscimo na ordem dos 80%, sendo 60% deste aumento de custos atribuído à reestruturação das carreiras e à recente legislação nacional que estipulou o pagamento das horas extraordinárias nos serviços de urgência pelo valor mais elevado. Este aumento evidencia ao mesmo tempo uma valorização, dignificação e diferenciação técnica dos profissionais de saúde no nosso país.

Assim, no **primeiro semestre do corrente ano** o SRS apresentou um **défice económico na ordem dos 17,9 milhões de euros (3,6 milhões de contos)**, representando este, 18% da sua despesa. Este *défice* comporta despesas com pessoal que representam cerca de 52% do total da despesa do exercício, ou seja, 74% das transferências do Orçamento da Região.

Com base na execução do primeiro semestre poder-se-á efectuar uma previsão do *défice financeiro* – como já foi dito que antes não se fazia, mas que nós devemos fazê-lo – para o final do ano na ordem de 83,0 milhões de euros (16,6 milhões de contos). Importa salientar no entanto



que é através da análise da despesa que é possível identificar as políticas adoptadas no sentido de promover acções e estratégias que contribuem para uma melhoria da acessibilidade e qualidade dos cuidados de saúde a prestar aos seus utentes. Este objectivo corresponde a uma política de desenvolvimento gradual do sector, que implica um investimento em recursos necessários à sua execução, tornando-se inexorável o acentuado crescimento de custos.

É assim necessário equacionar mecanismos de solidariedade no financiamento, criando novas formas de co-pagamento dos cuidados de saúde.

É neste quadro que a iniciativa de se ter criado uma Comissão para o Estudo do Financiamento do SRS nesta Assembleia se reveste de um enorme valor para que possamos actuar a montante e a jusante, porque se queremos continuar a melhorar a acessibilidade aos cuidados de saúde e acompanharmos o desenvolvimento da medicina, temos de nos lembrar que **"a Saúde não tem preço mas tem custos"**. É um facto comprovável o aumento progressivo das despesas com a Saúde, trata-se de um fenómeno que afecta países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento. Todos experimentam o aumento de custos com a Saúde, mesmo que estejam subordinados a ritmos e modalidades diferentes. Esta é a verdade insofismável que nos acompanha e a todos aproxima tendo em vista a continuidade da sustentabilidade financeira da Saúde na Região.

Tenho dito.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Secretários Regionais:

Ouvi com atenção a intervenção da Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais e com a limitação enorme de tempo que tenho, ao ponto de não poder fazer a minha intervenção da Tribuna como estava previsto, gostaria de dizer, Sra. Secretária Regional, que para a larga maioria dos açorianos, o dinheiro que aqui apontou para o Serviço Regional de Saúde e o aumento da dívida que nos últimos 5 anos mais que duplicou, não significa melhor acesso ao serviço de saúde, mais médicos de família e enfermeiros nos cuidados primários de saúde, mais consultas de clínica geral, mais promoção da saúde e prevenção da doença, mais meios humanos para os hospitais e mais consultas de especialidade.

Também não significa que haja mais especialistas, mais atendimento, mais acessibilidade. Isto é visível e sentido pelos açorianos.

Há um grande descontentamento.

Eu gostaria que a Sra. Secretária Regional tomasse consciência disso e explicasse como é que há um encargo tão elevado da dívida, a crescer galopantemente. Aliás, o problema do Serviço Regional de Saúde não é um problema de dinheiro, é um problema de desorganização e de ineficiência.

Eu gostava que a Sra. Secretária Regional fizesse uma constatação, um exame de consciência a este comentário.

Obrigado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Barros.

Deputado Francisco Barros (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:



Sr. Deputado Bento Barcelos, também tenho pena que o senhor não tenha tempo de produzir a sua intervenção de Tribuna, porque isso é revelador de que não se poderá debater em profundidade este assunto.

Agora, o Sr. Deputado colocou um conjunto de considerações que me permite ficar estupefacto.

O Sr. Deputado sabe tão bem como eu que o número de médicos na Região tem vindo a evoluir e dou-lhe apenas um número: 1999, 352; em 2001, 408.

O Sr. Deputado refere igualmente que o número de enfermeiros não tem evoluído, pois em 1999, 878; em 2001, 960. Acresce a isto 86 vagas abertas para enfermeiros na Região, por resolução extraordinária do Conselho do Governo.

O Sr. Deputado fala igualmente que não houve melhoria na acessibilidade aos cuidados de saúde. Sr. Deputado, então o programa de deslocação de especialistas às ilhas sem hospitais o que é que isso significa? O Sr. Deputado sabe quantas consultas se verificaram apenas no ano de 1999, por via da deslocação de especialistas às ilhas sem hospital? Foram **17.080 consultas**, mas se formos para 2000, esse número passa para **18.520 consultas** de especialistas em ilhas onde não existem essas especialidades. Isto não é melhoria das acessibilidades dos cuidados de saúde?

O apetrechamento, o melhoramento, a modernização das unidades de saúde existentes não são melhorias na acessibilidade? Sr. Deputado, entendamo-nos de uma vez por todas.

O problema do financiamento do Serviço Regional de Saúde, que temos tido bastas oportunidade de discutir, é um problema complexo.



Agora é demagógico, desculpe que lhe diga, fazer o discurso da perspectiva dizendo que a dívida está a crescer e ao mesmo tempo reclamar melhores e mais continuados cuidados de saúde.

Essa dicotomia, Sr. Deputado Bento Barcelos, ou se compatibiliza com normas, com regras, conforme a gestão e acessibilidades diferenciadas aos cuidados, e já iremos falar nisso, ou então o senhor não pode querer ao mesmo tempo poupar e melhorar. Isso nem sempre é fácil.

Muito obrigado.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Embora o meu colega já tenha referido o essencial e dado resposta às suas questões, eu penso que existe ainda um aspecto ou dois que merecem ser novamente realçados.

Relativamente às deslocações de especialistas às ilhas sem as referidas especialidades, o meu colega referiu o número de consultas e eu vou referir o número de deslocações. O número de deslocação cresceu de 1999 para 2001, de 569 para 642, o que corresponde a uma média de 30 consultas por deslocação.

Para além do já referido aumento do número de médicos e aumento do número de enfermeiros, gostaria de referir que também houve, por via de uma medida tomada pelo Governo do Partido Socialista, um aumento do número de bolseiros na Região, sendo que em 2002 temos 52 em medicina de pré-graduados, 50 técnicos de diagnóstico e terapêutica, 48 no internato complementar e 86 vagas descongeladas para enfermeiros, à semelhança do que já foi dito pelo meu colega Francisco Barros.



Tudo isto são, exactamente, números que contrariam aquilo que foi exposto pelo Sr. Deputado.

Ficamos a aguardar as próximas questões.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Secretários Regionais:

Eu creio que não perceberam a questão levantada.

Em primeiro lugar, eu fiz uma pergunta à Sra. Secretária e há uma resposta dos senhores ilustres deputados.

Eu não estou a dizer que não é preciso mais dinheiro para o Serviço Regional de Saúde. O que eu digo é que pela informação que nós temos, parece-nos é que há dinheiro a mais e porquê? Porque há má gestão, desorganização, burocracia a mais, não é feito um controlo de unidade de saúde a unidade de saúde, etc..

Não há dúvida nenhuma que há mais médicos, nomeadamente em termos de médicos de unidades hospitalares, há mais enfermeiros, mas não há, por exemplo, médicos de medicina familiar suficientes para fazer face à necessidade do sistema.

Quando não há médicos de medicina familiar suficientes para fazer face às necessidades da medicina familiar e dos cuidados de saúde primários, o sistema não pode funcionar bem e é mais que visível que ele não funciona bem.

Parece-me que o Governo e a bancada do Partido Socialista estão num momento de alguma distração, porque aquilo que se verifica na sociedade, nos açorianos, principalmente nos mais desprotegidos, é que eles não



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

conseguem entrar no sistema de saúde, não conseguem ser devidamente atendidos.

Parece-nos que este orçamento é nitidamente um orçamento sem credibilidade, porque se existe a dívida do Serviço Regional de Saúde que foi apontada no final de 2001 em 10.9 milhões de contos, depois de ter sido assumido pelo Estado 12 milhões de contos e aparece apenas um orçamento para o Serviço Regional de Saúde de 33.3 milhões de contos, vamos continuar a ter uma suborçamentação, vamos continuar a ter despesas sem estarem orçamentadas, vamos continuar a ter o engrossar da dívida.

Onde é que está o controlo?

Onde é que está a gestão?

Onde é que está o respeito pelo dinheiro público?

O Governo não pense que será esta Assembleia, através da Comissão Eventual, que vai assumir as responsabilidades que cabem ao Governo.

Queremos, em face do dispêndio enorme que se está a desenvolver na área da saúde, que haja uma correspondência considerável do movimento assistencial, o que não está acontecendo com os nossos açorianos, porque muitos deles não conseguem entrar no Serviço Regional de Saúde e os que entram funciona mais a porta de acesso da amizade do que a acessibilidade global de todos os açorianos.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais.

Secretária Regional dos Açores Sociais (Fernanda Mendes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não vou acrescentar números, porque eles são claros.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Tudo o que o Sr. Deputado Bento Barcelos disse era mentira, porque os números provaram que é ao contrário.

Nós temos crescido na dívida, porque nós temos crescido em número de médicos, em número de enfermeiros, em número de técnicos de diagnóstico e temos crescido em muitas mais coisas.

Sr. Deputado, não se esqueça que nós investimos, em Angra em equipamentos para fazer exames complementares, em equipamentos que gastam e, portanto, engrossam a dívida.

Só no Hospital de Angra, nós de 1996 a 2001 investimos 4,1 milhões de euros em equipamento.

No novo Centro de Saúde da Praia da Vitória nós vamos investir 700 mil euros.

Nós investimos, em equipamentos, no novo Hospital de Ponta Delgada 30,7 milhões de euros, para fazer o quê? Para oferecer cuidados de saúde aos utentes.

Isto engrossa a dívida, é um facto, mas também é um facto, Sr. Deputado, – e eu referi no meu discurso – que é preciso melhorar a gestão, porque nós temos dois problemas, nós temos um problema a montante e temos um problema a juzante.

Nós temos uma décalage de 10 a 15 anos em atraso em vários sectores e também o temos na gestão da saúde e porquê? Porque não foi instalado nesta Região todos os equipamentos e instrumentos que nos permitissem dar um passo em frente na gestão e nós vamos fazê-lo agora. Nós temos esse programa para 2003. Nós não podemos, em contabilidade analítica, fazer um controlo exacto da gestão. Nós não podemos fazer contratos-programa com os hospitais sem saber como é que se produz e quanto se gasta na produção.



Portanto, nós vamos fazê-lo para podermos avançar na nossa gestão. Nós fazemos e as instituições fazem, desde o vosso tempo, o melhor.

Têm progredido, mas o passo qualitativo passa pela informatização e, acima de tudo, por se introduzir instrumentos modernos de gestão. É isto que nem o senhor nem esta Câmara podem ignorar.

Dizer que este Governo não faz nada na área da saúde, é dizer que não faz nada naquilo que passa, às vezes, para fora, mas se nós não tomarmos medidas estruturantes, e estou ainda a falar do financiamento, o nosso Serviço Regional de Saúde é que desequilibra e passa a estar numa instabilidade e não é mais possível podermos organizar-nos e continuar a dar boa saúde aos açorianos.

Vou dizer-lhe mais, porque temos que dizer toda a verdade.

Às vezes aqui dentro chega-se a um ponto que nós pensamos: o que é que querem os Srs. Deputados?

Ainda no plenário passado eu trouxe aqui uma medida de gestão equilibrada, nomeadamente criando a unidade de saúde de ilha, como criámos, concentrando num único conselho de administração, concentrando um serviço de laboratório, porque queremos melhorar a gestão, os senhores dizem: “aqui del Rei” que não pode ser.

Isto não pode continuar assim. Ou nós queremos ou não queremos. Se nós queremos, e este Governo quer, melhorar a saúde dos açorianos, não temos ilusões de que não temos ineficiências na área dos cuidados.

Também quero relembrar mais uma vez que a razão de nós não termos médicos de família, a razão da crise dos recursos humanos na saúde no nosso país e conseqüentemente na nossa Região deriva de medidas tomadas durante 10 anos pelos governos do PSD, que introduziram os números



cláusos nas Faculdades de Medicina e não foram capazes de readaptar os números ao futuro.

Deputado Nuno Amaral (PS): *Muito bem!*

A Oradora: Nós, no entanto, estamos a apostar em bolseiros pensando no futuro desta Região.

Poderiam dizer-nos assim: neste momento estão a gastar mais com bolseiros. Não, não estamos a gastar mais com bolseiros, porque, entretanto, sabemos que há um bom grupo de médicos que vai entrar na reforma e nós temos que pensar a longo prazo.

Não temos agora os dividendos, mas não é isso que nós queremos. Nós pensamos no futuro e pensamos na saúde dos açorianos.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Barros.

Deputado Francisco Barros (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Bento Barcelos, vamos lá a ver se nos entendemos. Há dinheiro a mais na Saúde?! Ó Sr. Deputado Bento Barcelos diga-nos onde é que esse dinheiro a mais está.

E mais:

Vá à República e explique ao actual Ministro da Saúde onde é que esse dinheiro a mais está também, porque, pelos vistos, ele está com o mesmo problema que a Região, elevado a um exponencial muito maior.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): É verdade, a herança é pesada!



O Orador: Ó Sr. Deputado Bento Barcelos, diga-nos onde é que está esse dinheiro a mais na saúde.

Uma coisa que o senhor pode dizer, e podemos discutir isso em múltiplas vertentes, é que pode ter a ver com a aplicação de modelos de gestão, pode ter a ver com a racionalização de custos, pode ter a ver com a optimização dos recursos existentes. Aí estamos todos de acordo, agora dizer que o dinheiro é mal aplicado, que não há melhorias, que não há investimento... .

Sr. Deputado Bento Barcelos o senhor diz que os mais desfavorecidos são aqueles que menos acesso têm ao sistema. Os mais desfavorecidos precisam de ter mais apoio ao sistema, mas já têm algum, nomeadamente têm apoios para os medicamentos, coisa que nunca tiveram, que entre 1997 e 2001 o montante de apoios variou de 5, 5 milhões de euros para 53,3 milhões de euros, ou seja, um aumento de 857%.

Vozes das bancadas do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: Isto são políticas de saúde, são políticas de apoio social.

A questão do amiguismo que o Sr. Deputado Bento Barcelos já referiu e aludiu em mais do que uma situação, por maioria de razão, atendendo às funções que mui nobremente desempenha, apresente nesta Câmara ou a quem de direito, ou às entidades competentes pela fiscalização os casos de compradio, de amiguismo, de falta de horários, de mau procedimento profissional e tudo que pode eventualmente emperrar o sistema do Serviço Regional de Saúde, porque senão o senhor vem aqui insinuar, levantar a suspeição, olha para a bancada do Governo e diz: se calhar os amiguinhos estão ali para meterem pela “porta do cavalo” a, b ou c.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

De uma vez por todas o senhor apresente dados, apresente elementos e apresente aspectos concretos, porque senão o senhor está a pôr em causa todo um conjunto de profissionais de saúde que dão do seu melhor para melhor servir toda a população desta Região. Pôr em causa, só pelo comportamento de alguns, todos os profissionais de saúde, é no mínimo uma atitude irreflectida e irresponsável.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Natividade Luz.

Deputada Natividade Luz (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Realmente fico um pouco surpreendida com as afirmações que o Sr. Deputado Bento Barcelos referiu há pouco, nomeadamente que há uma falta de controlo generalizada no Serviço Regional de Saúde e que há dinheiro a mais na saúde.

Sr. Deputado Bento Barcelos, parece que o senhor não tem estado nas reuniões da Comissão Eventual que está a estudar o Serviço Regional de Saúde e não tem ouvido as mesmas pessoas que os outros deputados têm ouvido e que, de uma maneira geral, todos têm dito o seguinte: não é possível poupar na saúde e que a saúde vai gastar sempre e sempre mais dinheiro, para que as pessoas possam, de facto, ter acesso aos cuidados de saúde e às novas tecnologias, aos novos medicamentos, etc., etc..

O senhor diz que é preciso um melhor controlo. De facto, é preciso um melhor controlo, mas para isso ser eficiente é necessário meios



tecnológicos eficazes e para haver esses meios é preciso dinheiro para os comprar, porque não havendo os meios tecnológicos eficazes não se pode controlar eficazmente os gastos com a saúde e, portanto, é necessário mais dinheiro para comprar esses meios.

O Sr. Deputado também diz que há poucos médicos de família. De facto, há poucos médicos de família, mas para podermos termos mais médicos, além de ser necessário que saiam mais médicos das faculdades de medicina, é necessário termos dinheiro para pagar esses médicos.

Então em que é que ficamos? Há dinheiro a mais na saúde? Parece-me que não, parece-me que há dinheiro a menos e, se calhar, vai ser algo que não se consegue resolver com este modelo actual de financiamento do Serviço Público de Saúde, que é uma lei nacional.

Deputada Andreia Cardoso (PS): *Muito bem!*

Deputado Bento Barcelos (PSD): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Secretários Regionais:

Esta deve ser a minha última e curta intervenção.

Em primeiro lugar, para dizer que não perceberam quando eu disse que havia dinheiro a mais.

Eu faço parte da Comissão Eventual e tenho ouvido aquilo que os responsáveis de saúde nos têm dito.

O que eu quis dizer foi que há dinheiro mal utilizado. Houve dinheiro canalizado para as unidades de saúde cuja produtividade dessas unidades de saúde não correspondeu ao financiamento que tiveram.

Há responsáveis de unidades de saúde que nos referenciaram que este modelo de fazer o orçamento para o Serviço Regional de Saúde com base nos orçamentos históricos de ano após ano, era incorrecto, que não era ter



em conta a produtividade de cada unidade de saúde, o que até desmotiva os profissionais de saúde.

Uma nota relativamente aos profissionais de saúde. Eu tenho por eles imenso respeito e as críticas políticas que faço neste Parlamento em relação ao sistema e às políticas de saúde, não são dirigidas aos profissionais de saúde, que são tão competentes como os restantes do país ou até mesmo da Europa.

Sinceramente, este Orçamento que é proposto para 2003, não é um orçamento credível, não vai fazer face às necessidades do próprio sistema, porque não é feito com sentido de racionalizar, de exigir produtividade, de premiar os profissionais de saúde mais empenhados, mais trabalhadores.

Portanto, está desvirtuado e não está fundamentalmente canalizado para os cuidados primários. Esse é o cerne do próprio sistema. Está tudo invertido. É preciso uma grande reforma.

Uma nota final para o Plano 2003. Este plano não corresponde ao programa do Governo, não corresponde ao PMP 2001/2004.

Fica para trás o Hospital de Angra, que estava no Plano a Médio Prazo.

Fica para trás o Centro de Saúde Ponta Delgada e ainda não está a funcionar o Centro de Saúde da Praia da Vitória.

Portanto, tudo isso fica adiado, ou seja, os principais investimentos, as principais apostas políticas deste mandato vão ficar para trás.

Afinal, onde é que estão os milhões?

Obrigado.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*): Os milhões, estão a mais.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais.



Secretária Regional dos Assuntos Sociais (*Fernanda Mendes*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É só para dar um esclarecimento ao Sr. Deputado Bento Barcelos.

Com certeza que o senhor não compreendeu a minha intervenção, porque se tivesse tido um bocadinho mais de atenção, perceberia que o modelo histórico de financiamento das instituições é o modelo possível, face à não existência de instrumentos que nos permitem fazer um outro tipo de modelo que é o modelo da contratualização. Esse é que é o modelo que pode rentabilizar as instituições. É esse modelo que vai ser possível na Região, depois de nós implementarmos esses instrumentos.

Sobre investimentos na Ilha Terceira, gostaria de dizer que os investimentos feitos no Hospital de Angra e no Centro de Saúde da Praia, de 1996 até a este momento, foram cerca de 12 milhões de euros no seu conjunto, entre obra e equipamentos, o que significa que é bastante. Só no Hospital de Angra foram investidos 7,5 milhões de euros.

Isto significa que nós estamos com um hospital a funcionar bem, com boas condições nas suas instalações e com equipamento também razoável no que diz respeito à população que serve.

Portanto, não se pode falar em falta de investimento no que diz respeito à saúde na Ilha Terceira, nomeadamente no Hospital e no Centro de Saúde.

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Cardoso (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Bento Barcelos, na sua segunda intervenção, acusou os deputados do Partido Socialista de estarem distraídos. Ao que parece não



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

somos nós que estamos distraídos, mas se calhar o Sr. Deputado é que está um bocadinho desatento.

O que é facto é que o Hospital de Angra estava inscrito no PMP e continua a estar, mesmo depois da reprogramação. O que acontece é que o compromisso do Governo do Partido Socialista, e o senhor sabe muito bem, era dar início ao processo e não construir o Hospital de Angra neste mandato.

Outro aspecto que gostaria de referir e que comprova a sua desatenção ao discurso da Sra. Secretária, tem a ver com o seguinte: é que ela no seu discurso anunciou uma medida para o ano de 2003 que tem a ver com uma ferramenta de gestão que permite implementar os grupos de diagnóstico homogénio, que vem resolver o problema dos orçamentos com base em históricos.

Ora, esta é exactamente uma medida que vem resolver um problema que já ocorre desde há muitos anos a esta parte e como estes grupos homogénios de diagnóstico já começaram a ser introduzidos no Continente, começarão, e muito bem, a ser introduzidos na Região Autónoma dos Açores.

Outras medidas anunciadas pela Sra. Secretária ao nível das ferramentas de gestão, têm exactamente a ver com a contabilidade analítica e com os orçamentos/programas.

Felicito o Governo Regional por finalmente dar início a este processo, implementando estas medidas.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Secretários Regionais:

Apenas uma nota brevíssima.



Eu não estou desatento de forma nenhuma e tento assumir com responsabilidade a função que exerço.

Foram aqui anunciados os grupos de diagnóstico. Foi aqui anunciada a contabilidade analítica que existe desde os anos 80.

O que devia ter sido anunciado é que hoje estava a ser implementado na Região o Cartão de Utente, que é uma medida de acessibilidade, de gestão e de controlo. Foi aqui dito que no Verão o Cartão de Utente estaria a funcionar.

Secretária Regional dos Assuntos Sociais (*Fernanda Mendes*): E está!

O Orador: Estamos já no final do ano e ainda não está implementado.

Termino com este exemplo que é bastante claro de que há ineficiência grave no Serviço Regional de Saúde.

Muito obrigado.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra a Sra. Deputada Natividade Luz.

Deputada Natividade Luz (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É só para prestar um esclarecimentos ao Sr. Deputado Bento Barcelos, atendendo a que a Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais esgotou o seu tempo.

Queria dizer ao Sr. Deputado que houve algum atraso na implementação do Cartão do Utente, mas ele está em marcha e brevemente teremos o Cartão de Utente na Região Autónoma dos Açores.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Barros.

Deputado Francisco Barros (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:



Ao debatermos, nesta Assembleia, a proposta de Plano e Orçamento para 2003, bem como a reprogramação financeira do Plano a Médio Prazo 2001-2004, no que ao sector da saúde diz respeito, importa reter a ideia, fundamental para o debate, que a política de saúde é muito mais do que um simples conjunto de números e de verbas.

A política de saúde tem, necessariamente, de ser encarada numa dupla perspectiva de conciliar aquilo que, aparentemente, parecem ser dois aspectos opostos e contraditórios: por um lado, a necessidade de racionalizar custos; por outro, o aumento constante das solicitações dos utentes, o desenvolvimento de infra-estruturas e equipamentos, e a melhoria das acessibilidades ao sistema.

De facto, é na aparente incompatibilidade entre estes dois factores que urge prosseguir numa política de saúde que, na Região, continue a dar resposta aos utentes, promovendo de igual modo medidas de racionalidade conducentes a uma melhor prestação de serviços que implique menores custos.

É neste contexto que os documentos que hoje discutimos devem ser analisados. Importa perceber se os mesmos transmitem, ou não, uma estratégia concertada de evolução do Sistema, importa perceber se os mesmos indiciam, ou não, factores de modernidade e de mudança num sector tantas e tantas vezes referido como estando em “crise” e em “falência”.

Se analisarmos o que tem sido a evolução dos investimentos e da estratégia seguida, desde 1996, no sector da saúde, e por muito que isso custe a quem, para seu gáudio, repete ciclicamente a ladainha da crise generalizada no sector, podemos observar que a grande aposta, durante este período, tem sido a de garantir, em todas as ilhas, um cada vez maior acesso aos



cuidados de saúde, quer através da modernização ou construção de novas infra-estruturas, como seja o caso dos Centros de Saúde da Praia da Vitória, da Lagoa, da Povoação e da Calheta, ou dos hospitais da Horta e de Angra do Heroísmo, quer através da renovação e aquisição de equipamentos quer, sobretudo, através de uma política integrada de alargamento da cobertura de âmbito hospitalar às populações residentes nas ilhas sem hospital.

O vulgarmente designado programa de deslocação de especialistas às ilhas sem hospital possibilitou, entre 1999 e 2001, a realização de mais de 46 mil consultas, o que é bem revelador da aposta na melhoria dos cuidados de saúde por parte do Governo Regional do Partido Socialista.

Mas, e todos estamos conscientes disso, importa igualmente introduzir elementos de racionalidade económica no sector, adoptando medidas de controlo da relação custo/benefício na prestação de cuidados de saúde.

E, nesta perspectiva, importa realçar a aposta continuada na operacionalização e implementação do Cartão do Utente, de forma a desenvolver um sistema de informação baseado na sua história clínica, na prescrição de medicamentos e no recurso a meios complementares de diagnóstico e terapêutica.

Como urge continuar o investimento na rede estruturada de dados e voz entre todas as unidades de saúde da Região, de forma a melhorar os níveis de eficiência do sistema e garantir uniformidade nos procedimentos e na partilha de informações.

Do igual modo, é necessário proceder a uma profunda alteração do modelo de financiamento dos hospitais e centros de saúde, deixando o seu financiamento de ser feito através de orçamentos retrospectivos, conducentes a percas de produtividade, passando para um modelo de financiamento assente em objectivos e na produtividade.



Mas desiludam-se os que pensam que nada pode ou nada tem vindo a ser feito.

Esta aposta na modernização passa igualmente por assumir, com clareza, que o Serviço Regional de Saúde tem que assentar na complementaridade da prestação de serviços às populações. Não se pode, por um lado, pedir redução de custos e, por outro, estar contra qualquer mudança que se pretenda efectuar, nomeadamente quanto à implementação das Unidades de Saúde de Ilha ou quanto à elaboração de uma Carta Hospitalar que defina, com precisão, quais as valências e quais os serviços prestados por cada unidade de saúde, de modo a racionalizar custos e otimizar recursos humanos.

E é igualmente no campo dos recursos humanos que incide outro dos vectores de desenvolvimento do Serviço Regional de Saúde. O número de médicos na Região tem vindo a aumentar, tendo passado dos 352 existentes em 1999 para 408 em 2001, tendo, em igual período, o número de enfermeiros subido de 878 para 960.

E esta aposta tem custos elevados. Tanto mais que sabemos que a falta de médicos na Região não é um problema que tenha solução, de forma estruturante, no imediato, em parte devido a uma inqualificável política que, durante anos a fio, limitou o número de ingressos nos cursos de medicina a valores que não permitiam quer um substancial aumento do seu número, nem tão pouco a renovação geracional necessária.

Permitam-me um aparte: daqui a uns anos nesta Região e em todo o País começará a debater-se com os médicos em idade de reforma, sem a capacidade de substituição por novos médicos.

Deste modo, o sistema de Bolsas de Estudo implementado pelo Governo Regional do PS, que consiste na contratualização de que o bolseiro terá que



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

prestar serviço na Região o dobro do número de anos em que auferiu a bolsa, continua a ser uma aposta para a fixação de profissionais de saúde na Região. No corrente ano, esta medida abrange 55 bolseiros em medicina, 50 bolseiros de cursos técnicos de diagnóstico e terapêutica e 48 bolseiros a efectuarem o internato complementar, para além de se terem descongelado 86 vagas para enfermeiros.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os documentos que hoje analisamos, continuam a dar resposta ao Programa de Governo aprovado nesta casa em Dezembro de 2000, pois aposta na formação e aumento dos recursos humanos, na melhoria da acessibilidade ao Sistema, na aquisição de equipamentos e na modernização das infra-estruturas de saúde, na promoção da saúde e prevenção da doença, com especial incidência na saúde materna e infantil, na escola e prevenção das toxicodependências, e no incremento de novas formas de gestão, que permitam uma racionalização de custos e de meios.

Para além disso, a contratualização da prestação de serviços com o sector privado e o recurso às novas tecnologias como forma de organização e oferta de cuidados e de gestão dos serviços, são também apostas consideradas necessárias para um melhor funcionamento do Sistema.

Os Programas 20 e 21 do Plano para 2003 consagram verbas globais de 6,1 milhões de Euros.

Deles, importa destacar a continuada aposta na remodelação e ampliação de unidades de saúde, o seu apetrechamento e modernização, as acções relacionadas com a emergência médica e a formação profissional para o sector.

No respeitante ao novo hospital de Angra do Heroísmo, convém relembrar que decorrem, neste momento, através do Laboratório Regional de



Engenharia Civil, os necessários estudos geológicos dos terrenos onde o mesmo irá ser edificado, estando previsto a celebração de um protocolo com a Direcção Geral de Instalações e Equipamentos de Saúde, com vista à elaboração do seu Programa Funcional.

O compromisso eleitoral assumido, em 2000, pelo Partido Socialista, de iniciar o processo conducente à construção do novo hospital está em marcha.

Estamos certos que chegará ao fim, contribuindo, também na saúde, para mudar os Açores!

No âmbito da saúde, este Plano identifica acções que, pela sua importância e significado estratégico merecem particular destaque.

A aposta na telemedicina e na renovação e informatização dos serviços, com a criação de uma rede informática estruturada nas Unidades de Saúde, permitindo a ligação em rede entre todos os Centros de Saúde e Hospitais, garantirá, num futuro próximo, não só uma racionalização em termos de gestão como, essencialmente, um valor acrescentado à prestação de cuidados de saúde a todos os açorianos que, independentemente do seu local de residência, poderão ter o seu historial clínico, em tempo real, em qualquer Unidade de Saúde, o que facilitará diagnósticos, acompanhamento e eventuais meios complementares de que necessite.

Esta aposta nas novas tecnologias, que contará com o apoio do Programa Açores – Região Digital, da responsabilidade da Direcção Regional da Ciência e Tecnologia que, pelos vistos, tão criticada é por alguns partidos da oposição, ao ponto de quererem esvaziar completamente em termos financeiros e orçamentais, é um passo fundamental na modernização e na melhoria da prestação de cuidados de saúde.



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Permitam-me igualmente referir o designado problema das listas de espera. E verificar que, por iniciativa do Governo Regional do PS, se tem vindo a incrementar, desde Julho de 2000, um programa de redução dessas listas, com resultados palpáveis e visíveis em especialidades como a Cirurgia Geral, onde, entre Julho de 2000 e Junho de 2001, se recuperou de 791 para 306 doentes, o que significou uma redução de 61,3% e em Urologia onde, em igual período, a lista de doentes em espera passou dos 248 para os 173, o que significa uma redução de 30,2%.

Esta forma encontrada através da contratualização com especialistas das diferentes áreas, sendo proveitosa, acarreta consigo custos acrescidos.

E, neste contexto, voltamos à dicotomia de partida; a racionalização versus melhoria na prestação de cuidados de saúde.

A racionalização não pode ser feita à custa da menor prestação de cuidados, não pode pôr em causa o acesso ao sistema.

Ela deverá basear-se numa gestão criteriosa, no aumento da produtividade, na complementaridade do Sistema, mas também na avaliação descomplexada de eventuais formas de comparticipação por parte dos utentes, quer através da introdução de taxas moderadoras, quer através da cobrança de determinados serviços, assentes em critérios de justiça social.

Este desafio que se nos coloca, pela suas múltiplas vertentes, não terá uma resposta fácil. Nem tão pouco definitiva.

Mas, mais do que palavras de quem, órfão de argumentos e parco de ideias, recorre sistemática e abusivamente ao discurso da catástrofe, importa prosseguir nesta caminhada de tudo fazer para que, cada vez mais,



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

o direito e o acesso aos cuidados de saúde, seja uma realidade nos nossos dias.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vivem-se, hoje, tempos conturbados a nível internacional. Os acontecimentos do dia 11 de Setembro tiveram repercussões que ainda não estão terminadas. A subsequente intervenção no Afeganistão, o recrudescimento dos problemas de segurança e dos ataques terroristas no Médio Oriente e em outras partes do mundo, e as contínuas ameaças de invasão ao Iraque causaram e ainda estão a causar impactos sociais e económicos que estão afectar todos os Países. Veja-se a este propósito as flutuações do barril do petróleo que aparentemente só encontram justificação na instabilidade que se vive a nível internacional. A Europa e os Estados Unidos, que estavam já a sentir algum abrandamento económico em 2001, sofreram profundamente com esta crise, que foi ainda agravada por alguns escândalos bolsistas. As companhias aéreas dos dois lados do Atlântico apresentaram défices inesperados, tendo mesmo algumas aberto falência. O turismo sofreu duramente com a retracção dos principais mercados emissores e de um modo geral as diversas actividades económicas sofreram um forte abrandamento. Nenhuma Região, nenhum País está completamente a salvo. Veja-se o caso de Bali ou até da Tailândia que por



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

causa de um ataque terrorista ou até só por uma notícia posta a correr ficaram subitamente sem turistas. Determinar nos próximos tempos o evoluir da situação não é tarefa fácil. Todos gostaríamos de ver novamente na cena internacional um clima de paz que restabeleça a confiança entre as nações e, sobretudo, que restaure o sentimento natural que todos sentíamos há uns tempos atrás, de segurança e de estabilidade.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados,
Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É, porém, nos tempos difíceis que se torna fundamental agir no sentido de restabelecer a confiança, de restaurar a segurança e de estimular o investimento. Face ao novo enquadramento financeiro, derivado do forte abrandamento económico a nível nacional que originou fortes quebras nas receitas e face às obrigações do Pacto de Estabilidade e de Crescimento, tornou-se necessário reequacionar os investimentos previstos no Plano a Médio Prazo, aprovado por esta Assembleia para o quadriénio 2001/2004, de forma a manter os níveis de confiança que os empresários dos Açores sentem, actualmente, no desenvolvimento económico da nossa Região. Foi com esta intenção de, respeitando as decisões desta Assembleia, nomeadamente no que diz respeito ao que ficou aprovado no Programa do VIII Governo, que se procurou reprogramar o Plano a Médio Prazo, reagindo com rigor e eficácia ao novo enquadramento económico e financeiro. Trata-se de fazer aprovar por esta Assembleia um instrumento fundamental de Planeamento que necessita de reflectir a nova realidade e de traduzir, com verdade, as opções que nos próximos dois anos os Açores pretendem levar por diante.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados,
Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

A perda de confiança dos diversos sectores económicos do País está espelhada nos vários inquéritos mensais de conjuntura feitos ao comércio, à indústria, à construção e obras públicas, aos serviços e até aos consumidores. Com efeito, a partir de Junho deste ano tem vindo a acentuar-se um quadro pessimista nas mais diversas actividades económicas, agravado ainda mais por algumas medidas tomadas pelo Governo da República que têm tido como objectivo recuperar o défice orçamental, mas que têm provocado o agravamento do abrandamento económico, desincentivando o investimento. O fim do crédito bonificado e do crédito jovem, o aumento do IVA e as modificações operadas no Programa Operacional da Economia tiveram como reflexo imediato uma quebra generalizada, mas previsível, do investimento privado. O Governo da República actuou como aquela história bem conhecida do cavalo inglês, em que o dono vai retirando a comida para obter mais lucro. Acontece, porém, que o cavalo adoeceu e depois morreu, perdendo o dono todo o seu negócio. Sem uma economia forte não há aumento das receitas fiscais e sem um estímulo ao investimento privado dificilmente o País recupera do abrandamento económico que de mês para mês se acentua cada vez mais.

Mesmo com EURO 2004 o indicador apreciação da actividade passada da construção civil, referente ao mês de Outubro, revela uma evolução negativa em todos os tipos de obras. A nível Regional estes efeitos ainda não se fizeram sentir de uma forma significativa. Apesar de algum abrandamento do ritmo de crescimento do crédito concedido à habitação, que aumentou em Junho de 2002 8% em relação a Junho 2001, dados do Banco de Portugal, estamos longe dos tempos de crise de 1994 ou de 1995. Nesta altura, o crédito à habitação rondava os 240 milhões de euros, enquanto que em Junho deste ano atingiu os 934 milhões de euros ou seja



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

quase quatro vezes mais. Por outro lado, somos a Região do País que mais tem crescido em termos de licenças de construção. Segundo a última publicação do Instituto Nacional de Estatística de 11 de Novembro deste ano os Açores cresceram 24.6% em termos do número de licenças de construção nos últimos doze meses enquanto que, por exemplo, a Madeira decresceu 14,6%. Também no que diz respeito ao consumo de cimento verifica-se que de Janeiro a Setembro deste ano há um crescimento em relação ao período homólogo anterior de cerca de 12,5%. De Janeiro a Setembro deste ano já foram consumidas 282 mil toneladas de cimento, enquanto que nos anos de 1994 e de 1995 se consumiram cerca de 160 mil toneladas.

Por outro lado, os Inquéritos mensais de conjuntura aos consumidores, à indústria transformadora e ao comércio, feito a nível nacional, em Outubro de 2002, apresentaram também evoluções negativas face ao mês anterior. Os resultados obtidos devem-se ao comportamento negativo de todas as suas componentes, sendo de destacar, pela intensidade da queda já revelada nos meses anteriores, as opiniões sobre a situação económica futura do País e as perspectivas de aumento do desemprego. Um quadro mais pessimista continua também a ser observado nas respostas às questões sobre as intenções de aquisição de automóvel e de compra ou construção de habitação própria. Ambas as séries se encontram a níveis muito baixos, realçando-se as perspectivas de aquisição de automóvel, cujo valor em Outubro foi o mais baixo desde o quarto trimestre de 1989.

Nos Açores o número de automóveis vendidos de Janeiro a Julho deste ano foi de 3.575 unidades, permitindo acreditar que até ao final do ano ultrapassaremos novamente as 6 mil unidades. Será bom lembrar que em 1995, 1996 e 1997 venderam-se apenas 3.513, 3.178 e 3.360 unidades,



respectivamente. É evidente que as famílias açorianas estão a investir fortemente na aquisição de novas habitações e que o endividamento derivado do crédito à habitação começa a ser significativo, embora represente apenas 2/3 do endividamento "per capita" do verificado a nível nacional. A evolução dos depósitos a prazo e à ordem nas Instituições bancárias dos Açores demonstra a estabilidade da poupança das famílias açorianas, que em Junho de 2002 era responsável por um volume de depósitos de cerca de 1.609 milhões de euros. Veja-se que em 1996 este valor era de apenas de 1.072 milhões de euros. Os açorianos estão, pois, a investir mais sem que isto tenha tido reflexos negativos na poupança das famílias

O Inquérito feito à evolução do comércio na Região Autónoma dos Açores no mês de Agosto deste ano demonstra que apesar de algumas dificuldades as perspectivas de evolução da actividade para os próximos meses mantêm-se positivas no conjunto do sector. Desde 1998 os ritmos de crescimento da produção de energia eléctrica nos Açores estão, em média, à volta dos 7,1%, enquanto que no Continente estão à volta dos 5,5%. Relembre-se que nos Açores de 1993 a 1997 o crescimento do consumo de electricidade era, em média, de 4,2% ao ano. Os primeiros oito meses deste ano revelaram um aumento do consumo de energia eléctrica em relação ao período homólogo anterior, que ronda os 7,3%, sendo o Corvo, o Pico, e São Miguel as ilhas que apresentaram os maiores aumentos de consumo (maiores ou iguais a 8%).

No que diz respeito ao Turismo, segundo o Instituto Nacional de Estatística, no período de Janeiro a Agosto de 2002, houve um decréscimo do número de dormidas a nível nacional de cerca 2,2% e um acréscimo dos proveitos por aposento da ordem dos 0,2%, comparativamente ao período



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

homólogo anterior. Os Açores surgem novamente como uma das Regiões do País que mais cresceu neste período. Analisando a distribuição das dormidas por Regiões, verificaram-se acréscimos homólogos de 11% na Região Autónoma dos Açores, de 11,2% no Norte do País e de 0,1% na Região Autónoma da Madeira e diminuições no total de dormidas, nomeadamente em Lisboa e Vale do Tejo de - 4,9%, Algarve de - 5% e Alentejo de - 8,4%. A Região Autónoma dos Açores apresentou o maior crescimento a nível do País em termos de proveitos por aposento, 12%, logo seguido do Norte do País com 10,2%. Repare-se que mais uma vez os Açores crescem em termos de dormidas sem que haja degradação dos preços. O crescimento turístico nos Açores, apresentado nos primeiros oito meses deste ano, é tanto mais importante, quando surge após um ano em que tivemos um crescimento recorde de 25% em termos de dormidas e de 26,1% em termos de proveitos e acontece num ambiente de forte retracção dos principais mercados emissores de turistas.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados,
Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A adesão dos empresários aos diversos Sistemas de Incentivos demonstra, se dúvidas houvessem, o estado da nossa Economia. Pode bem a oposição pregar que a recuperação económica nos Açores encetada pelo VII Governo Regional em 1996 era efémera, era conjuntural ou que já está em fase de desaceleração, que os empresários no seu dia a dia encarregam-se exactamente de demonstrar o contrário. Quem pensava que o crescimento da construção civil, que se tornava demasiado evidente a partir de dada altura, era o resultado da reconstrução ou da necessidade de fazer face às calamidades derivadas das cheias, e isto foi afirmado várias vezes aqui neste Parlamento, estava redondamente enganado. Hoje, a Região



Autónoma dos Açores está felizmente menos dependente do investimento público e muito mais dependente do estado de confiança dos empresários no futuro da nossa Região. Menciono apenas alguns empreendimentos na área do Turismo que estão a decorrer ou que irão ser lançados no próximo ano apenas em São Miguel, Terceira e Faial, para vermos a importância, hoje em dia, do sector privado na nossa economia. Assim, no Faial existem dois projectos com um investimento global de 15,4 milhões de euros que envolvem a remodelação ou a construção de 462 camas e a criação de 65 postos de trabalho. Também no próximo ano arrancarão as obras de reabilitação da Estalagem de Santa Cruz a Pousada da ENATUR, no valor de mais de 2,5 milhões de euros. Na Terceira estão a decorrer ou irão ser lançados no próximo ano 8 projectos na área do Turismo no valor global 56 Milhões de euros, construindo ou reabilitando 989 camas e criando 275 postos de trabalho. Também no próximo ano arrancará a readaptação do Castelinho a Pousada da ENATUR no valor de mais de seis milhões de euros. Em São Miguel estão a decorrer ou irão ser lançados no próximo ano 11 projectos no valor de 98 milhões de euros, criando 2.020 camas e 490 postos de trabalho. Também nesta ilha está em andamento o projecto de reabilitação do Convento dos Frades a Pousada da ENATUR, em Santa Cruz da Lagoa, que envolverá um investimento da ordem dos sete milhões de euros. Assim, só nestas três ilhas, São Miguel, Terceira e Faial estamos a falar de 185,4 milhões de euros de investimento, correspondentes à criação de 3.470 camas, 830 postos de trabalho e um incentivo por parte do SIDEPA da ordem dos 10 milhões de euros e por parte do SIME da ordem dos 21 milhões de euros.

Desde a abertura do III Quadro Comunitário de apoio deram entrada no Programa Operacional da Economia 78 projectos, só no âmbito do Sistema



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

de Incentivos à Modernização das Empresas, no valor global de 274 milhões de euros, tendo já mais de metade sido aprovados e postos em execução. Somos mesmo a Região do País que maior taxa de aprovação tem tido neste Sistema de Incentivos e aquela que apresenta a maior taxa de execução. Em termos de volume financeiro, gostaria de informar que 62,9% destes projectos são da área do Turismo, 20,7% da área da Indústria, 7,4% do Comércio, 6,1% da construção civil e 2,9% dos serviços.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados,
Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na reprogramação financeira do Plano a Médio Prazo para os anos de 2003 e 2004 a Secretaria Regional da Economia teve quatro objectivos principais:

1. Manter o forte impulso dado à iniciativa privada através dos Sistemas de Incentivos. Assim, dos 17,5 milhões de euros previstos no Programa 10 no anterior Plano de Médio Prazo para 2003, passaremos a dispor de mais 5,6 milhões de euros ou seja de 23,1 milhões de euros. Trata-se de um crescimento significativo que mostra a vontade deste Governo de apoiar a iniciativa privada, dando resposta à confiança que os empresários sentem no desenvolvimento desta Região.
2. Manter o forte impulso dado à actividade turística, especialmente na área da promoção, para fazer face à crescente oferta hoteleira. Assim, dos 5,2 Milhões de Euros previstos para 2003 no anterior Plano de Médio Prazo, passamos para cerca de seis milhões de euros, contando com as verbas disponibilizadas no Fundo Regional de Apoio às Actividades Económicas.



3. Reparar e reabilitar os Portos da Praia da Vitória, de São Roque do Pico e das Lajes das Flores de forma a que estas infra-estruturas possam manter e até melhorar a sua actual operacionalidade.
4. Financiar todas as obras em curso, quer sejam na área dos portos, dos aeroportos ou das aerogares. Assim, as obras em curso do Porto da Calheta, do saco do Porto de Ponta Delgada e do Aeroporto do Pico serão finalizadas no decorrer do próximo ano. Iniciar-se-ão também em 2003 o cais "ferry" no Porto de Vila do Porto e as aerogares das Flores, São Jorge e do Pico.

Para além disto, gostaria de chamar a atenção para um conjunto vasto de investimentos feitos pelas Juntas Autónomas, pela SATA, pela EDA e pelo Fundo Regional de Apoio às Actividades Económicas, que na sua globalidade ascendem a 99,4 milhões de euros, quando o ano passado o investimento feito por estas entidades era de apenas de 81,8 milhões de euros. São projectos co-financiados na sua maioria pelo PRODESA e que devem ser incluídos na totalidade do investimento público. Assim, chamaria a vossa atenção para as seguintes obras:

- Expansão do porto comercial de Ponta Delgada, separando a zona de cruzeiros da actual zona comercial;
- Reabilitação e arranjos exteriores do Porto de Pipas;
- Segunda fase do Porto de Recreio de Angra do Heroísmo;
- Terminal para Ferries no Porto Comercial da Praia da Vitória;
- Equipamentos portuários, como sejam aquisição de rebocadores, gruas e "reach stackers";
- Porto de pescas da Praia da Graciosa;
- Reordenamento da Bacia Sul da Marina e ampliação do Clube Naval, na Horta;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

- Estudo de ampliação do cais comercial das Velas e Beneficiação do parque de contentores;

- Planos Directores dos Portos de Ponta Delgada, Praia da Vitória e Horta.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados,
Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Região Autónoma dos Açores apresentou, no segundo trimestre deste ano a mais baixa taxa de desemprego do País e certamente uma das mais baixas a nível europeu. A taxa de actividade tem também vindo a aumentar progressivamente. A estabilidade económica e social vivida nos Açores nos últimos anos tem permitido criar um clima propício ao investimento. Mas se a iniciativa privada, pelos números acima descritos, está confiante e está a investir como nunca ocorreu no passado, o Plano e o Orçamento para 2003 e o Plano a Médio Prazo para 2003 e 2004 que agora se apresentam a esta Assembleia representam também um esforço público considerável de estímulo ao desenvolvimento económico e social desta Região. Mas mais importante que o valor global do investimento público é a qualidade deste mesmo investimento, é, sem dúvida, o seu efeito indutor no investimento privado

Os Açores têm de manter com prudência um natural equilíbrio entre o apoio à iniciativa privada e o apoio às políticas de solidariedade social. Se queremos uma Região mais moderna, mais solidária e desenvolvida temos de incutir em todos os sectores da actividade uma cultura de exigência, de rigor e de maior produtividade. Os últimos anos para os Açores foram bons anos. Avizinham-se, contudo, tempos mais difíceis. Para que este desenvolvimento económico não seja subitamente estancado é necessário manter um clima de expectativas favorável ao investimento. Sabemos o que podemos e o que devemos fazer. Sabemos que há variáveis macro-



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

económicos que não dominamos e que podem afectar drasticamente todo o nosso planeamento. Sabemos porém, que, com a participação activa de todos vós, tudo faremos para construir nos Açores um amanhã melhor.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sra. Deputada Andreia Cardoso. Espero que se contenha nos 10 minutos que dispõe.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Plano Regional para 2003 é um documento essencial para a materialização da estratégia de desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores, vertendo a adequação das metas sectoriais com os meios financeiros disponíveis.

Como tal, o Governo Regional, órgão competente na matéria, procedeu à definição das prioridades, com o devido enquadramento no Programa do VIII Governo e no PIVIP 2001-2004. Assim, o plano agora em debate estabelece, à semelhança dos anteriores, como primeiro grande objectivo a dinamização do crescimento e da competitividade da economia regional atribuindo especial ênfase ao sector do turismo.

De facto, o turismo é um sector com elevada capacidade de expansão, assumindo um efeito transversal e multiplicador ao nível de toda a economia, potenciando a criação de postos de trabalho e de riqueza e produzindo efeitos positivos não só no alojamento mas também na restauração, no comércio, na indústria, nos transportes e no artesanato.

Importa salientar que, apesar do clima de abrandamento económico e mesmo de recessão em algumas das principais economias mundiais, o



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

turismo no Açores está a atravessar um bom momento. Este dinamismo, comprovado por realidades estatisticamente palpáveis, não pode ser dissociado do investimento público realizado ao longo dos últimos seis anos que foi em grande parte responsável pelo espírito de confiança e de optimismo que reina entre os empresários ligados ao sector.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional, atento às potencialidades turísticas dos Açores, desencadeou uma acção lúcida e determinada, capaz de catalisar vontades e de dar confiança ao sector.

De entre o conjunto de iniciativas e múltiplas acções encetadas pelo Governo Regional, que se revelaram determinantes na formação de expectativas positivas entre os empresários existentes e os potenciais investidores, cumpre destacar três elementos essenciais: primeiro, uma forte campanha promocional do destino Açores no exterior; segundo, a baixa do preço dos transportes aéreos, e, em terceiro, a política de incentivos financeiros ao investimento.

A aposta inequívoca do Governo Regional foi tornar mais direccionada e agressiva a promoção dos Açores no exterior, dando especial importância aos países nórdicos, como alvo de comprovados bons resultados no combate à sazonalidade, e ainda ao mercado continental. Desta acção continuada e intensa resultou o aumento do número de hóspedes de 163 mil em 1997 para 276 mil em 2001, representando um acréscimo de 41%. O total de dormidas também evoluiu positivamente, de 417 mil em 1997 para 865 mil em 2001, o que traduz um crescimento de 52%.

A baixa de preços dos transportes aéreos e o forte incremento do número de frequências a partir de 1998, geraram novas condições de



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

competitividade na indústria turística dos Açores, como pode ser comprovado pelo crescimento de 50% no volume total de passageiros no aeroporto de Ponta Delgada, entre 1997 e 2001.

A criação de um conjunto de incentivos selectivos à actividade de turismo foi motivada pela forte vontade de dar um novo impulso à oferta de alojamento turístico. Refira-se a este propósito que em 1997 a capacidade de alojamento era de 3815 camas e no final do corrente ano será de aproximadamente 6000, prevendo-se até ao final de 2004 a duplicação da oferta hoteleira na Região.

Ainda relativamente aos apoios ao investimento privado, penso ser importante destacar que em 1997 estavam disponíveis, no plano de investimentos do Governo, cerca de 3 milhões de euros sem que fosse possível executar essa verba na totalidade por falta de projectos da iniciativa privada. Enquanto em 2001 as verbas disponibilizadas no plano regional ascenderam a 15 milhões de euros tendo sido utilizadas na totalidade.

Ocorrem simultaneamente um conjunto de 22 candidaturas ao SIME na área do turismo envolvendo um investimento na ordem dos 173 milhões de euros, que representa mais de 60% do investimento candidatado a esse mesmo programa. Estes dados permitem constatar o momento de franco entusiasmo que atravessa o sector do turismo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Mas não poderia falar de turismo sem referir o significativo esforço de investimento que o anterior Governo e o actual têm preconizado nos sucessivos planos anuais apresentados a esta Assembleia.



O programa 7 - desenvolvimento do turismo - está dotado com 6,3 milhões de euros o que representa 3,1 % do investimento do Plano e 12,5% do investimento previsto no objectivo de dinamizar o crescimento e a competitividade da economia regional, mantendo assim o peso que assumiu em anos anteriores.

Deve de igual modo referir-se a disponibilização da verba de 11 milhões de euros prevista no programa 10 - sistemas de incentivo - à qual devemos acrescentar 12 milhões de euros inscritos no Fundo Regional de Apoio às Actividades Privadas (FRAE), destinados ao apoio directo ao investimento privado, traduzindo o reconhecimento da importância do sector empresarial regional como parceiro estratégico no processo de desenvolvimento e a relevância deste apoio enquanto factor potenciador da modernização e competitividade das empresas regionais.

Gostaria de referir também que o investimento efectuado e a efectuar pelo Governo Regional visa responder aos desafios da globalização e da grande competitividade internacional com políticas de preservação dos recursos endógenos que valorizam e diferenciam este destino turístico insular, que exigem, no fundo, o respeito pela preservação ambiental, pela tranquilidade, pela qualidade das nossas estruturas de recepção, pela observação das nossas especificidades e pelo dimensionamento adequado da nossa oferta.

Em jeito de conclusão apenas frisar que o aumento o aumento efectivo da oferta hoteleira, do número de dormidas e do número de hóspedes são demonstrativos, por um lado, da relevância do turismo na Região como motor de crescimento económico e, por outro, prova incontestável da vitalidade da economia açoriana.

Obrigada.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, não há ninguém inscrito para pedidos de esclarecimentos.

Eu pedia aos Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares e ao Sr. Secretário Adjunto da Presidência para se acercaram aqui da Mesa para afinarmos a programação dos nossos trabalhos.

(Pausa)

Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, peço a vossa atenção, porque esta Conferência de Líderes foi muito produtiva e há aqui um reforço de tempos.

O Partido Socialista passa a dispor de - 83 minutos.

O Partido Social Democrata – 36 minutos.

O Partido Popular – 6 minutos.

O Partido Comunista Português – 6 minutos

O Governo Regional – 52 minutos.

Estão encerrados os nossos trabalho por hoje e serão retomados amanhã às 10,00 horas.

(Eram 20 horas e 5 minutos)



Diário da Sessão n.º 062 de 13/11/02

Vamos dar início aos nossos trabalhos com a intervenção do Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (*Ricardo Rodrigues*):

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas do Governo:

No cumprimento das prerrogativas que felizmente a democracia nos concede, e sempre com muito agrado que me dirijo a esta Assembleia para os esclarecimentos necessários sobre a área de actividade da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas e para a discussão que sobre eles se considerar de importância e de oportunidade, na perspectiva de se obter o melhor desenvolvimento e modernização ambicionada para estes dois sectores de fundamental importância na economia dos Açores.

É sabido que a nossa integração na União Europeia nos permitiu participar de um leque vastíssimo de ajudas que, em conjunto com o esforço político regional, muito contribuíram para a reanimação do empresariado agrícola e para a recuperação do atraso da nossa agricultura.

Sabemos também que essa integração exigiu alguns compromissos e impôs a alteração de hábitos, a par de algumas restrições ao modo tradicional de produção praticado nas nossas ilhas. Por vezes, verifica-se também alguma natural incerteza da União Europeia no que respeita à definição de estratégias comuns de desenvolvimento. O adiamento da Reforma Intercalar da Política Agrícola Comum, apesar do nosso esforço em contrário, é prova de que nem tudo e tão



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

rápido e de fácil resolução como gostaríamos de ver dentro da complexidade da Europa comunitária.

Porém, deste amplo espaço económico em permanente mutação que é a União Europeia, interessa que, em conjunto, saibamos retirar o melhor proveito das novas situações e das novas realidades que vão surgindo, fazendo valer sem medo os nossos objectivos, evidenciando a nossa condição de arquipélago, reclamando das dificuldades resultantes da ultraperiferia, mas também e, sobretudo, valorizando as nossas potencialidades e o nosso modo singular de produção.

Julgo também que hoje há uma nova consciência sobre o que é a Agricultura nos Açores. Uma consciência que resulta por um lado, da experiência e da capacidade de resposta adquiridas e, por outro, da determinação e da confiança com que construímos a estabilidade do presente e a esperança que temos no futuro. É neste conceito que o progresso se revela por meio de uma acção, responsabilmente continuada, de dedicação e coragem, não apenas do poder político enquanto força criadora das condições base, mas também dos agentes agrícolas como verdadeiro motor desta actividade.

Recentemente, nesta Assembleia, referi as limitações administrativas que a União Europeia impõe à produção de leite. Mas também sublinhei o interesse que representa para nós a existência efectiva de quotas, porquanto elas nos permitem garantir a estabilidade no preço do leite, ao mesmo tempo que protegem as nossas especificidades e as nossas próprias condições de produção.

Tenhamos, pois, a consciência e a honestidade de reconhecer que a liberalização da produção de leite teria como consequência



inevitável a redução do preço deste em 40%. Estes são números da União Europeia, por demais elucidativos dos perigos que tal situação representaria para a economia regional.

É exactamente neste sentido que nas propostas apresentadas à Comissão Europeia pelos presidentes das Regiões Ultraperiféricas, figura a nossa pretensão de reavaliar o papel determinante das produções tradicionais, tendo em consideração a evolução constante dos mercados e os desenvolvimentos tecnológicos deste sector.

A ultraperiferia deverá ser um elemento integrante na concepção de políticas comuns que envolvam as actividades económicas tradicionais dessas regiões, salientando-se aqui o leite e o açúcar. Só assim se pode considerar a flexibilidade na definição e gestão de limites impostos às produções. Só assim se poderá assegurar vantagens comparativas em função das potencialidades, dos recursos e do ambiente de cada uma dessas regiões.

Mas, se por um lado estamos animados pela sensibilidade do Comissário Michel Barnier aos nossos intentos, por outro não deixaremos nunca de insistir, quer junto dos nossos parceiros com interesse comuns no desenvolvimento das ultraperiferias, quer ao nível do Estado-Membro na valorização dos nossos argumentos, na distinção que merecemos e na demonstração clara de que o peso da nossa produção é irrelevante no contexto concorrencial europeu.

Nesta perspectiva, e como julgo já ser do vosso conhecimento, o Governo Regional pretende promover um amplo debate, com a participação de todos os parceiros sociais deste sector, no sentido de, entre outros assuntos de interesse e em conjugação de esforços, se equacionar a possibilidade de concretizar o emparcelamento para



uma verdadeira reestruturação fundiária das explorações agrícolas e ajustar o arrendamento rural à revisão do Sistema de Apoio à Aquisição de Terras (SICATE) pelos arrendatários.

Por outro lado, importa salientar algum do trabalho já realizado nesta e na anterior legislatura. Refiro-me, especificamente, à Rede Regional de Abate, tarefa que se pretende esteja concluída no final do presente mandato.

A este propósito devo salientar que o VII e VIII Governos Regionais já investiram, nos seus dois mandatos, só na Rede Regional de Abate, 25.309.770 euros (5.074.154 contos). Neste período, concluiu-se o processo do novo Matadouro do Faial, construiu-se o Matadouro das Flores, a Casa de Matança do Corvo, remodelaram-se de forma profunda os Matadouros da Graciosa e de São Jorge e construiu-se o Matadouro Industrial de São Miguel.

Neste momento, e para concluir esta Rede, faltam apenas as infra-estruturas das Ilhas Terceira, Pico e Santa Maria.

Relativamente ao Matadouro de Santa Maria, está iniciado o processo de aquisição do terreno a um particular, prevendo-se que a adjudicação para a elaboração do projecto esteja concluída ainda este ano.

O Matadouro do Pico está em situação idêntica, em termos de *timing*.

Finalmente, e quanto ao Matadouro da Ilha Terceira, encontra-se a decorrer o concurso público internacional para a empreitada da sua construção, encontrando-se também neste momento o processo em fase de qualificação dos concorrentes, cujo período de reclamações



termina no presente mês, prevendo-se, como tal, a sua adjudicação até ao final do ano.

Sr. Presidente, Srs. Deputados Srs. Membros do Governo:

No que se refere à análise do Plano para 2003, gostaria de destacar que as verbas destinadas às infra-estruturas agrícolas crescem cerca de 30% relativamente ao executado em 2001, salientando-se os caminhos agrícolas e a electrificação e o abastecimento de água com os que relativamente àquele período tenham um maior crescimento.

Registe-se, também, e só para salientar, algumas das verbas do Plano para 2003, exemplo das inscritas nos programas 3 e 4, (diversificação agrícola e desenvolvimento florestal) cujas valores crescem 23% e 43%, relativamente as execuções realizadas em 2001.

No âmbito dos projectos de investimento nas explorações agrícolas, estamos a proceder ao "arrumo da casa", aprovando praticamente todos os projectos que aguardavam o III QCA, tendo sido ainda aprovados mais de 2300 projectos, num investimento de cerca de 20 milhões de euros. Trata-se, pois, da aprovação de cerca de 2500 projectos de investimento nas explorações agrícolas, dos quais 111 respeitavam a projectos de Jovens Agricultores de I instalação.

Deseja-se, por isso, que tenham terminado as longas esperas na aprovação de um projecto de investimento, calculando-se que um processo desta natureza, na pior das hipóteses, não demore agora mais do que 6 meses entre a sua apresentação e a sua aprovação.

Queria, ainda, salientar os grandes investimentos que estão em curso na Região, no que se refere às empresas de colheita, transformação e comercialização de produtos agrícolas, em que se incluem as



indústrias transformadoras do leite. Neste contexto, estão já aprovados investimentos da ordem dos 27 milhões de euros, existindo já candidaturas para um total de investimento de cerca de 100 milhões de euros (cerca de 20 milhões de contos).

Esta é uma pequena revolução que tem sido operada no sector com a entrada em funcionamento do III QCA, prevendo-se, desde já, bons indicadores de execução o que perspectiva que a Região possa vir a beneficiar da reserva de eficiência do fundo.

Importa ainda falar de outras ideias e projectos para o futuro, sem deixar de encarar de frente as dificuldades.

Neste sentido, o Governo Regional pretende promover o mais rapidamente possível um processo de resgate de quota leiteira, tendo em vista ajustar a nossa produção à quota de referência regional, mas visando prioritariamente os produtores com explorações situadas em zonas vulneráveis, como nos casos concretos das bacias hidrográficas das nossas lagoas ou das zonas limítrofes de nascentes protegidas. Para este efeito, existe já uma verba inscrita no Plano para 2003 no valor de 1,2 milhões de euros e a mesma para o ano de 2004.

É também nesta perspectiva que os investimentos para o ano de 2003, no que se refere, por exemplo, a projectos privados na área do Fomento e Gestão dos Recursos Florestais, no âmbito do PRODESA, se estima proceder à Florestação de Terras Agrícolas numa extensão de 100ha e a reflorestação de terrenos explorados numa área de 200 ha, cumprindo-se, deste modo e cabalmente, com o Plano de Melhoramento Florestal.



Nos caminhos rurais e infra-estruturas de apoio, onde não houve qualquer redução no investimento - é bom registar este pormenor - está prevista a intervenção em 700 Km de caminhos Rurais e Florestais, em obras de regularização, macadamização, e conservação destas vias em todo o Arquipélago dos Açores, a par da repavimentação de 20 Km e melhoria da rede de drenagem, com a construção de 50 aquedutos, de muros de suporte e respectivas valetas em betão.

Ainda no âmbito dos recursos Florestais, está garantida a valorização de três Reservas Florestais de Recreio nas Ilhas de S. Miguel, Faial e Pico, através da construção de todas as infra-estruturas de apoio necessárias, a que devemos acrescentar a manutenção e recuperação dos 25 Parques Florestais de Recreio existentes, tencionando-se ainda iniciar em 2003 a construção do Posto Cinegético da Ilha do Pico.

Relativamente a esta prioridade consensualizada com os parceiros sociais, mantemos o nível de investimento que no ano de 2001 e 2002 fizemos, da competência do IROA e que como sabe está em curso e corresponde, só no ano de 2002, a 55 Km de extensão relativamente aos perímetros de ordenamento agrário bem como ao mesmo nível de investimento no que diz respeito ao abastecimento de água.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No que se refere ao sector das Pescas, e através de uma gestão continuada de responsabilidade e rigor, o Plano para 2003, conjuntamente com as verbas previstas no PIDDAC, permitirá



continuar e assegurar o desenvolvimento e a modernização deste sector.

Para as estruturas de apoio à actividade das Pescas, serão estabelecidos protocolos de cooperação a nível regional e comunitário, onde naturalmente serão incluídos o Departamento de Oceanografia e Pegas e o Polo IMAR da Universidade dos Açores, utilizando na concretização destes objectivos - os fundos do INTERREG III B e a participação da Direcção Geral das Pescas da Comissão Europeia.

Pretende-se, assim, prosseguir na investigação científica das espécies demersais, migratórias, crustáceos e moluscos dentro da nossa ZEE, ao mesmo tempo que se proporciona ao poder político a qualificada informação para melhor decidir.

Por outro lado, e para além do empenhamento das embarcações Arquipélago e Águas Vivas na investigação científica, a SRAPA esta a preparar protocolos de cooperação com 45 Juntas de freguesia tendo em vista a manutenção e limpeza dos pequenos portos de pesca das respectivas áreas.

No que se refere ao Plano para 2003, saliente-se que este Plano cresce cerca de 24% relativamente as verbas executadas em 2001, sendo de referir os projectos 5.2 estruturas portuárias, 6.1 frota de pesca e 6.2 transformação e comercialização, que contêm as verbas suficientes para assegurar a modernização desta actividade fundamental para os Açores.

Gostaria ainda de registar que no ano de 2003 e no âmbito das Pescas, serão efectuadas os seguintes investimentos em todas as Ilhas dos Açores:



No Corvo serão construídas as casas de aprestos;

Nas Flores também será construída a casa de aprestos no Porto Velho em Sta. Cruz, (terreno da Direcção Geral do Património), assim como a construção da oficina de reparação de embarcações nas Lajes.

Na Graciosa será iniciada a construção do Porto de Pescas da Praia, edificadas as casas de aprestos e a oficina da reparação de embarcações.

Na Ilha do Faial serão construídas as casas de aprestos da Horta e instalada uma grua de 10 toneladas.

No Pico, para além das casas de aprestos e reparação do Porto de S. Amaro, será efectuado o melhoramento da operacionalidade no Porto do Calhau da Piedade e construídas também as respectivas casa de aprestos. Na mesma ilha, pretende-se ainda alargar o estacionamento e construir as casas de aprestos no Porto de S. João, a par da reparação do entreposto frigorífico do Porto de S. Cruz das Ribeiras, onde serão também edificadas as casas de aprestos.

Em S. Jorge, será reparada a lota das Velas e concluída a reparação da referida rampa e construídas as casas de aprestos nessa localidade e na Urzelina, será instalada também uma grua no Porto de Topo e executado o projecto do Porto do Norte Grande.

Na Terceira, construídas as casas de aprestos em S. Mateus e a oficina de reparações na Praia.

Em S. Miguel, está previsto o início da construções da lota de Ponta Delgada e da lota e casa de aprestos de Rabo de Peixe, reparações das lotas da Ribeira Quente e Vila Franca do Campo, construção da



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

casa de aprestos da Caloura e melhoramentos nos Portos dos Mosteiros e Nordeste.

Em Santa Maria, para além da casa de aprestos do Porto dos Anjos, está previsto o melhoramento operacional daquela infra-estrutura.

Nesta ideia de desenvolvimento, na execução de um Plano de responsabilidade e de rigor, mas, sobretudo, de concretização de ideias e de objectivos, a SRAPA continuará no apoio à modernização da frota da Região, manterá o apoio ao sector conserveiro e às organizações profissionais do sector, sem descurar nunca a formação profissional e naturalmente sem esquecer as compensações salariais justas e merecidas aos nossos pescadores.

Neste contexto, e uma vez mais, o Governo através da sua prática política, aposta em primeiro lugar nas pessoas e no desenvolvimento sustentado da Região, em contraponto a oposição da direita, designadamente o PSD, que persiste numa visão redutora do nosso desenvolvimento, colocando a defesa intransigente do Governo da República e dos interesses partidários, em detrimento dos interesses da Região.

Disse. Muito obrigado

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros.

Deputado Luís Medeiros (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional, Sr. Secretário Regional:

Antes de entrar propriamente na matéria que me levou a pedir a palavra, gostaria de fazer um comentário que talvez já seja uma repetição, visto que já o fiz nas audições que precederam.

Gostaria de registar a enorme dificuldade que senti ao analisar as propostas que são feitas em virtude da total indisponibilidade de relatórios de execução material dos anos anteriores e da pouquíssima desagregação dos relatórios de execução financeira deste Plano.

É difícil perceber nesta análise de um já terceiro Plano Anual, de um Plano a Médio Prazo de 4 anos, o que foi executado e o que está por executar.

É difícil avaliar o impacto económico e social de muitas das acções. Sabe-se qual o dinheiro gasto, mas na maioria dos casos não se fica com uma noção exacta dos progressos, em particular, de cada uma das ilhas. Não conhecemos qual o universo dos agentes económicos ou das explorações, se quiserem, que foram abrangidas, os benefícios obtidos, enfim, necessidades de acertos de ajustamento.

Passando à questão seguinte, duas considerações muito breves, sobretudo nos aspectos financeiros do Plano. Parece-me que a reprogramação financeira que agora é proposta mantém a tendência de decrescimento do peso relativo do sector agrícola, no conjunto do Plano. Passámos de 17% em 2001 para um peso relativo de 14% em 2004.

Também se constata que a redução de verbas não vem apenas neste Plano. Ela começa logo no primeiro ano de execução do Plano quando a percentagem do não executado ronda os 28%, isto quer



dizer que há 13 milhões 350 mil euros, em números redondos, por executar.

Por outro lado, percebi o Sr. Secretário referir agora aumentos no investimento, na sequência dessa reprogramação financeira, relativamente ao orçamentado em 2001.

Pelos números que tenho, tínhamos orçamentado, em 2001, 47 milhões de euros. Em 2003 e 2004, nos quatro programas que dizem respeito à agricultura, não ultrapassamos os 30 milhões e 500 mil.

Passando directamente à análise – gostaria de desenvolver um pouco mais, mas não tenho tempo – o sector agrícola, particularmente nos Açores, encontra-se extraordinariamente condicionado, como todos sabemos, pelas novas orientações da PAC, pelo alargamento da União Europeia aos países da Europa Central nos acordos conseguidos na Organização Mundial de Comércio, pelas limitações à produção e pela questão das quotas leiteiras.

Parece-me que nos ganhos de produtividade em todas as economias que se conseguirem fazer, em todos os circuitos de produção, transformação e comercialização, está a possibilidade de se manter a competitividade dos nossos principais produtos no mercado.

Incido aqui num aspecto que me parece fundamental e que o Sr. Secretário, na sua intervenção, focou. Tem a ver com o emparcelamento, infra-estruturas agrícolas, caminhos, electricidade e água.

Registei com agrado a disponibilidade e intenção do Governo em promover um debate sobre estas questões fundamentais, nomeadamente o emparcelamento de arrendamento rural que tem muito a ver com a posse e utilização da terra e, sobretudo, com



economias extraordinariamente avultadas que se podem ir buscar para a produção.

No que diz respeito às infra-estruturas agrícolas, fico com dúvidas quando olho para as dotações que estão no Plano. O que é que se pode fazer?

A electrificação das explorações agrícolas tem 96 mil euros. Estamos a falar de uma verba inferior a 20 mil contos.

Passando para o abastecimento, nas dotações actuais estamos a falar de verbas que não vão além dos 80 ou 90 mil contos, mesmo sabendo que essas verbas podem potenciar investimentos muito mais avultados em virtude da comparticipação comunitária. Olhando para o volume do que há para fazer e da urgência que temos nisto, pergunto se não seria a altura de fazer um esforço neste Plano para de uma vez por todas se dar o salto qualitativo que a produção agrícola dos Açores precisa.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Já ultrapassou o seu tempo.

O Orador: Eu já termino, Sr. Presidente.

Gostaria apenas de fazer uma referência à questão dos caminhos. Volto ao princípio:

A pouca desagregação espacial e a falta de conhecimento que se tem do que é que foi realizado até aqui.

Estas verbas e estas dotações que estão neste Plano para que projectos já estão previstas? Em que ilhas? Que explorações serão abrangidas?

Só na posse desses conhecimentos é que poderíamos, de facto, ajuizar da justeza do que é proposto.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (*Ricardo Rodrigues*):

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Muito obrigado, Sr. Deputado Luís Medeiros pelas suas perguntas.

A primeira parte trata da revisão de uma matéria dada e de um trabalho que eu esperava que os Srs. Deputados fizessem sobre a execução dos Planos relativamente a 2001 e 2002. Os documentos disponíveis são vossos e nossos. Eu não tenho mais informação do que o Sr. Deputado sobre essa matéria.

A execução de 2001 está publicada. Quanto a essa matéria espero que os senhores façam o vosso trabalho de casa e possam trazer a esta Câmara os dados que possam querer.

Acima de tudo gostava de poder comparar – eu faço algum trabalho de casa – os últimos anos de 90 a 96 e de 97 a 2002, naquilo que são as políticas efectivas e da execução concreta das nossas políticas, para se perceber onde é que estamos e para onde vamos.

A área média da exploração agro-pecuária era de 10,4 hectares de 90 a 96. Neste momento é de 12,6 hectares por exploração. Como vê houve aqui uma melhoria na área útil por exploração. Também houve uma diminuição significativa do número de agricultores.

Nós estamos no caminho certo. Cada vez mais estamos a melhorar a eficiência e a eficácia de cada uma das explorações agrícolas e estou certo que continuaremos nesse percurso.



Quanto às infra-estruturas do ordenamento agrário, uma vez que considerámos que esta era uma matéria importantíssima, sobre ela recaiu um importante peso financeiro.

Se reparar no Plano, a verba para estas áreas não desceu consideravelmente. Manteve o mesmo esforço de financiamento que nos anos anteriores, apesar dos constrangimentos financeiros que nos cabe realçar.

Investimos nos caminhos agrícolas, no abastecimento de água e menos na electrificação. Como sabe, se nós não temos caminhos suficientes, se nós não temos abastecimento de água suficiente, também não vamos investir muito mais em electrificação. Tudo tem que ter a sua sequência natural. Não vamos começar por electrificar para depois irmos fazer os caminhos. Primeiro temos que fazer os caminhos e em simultâneo o abastecimento de água.

Devo-lhe dizer que nessas duas rubricas, o Sr. Deputado sabe que em caminhos agrícolas o investimento actual é de 15 milhões, 639 mil 528 euros. Estas são as obras em curso na Região no que se refere a caminhos da responsabilidade do IROA, não contando com aqueles que eu discriminei relativamente aos recursos florestais e da competência dos recursos florestais.

Em abastecimento de água, em concreto, estão em execução 7 milhões, 168 mil, 684 euros de abastecimento de água. Só em Santa Maria temos um projecto de investimento de 3 milhões, cento e tal mil euros. Também temos na bacia leiteira de Ponta Delgada, de Vila Franca do Campo, da Povoação, do Paul, da Agualva, Cinco Ribeiras/Santa Bárbara e Feteiras/Castelo Banco, no Faial.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Estes são investimentos avultados para a capacidade financeira e para as nossas disponibilidades que revelam um esforço do Governo Regional em manter esta prioridade como uma prioridade importantíssima para a estruturação do sector agrícola nos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Paulo Alves.

Deputado Luís Paulo Alves (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Todos reconhecemos o longo atraso e de há longos que, relativamente às agriculturas modernas, um sector tão importante, como é a agricultura dos Açores, ainda tem para recuperar.

Todavia, penso que se deve reconhecer que o esforço que tem sido feito ao longo de muitos anos por alguns dos Governos actuais e passados, tem sido um reforço manifesto, nuns períodos mais intensos, noutros com menos intensidade.

É certo que esse esforço se encontra claramente manifestado neste Plano. Provavelmente os Açores não poderá fazer um esforço muito mais acrescido nesta área do seu desenvolvimento económico.

Se atendermos ao peso relativo que as verbas deste Plano potenciam em todo o sector de desenvolvimento e crescimento económico da nossa economia, chegamos à conclusão que 72% desse investimento potencial pode ser realizado para o ano, no sector da agricultura.

Os Açores não têm recursos para potenciar investimentos de nível superior a este.

Mesmo no campo das infra-estruturas as verbas que o Sr. Deputado Sequeira de Medeiros referiu do Plano, e muito bem, potenciam um investimento de 12,1% do total de verbas que podem ser realizadas



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

em investimentos para dinamizar o crescimento e a competitividade da economia regional.

Ter 12,1% para todos os sectores (agrícola, industrial, comercial, incentivos comunitários) é um esforço grande.

Era necessário mais?

Era sim senhor.

Mas muitos e longos anos serão precisos para os colocar no topo das agriculturas desenvolvidas europeias.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

Deputado Mark Marques (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Infelizmente limitado pelo tempo, uma pergunta muito concreta, como Deputado eleito pelo círculo eleitoral de São Jorge, sobre o sector cooperativo leiteiro.

Em 11 de Julho de 2000, foi assinado um plano de actuações pelo anterior Secretário Regional, Dr. Fernando Lopes, que na sua cláusula 9ª, tinha o seguinte parágrafo:

“A linha de crédito será garantida de imediato e de modo intercalar, seguindo-se toda a tramitação para a concessão de aval por parte do Governo Regional no âmbito da proposta de Orçamento para 2001.”

Já passou o ano de 2001, já passou o ano de 2002 e estamos a discutir o de 2003.

Sr. Secretário, como sabe, porque tem liderado esse processo, São Jorge está numa fase de reestruturação do sector de lacticínios.

Eu já denunciei isto em 2000, em 2001 e já em 2002. Este ano, houve eleições e foi usado este milhão de contos como um



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

saneamento financeiro, o que efectivamente não se verificou. Mais grave do que isto é que nesta data ainda não foi feito o aval.

Acontece que neste momento os dirigentes de todas as cooperativas é que têm, a título pessoal, a responsabilidade sobre as costas. O Governo não fez o aval.

Esta situação deixa os dirigentes e os cooperantes um pouco sépticos, porque se não têm este aval, se entrarem para essa nova reestruturação do sector de lacticínios, com certeza a banca, enquanto eles não resolverem a questão do aval, não dá mais crédito.

Pergunto: por que razão é que o Governo ainda não concretizou o referido aval? Pretendo-o fazer? Se não pretende, porquê?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues):

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na Ilha de São Jorge felizmente estamos na fase de perguntar pelos avales e não estamos na fase de perguntar há quantos meses não recebem os lavradores o preço do leite que produzem.

É um passo significativamente diferente daquilo que existia a alguns anos atrás.

Há alguns anos atrás, em São Jorge, os lavradores não recebiam o dinheiro do seu trabalho, da sua produção, com atrasos relativamente de um ano.

Hoje em dia, os lavradores de São Jorge estão a receber com regularidade o preço do leite que produzem. A preocupação neste momento é saber se há aval ou não.



Deputado Mark Marques (PSD): Há um documento assinado. Eu não estou a falar de cor!

O Orador: Claro que os documentos estão todos assinados e têm validade.

Passo agora à sua pergunta, porque ela podia ter essa fase enquadradora.

Eu estou satisfeito com aquilo que se tem feito em São Jorge e com a reestruturação que estamos a fazer, relativamente às cooperativas.

Para além dessa satisfação gostava de saber o que é se passa com os avales.

Como sabe, Sr. Deputado, o aval não é um acto de livre vontade ou de vontade exclusiva do Governo Regional. No mundo em que vivemos os avales estão dependentes de notificação à União Europeia.

Esta notificação foi solicitada à União Europeia e ela tem dirigido vastíssimas perguntas sobre a natureza do aval, o montante, a finalidade, os objectivos, os prazos. Tem havido troca de correspondência entre as Secretarias Regionais das Finanças e da Agricultura e Pescas e a Direcção Geral da Agricultura da União Europeia.

Neste momento, ainda não é possível conceder nenhum aval formal.

Devo descansar, tanto o senhor, como os senhores lavradores e os senhores directores das cooperativas, que nós temos pago aquilo que são as responsabilidades que decorrem da assinatura desse protocolo.

O Governo Regional tem cumprido integralmente as suas responsabilidades no que decorre das consequências da assinatura desse contrato e nenhuma responsabilidade será assacada, quer aos



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

directores, quer aos lavradores da Ilha de São Jorge, sem que o Governo tenha uma palavra a dizer e sem que o Governo tenha cumprido integralmente os seus compromissos assinados em qualquer documento.

Este Governo, Sr. Deputado, cumpre os seus compromissos, quer estejam assinados ou não.

O Governo da República, infelizmente, não tem cumprido os seus para connosco.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Medeiros.

Deputado Luís Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Gostaria de agradecer os seus esclarecimentos quantificados sobre a actividade da Secretaria e da execução do Plano.

Um segundo agradecimento sobre esta matéria porque se eu tinha dúvidas, passei a ter certezas. Afinal, os elementos existem! Há elementos sobre a execução do Plano!

Tinha ficado com a sensação que o Sr. Subsecretário Regional do Planeamento tinha dito que era difícil fazer os relatórios de execução material porque não haviam elementos, as Secretarias não forneciam elementos.

Os elementos estão coligidos, existem, simplesmente não estão à disponibilidade de todos.

Além do mais gostaria de recordar o próprio Decreto Legislativo Regional que tem a ver com a orgânica do planeamento.



O nº 2 do artigo 15º diz que o relatório de execução e de avaliação material e financeira, é apresentado à Assembleia Legislativa Regional dos Açores durante os 180 dias seguintes ao período a que respeita.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (*Ricardo Rodrigues*):
Está cumprido!

O Orador: Esperemos que sim, Sr. Secretário, porque sem isso qualquer discussão que se possa fazer aqui, quando se discute um Plano Anual intercalar com um Plano a Médio Prazo, é absolutamente ineficaz.

Quanto ao Sr. Dr. Luís Paulo Alves, também agradeço a sua intervenção.

O que eu quis dizer foi que há que definir prioridades. Eu quis chamar a atenção para a urgência das questões do emparcelamento, dos caminhos, das águas e da electricidade.

De facto, concordo com o Sr. Secretário que às vezes é preciso fazer os caminhos em simultâneo com as água e em seguida a electricidade.

Neste momento, olhando para a minha ilha, São Miguel, conheço dezenas de explorações, para não falar de centenas, que poderiam ter neste momento o frio instalado nas suas ordenhas – uma melhoria muito acentuada na qualidade do leite – e não têm, porque não têm os meios necessários para poderem ter acesso à energia eléctrica.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Silveira.

Deputado Manuel Silveira (*PS*): Obrigado, Sr. Presidente.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Mark Marques:

Como sabe, eu fui uma das pessoas responsável por esse milhão de contos ter sido entregue à lavradora de São Jorge. Da forma como está acha que não está bem.

Pergunto-lhe: As cooperativas neste momento estão melhor ou pior do que estavam antes da ida desse milhão de contos para lá?

Muito obrigado.

Deputado Paulo Messias (PS): Não tem tempo para responder!

Deputado João Cunha (PSD): Não tem resposta.

Essa pergunta deve ser feita ao Sr. Secretário.

Deputado Mark Marques (PSD): Eu não sou adjunto!

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Luís Paulo Alves.

Deputado Luís Paulo Alves (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Temos hoje aqui, a responsabilidade de assegurar aos agentes económicos e aos açorianos que o Governo, neste quadro menos favorável, de disponibilidades financeiras para o Investimento Público, tenha condições que permitam que o bom momento que a economia açoriana tem vindo a atravessar nos últimos anos, possa prosseguir sem sobressaltos. Temos essa responsabilidade.

Temos hoje nos Açores um dinamismo dos agentes económicos que tem contribuído para consolidar a economia açoriana. Hoje ao contrário do passado já não podemos dizer que Economia é igual a Governo. Basta referir apenas que no período de 2001 a 2002 os agentes económicos viram aprovados mais de 157 projectos de



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

investimentos correspondentes a 254 milhões de euros (50 milhões de contos) aguardando aprovação neste momento ainda outros no montante de mais de 21 milhões de euros (40 milhões de contos) .

É esta dinâmica de confiança que é absolutamente essencial assegurar como contributo fundamental para manter o mais distante possível os ventos recessivos que sopram das economias nacional e internacional.

Este Governo Socialista, que soube acompanhar os Açores no salto da sua triste situação de 1988 a 1996, saberá também agora, que o melhor caminho para o conseguir será o de cumprir os compromissos que puder assumir, garantindo assim o equilíbrio do nosso sistema económico, e a harmonia do tecido social.

Este Governo sabe que fazer mais do que se pode fazer é repetir o malfadado quadro que no passado atirou para as empresas açorianas níveis de dívida que culminaram com a quase paralisia dos Açores, com elevadas taxas do desemprego e empresas falidas.

É por isso que este Governo reprogramou financeiramente a sua actividade. Fê-lo porque sabe que, neste quadro, é assim que se governa bem os Açores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na Agricultura também viemos dum quadro negro em 1996. Os 53,5 milhões de contos que o Plano a Médio Prazo 88/92 prometiam para 1992, por exemplo, vieram a transformar-se em apenas 24,4 milhões executados

(- 54%). Na área agrícola a quebra de meios disponíveis ainda foi maior. De uma dotação de 12,4 milhões de contos apenas se



realizaram 4,7 milhões (-62%). Foi o tempo do obscurantismo Cavaquista que da República também nos quis meter na ordem. A diferença foi que nessa altura, governo e oposição protestaram em defesa dos Açores. Agora, há os que muito preocupados com a República hesitam em se colocar ao lado dos Açores,...

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

... andando com um pé cá e um pé lá. Fazem lembrar aquelas pessoas que saltam para a lancha deixando um pé no cais. Inevitavelmente acabam estatelados entre os dois. Nem vão na lancha, nem ficam no cais.

Esses tempos difíceis acompanharam os Açores até 1996. Assim por essas ilhas abaixo o que havia era um parque industrial obsoleto, desde as indústrias de lacticínios aos Matadouros, eram Organizações de Produtores falidas, produtores em várias ilhas com pagamentos em atraso há mais ano, abandonos em massa no sector.

Foi daí que arrancou este Projecto para modernizar a Agricultura Açoriana e Desenvolver o Mundo Rural. A ultrapassagem no todo ou em parte de constrangimentos históricos importantíssimos ao nível dos transportes com o exterior e inter-ilhas, ao nível dos custos energéticos, das taxas de juro, da política fiscal ou da formação profissional, possibilitou uma enorme e determinante melhoria no quadro em que se desenvolve hoje toda a actividade económica nos Açores, e também no sector Agrícola, aumentando decisivamente as suas janelas de oportunidade.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

A situação hoje francamente melhorada, a todos os níveis, como ninguém poderá deixar de reconhecer, infelizmente está ainda distante de colocar a agricultura açoriana no quadro das mais desenvolvidas como é certamente vontade de todos. São muitas décadas de atraso que têm, como todos também o podem reconhecer, vindo a ser recuperadas desde há alguns governos, nalguns períodos mais intensamente que noutros acentuando-se esta recuperação claramente nos Governos do Partido Socialista. Contudo neste processo dinâmico outros e novos constrangimentos vão aparecendo o que nos obriga a um permanente esforço no sentido de tudo fazer, no quadro das nossas possibilidades, por um sector de decisiva importância no futuro dos Açores.

Assim temos hoje nos Açores um quadro de modernização e reestruturação da indústria de lacticínios definitivamente alterado em relação ao cenário obsoleto na condição higiosanitário de produção e competitividade no parque industrial agro-alimentar das nossas ilhas. Em S. Miguel novas e modernas instalações industriais da Unileite, da Insulac, uma Rede de Recolha modernizada e racionalizada em todo o raio leiteiro da ilha.

Na Terceira a Unicol e a Pronicol detêm uma moderna Rede de Recolha e Instalações Industriais de elevada qualidade.

Deputado Luís Medeiros (PSD): Quem é que fez isso?!

O Orador: Na Graciosa está em construção a nova unidade fabril da Ilha.

No Pico está em funcionamento a nova unidade industrial da Picolaze e um novo e moderno sistema de Recolha de leite na Lacto-Pico.



Nas Flores a unidade nova que se encontrava moribunda foi dinamizada.

No Corvo funciona uma nova queijeira.

Em S. Jorge vão reestruturar-se os centros fabris das cooperativas no sentido de reforçar a qualidade da produção de um dos produtos ex-libris dos Açores.

No Faial vai iniciar-se a construção de uma nova e moderna Unidade Industrial da Calf.

O dinamismo deste sector reflecte-se claramente na existência de um conjunto de projectos que se encontram apresentados na ordem dos 100 milhões de euros (20 milhões de contos) e de um conjunto de outros que as indústrias transformadores possuem em carteira para avançar.

Todo o leite recepcionado nas fábricas, à excepção das Flores e do Corvo, é hoje sujeito à classificação constituindo este um procedimento fundamental para a melhoria da sua qualidade e da correspondente mais valia para produtores e transformadores.

Na fileira do leite foi conseguido um aumento na capacidade da produção na ordem dos 33% (120 toneladas) desde 1996 que, no entanto, face à forte expansão da produção, requer de todos um envolvimento activo na difícil ultrapassagem deste difícil constrangimento à actividade do sector. O Governo Regional neste sentido apresentou propostas ao Sr. Ministro da Agricultura e o seu Presidente no quadro de uma solução mais definitiva, através do Comité das Regiões apresentou uma Resolução à Comissão para que no Quadro da Ultraperiferia se encontre uma solução definitiva para o problema.



Nas unidades de abate o cenário era também confrangedor. Uma estratégia de dotar os Açores de uma verdadeira Rede Regional de Abate foi então prosseguida. Iniciou-se a remodelação de toda a Rede Regional de abate.

Em S. Miguel dotou-se a rede de abate como uma das mais modernas unidades do País.

Nas Flores, na Graciosa, em S. Jorge, no Corvo, modernas unidades de abate servem hoje a fileira da Carne.

No Faial concluiu-se o processo do novo Matadouro, único construído antes de 1996.

Até ao fim da Legislatura estará lançada a Rede Regional de Abate com os novos Matadouros da Terceira, de Santa Maria e do Pico.

Para a fileira da carne assumiu também particular importância a restituição da confiança do consumo açoriano através do sistema laboratorial em funcionamento e na exclusão dos Açores do embargo provocado pela BSE feito a Portugal. A certificação da carne açoriana constituiu-se ainda como um potencial a explorar.

Em matéria de infra-estruturas agrícolas destaca-se a intervenção em caminhos rurais e florestais onde foram reparados e beneficiados 4.000 km. Construíram-se 107 km de novos caminhos e intervencionados com revestimento betuminoso 107 km. Estão previstas intervenções em mais 700 km de caminhos rurais e florestais e acções de repavimentação, melhoria na rede de drenagem na continuação de um investimento que tem beneficiado milhares de explorações nos Açores. No abastecimento de água investiram-se em infra-estruturas de captação, adução, ETA's, distribuição,



reservatórios, mais de 15 milhões de euros (3 milhões de contos) com co-financiamento Comunitário.

No domínio estrutural das nossas explorações agrícolas foram aprovados 3561 projectos de modernização num esforço de investimento que envolveu um número muito significativo dos nossos produtores.

Na formação profissional, elemento determinante para um efectivo salto para um sector agrícola moderno, empresarial, foram efectuados, desde 1998, 214 cursos, envolvendo 3269 produtores. Esta aposta correcta que em capital humano introduz factores importantes de competitividade através da incorporação do conhecimento e da mudança de mentalidades, vai continuar com a realização no próximo ano de 45 acções de formação em toda a Região.

No domínio da reestruturação fundiária, foram aprovados 50 projectos por via dos apoios criados ao crédito para aquisição de terras. Ainda que os indicadores tenham vindo a evoluir, impões nesta área uma reavaliação por parte dos agentes do sector por forma a que, num quadro mais favorável, se dinamize a tão necessária reestruturação fundiária. Análise que também apoiamos que se faça em matéria de arrendamento rural.

No capítulo Florestal destacam-se, não só o excelente trabalho em caminhos, como também as áreas de reflorestação de terras agrícolas, do fomento florestal, e do reforço do corpo de guardas numa área de particular importância para os Açores.

Deputado Luís Medeiros (PSD): Quantos hectares?



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Estas e muitas outras áreas são reveladoras do empenhamento do Governo em relação ao sector agrícola. Áreas haverá também que os resultados não serão ainda os ambicionados.

Todos desejaríamos mais verbas para o próximo ano. Todos reconhecemos que muitas mais serão ainda precisas para recuperar de um longo atraso de há muitos anos face a Agriculturas mais desenvolvidas.

Reconheça-se também que, no quadro deste Plano o montante de verbas inscritas para 2003 ao possibilitarem um volume total de investimentos no sector agrícola de 84,3 milhões de euros (16,9 milhões de contos) representam 72,4% de todo o investimento que o Plano possibilita para Dinamizar o Crescimento e a Competitividade da Economia Regional. Este valor não pode deixar de manifestar o claro reconhecimento que é dado à importância deste sector vital para a economia dos Açores.

Reconheça-se também que o conjunto de acções estruturantes aqui desenvolvidas deixam claro a existência de um Projecto sólido que os Governos do Partido Socialista tem vindo a desenvolver para a Agricultura nos Açores.

O salto qualitativo é hoje evidente.

É com firme determinação que o vão continuar.

Disse!

Voices dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Foi em Abril do ano passado, no dia 6, que o conhecemos.

Faz hoje 556 dias que esta Câmara aprovou o primeiro Plano a Médio Prazo de uma maioria socialista, apresentado como o maior Plano de sempre.

Menos 68 dias que o tempo médio de gestação de um elefante, como disse o Sr. Deputado Dionísio Sousa, o maior, também ele, mamífero não marinho do planeta.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Eu não falei na gestação. Falei nos elefantes!

O Orador: Na altura, o Senhor Presidente do Governo afirmava que "os Planos que aprovamos são para valer".

Outro membro do Governo realçava os "elevados níveis de investimento" previstos, falando numa "nova fase do ciclo da Nova Autonomia, mais exigente e mais responsabilizante".

O "maior Plano de sempre" sofre agora um corte de 255 milhões de euros. O "maior Plano de sempre" já é mesmo, antes de se saber a sua real execução em 2004, a preços constantes, inferior ao que foi executado nos primeiros quatro anos de governação socialista.

O P.S. da Terceira rejubilava com o tal suposto "maior plano de sempre", ia na cantiga e cantava loas, glorificando a sua satisfação



porque tal documento consubstanciava, alegadamente, os compromissos eleitorais do P.S. para a ilha e as necessidades identificadas pelos parceiros sociais.

Avançava-se, mesmo, que tudo seria feito "para garantir a execução deste plano".

O P.S.D., por seu lado, manifestava preocupação com o que era necessidade da Terceira e não estava previsto, com a exiguidade de parte do que estava e com o que era sucessivamente repetido sem ser executado, chegando, agora, ao limite de ter como base das suas preocupações o que está previsto e aprovado e desaparece pura e simplesmente.

Com efeito, com a reprogramação do P.M.P., ora em discussão, desaparece das expectativas deste Governo Regional um conjunto de investimentos prioritários para a Ilha Terceira e são reduzidos outros num volume total que ascende a mais de 45 milhões de euros, tendo em conta o que estava previsto investir nestes quatro anos e o que é agora a proposta apresentada.

Ainda antes de se conhecer o Orçamento de Estado para 2003, o Governo Regional já apresentava uma anteproposta, dita de reprogramação financeira, mas de alteração profunda, do P.M.P. 2001-2004, com um corte de cerca de 42,4 milhões de euros para investimento na ilha Terceira.

Com o Orçamento de Estado aprovado, e sabendo-se que as transferências da República para a Região aumentam em 2003 cerca de 3,5 % em relação ao que constava do último Orçamento de Estado de um Governo Socialista referente ao corrente ano e em 31% relativamente ao que foi efectivamente transferido em 2001, os



cortes das dotações previstas para a Terceira cresceram ainda mais, quando o investimento regional, no seu todo, em relação aquela anteposta cresceu.

Esses cortes afectam sectores essenciais da realidade terceirense e tem a ver com investimentos há muito prometidos, previstos e nunca cumpridos, mesmo em épocas de governos socialistas na República e na Região.

Os previstos novos troços de Estrada para a Terceira nos 4 anos da actual legislatura, no montante de 9 milhões 128 mil euros, que se vangloriava nesta Casa que correspondia a 25% do Orçamento Regional nesta área, ficaram reduzidos a zero metros e zero cêntimos.

A reabilitação de Estradas na Terceira sofre também profundos cortes, desaparecendo intervenções há muito necessárias e anunciadas como são os casos da Estrada Lajes/Praia da Vitoria, pelos vistos agora ressuscitada, depois da encenação do seu desaparecimento, e 12 Ribeiras-Via Rápida.

No que concerne a Escolas, muito também foi prometido e previsto, na mesma proporção da rapidez com que foi retirado.

Das Escolas da Serra de Santiago e Porto Martins, também ressuscitada, previstas desde 1997 até às anunciadíssimas Escolas do Ramo Grande e São Sebastião/Porto Judeu nada resta.

Da Escola de Ensino Artístico de Angra do Heroísmo, tida como grande prioridade desde 1996, e dos 17 milhões 705 mil 325 euros previstos, resta a módica quantia de um milhão e cem mil euros e apenas para 2004, depois de, por exemplo, o Senhor Secretario



Regional da Educação ao ter anunciado nesta Assembleia, no mesmo fatídico Abril de 2001, que a obra seria adjudicada semanas depois.

Em suma, só em escolas a Ilha Terceira perde cerca de 19 milhões de euros relativamente àquilo que estava previsto para este mandato.

O novo Hospital da Ilha Terceira, que tinha uma dotação de 7 milhões 232 mil 570 euros, passa a ter apenas 220 mil euros na consideração do Governo Regional.

No mesmo sentido de perdas para a Terceira, desaparecem os investimentos previstos para a Aerogare Civil das Lajes, alguns desde 1997, e para a Gare Marítima e Terminal de Passageiros da Praia da Vitória.

A perder também fica o Parque Desportivo da Ilha Terceira em cerca de 1 milhão de euros.

A nova Biblioteca Pública de Angra do Heroísmo, com cerca 2 milhões de euros previstos, passa a ter apenas 250 mil euros.

A dotação prevista para a Protecção da Orla Costeira da Ilha Terceira desaparece completamente.

O mesmo acontece com os prometidos e previstos investimentos no Quartel de Bombeiros de Angra do Heroísmo, na Igreja do Livramento ou na Reconstrução do Claustro Sul do Recolhimento de São Gonçalo, que também ficam no rol dos esquecidos.

É, assim, infelizmente para os terceirenses, que os maiores planos de sempre assentes num denominado contrato celebrado em época de eleições e de esperanças, têm como resultado as maiores desilusões de sempre, porque não nasceu nem cresceu aquilo que se desejava.

Foi em Abril do ano passado, no dia 6.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Passaram 585 dias e o elefante afinal não era um elefante, mas uma ilusão, porque um animal de bem menor porte.

Afinal, o Plano aprovado não foi para valer.

O tal contrato não foi cumprido.

Grande parte dos compromissos assumidos e as necessidades apresentadas desaparecem dos Planos.

Mas, o tempo não pára e outras gerações e gestações virão, para repor o caminho da verdade, da justiça e do desenvolvimento harmónico dos Açores. Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do PP)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Clélio Meneses:

Uma leitura atenta destes documentos e da realidade da Ilha Terceira, permite-nos concluir a consideração que o Governo Regional tem e mantém por aquela ilha. Permite-nos também concluir que o Sr. Deputado certamente sofrerá de uma elefantia aguda.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Está nos números Sra. Deputada. Diga a verdade.

Se está satisfeita, tudo bem!

A Oradora: Este continua a ser o maior PMP da Região, como já afirmei em sessão anterior.



Gostaria ainda de lhe dizer que apesar da reprogramação financeira feita, este Plano prevê para a Terceira 22% do investimento.

Em estradas, 17% do Plano continua a ser para a Ilha Terceira.

Em escolas, 24% do Plano vai para a Ilha Terceira.

Posso elencar todos os investimentos realizados até à data, os que estão em curso e os que se iniciarão.

Como há muitos colegas meus inscritos, apenas vou-me ater aos investimentos feitos e a realizar pela Junta Autónoma dos Portos de Angra e aqueles que estão previstos no Plano de Investimentos a nível de transportes marítimos.

Nesta área temos concluída a consolidação da primeira fase do molhe do Porto da Praia da Vitória, o emissário submarino,...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Da responsabilidade da Câmara!

A Oradora: ... o porto de recreio de Angra do Heroísmo, o plano integrado da baía de Angra....

Deputado Bento Barcelos (PSD): E o projecto?

A Oradora: ... e a aquisição da grua.

A iniciar, temos a recuperação do Porto da Praia da Vitória, a construção dos edifícios da Marina de Angra, a recuperação do edifício do Porto de Pipas, a consolidação das carpas da Baía de Angra, a construção da rampa de ferries, o edifício das oficinas da Praia da Vitória e o rebocador. Estes investimentos ultrapassam os 16 milhões de euros.

Sr. Deputado, preste atenção. Leia os documentos e informe-se. Não informe mal os açorianos e especialmente os terceirenses que são aqueles que neste momento lhe estão a dar a maior atenção.



Quem já não vai nas cantigas do PSD, nessas cantigas abusivas e tentativas mediócras de enganar os terceirenses, são os próprios terceirenses.

Muito obrigada.

Voices dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Barros.

Deputado Francisco Barros (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Clélio Meneses:

Já que resolveu fazer referências geológicas, do final da sua intervenção diria que “a montanha pariu um rato”. O discurso está gasto!

Para o Sr. Deputado Clélio Meneses ainda não se passou da altura dos LP’s para os CD’s. O disco quando estava riscado, quando caía numa determinada faixa, repetia sempre o mesmo.

Deputado Clélio Meneses (PSD): O problema é que vocês não fazem nada e por isso temos que repetir o mesmo.

Desde 96 que repetem sempre o mesmo!

O Orador: Com as novas tecnologias isso já desapareceu um pouco.

Pelos vistos, o Sr. Deputado Clélio Meneses continua nessa fase.

Vamos àquilo que é objectivo e deixemo-nos de “cantigas de escárnio e de mal dizer”, tão ao gosto do Sr. Deputado Clélio Meneses.



Quando o Sr. Deputado diz que o discurso é sempre o mesmo, estranhei não ter ouvido falar, por exemplo, dos investimentos feitos, em termos de portos, na Ilha Terceira.

Também estranhei não ter ouvido falar dos investimentos feitos nas estradas da Terceira.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Isto é um Plano, não é um relatório de actividades.

Não sabe o que é que estamos a discutir?

O Orador: Estranhei o senhor não ter falado dos investimentos feitos na área da solidariedade social:

- infância e juventude – 3,1 milhões de contos
- terceira idade – 2,3 milhões de contos
- investimento na invalidez – 1,6 milhões
- mulheres vítimas de violência – 27 mil.

Estranhei o senhor não ter vindo falar:

- de não estar concluído o edifício para Creche e Jardim de Infância da Casa do Povo da Porto Judeu;
- do atelier de tempos livres da Carreirinha,
- na residência de casa e transições para jovens do Lar de Santa Maria Goretti,
- dos 6 lar de crianças da Irmandade de Nossa Senhora do Livramento,
- da construção do centro de tempos livres de Angra do Heroísmo,
- da ampliação do edifício da Creche do Bairro Joaquim Alves da Praia da Vitória,



- do Jardim da Cáritas, da Confederação Operária Terceirense, cuja obra se vai iniciar,
- do Centro de Convívio de Idosos de São Bartolomeu,
- do Centro de Cuidados Geriátricos de Angra,
- do Lar do Raminho,
- e do Centro Comunitário, Social e Paroquial de Agualva.

O senhor não falou em nada disso. Deu-lhe alguma amnésia momentânea, Sr. Deputado?

Deputado Clélio Meneses (PSD): Não estamos a debater um relatório de actividades!

O Orador: Preocupante e estruturante para o senhor é vir referir que não está prevista a gare de passageiros para o Porto da Praia. Isto faz-me lembrar, em analogia, alguém a quem a casa caiu o telhado – o Porto da Praia da Praia, como sabemos, por força das intempéries colapsou – e reclama para começarem a arranjar a cozinha porque isso é que é importante.

Uma gare marítima de passageiros num porto que está destruído neste momento?

Deputado Clélio Meneses (PSD): Vocês é que prometeram!

Deputada Andreia Cardoso (PS): E vamos fazer!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Mas já desapareceu do Plano!

O Orador: Sr. Deputado Clélio Meneses, por essa lógica brilhante, nós teríamos também prometido a reabilitação do Porto antes de ter acontecido a catástrofe. Haja um pouco de bom senso!

E haja um pouco de bom senso quando o senhor, falando de promessas cumpridas ou não cumpridas, se refere ao novo Hospital de Angra do Heroísmo.



Se estivesse com um pouco de atenção, ou se tivesse lido com alguma atenção os documentos, sabia que aquilo que foi o compromisso eleitoral do Partido Socialista, foi dar início ao processo conducente à construção do novo hospital.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Com 7 milhões de euros inscritos?

Deputado Clélio Meneses (PSD): O que vale é que os terceirenses não vêem isso!

O Orador: Quanto à questão do novo Hospital de Angra do Heroísmo, estranhei que não tenha sido falado nos grandes investimentos que foram feitos de modo a continuar a permitir uma boa acessibilidade dos cuidados de saúde do actual hospital, das novas valências, nomeadamente da nova urgência,...

Deputado Bento Barcelos (PSD): Nova urgência?

O Orador: ... do novo bloco operatório e em todas as partes que estão a ser feitas. O senhor vá ver o que está a ser feito e depois venha falar comigo.

Relativamente ao novo hospital, para além daquilo que foi o compromisso assumido pelo Governo do PS de dar início ao processo conducente à construção do novo hospital, se o Sr. Deputado Clélio Meneses estivesse com um pouco de atenção, teria percebido que se calhar a fonte de financiamento poderá não ser através do Orçamento Regional.

No ano passado, nesta mesma Casa, alguém, sobre o novo Hospital de Angra, dizia o seguinte:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

“Devo-lhe dizer que o Hospital de Angra feito pelo Project Finance, porque não há dinheiro, é inquestionavelmente prioritário. Ninguém tem dúvidas.

Há dúvidas sobre as três gerações que devem pagar o hospital?

Há-de pagar quem nasceu nele, há-de pagar quem vai certamente ter filhos naquele hospital e há-de ter gosto em pagar o avô de quem vai nascer”.

O Sr. Deputado sabe quem disse isto? Eu recordo-lhe. Foi o seu colega Deputado Victor Cruz.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Clélio Meneses:

Deixe-me que lhe leia uma passagem:

“A proposta de Plano para 2003, poderia dizer, reflectirá no seu volume de investimento o período actual de restrição orçamental, mas pelo seu conteúdo, apontará ainda para metas ambiciosas de desenvolvimento económico e social.

O rigor e a qualidade das propostas de intervenção serão uma resposta adequada ao ambiente de escassez de recursos financeiros, sem empolamento, a priori, de falsos problemas levantados pelo menor volume de despesa.”

No contexto actual, esta passagem poderia ser nossa. Poderia ser minha ou do PS. Não é! É vossa! É do PSD! É da vossa reprogramação financeira de 92, em que os senhores, e bem,



resolveram atempadamente reorganizar e reprogramar aquilo que já estava reprogramado.

Já chega de críticas sobre a reprogramação prudente deste Governo, pelo menos da memória que tenho da vossa própria reprogramação.

Neste enquadramento financeiro, nós somos defensores de que se o Governo faz obra, deve pagar essa mesma obra e só deve fazer aquilo que pode pagar.

Os terceirenses percebem isso perfeitamente. E percebem isto tão profundamente que vêm uma coisa que o senhor nunca vê e por isso vem para aqui falar de elefantes e de ratos.

Deputado Mark Marques (PSD): Os ratos vieram desse lado!

OA Oradora: Sr. Deputado Clélio Meneses:

Neste momento, a Ilha Terceira tem obra feita por este Governo e é isto que o senhor não pode negar.

Eu não esperava isso de si, porque quem nos habituou a vir para aqui com recortes de jornais no início da legislatura, foi o seu colega Deputado Joaquim Machado.

Eu vejo que este problema é uma virose que se anda a alastrar nesse grupo parlamentar.

De facto, até o líder do vosso grupo parlamentar já traz para aqui o jipe, a carrinha 4x4.

Isto está-se a tornar numa situação insustentável.

Deputado Clélio Meneses (PSD): É o reflexo da política deste governo!

A Oradora: A política não deve ser feita assim.

Isto é uma discussão nobre de um Plano e de um Orçamento. Não é a discussão da casa da vizinha.



Os senhores trazem para aqui o casosinho das duas casas da Fonte do Bastardo.

Sr. Deputado Clélio Meneses, para mim, aquelas duas casas da Fonte Bastardo e as pessoas que elas albergarão são tão importantes como qualquer outra, mas não são as mais importantes.

Isto é a discussão de um Plano e Orçamento. Portanto, não vamos discutir o casosinho da Fonte Bastardo.

Isto começa a ser um grave problema da vossa bancada.

Os terceirenses, como todos os açorianos, percebem que a política nobre não é feita da mesquinhez que os senhores trazem para aqui, como trouxe o Deputado Joaquim Machado, a respeito do meu colega Cabral Vieira.

Que fique claro:

A política é feita de coisas nobres e não do casosinho.

Deputado Clélio Meneses (PSD): É a Escola de São Carlos, o porto de passageiros, a aerogare civil, o último troço da via rápida!

A Oradora: Sabe por que é que o senhor fala do casosinho?

Porque as coisas grandes, as coisas evidentes que estão feitas o senhor não pode trazer para esta Casa. Então traz o casosinho para ficarmos a discutir o muro da vizinha.

Temos que ver as coisas importantes que foram feitas na Ilha Terceira.

Numa breve passagem vou refrescar a sua memória.

Presidente: Sra. Deputada, receio que não possa refrescar muito, porque ultrapassou o seu tempo.

A Oradora: Vou ser rápida.

- EB/JI da Carreirinha, a EB/JI do Pico da Urze.



Estas escolas funcionavam em módulos desde o sismo de 80.

- Participação no incremento do turismo na Ilha Terceira;
- Construção da Marina de Angra;
- A Pousada da INATUR no Castelinho;
- A EB 2-3 Francisco Ornelas da Câmara;
- Aquisição de uma grua e rebocador para o Porto da Praia;
- Centro de Saúde da Praia da Vitória;
- Remodelação e Equipamento das instalações do Hospital de Angra.

Também poderia enumerar as estradas:

- Porto Judeu/Feteira;
- Estada do Rego, etc, etc...

Podemos ver ainda:

- as obras no núcleo de Pescas da Praia da Vitória ;
- as obras profundas no porto de pescas e casas de aprestos de São Mateus, em Angra;
- a construção de casas de aprestos na Praia da Vitória;
- o porto dos Biscoitos;
- os molhes de protecção do Porto da Praia e;
- os caminhos agrícolas.

O que é que quer que eu lhe diga mais, Sr. Deputado?

Quem não vê isto tem miopia política, não tem mais nada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Oliveira.



Deputado Francisco Oliveira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A minha intervenção sobre pedidos de esclarecimento à intervenção trazida pelo Sr. Deputado Clélio Meneses, quase que nem faria sentido depois da intervenção dos meus colegas de ilha, mas há um sector que não foi tão especificado na demonstração inequívoca de que o Governo do PS nestes 6 anos tem investido na Ilha Terceira mais do que nenhum outro no passado.

Já foram reveladas aqui algumas obras, feitas nestes últimos 6 anos, e não as vou repetir para não tornar maçadora esta intervenção.

Mas em termos de estradas, que é um sector sempre trazido a debate pelo PSD, tentando passar a ideia, nomeadamente na Ilha Terceira, de que neste âmbito, pouco ou quase nada tem sido feito, eu gostaria de lembrar que nestes últimos 6 anos o Governo Regional executou a pavimentação:

- do 4º troço da via rápida,
- da Ladeira do Cardoso,
- da Canada das Fontinhas,
- São Pedro/Silveira, com a rotunda,
- da Ladeira da Pena,
- da estrada de São Joões,
- da Canada de Mesquita/Juncal até à Rotunda D. Beatriz,
- da Canada da Ajuda, em Santa Bárbara,
- do Porto Judeu/Feteira,
- dos Altares/Pico Gordo recentemente inaugurado e,
- fez um grande investimento na recuperação da via rápida e continuá-lo-á.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Este Governo financiou a pavimentação da circular da cidade da Praia e concluiu a estrada da Agualva até à Serreta com a pavimentação das Quatro Canadas, Agualva e da Canada do Boqueirão.

Como se constata foram muitas as estradas intervencionadas por este Governo Regional.

O facto da reprogramação financeira fazer com que haja desvios nas obras programadas para este período imediatamente a seguir, penso que não é razão para se vir, numa intervenção que no fundo é quase como que a exaltação da estratégia levada a cabo pelo PSD regional com a conivência do Governo da República de Durão Barroso, como ontem ficou exaustivamente aqui provado, com esse tipo de manobra que leva a um possível estrangulamento das obras do investimento do Governo Regional, para com isso procurarem tirar alguns dividendos em 2004, ano de eleições.

O povo dos Açores não está a dormir. O povo dos Açores está apercebendo-se exactamente do que se está passando e o povo da Ilha Terceira, habituado a esta forma de choramingar da política do PSD da Ilha, vê com os seus próprios olhos e compreende o grande e elevado investimento que até aqui tem sido feito em todos os sectores da vida política regional naquela ilha.

Faltaria invocar todo um investimento feito no sector agrícola, os caminhos agrícolas, a distribuição de água à lavoura e a electrificação progressiva de várias explorações, na Ilha Terceira.

Tudo isto contabiliza muitos milhões de contos que têm servido e vão servir para uma melhoria de vida do povo terceirense em todos os seus níveis.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Que fique aqui denunciado este tipo de manobra intervencionista do PSD junto do eleitorado para o confundir, contra a realidade apresentada ou acabada de apresentar por cada um dos Deputados da Ilha Terceira, pelo Partido Socialista, que estão por detrás de tudo isto que o governo regional tem feito naquela ilha.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Clélio Meneses:

Se o Sr. Deputado estivesse chegado a esta Casa mais cedo, naturalmente tinha evitado uma mausura de um Governo do PSD. Vou identificá-la citando as palavras do ex-Secretário da Agricultura e Pescas, Adolfo Lima, aquando do debate do Plano a Médio Prazo 89/92:

“Quanto ao Matadouro Industrial da Ilha Terceira, ele está previsto para este Plano a Médio Prazo, uma vez que está no documento que foi apresentado à Comunidade Económica Europeia, que já foi aprovado pela Comunidade e é financiado pelo Regulamento 355”.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Com o pouco tempo que me resta, queria apenas manifestar que a solidariedade normalmente surge em tempo de dificuldade.

Sentiu-se aqui a dificuldade do PS no domínio da solidariedade, atingindo até uma ilha vizinha, a Ilha de São Jorge.

Eu não falei de um grande conjunto de investimentos que estavam previstos, prometidos e necessários para os terceirenses durante muito tempo. Falei apenas naquilo que está previsto no Plano a Médio Prazo, aprovado pelos senhores há menos de um ano e meio atrás, que agora desapareceu, num montante de cerca de 9 milhões de contos.

Ninguém está aqui a fazer um levantamento das situações existentes no relatório de actividades. Estamos a aprovar Planos para o futuro.

Em relação aos milhões de que falamos, faço referência a uma intervenção de 97 em que se dizia que os piores Planos de sempre deixavam para a Terceira cerca de 11,8% em 94, 11,3% em 95 e 13,5% em 96. Era isso que os senhores diziam que eram os piores planos de sempre para a Terceira.

Sabem quanto é que resta para a Terceira em 2003? Resta 9,6%.

São estes números que coincidem com a verdade.

Da nossa parte, uma verdade dita muitas vezes nunca deixa de ser verdade. A nossa voz nunca se calará contra muitos, contra a dimensão daquilo que dizem e contra a baixeza dos conteúdos em defesa daqueles nos elegeram e da nossa terra.

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*



(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Messias.

Deputado Paulo Messias (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Clélio Meneses diz que nós não estamos preocupados.

Nós estamos preocupados. Nós estamos muito preocupados com o Governo do Primeiro-Ministro Durão Barroso não autorizar o endividamento de 6 milhões.

O Sr. Deputado sabe o que é que se poderia fazer com os 6 milhões não autorizados?

O Sr. Deputado sabe quantas escolas se poderiam fazer com os 6 milhões?

O Sr. Deputado sabe quantas estradas se poderia fazer com os 6 milhões?

O Sr. Deputado sabe que com a não autorização ao endividamento às autarquias locais, que as autarquias da Ilha Terceira não poderão fazer o realojamento de barracas, conforme estava programado com o Governo Regional?

O Sr. Deputado sabe o que é discriminação?

Sabe o que é discriminação para a Terceira, Sr. Deputado?

É o relatório de 95 que dizia que a Ilha Terceira havia de ter 649 mil contos para estradas e foi alterado para 231.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Por isso o PSD perdeu as eleições!



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O Orador: E dizia que São Miguel ia ter 1 milhão 927 e passou para 2 milhões 205. Isso é que é discriminação.

Sabe o que é que é discriminação, Sr. Deputado?

É dizer que a Ilha Terceira, em 96, ia ter 427 mil e 500 contos para a habitação e ser ajustado para 269. Isso é que é discriminação, Sr. Deputado!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Discriminação da Câmara da Praia, na qual o senhor é vereador!

O Orador: Os terceirenses sabem disso, Sr. Deputado.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Clélio Meneses:

Alegra-me saber que o investimento no sistema educativo, na Ilha Terceira, tem sido muito bom e elevado, porque só assim é que eu percebo que o senhor, que estudou na altura dos Governos do PSD, nem contas sabia fazer.

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

Mas para isso hoje em dia até existe uma ajuda prática que são as calculadoras. Até mesmo já existem os computadores e as folhas de Excel.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Se quiser eu posso dar-lhe a minha, uma que fiz, é caseira mas é de confiança.

Na Ilha Terceira, esses 9,4 só existem na sua cabeça e na sua calculadora. Como já disse na minha primeira intervenção para evitar qualquer dúvida, na Terceira são investidos 22% do Plano de Investimentos para 2003. Não falo em 2004, porque aí ainda é maior. Eu também já falei nas estradas e nas escolas.

Continuamos a ter na Ilha Terceira um elevado montante de investimento, apesar da reprogramação financeira que foi necessária fazer por todas as razões que já foram aqui evocadas pelo Governo Regional e pelos Deputados desta bancada.

Penso que deverá pôr a mão na consciência e não voltar a repetir asneiras desta natureza.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Clélio Meneses (PSD): São os vossos números, números socialistas que os açorianos já conhecem!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Clélio Meneses:

Venho falar daquilo que foi ressuscitado pelos Deputados do PS.

De facto, ressuscitámos a Lajes/Praia da Vitória e ressuscitámos a escola de Porto Martins.



Gostaria que o senhor tivesse coragem política para assumir que são obras importantes para a Terceira...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Não têm falado de outra coisa!

A Oradora: ... e as duas situam-se no concelho que V. Exa. pertence, mas não tem coragem para o fazer.

Não tente ludibriar os terceirenses.

Os açorianos não gostam de ser enganados. O senhor anda a tentar camuflar coisas e não devia fazê-lo.

Deputado Clélio Meneses (PSD): A escola de São Carlos é um exemplo!

A Oradora: Sabe por que é que não devia enganar os terceirenses? É porque hoje somos o dobro dos senhores e vamos continuar a ser o dobro enquanto o senhor não assumir a verdade perante os terceirenses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): O povo é que vai dizer a verdade. Ele é quem manda!

A Oradora: O senhor sabe tão bem quanto eu como é que os terceirenses conseguem ser determinados nas suas aflições e nas suas simpatias.

Desde 88 que eles mostram de quem é que gostam mais...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Com toda a legitimidade!

A Oradora: ... e quem são aqueles com que se identificam realmente e não é convosco.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio Sousa.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para acrescentar uma nota de rodapé muito curiosa.

O Governo investe na Terceira tanto e tão bem que até se dá ao luxo de anunciar um investimento tão importante como a ampliação da aerogare das Lajes, através dos Deputados do PSD.

Isso significa que o que está em jogo são interesses da Terceira, venham da voz de quem vier.

São tantos os investimentos que até os Deputados do PSD nos servem de porta-voz em relação ao que se investe na Terceira.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo de 15 ou 20 minutos.

(Eram 11 horas e 50 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, pedia para ocuparem os vossos lugares para retomarmos os trabalhos.

(Eram 12 horas e 15 minutos)

A Mesa passa a informar os tempos ainda disponíveis:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

PS – 46 minutos

PSD – 20 minutos

PP – 6 minutos

PCP – 6 minutos

Governo - 30 minutos.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente.

Secretário Regional do Ambiente (*Helder Silva*): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Temos vindo a transformar profundamente a gestão ambiental nos Açores, ao longo dos últimos anos, como resposta à clara aspiração e profunda preocupação de muitos açorianos. Preocupação legítima porquanto, não obstante existir nos Açores uma sabedoria empírica ao nível da convivência com o "bem ambiental", as profundas alterações sócio-económicas que mais recentemente se observaram, arrastaram também consigo, a par do melhor que o desenvolvimento nos trouxe, aspectos extremamente penalizantes para o ambiente.

A intensificação da agro-pecuária, o crescimento urbano e do turismo e o aumento do consumo, para mencionar apenas algumas dessas transformações, provocaram a eutrofização de algumas das nossas lagoas, diminuíram a qualidade e quantidade de água disponível, aumentaram a pressão na natureza e provocaram um aumento considerável de resíduos, acompanhado de uma crescente pressão em ribeiras e na orla costeira.



A gestão ambiental deixou por isso, de poder ser deixada à empírica sabedoria popular, tanto mais que essa sabedoria se foi perdendo e os próprios cidadãos que, durante séculos, souberam gerir individual e directamente este património, retiraram-se há muito da sua gestão.

Como responderam os sucessivos Governos a este quadro ambiental na Região?

O VI Governo Regional, último de responsabilidade do PSD, deu continuidade a uma política de secundarização da área ambiental mantendo níveis insuficientes de investimento que, a preços correntes, variaram entre um máximo de 930 mil _ em 1992 e um mínimo de 440 mil _ em 1994, claramente insuficientes para fazer face ao volume de problemas ambientais então acumulados.

O combate à eutrofização das lagoas foi então reduzido à expressão do seu arejamento e ao corte de algumas algas macrófitas na lagoa das Sete Cidades. O destino dos resíduos era, para mais de 70% da população, as lixeiras a céu aberto que então proliferavam. Os problemas acumulavam-se e cresciam na orla costeira das ilhas e na margem de ribeiras sem que, por parte do Governo, se visse resposta adequada, tanto no que se refere à resolução concreta dessas situações, como ao nível da implementação de uma correcta política de planeamento e ordenamento do território que então se impunha, agravada ainda pela emissão sistemática de pareceres favoráveis em domínios de competência específica, com o conseqüente risco para essas construções, e concomitantemente



para os seus residentes, e também por uma total impunidade dos prevaricadores. Surgiram, é um facto, algumas áreas com estatuto especial de protecção, mas esse esforço legislativo raras vezes apresentava o correspondente esforço de gestão que subsequentemente deveria surgir.

Com o VII Governo Regional, o investimento na área ambiental quadruplicou, passando de 500 mil para dois milhões e 400 mil €, também a preços correntes, entre 1996 e 1997, continuando a crescer para ultrapassar os 8 milhões de € em 2000.

Passámos assim de 0,33% para 2,41% de investimento ambiental em relação aos Planos da Região nos VI e VII Governos Regionais. Quase 50% do investimento efectuado no período 1997-2000 relacionou-se com situações de calamidade, sendo por isso dirigido para o reforço de taludes de ribeiras e, nalguns casos também, para intervenções diversas na orla costeira, com especial referência para os avultados investimentos efectuados no Concelho da Povoação, alguns dos quais ainda em curso.

Foi também um período de expressivo investimento em infra-estruturas de saneamento, especialmente no que se refere à construção ou arranque de novos aterros sanitários, em resultado do qual passámos a cobrir com destino adequado para deposição de resíduos 94% da população. É iniciado o processo de cooperação com as Juntas de Freguesia para limpeza de ribeiras. Neste período, é igualmente efectuado o primeiro Plano Estratégico de Ambiente, o dos Resíduos Sólidos Urbanos.



Ao nível das lagoas iniciou-se a construção de algumas bacias de retenção de caudal sólido, passo fundamental para o combate ao processo de eutrofização. É lançada a Rede Natura 2000 e iniciados os Planos para as áreas marinhas protegidas. A Rede de Vigilantes da Natureza é criada, sendo igualmente criadas as Redes Regionais de Ecotecas e Ecoescolas que dão também os primeiros passos. Finalmente, por revisão orgânica então ocorrida é criado o Conselho Regional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, cujo funcionamento se iniciaria já no período de vigência do actual Governo, sendo igualmente criada a Secretaria Regional do Ambiente. Muito terá ficado por fazer, mas foram definitivamente lançadas novas sementes que pela mão do VIII Governo viriam germinar e às quais juntámos um número apreciável de outras.

Ao VIII Governo depararam-se grandes desafios nesta área ambiental. Desde logo o de, dando sequência lógica à criação desta Secretaria Regional, dar-lhe a devida projecção política e estratégica e abri-la à sociedade. Temo-lo feito. Não apenas pela projecção que temos procurado dar à nossa acção mas sobretudo, pelo sentido do seu elevado grau de transversalidade que nos induziu à progressiva aproximação a um conjunto de parceiros com responsabilidades e competências directas e indirectas relativamente ao "bem ambiental", no sentido de com eles definirmos estratégias adequadas à resolução dos mais diversos problemas ambientais. A organização de workshops, seminários e congressos sobre as mais diversas áreas temáticas têm nesse âmbito, funcionado como excelentes agentes, como o



têm igualmente o Conselho Regional de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e estou certo, assim acontecerá proximamente com o Conselho Regional da Água, recentemente aprovado nesta Assembleia Legislativa.

Também o significativo número de processos que temos tido a discussão e apreciação pública têm contribuído para essa abertura à sociedade. Mas esse sentido político e estratégico passa obviamente também, e de forma muito particular nas diversas vertentes ambientais, pela produção de um conjunto de instrumentos de ordenamento do território e de planeamento como forma de garantir, para o futuro, uma melhorada gestão do nosso património ambiental.

Com a consciência de que não basta acautelar o futuro e planeá-lo, na linha atrás enunciada, sendo igualmente necessário resolver um considerável passivo ambiental que detemos na Região, a Secretaria Regional do Ambiente procedeu ao levantamento de um conjunto de situações, com especial referência para o levantamento recentemente concluído para os resíduos abandonados, e iniciou a sua resolução. Fizemo-lo na certeza de que algumas dessas situações, como são os casos de combate à eutrofização de lagoas e do reordenamento da orla costeira, vão levar largos anos até à sua completa resolução.

Avançámos, assim, com um conjunto significativo de intervenções na orla costeira juntando às protecções em curso na Povoação, Ribeira Quente, S. Lourenço e Caldeira de Santo Cristo, algumas das quais entretanto concluídas, outras no Pico e em S. Jorge, com especial referência para a Fajã dos Vimes,



estando ainda em curso a obra de protecção de S. Roque, e iniciando-se brevemente mais duas obras há muito aguardadas, com os projectos já concluídos. Refiro-me concretamente às obras de Rabo de Peixe e Santa Cruz das Flores, estando também em fase de conclusão o projecto para as Lajes do Pico, cujo arranque está agora deferido para 2004.

Globalmente, o investimento previsto e/ou contemplado naquelas intervenções representam um esforço financeiro do actual Governo Regional, através do plano desta Secretaria Regional, de 12 milhões de _ a que acresce ainda a comparticipação de 1 milhão e 250 mil _ no âmbito do POLIS de Angra do Heroísmo, obviamente no espírito da consolidação da orla costeira. Este investimento perfaz assim cerca de 1/3 do investimento do Governo Regional na vertente ambiental.

Ao nível das ribeiras quero destacar, de entre um elevado número de correcções de leitos que vimos efectuando, as obras que, na sequência das cheias que nos assolaram, com especial incidência na Ilha de S. Miguel, estão em curso na Ribeira de Santiago num investimento que monta 2 milhões de _ encontrando-se já adjudicadas duas novas intervenções no âmbito da naturalização dos leitos da Grota do Passal no Faial da Terra, e outra a montante da zona urbana da Ribeira de Santiago, num investimento conjunto de perto de 1,5 milhões _ que se prevê fique concluído durante o próximo ano.

No âmbito dos recursos hídricos, importa igualmente destacar o esforço que o Governo Regional tem vindo a desenvolver no âmbito do combate à eutrofização das lagoas com especial



destaque para as lagoas de Furnas e Sete Cidades. A nossa estratégia integra uma linha de orientação baseada na adopção de instrumentos de planeamento e gestão integradas das bacias hidrográficas e uma outra dirigida para a adopção de medidas de remediação directas, na massa hídrica e nas linhas de água drenantes.

O planeamento e ordenamento das actividades procura a minimização na fonte de rejeições de contaminantes e constitui a via mais segura, ainda que mais complexa, pelo esforço de concertação sócio-económica que requer, para estancar a eutrofização lagunar, mas apenas produzirá resultados perceptíveis no médio/longo prazo.

Neste momento, está a decorrer a 2ª fase dos planos de ordenamento das Bacias Hidrográficas daquelas duas lagoas, sendo igualmente de realçar a designação como zonas vulneráveis – aliás, há pouco referido pelo Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas – de oito bacias hidrográficas. Uma referência para o resgate de quota que, através da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, será proximamente dirigido para as Furnas e Sete Cidade. Penso que virá, na vertente daquilo que é o reordenamento que temos que provocar nas Bacias Hidrográficas, dar um contributo relevante.

Ao nível dos resíduos, são públicas as acções que temos desenvolvido, em particular junto dos municípios, e a legislação entretanto produzida, pelo que não me alongarei nessa abordagem.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Relativamente à Conservação da Natureza quero, a par dos Planos cuja realização atrás referi e de legislação entretanto publicada, fazer uma referência para a informação e sinalética que recentemente temos vindo a instalar por todas as áreas com estatuto especial de protecção e a melhoria que ao nível da gestão se vem observando nalgumas áreas, com especial referência para o Porto Pim, Castelo Branco, Montanha do Pico, Caldeira de Santo Cristo, Ilhéu de Vila Franca, sendo que, iremos paulatinamente alargando a nossa acção a outras áreas ao longo dos próximos anos.

Concluimos entretanto um pacote legislativo para as Áreas Marinhas Protegidas cujos Decretos Legislativos Regionais virão oportunamente à aprovação desta Assembleia, sendo igualmente do conhecimento público o esforço que vimos desenvolvendo em conjugação com o Departamento de Oceanografia e Pescas e outras instituições internacionais, no sentido de elevar a um nível de protecção internacional algumas áreas centradas nas fontes hidrotermais como o Menez Gwen e o Lucky Strike, estando desde já em preparação um regulamento internacional para efeitos de acesso e definição de outras restrições nessas áreas.

Esse nosso empenho mereceu, aliás, o reconhecimento internacional através da distinção que nos foi atribuída, o "Gift to the Earth", através daquela que é uma das maiores organizações não governamentais de ambiente com trabalho desenvolvido no ambiente marinho, a World Wide Fund. Vamos assim concretizando, nesta vertente ambiental, a



projecção e valorização que queremos assegurar deste mar que nos rodeia.

Termino com uma palavra para aquele que é um dos mais significativos dossiers que temos vindo a coordenar mas que, mais do que um projecto do Governo e desta Secretaria Regional é um projecto da Região, e desde Dezembro último também um projecto nacional. Refiro-me ao dossier da candidatura à UNESCO da Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico, que mais do que uma candidatura é hoje já uma área sujeita a um esforço de gestão exemplar.

Na certeza de que se trata de um projecto ambicioso e difícil, para o qual necessitaremos do empenho continuado do Governo da República, conforme tive aliás oportunidade de transmitir ao Senhor Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, é também grande a convicção que, em 2003, ou, num cenário menos optimista se acaso houver um deferimento no tempo da decisão, em 2004, possamos passar a contar com uma segunda área classificada pela UNESCO nos Açores.

Apresentamos neste Plano uma reprogramação do investimento previsto para 2003 e 2004, para o Ambiente como para as outras Secretarias Regionais.

A aprovação desta alteração do Plano de Médio Prazo para 2003/2004 garante o crescimento do investimento ambiental a preços correntes, em 171%, quase o dobro portanto, relativamente ao investimento efectuado na anterior legislatura e, também a preços correntes, em 1635% (mais de 16 vezes) relativamente ao investimento observado no período 1993/96,



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

correspondente durante a presente legislatura a 4,29% deste Plano, que contrastam com os 0,33 que anteriormente referi e com os 2,5 dos VI e VII Governos Regionais.

Fica pois a minha certeza de que a sua aprovação garantirá a continuidade do trabalho por nós encetado nas diversas frentes anteriormente referidas e bem assim do desenvolvimento sustentável que estamos a promover nos Açores.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Relativamente à intervenção do Sr. Secretário do Ambiente e uma vez que o seu gabinete é uma mega secretaria que atravessa transversalmente todo o Governo, gostaria registar que realmente o senhor tem imprimido muita projecção e pouca acção ao Departamento.

As grandes linhas que registamos prendem-se com muitos colóquios, workshops e intervenções costeiras. Hoje é, inquestionavelmente, um dos departamentos da nossa administração com mais dinâmica. Muito se espera da projecção que vai advir na implementação do Concelho Regional da Água.

Como é sabido o Governo Regional acaba este ano de 2002 sem praticamente ter investido na Ilha do Corvo.



Para 2003 cabe praticamente em exclusivo ao seu departamento a grande responsabilidade de investir 200 mil euros na Ilha do Corvo, nomeadamente no Caldeirão.

Como vai decorrer essa execução dos 200 mil euros em 2003? Qual a sua calendarização? Qual o conteúdo da sua proposta relativamente ao Caldeirão?

Muito obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente.

Secretário Regional do Ambiente (Helder Silva): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro começou por assumir uma atitude um pouco crítica, mas acabou por corrigi-la, de modo que eu não vou responder a essa primeira parte da sua intervenção.

Relativamente àquilo que é o trabalho que temos vindo a desenvolver ao nível da gestão dos recursos hídricos, eu gostaria de lembrar, como aliás foi publicamente anunciado durante a visita que o Governo Regional fez à Ilha do Corvo há poucos meses, o primeiro passo que foi dado e que é fundamental.

Não vale a pena nós desvalorizarmos aquilo que é o papel do planeamento e dos estudos, particularmente naquilo que são áreas para as quais não temos respostas adequadas.

Tudo aquilo que são intervenções óbvias, que não levantam dúvidas, como as protecções da orla costeira onde não existe qualquer dúvida, têm que ser feitas. Correspondem a um investimento razoável, equilibrado e por isso avançamos para elas.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Isto é verdade nas ribeiras e é verdade naquilo que são problemas ao nível das lagoas.

Aquilo que são situações mais críticas, mais dúbias do ponto de vista técnico, como é o caso particular da Lagoa do Caldeirão, na Ilha do Corvo, temos recorrido a estudos.

Fizemos o primeiro estudo, mas infelizmente o mesmo não nos dá cabalmente as respostas que necessitamos para corrigir a situação vigente naquela lagoa.

Muito brevemente iniciaremos um segundo estudo.

Nesse âmbito naturalmente que serão dadas pistas sobre as intervenções a efectuar.

Para esta área não tenho uma resposta clara, objectiva, daquilo que são as intervenções que vamos ter que fazer, porque se a tivesse, obviamente que não teria solicitado e encomendado um estudo para o efeito.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Encontramo-nos neste momento a debater o Plano para 2003 e reprogramação financeira para 2003/2004, num momento em que é cada vez mais notório, por esse mundo fora, que estão ultrapassados todos os modelos de crescimento potenciadores de quaisquer passivos ambientais.

Hoje, a defesa da qualidade do ambiente e dos recursos naturais assume-se cada vez mais como uma prioridade, prioridade essa que



assenta na perspectiva de desenvolvimento sustentado da humanidade.

Conforme já disse aqui noutras ocasiões, este desafio do desenvolvimento sustentado da humanidade tem que ser apoiado em 3 pontos essenciais:

- prosperidade económica;
- protecção da natureza;
- equidade social e ambiental.

Conforme se nota de tudo isto, este desafio extravasa e vai além do âmbito do programa 24 do Plano de Investimentos da Região Autónoma dos Açores.

É por ser assim, e reafirmamos uma vez mais, que o ambiente terá que participar efectivamente na configuração do modelo económico e do modelo de desenvolvimento que queremos para a nossa Região. Mais do que isso: o ambiente tem que ser encarado como uma infraestrutura fundamental da nossa estratégia de desenvolvimento.

Foram estes princípios que ficaram plasmados nos programas do VII e do VIII Governo Regional.

São estes princípios que se mantêm norteadores dos documentos que neste momento estamos a analisar.

Senão vejamos:

O Sr. Secretário já teve oportunidade de avançar alguns números, mas gostaria de recordar outros.

Na legislatura de 93/96, o Governo Regional investiu na área do ambiente – socorri-me dos relatórios de execução – 1 milhão e 120 mil contos, a uma média anual de 280 mil contos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Na legislatura de 97/2000, o Governo Regional investiu qualquer coisa como 4 milhões e 800 mil contos, a uma média anual de 1 milhão e 200 mil contos.

Esta média anual da legislatura de 97 a 2000 é claramente superior a todo o volume de investimento da legislatura de 93/96.

Deitando mão ao relatório de execução de 2001, o Governo Regional investiu um valor muito próximo de 1 milhão e 600 mil contos, ou seja, mais 32% do que a média da legislatura 97/2000 e mais 42%, só neste ano de 2001, do que todo o investimento da legislatura 93/96.

Olhando para o investimento planeado para 2002, superior a 13 milhões de euros, admitindo uma execução modesta de 80%, serão investidos na área do ambiente, no ano de 2002, mais de 2 milhões de contos, ou seja, mais de 10 milhões de euros.

Se olharmos às propostas que temos neste momento em debate, estão orçamentados valores superiores a 1 milhão e 600 mil contos, superiores a 8 milhões de euros, para 2003 e para 2004.

Srs. Deputados, para que não fiquem dúvidas (nós não temos nenhuma!) é neste registo plurianual e mais do que qualquer *fait divers* como nos tentou agradar o Deputado Alvarino Pinheiro, que podemos avaliar a consistência das opções estratégicas de carácter estrutural de qualquer Governo.

Aí, Srs. Deputados, a evidência confirma não só a diferença das opções e a dimensão dos documentos, como também e sobretudo a justeza dos caminhos escolhidos pelos Governos Socialistas.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional do Ambiente:

Agradeço-lhe a honestidade, mas fico com a ideia de que não há grande correspondência entre a ideia que V. Exa. tem para o Corvo e os 200 mil de euros que lá colocou.

Em geral, todos se têm queixado, desde logo os corvinos, da limitação de recursos.

Gostaríamos que V. Exa. fundamentasse um pouco melhor se pensa que o tipo de estudo que vai encomendar valerá os 200 mil euros.

Julgo que o Sr. Presidente do Governo não teria nenhuma dificuldade em encontrar um projecto ou dois que obtivesse o apoio geral dos corvinos.

Se a ideia é atirar verba para o Plano para fazer rácio a fim de que os corvinos sintam que este Governo, apesar de tudo, ainda se lembra deles, a estratégia é má. Daqui a dias nós vamos estar aqui e vossa excelência vai ser confrontado com o facto de não ter feito nada.

Se a ideia é séria e é fazer alguma coisa em relação à Lagoa do Corvo, que é uma questão fundamental para os corvinos, dê-nos uma ideia do que é que pretende fazer.

É razoável e acha realista gastar 200 mil euros nessa fase de estudos?



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Caso contrário, estou certo que o Sr. Presidente do Governo estava susceptível para utilizar parte dessa verba noutras áreas prioritárias para o Corvo.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente.

Secretário Regional do Ambiente (Helder Silva): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Muito brevemente para dizer que relativamente ao custo do estudo eu sugeria-lhe que falasse com o Sr. Presidente da Câmara, porque ele pediu o apoio do Governo para financiar um estudo, no âmbito dos recursos hídricos, que foi encomendado pelo Governo e esse estudo custa perto de 300 mil euros.

Poderá contrastar o valor de um com o outro e poderá confirmar estes números com o Sr. Presidente da Câmara.

Penso que se alguma questão deve ser levantada, deverá ser relativamente ao outro, não a este estudo.

Posso dizer-lhe ainda que este montante não se destina todo ao estudo, mas também a alguma acção que possa ser implementada na sequência do estudo e do relatório que nos será entregue.

Gostaria também de fazer aqui uma referência de alguma preocupação relativamente à postura adoptada pelo Sr. Deputado e que vai no sentido de sugerir que devíamos pegar nalgum dinheiro do ambiente, contrariando este esforço crescente que estes dois últimos governos têm feito de crescimento no investimento na área ambiental, e fazer outra coisa qualquer que não no ambiente.



Nós estamos a trabalhar seriamente, e penso que bem, nesta vertente ambiental.

Portanto, dispensamos qualquer tipo de sugestão de transferências de verbas do ambiente para outra área.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Campos.

Deputado Manuel Campos (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A reprogramação do PMP 2001/2004 e o Plano e Orçamento em análise e discussão, no que às pescas diz respeito, merecem ser apreciados e sobre ambos tecidas algumas considerações, interligadas com números relativos ao sector nos últimos anos, perspectivas de desenvolvimento e a tipificação de apostas presentes e futuras.

De Sta. Maria ao Corvo, este e o anterior governos, têm implementado e executado acções de construção de novos portos de pesca e melhoramento ou modernização dos existentes, no sentido de todos serem equipados com casas de aprestos e guinchos, gruas ou travel lifts, infra-estruturas essenciais à melhoria das condições para o exercício da actividade, salvaguarda e conservação dos apetrechos de pesca e de operacionalidade e segurança nos actos de arriagem e varagem das embarcações.

Quer o PMP 2001/4 reprogramado, quer o Plano para 2003, mantêm-se nessa linha de rumo, perseguem o objectivo último de equipar todos os principais e muitos dos pequenos portos de cada ilha passando a ser parte integrante obrigatória das suas infra-estruturas



básicas, casas de aprestos e grua. É, de facto, uma alteração qualitativa, é entrar-se numa fase nova para o sector.

Em paralelo, vão-se reparando ou instalando máquinas de gelo ou redes de frio, no sentido de completar um circuito em terra, de apoio e valorização ao que se pesca no mar.

Em S. Miguel, os portos de Ribeira Quente e Rabo de Peixe, significam uma séria e forte aposta na valorização das comunidades piscatórias e dos respectivos concelhos, em diferentes valências.

Em Rabo de Peixe, salta à evidência um conjunto de factores contributivos para o desenvolvimento e progresso da população local, de novas e saudáveis alternativas para os tempos livres das camadas mais jovens, que a qualidade e os espaços do novo porto propiciam, estando em prática actividades náuticas para crianças e perfilando-se no imediato, a hipótese de activação de um clube naval.

Na Ribeira Quente é óbvio que o porto, para além de alterações significativas na qualidade da frota local que se têm verificado, (estimulados os armadores pelas condições que o porto oferece), a área abrangente, o travel-lift ali instalado e a oficina de reparação, permitem a deslocação para reparação de embarcações de outros portos e contribui, objectivamente, para o progresso da freguesia.

As infra-estruturas projectadas, as obras que decorrem no saco da Doca de Ponta Delgada, a construção do edifício da Lota, a correcção e reforço das máquinas para fornecimento de gelo às embarcações e as casas de aprestos a construir, são mais um sinal de modernidade, tornam mais atraente e simpática a zona envolvente do castelo, melhoram e dignificam o sector da pesca.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Na Ilha Terceira, as obras de reforço da protecção do porto de pescas da Praia da Vitória, a construção da oficina de reparação naval, aliada às infra-estruturas já existentes para a construção e reparação naval de maior escala e as obras do porto dos Biscoitos, são igualmente apostas fortes e de confiança no futuro do sector.

Em todas as ilhas estão previstas obras e instalação de equipamentos de diversa natureza, tendo em vista pôr à disposição dos profissionais da pesca, meios que lhes permitam de forma cada vez melhor exercerem a sua actividade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Durante os anos de 2001 e 2002 foram concedidos apoios à construção, reconstrução e modernização de 142 embarcações. Para 2003, prevê-se o apoio para 150.

Aliadas aos fundos comunitários, não são cerceadas ou constrangidas as possibilidades de financiamentos para novas construções, e a rubrica 6.1 Frota, considerando a proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, apresenta valores muito próximos dos de 2002.

Nessa medida, é possível e é necessário aumentar o número de candidaturas à construção de novas embarcações.

Quanto a este aspecto, renovamos o nosso entendimento de que se exigem acções de esclarecimento, formação, informação e ajuda aos potenciais candidatos, pela estrutura técnico-administrativa da tutela.

A selectividade das candidaturas de profissionais com referências promissoras seria também de ter em conta.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

No sentido de corrigir e mesmo anular medidas constantes da Política Comum de Pescas, foram desenvolvidos intensos contactos com as estruturas comunitárias em Bruxelas, aproveitada a deslocação à Região da Comissão de Pescas do Parlamento Europeu e a recente visita de Franz Fischler a Portugal, muito provavelmente realizada como reflexo directo daqueles contactos.

Porém, as dúvidas e preocupações em matéria de Política Comum de Pescas vão permanecer pelo menos até finais deste mês, embora, relativamente ao inicialmente proposto, tenham havido significativas mas ainda não satisfatórias evoluções, no que concerne aos interesses da Região. Aliás, este é um assunto, no seguimento do esforço colectivo até aqui manifestado, que nos deve manter permanentemente alertados para eventuais acções de defesa de uma causa que nos é tão cara.

Assim, admite-se que o impacto das medidas constantes da Política Comum de Pescas, tenha tido efeitos menos positivos, provocando alguma retracção no sector, quer na classe piscatória quer nos compradores.

O ano de 2002 comparativamente ao ano de 2001 apresenta, nos Açores, alguns sinais animadores quer nas quantidades capturadas quer nos valores médios de venda em lota.

Estes indicadores poderão reanimar o sector das pescas, recuperando níveis de confiança fundamentais para uma maior estabilidade e a melhoria de proventos. Esperamos que assim seja.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Também na área social o Governo Regional assumiu as suas responsabilidades. De acordo com as regras estabelecidas, passa a atribuir uma Compensação Salarial a cada um dos trabalhadores da pesca, para minorar os seus prejuízos em períodos mais prolongados de inactividade por razões de mau estado do tempo ou do mar.

2002 é o primeiro ano da aplicação desse direito, e está previsto no plano também para 2003.

Prevalecendo o bom senso, mas também o entusiasmo e a confiança, imprescindíveis para o muito trabalho que se tem pela frente, acreditamos que o sector das pescas continuará a progredir, a melhorar e a afirmar-se e que o governo estará na primeira linha ao lado de pescadores e armadores na defesa de tão importante sector da vida económica e social dos Açores.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Aires Reis.

Deputado Aires Reis (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

São Jorge estava à espera de outro Plano.

Na realidade, os documentos que estamos a discutir, e em particular o Plano e Orçamento para 2003, propostos pelo Governo Regional, nada trazem de novo à Ilha de São Jorge.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Esperávamos, e temos esse direito, um Plano mais consentâneo com as nossas aspirações, trazendo algumas soluções, e noutros casos simples indicações que nos permitissem vislumbrar claramente caminhos que fossem de encontro à concretização de alguns dos nossos objectivos, traduzidos por diversas vezes nesta Assembleia como os grandes interesses e aspirações dos jorgenses.

Novas perspectivas de desenvolvimento ficam uma vez mais adiadas, aumentando a discrepância entre o desenvolvimento de São Jorge e o progresso da Região.

As ampliações do aeródromo de São Jorge e da respectiva aerogare parecem não ter tido eco junto do Governo Regional.

Nem um sinal positivo aparece no Plano sobre este assunto.

Os condicionalismos daquela infra-estrutura são conhecidos de todos nós, mas a verdade é que só alguns é que parecem compreender a sua importância.

Gostaria de reafirmar o que disse aquando da discussão do Plano deste Governo, nesta Assembleia, há um e dois anos atrás: as penalizações de que São Jorge é alvo, motivadas pelas deficientes condições do seu aeródromo, vão motivar grandes repercussões negativas no ritmo de desenvolvimento de São Jorge de tal nível que vão afectar as próximas gerações de forma eventualmente irreversível.

Outro assunto que este Governo Regional parece não querer aceitar e comprometer-se é com a ampliação do Porto do Topo.

Já era tempo de se iniciar o processo de ampliação deste Porto. Por diversas vezes o tenho afirmado neste parlamento.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Não temos dúvidas que se trata de uma estrutura fundamental para o desenvolvimento da ilha de São Jorge.

Contamos hoje com uma efectiva ligação com as ilhas do Pico e do Faial, mas a verdade é que a nossa ligação histórico-preferencial com a ilha Terceira, através do Porto do Topo, é fundamental e só traria grandes benefícios ao nível do tráfego de passageiros e, em especial, do seu desenvolvimento turístico.

A ampliação do Porto das Velas, considerado pelo Conselho de Ilha de São Jorge como um investimento decisivo para o desenvolvimento daquela ilha, parece também não ter a correspondente importância na política de transportes da Secretaria de Economia.

Ainda ao nível das acessibilidades constatamos, com grande preocupação, a insuficiência ou até ausência de meios financeiros para se proceder à pavimentação e correcção de importantes troços de estradas regionais, um pouco por toda a ilha.

Os troços Urzelina/Aeroporto, Manadas/Urzelina, Ramal da Calheta/Igreja da Ribeira Seca, Biscoitos/Relvinha, Estrada Regional que atravessa a Vila do Topo, são os mais necessitados ao nível da reposição do piso asfáltico e de algumas correcções.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O abastecimento de água às Explorações Agrícolas, em São Jorge, não está a ter o tratamento e a atenção adequados da parte deste Governo.

Permitam-me a insistência nesta reivindicação porque, neste momento, não temos um verdadeiro sistema de abastecimento de água à lavoura.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O que existe é apenas um sistema provisório, criado para dar resposta a alguns problemas em momentos de crise.

Na realidade todos os anos temos momentos demasiado prolongados de crise e, por isso mesmo, este sistema provisório não dá resposta cabal, como já era de esperar.

Este ano, por exemplo, tivemos lavouras que hipotecaram todos os seus lucros em investimentos nesta área, devido à descreditação em que o Governo Regional está envolvido, ou seja, tiveram que assumir investimentos que competem exclusivamente ao Governo Regional, apenas porque este não faz as obras necessárias.

Numa terra super-dependente da actividade agro-pecuária, em que a indústria do queijo está cada vez mais exigente, não se percebe a falta de investimentos nesta área que deveriam ser e não são, para este Governo, uma prioridade.

A indústria do queijo exige actualmente as melhores condições. O bom senso assim o recomenda.

Outro investimento que gostaríamos de ver no Plano e não vemos, era a Electrificação das Fajãs de São Jorge.

Trata-se das Fajãs de São João, da Ribeira da Areia e dos Cubres.

Para quando o reinício deste processo?

Sr. Secretário da Economia:

Esperávamos um sinal sobre esta matéria.

Infelizmente isso não acontece.

Tal como não acontece com outros assuntos: por exemplo, a Gare de Passageiros do Porto da Calheta, a construção da Casa do Povo do Topo e estruturas envolventes, das valências da Santa Casa



da Misericórdia da Calheta, da alteração da localização do Heliporto da Calheta, o porto da Fajã do Ouvidor, entre muitos assuntos.

Outros investimentos ainda, reivindicados pelas populações e trazidos a esta tribuna e discutidos nesta sala, continuam a não ter a atenção adequada deste Governo.

É verdade que o Plano a Médio Prazo previa apenas a resolução de dois ou três importantes assuntos, há muito reivindicados pelos jorgenses.

Mas São Jorge precisa ter um Plano com perspectivas de desenvolvimento para o futuro, e não apenas a resolução de problemas a conta gotas.

Disse.

Deputados Mark Marques e Victor Cruz (PSD): *Muito bem! Muito Bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Aires Reis:

O senhor no passado enganou os jorgenses e no presente continua no mesmo caminho.

Deputado Mark Marques (PSD): Olhe que a sua colega da Ilha Terceira diz que as contas são feitas de outra maneira!

O Orador: O Sr. Deputado sempre pactuou e aplaudiu governos que sacrificaram de sobremaneira os jorgenses.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Se o Sr. Deputado tivesse feito uma comparação, por exemplo, com o que está previsto na proposta de Plano e Orçamento para 2003, com a execução financeira de 1996, facilmente se tinha apercebido que, mesmo corrigindo os valores, estas propostas de Plano e Orçamento são 3 vezes e meia superior à execução financeira que os senhores fizeram em 1996.

O Sr. Deputado referia-se à aerogare de São Jorge sem tão pouco se ter apercebido que esse investimento será iniciado no próximo ano, tal como já foi afirmado pelo Sr. Secretário da Economia na sua intervenção naquela tribuna. Naturalmente não estava aqui dentro ou se estava, estava distraído.

Quanto à ampliação do Porto das Velas, é óbvio que nós entendemos a sua necessidade e é uma intenção do Governo do Partido Socialista.

Como sabe, os únicos governantes que equacionaram a ampliação do porto das Velas foram o Sr. Presidente Carlos César e o Sr. Secretário Duarte Ponte.

Como percebe há intenção deste Governo de levar por diante essa obra e nessa sequência sabe que já se deram passos importantes.

Fala nos troços das estradas regionais.

Ontem ouviu-me referir a penalização dos jorgenses relativamente à reabilitação das estradas regionais.

Os senhores em 92 tinham dinheiro da Comunidade para reabilitar estradas regionais e nunca o fizeram.

Deputado Aires Reis (PSD): O senhor fale do futuro e não do passado!

O Orador: Desviaram o dinheiro para outros objectivos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O Sr. Deputado Aires Reis sabe perfeitamente, porque circula na rede viária de São Jorge, que este Governo Regional reabilitou a maioria dos caminhos que constam da rede viária regional.

Falava no abastecimento de água à lavoura.

Sr. Deputado, o que é que fizeram os seus governos ao nível do abastecimento de água à lavoura? Praticamente zero.

Desconhece o que se tem feito em São Jorge ao nível do abastecimento de água à lavoura e o que se vai continuar a fazer?

Deputado Aires Reis (PSD): E o senhor está contente com isso?

O Orador: Julgo que não.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Falou da electrificação das fajãs.

Foi em 1984, num jantar que o Sr. Presidente da Câmara Municipal da Calheta ofereceu ao então Governo Regional no Centro Paroquial da Fajã dos Vimes, que o Presidente do Governo Regional, Dr. Mota Amaral, disse à população que ia electrificar aquela fajã naquele ano. Sabe quando é que ela foi electrificada?

Foi quando o Partido Socialista chegou ao Governo.

Sr. Deputado, relativamente à Santa Casa de Misericórdia da Calheta, o senhor desconhece que já há um protocolo assinado para se reabilitar aquele edifício?

Parece que desconhece tudo isso.

Deputado Aires Reis (PSD): São promessas já muito antigas!

O Orador: Sr. Deputado, a proposta do Plano e Orçamento para 2003, relativamente a São Jorge está dotada de uma verba que



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

ultrapassa largamente os 2 milhões. São quase 2 milhões e 300 mil contos.

Relativamente à execução financeira de 96 os senhores investiram em São Jorge 750 mil contos.

Estamos conversados.

Deputado Aires Reis (PSD): Mas quem é que está a falar de 96?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Silveira.

Deputado Manuel Silveira (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Joaquim Machado:

Realmente o senhor parece que vive em São Jorge. O senhor está sempre a mandar “bocas” para tudo o quanto é sítio. Parece impossível!

Sr. Deputado Aires Reis:

O meu colega já falou aqui de uma série de coisas. Eu vou falar única e exclusivamente das cooperativas de São Jorge.

O Sr. Deputado sabe que no seu tempo...

Deputado Aires Reis (PSD): “Seu tempo”? Como é no “seu tempo”?

O Orador: ... as cooperativas de São Jorge estavam completamente descapitalizadas.

O senhor sabe perfeitamente que foi este Governo que tem ajudado as cooperativas as sobreviverem.

O senhor sabe perfeitamente que este Governo tem em mãos um projecto para São Jorge que provavelmente, se os agricultores quiserem, poderá ser o projecto de salvação daquela ilha e do seu queijo típico.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Sr. Deputado Aires Reis:

Às vezes o senhor fala só por falar.

Há aqui uma situação que eu tenho que recalcar.

O Sr. Deputado ontem não estava na sala quando o Sr. Secretário da Economia falou no terminal do aeroporto de São Jorge.

Penso que até à aprovação deste Plano, o senhor vai ter mais alguma surpresa relacionada com a ilha de São Jorge.

Deputado Aires Reis (PSD): Oxalá!

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

Deputado Mark Marques (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas duas questões:

O Sr. Deputado António Gomes já referiu ontem nesta Casa que o PSD, não sei há quantos anos atrás, tinha ludibriado, tinha enganado, tinha feito, tinha acontecido.

Eu vou falar no presente e no futuro.

Em relação ao porto das Velas, o senhor diz que o Governo tem todas as intenções. De boas intenções está o inferno cheio!

Como prova temos os 50 mil contos previstos para 2003, para o estudo e ampliação do porto.

No Plano e Orçamento aparece zero cêntimos.

Ontem, apareceu a circular uma proposta de 10 mil contos. Isto significa que perdemos 40 mil contos.

O senhor teve o distinto descaramento de escrever num comunicado que tinha sido culpa do Dr. Durão Barroso. Francamente!

Deputado Paulo Messias (PS): E foi!



O Orador: Sr. Deputado, vamos ver se esta também foi culpa do Dr. Durão Barroso.

No Plano e Orçamento deste ano, aprovado pelos senhores o ano passado, havia 200 mil contos para a reabilitação do troço da estrada Aeroporto/Urzelina. Este troço, como o senhor sabe, é o troço mais movimentado da Ilha de São Jorge.

Enviei um requerimento ao Sr. Secretário da Habitação e Equipamentos, e ele respondeu assim:

“O troço será feito em 2003”

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Vai ser feito quando a gente entender!

O Orador: O mais engraçado é que aquele Sr. Deputado do PS que está ali, no mesmo dia, na mesma hora, num órgão de comunicação social local, dizia: “Não, não. O Sr. Deputado Mark Marques está equivocado! O Sr. Secretário garantiu-me que era este ano!”

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Até ao final da legislatura vai ter a estrada!

O Orador: Sr. Secretário, se o senhor mente aos seus Deputados, como é que os jorgenses vão acreditar que não mente a eles e mente a nós?

Isto é que é o logro! Isto é que é uma mentira!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, vamos interromper os nossos trabalhos para almoço.

Antes porém informo os Srs. Deputados dos tempos disponíveis:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

PS – 29 minutos
PSD – 13 minutos
PP – 3 minutos
PCP – 6 minutos
Governo - 13 minutos
Retomamos às 15 horas.

(Eram 13 horas e 05 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, boa tarde.
Vamos retomar os nossos trabalhos.

(Eram 15 horas e 35 minutos)

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.

Secretário Regional Adjunto da Presidência *(Francisco Coelho):*

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Administração Pública Regional, contemplada, na sua vertente financeira, no Programa 30 do Plano para 2003, ora em discussão, não tem por tradição, nesta Casa, e em momentos homólogos, ser alvo de grande debate ou discussão, talvez porque facilmente se descortinaria, numa discussão aberta e específica, a delicadeza do tema ou melhor se avaliasse o preço das palavras e das opções.

Ao invés, é por regra aquando do debate da ossatura geral do Plano e do Orçamento que, de forma inviesada e de cernelha, alguns Srs. Deputados se sentem à vontade para dar largas aos seus conceitos e



preconceitos, esgueirando-se mais ou menos airoso das respectivas e necessárias consequências.

Efectivamente, há uma ladainha de generalidades, anual e sacrossantemente repetida em todas as discussões que ocorrem nesta Câmara em torno dos Planos e Orçamentos. É - dizem - o engordar da Despesa, o aumento das Despesas Correntes em detrimento do investimento. A fórmula, de tão vaga e genérica, serve, como estimado fato domingueiro, para todos os casamentos orçamentais.

Esquecem-se, ou fazem por esquecer, esses liberais de pouca leitura e menos trabalho, que o investimento em Capital Humano, numa sociedade prestadora, sobretudo pobre e com grandes deseconomias também ao nível da prestação do serviço público, por via da pequena dimensão e da descontinuidade geográfica, e fundamental, nomeadamente ao nível da educação e da saúde, para assegurar igualdades de oportunidade e de acesso aos bens, serviços, formação e informação mínimos para um determinado patamar de dignidade e de conforto que todos exigimos.

É fácil lançar o número de que as Despesas Correntes da Região entre 1998 e 2001 aumentou cerca de 20%. Sobretudo se não se acrescentar porquê.

Não me é muito difícil, de relance e de cor, encontrar as principais causas para esse aumento. Aí vão elas: cumprimento de um Decreto Legislativo Regional desta Casa, aprovado por unanimidade, que, conjugado com o cumprimento de uma Lei Nacional, levou a regularizar a situação de 1500 falsos tarefeiros da Administração Pública Regional; criação da Remuneração Complementar e do Complemento de Pensão; revalorização das carreiras gerais e



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

especiais da função pública, derivados da Lei Nacional e com adaptações regionais, também, e se bem me lembro, aprovados por unanimidade neste Parlamento. Temos assim descritas as principais causas que originam determinados efeitos financeiros.

E, Sras. e Srs. Deputados, das duas uma: ou queremos ambas... ou recusamos as duas. O que não se pode aceitar, por absoluta incoerência e primária demagogia é falsos pudores ao nível da Despesa, com irrealistas generosidade oposicionistas simultaneamente promovidas, de aumentos de suplementos remuneratórios e sociais. Oposicionistas e regionais, porque no Poder o arroubo esvai-se e a sensibilidade social é aquela que hoje bem se vê.

Este Orçamento consagra, pois, um esforço de racionalização e contenção progressiva ao nível da Despesa, bem traduzido na diminuição das Despesas com aquisição de bens e serviços e rigorosa política de novas contratações a termo e admissões para os quadros da Administração Pública.

Para o ano de 2002, a quota de descongelamentos para admissão de pessoal em toda a Administração Regional, incluindo o pessoal da Saúde, foi de 446 unidades. Em 2001, e com excepção do pessoal da saúde, a quota de descongelamento foi de 4 (quatro) unidades.

Mas em 1993, a quota de descongelamento foi de 1.811 unidades, e em 1994, de 864. Neste aspecto, se a Administração está a engordar, segundo a análise profunda da oposição, havemos de convir que tempos já houve, aquando da governação social democrata, que se verificaram verdadeiras feiras gastronómicas.

Sras. e Srs. Deputados:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O que é fundamental garantir, nesta Casa e fora dela, é que as dotações para Despesas com Pessoal para 2003, se indiciam rigor, garantem o cumprimento das obrigações da Região para com os seus funcionários; garantem e asseguram o efectivo cumprimento de princípios constitucionais sagrados, como a segurança e estabilidade no emprego, o direito à carreira, às promoções e progressões, o cumprimento de legislação regional que consagra a Remuneração Complementar.

Garantida está igualmente a aposta continuada na formação dos funcionários públicos. Só ao nível da DROAP e das carreiras gerais da função pública, estima-se continuar com cerca de 100 acções de formação/ano, envolvendo seguramente mais de 10% do nosso funcionalismo.

É que – Sras. e Srs. Deputados:

A estabilidade e segurança dos funcionários e a sua adequada e contínua formação são essenciais para a sua indispensável motivação e só com funcionários bem formados e motivados podemos partir para novos patamares de exigência qualitativa e de inovação administrativa, com vista a melhor servir os cidadãos - utentes.

Na sequência do "Protocolo de Cooperação para a Criação da Rede Integrada de Apoio ao Cidadão", assinado em Julho de 2001 nesta cidade da Horta, entre o Presidente do Governo Regional e o então Ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública, estão ultimados os preparativos técnicos para que, ainda este ano seja lançado o procedimento por ajuste directo, para a Rede Integrada de Apoio ao Cidadão (RIAC), com duas entidades adjudicantes, cabendo ao Gabinete do SRAP a celebração do contrato de prestação



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

de serviços em regime de outsourcing para garantir os serviços de gestão de toda a estrutura de comunicações, informática e de informação, assim como a celebração dos contratos de manutenção da RIAC, sendo a responsabilidade da celebração do contrato do restante fornecimento do Instituto de Gestão das Lojas do Cidadão (IGLC).

Já solicitei a Senhora Secretária de Estado da Administração Pública que seja efectuada uma adenda ao referido protocolo, no sentido de clarificar o período da sua vigência, bem como que desencadeie os procedimentos necessários à anulação da verba inscrita no PIDDAC referente a 2002 como execução prevista, uma vez que a comparticipação financeira suportada pelo IGLC, até ao momento, é nula.

Se ambas as partes - como estou sinceramente convencido - cumprirem o acordado, teremos já no próximo ano três postos piloto, ao nível de freguesia, a prestar de forma descentralizada um conjunto de serviços e a disponibilizar produtos da Administração Pública. Isto, preferencialmente e sempre que possível, em cooperação com as Autarquias Locais.

A relação com as Autarquias Locais, de acordo com, e no sentido de lhes dar cumprimento, a importante Lei de Enquadramento de Cooperação entre a Administração Regional e a Administração Local (Dec. Legislativo Regional nº 22/2002/A), prosseguirá no próximo ano, com base em critérios objectivos e automatismo legais. Também pugnamos, hoje como ontem, pelo livre acesso das Autarquias açorianas a programas de investimento nacionais. E a apoiar tecnicamente as Autarquias nesse desiderato. Mas não



aceitamos que, por dificuldades ou limitações alheias, mormente nas candidaturas a esses programas, sejamos acusados de discriminação, cujo único objectivo, aliás, é legitimar, sim, outras discriminações, essas mais do que comprovadas.

De resto, não temos dúvidas que, ao nível institucional e simbólico, uma das importantes competências da Autonomia, consagrada na Lei Fundamental e no nosso Estatuto Político-Administrativo é a tutela sobre as Autarquias Locais. E é impossível escamotear a necessária inter-relação de poderes entre as Autarquias Locais e as Regiões Autónomas, bem como os poderes legislativos derivados em matéria de Administração Local detidos por esta Câmara.

A importância do Poder Local Democrático entre nós tem de ser compaginada necessariamente com a Autonomia. Porque, como aliás gostava de dizer um antigo líder do PSD-Açores, “os Açores são bem mais do que 19 municípios”.

Por isso mesmo, adivinho a mágoa dessa personalidade quando, há menos de uma semana, e logo na Madeira, uma importante autarca açoriana teorizou sobre as relações entre Poder Regional e Poder Local, afirmando, nomeadamente, e segundo os jornais em “notícias não desmentidas”, que os meios financeiros devem chegar aos Municípios directamente e não por estruturas intermédias” – leia-se órgãos de Governo Próprio da Região.

E disse mais: “que a capacidade legislativa da Região não deve interferir com o estatuto das Autarquias Locais”. Estar-se-ia a referir aquela autarca e dirigente do PSD-Açores à cooperação financeira directa e indirecta da Região as autarquias, repudiando-a? Querera que as transferências do Orçamento de Estado sejam transferidas,



outra vez, através do Ministro da República... a extinguir? Será caso para dizer que o PSD-Açores diz ou pensa: “Volta, General Rocha Vieira, estas perdoado?!”.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Não é caso para isso!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados:

As competências das Regiões Autónomas são demasiado importantes para a sua defesa estar dependente de estados de alma ou transitórias conjunturas partidárias. O centralismo companheiro, porque oportunista e interesseiro, é ainda mais odioso do que o centralismo por convicção.

Também nesta matéria, optámos, propusemos legislação e continuaremos atentos. Na defesa das competências da Região. Na defesa da viabilidade e valorização do Poder Local.

Ao nível do Serviço Regional de Estatística, e para além da candidatura a um projecto ao INTERREG III, conjuntamente com a Madeira e as Canárias, no âmbito das Contas Regionais Comparadas, têm sido desenvolvidos grandes esforços, e assídua colaboração com o INE para, e se a colaboração acordada não sofrer desvios, apresentar resultados no próximo ano relativamente à elaboração das Contas Regionais dos Açores, a partir dos elementos de base.

No âmbito das áreas de competência recentemente atribuídas ao SRAP, aproveito para destacar a área da imigração, no sentido de dar resposta e acompanhar um fenómeno que para nós é muito recente. Tratar-se-á fundamentalmente de um trabalho de coordenação, acompanhamento e propostas de acções transversais a vários Departamentos. Daí que a expressão financeira dessa nova



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

competência apenas se reflecta ao nível do respectivo Gabinete, em despesas de deslocações a membros do recém-criado Conselho de Imigração, e apoio administrativo.

A respeito de Despesas de Gabinetes, gostaríamos de referir que, por exemplo, das Despesas correntes previstas para o Gabinete do SRAP, 96% destinam-se a Despesas com Pessoal. Assim sendo, a Proposta de redução de 10%, apresentada de forma fácil, barata e demagógica pelo Grupo Parlamentar do PSD, impediria pura e simplesmente o normal funcionamento do Departamento, pagamento de consumíveis, de energia, comunicações e contratos de manutenção de equipamento e software.

O Plano e Orçamento para o próximo ano, também no que concerne ao Departamento sob a minha responsabilidade, é rigoroso, realista, e sobretudo responsável. Os funcionários públicos, e os cidadãos em geral, sabem que podem contar com uma Administração transparente, e cada vez mais moderna e eficiente.

Disse.

Voices dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, terminámos o debate sobre as alterações ao Plano a Médio Prazo, Plano e Orçamento para 2003.

De acordo com a Conferência de Líderes, vamos fazer uma pequena pausa para de seguida se passar às intervenções finais.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Depois das intervenções finais, fazemos outra pausa para os Srs. Deputados estudarem as propostas de alteração que já entraram e procedermos de imediato à votação.

Estão encerrados os nossos trabalhos por 5 ou 10 minutos.

(Eram 15 horas e 50 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

(Eram 16 horas)

Vamos passar às declarações finais.

Para uma intervenção final, em representação do Grupo Parlamentar do PCP, tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Está a chegar ao fim o debate do Plano e Orçamento para 2003 e da Reprogramação do Plano de Médio Prazo, tendo sido um debate que certamente contribuiu, de algum modo, para deixar claros alguns dos traços caracterizadores da actual situação política específica da Região.

O tom de optimismo moderado usado, em geral, pelos senhores membros do Governo e secundado, em geral, pelas senhoras e senhores deputados da maioria é revelador, na sua moderação relativa, das dúvidas e incertezas existentes quanto a aspectos essenciais do enquadramento e das opções tomadas.

O cuidado posto por alguns senhores deputados da maioria em afirmar sólidas certezas quanto a algumas situações, é revelador, na sua insistência



e no seu momento de afirmação, de um esforço para “cerrar fileiras” no meio de uma legislatura em que há traços de orientação que não são nem estáveis, nem sólidos, nem completa e totalmente assumidos nas suas consequências pelo poder estabelecido.

Os problemas principais da correlação entre sectores dos equilíbrios que se pretendem ou não pretendem, das prioridades que realmente se querem concretizar e dos efeitos que em termos finais se querem obter, não ficaram, nem se esperaria que ficassem, esclarecidos neste debate.

Esta é uma questão central, que esteve e está sempre presente, mas existe exactamente porque a principal opção deste Governo a partir dos finais de 2001 foi a de aumentar substancialmente a indefinição política pública dos seus objectivos na economia, e nas áreas sociais.

A Proposta de Decreto Legislativo Regional de Reprogramação Financeira do Plano de Médio Prazo revela, como mencionámos na abertura deste debate, essa alteração não totalmente assumida de alguns objectivos, alterações essas que, estando presentes no discurso de moderado optimismo governamental, continuam a não ser explicitadas de forma límpida.

E é exactamente porque, tendo como temos o direito e obrigação de tirarmos conclusões sobre o que é proposto e não tendo havido explicações sólidas sobre a razão dos números, que mantemos e até reforçamos a opinião que os objectivos equilibrados da versão inicial aqui aprovada do PMP estão postos em causa.

E naturalmente que não podem colher raciocínios como aquele que hoje foi aqui apresentado pelo Senhor Secretário Regional da Agricultura e Pescas, que teve o cuidado de referenciar as taxas de alteração do investimento nos seus sectores não ao previsto e ao decidido, mas antes ao executado em 2001, que foi um ano de fraca execução financeira e material nesses



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

sectores. Não se pode aceitar que o fazer-se pouco e mal num ano seja fundamento para se fazer apenas um pouco mais nos anos seguintes. Se o que se fez de pouco em 2001 teve justificações fundamentadas, então teremos que nos esforçar para recuperar muito. Se o que se fez de pouco em 2001 foi feito com intenção, então temos uma alteração de objectivos que será marcante para os anos seguintes.

O Governo mantém que tem os mesmos objectivos. Mas está, num quadro de desaceleração do investimento do qual não tem a responsabilidade toda, a assumir a responsabilidade de imprimir ritmos relativos diferentes de investimento nos vários sectores. A agricultura, as pescas, a habitação social, as estradas em quase todas as ilhas, as construções escolares do secundário nalgumas ilhas, saem claramente a perder nestas novas e diferentes opções do Governo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Este debate veio também confirmar que o relacionamento financeiro do Estado com esta Região está a atravessar um período negativo para os Açores, muito marcado pelos raciocínios centralistas que a direita nacional no poder tem historicamente usado.

Neste debate, e muito especialmente no dia de ontem, ficou totalmente patente o facto novo na História do sistema autonómico, que consiste no apoio da direita regional, com todo o destaque para o PSD/Açores, às medidas governamentais da República que lesam a Região Autónoma dos Açores.

Ficou especialmente patente, e uma vez mais o digo, a enorme brutalidade política da não concretização, no corrente ano de 2002, de qualquer solidariedade nacional para com a reconstrução.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

As consequências humanas desse acto sem fundamento político são muitíssimo grandes e inaceitáveis.

Ficou patente que, quer o tratamento dado à autorização suplementar da dívida em 2002, na prática anulado, quer a proibição de endividamento regional para 2003, tem como objectivo a diminuição da capacidade de investimento regional em 2003 e 2004.

Ficou ainda patente que a posição do PSD/Açores em não querer nem apoiar, nem promover qualquer iniciativa que viesse a permitir a contracção de uma dívida regional para a reconstrução, o que possibilitava obstar a atrasos no investimento de vários sectores, garantindo na mesma a taxa regional de esforço na reconstrução, constitui a confirmação objectiva de uma posição de apoio à asfixia financeira.

Para o Grupo Parlamentar do PCP, não é aceitável que os legítimos interesses da Região Autónoma não estejam acima de qualquer perspectiva interna de luta pelo poder regional.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Longe vai o tempo em que, nos anos 70 e 80, estes documentos eram apenas discutidos e aprovados na generalidade, prática essa que levou a que o Tribunal Constitucional decretasse, em 87, a inconstitucionalidade das normas legais que assim o determinava.

Vamos, assim, após todas as declarações finais, passar às votações na generalidade e na especialidade.

Três dos grupos parlamentares aqui representados apresentaram propostas de alteração, certamente correspondentes à visão que têm dos documentos.

Cabe-me, no essencial, fazer uma referência detalhada às propostas do Grupo Parlamentar do PCP.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Apresentamos, basicamente, três propostas de alteração ao Plano, que dizem respeito aos Programas 4, 11 e 17, porque pretendemos simplesmente criar condições para ser reposta, numa perspectiva embora minimalista e que tem em conta novos enquadramentos, aspectos importantes do acordo que fizemos com o Governo.

Partimos da ideia fundamentada de que é preciso e é possível fazer um esforço de contenção da despesa corrente, aplicando aos Gabinetes dos Membros do Governo e à Dotação Provisional uma redução de 5%.

Esta nossa opção, assentando embora no mesmo princípio da proposta de redução do Grupo Parlamentar do PSD, difere para menos porque pensamos que a nossa estrutura das despesas correntes não está preparada para um corte dogmático, tipo Ferreira Leite, de 10% nos Gabinetes.

Demonstramos com as nossas propostas que, com algum esforço, seria possível cumprir em 2003 a concretização de uma necessidade muito urgente do Faial, que seria dar-se início à obra da Escola Secundária. Demonstramos que seria possível dar um sinal autêntico de início da recuperação da rede viária das ilhas mais necessitadas, apresentando uma proposta concreta relativamente às Flores. Demonstramos que seria possível contemplar bem melhor todas as ilhas no que respeita a caminhos rurais, contrariando a tendência de desaceleração do investimento na Agricultura.

Mostramos com estas propostas o nosso apego aos compromissos assumidos, tendo em conta as evoluções e criamos as possibilidades de outros cumprirem, com o mesmo espírito, esses mesmos compromissos.

Queríamos também referir que a proposta de reforço da verba da reconstrução proposta pelo PSD agrava de forma injustificada a taxa de



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

esforço regional na reconstrução, ilibando directamente a República de prestar a sua solidariedade com a dimensão adequada.

Esse raciocínio não serve nem para o presente nem para o futuro, por isso discordamos dele.

Quanto ao Decreto Orçamental, consideramos claramente ilegal o número 3 do artigo 11º, porque dispõe contra o que é estabelecido no artigo 30º, alínea b) do Estatuto, que simplesmente determina que a competência de configurar os Programas é desta Assembleia sendo ilegal autorizar o Governo a substituir-se à Assembleia, ficando essa proposta contra a Lei.

Consideramos que o artigo 14º (Serviço Regional de Saúde) é politicamente insustentável, além de termos legítimas dúvidas sobre a sua configuração legal e constitucional.

Pretender dar esta espécie de “autorização legislativa ao Governo”, mesmo tendo em conta as conclusões da Comissão Eventual, é o mesmo que pretender tomar medidas polémicas e que sobrecarregam os cidadãos sem que haja os necessários e claros debates. Por essa razão fundamental propomos a eliminação desse artigo e propomos, paralelamente, que esses assuntos sejam discutidos quando forem apresentadas as correspondentes propostas de Decreto Legislativo Regional.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Estamos num contexto político difícil e complexo. A direita no poder da República está a desenvolver uma fortíssima ofensiva contra os trabalhadores e contra todos os que vivem de rendimentos do trabalho.

Há direitos adquiridos que constituem progressos civilizacionais que estão em causa.

Há perspectivas de equilíbrio social que estão a ser comprometidas.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Há necessidades económicas fundamentais e gerais que estão a ser imoladas no altar da concentração económica a todo o custo.

Amanhã, os trabalhadores da Administração Pública Nacional, Regional e Local vão realizar uma Jornada Nacional de Luta com greve, que será certamente um poderoso sinal de que a sociedade não aceita determinadas concepções retrógradas.

Mas, ao reflectirmos sobre esta questão não nos podemos esquecer da nossa própria realidade.

Aqui, na Região Autónoma dos Açores, persiste uma situação de discriminação grave contra um sector de trabalhadores, os trabalhadores das Juntas Autónomas dos Portos, que já viram centenas dos seus colegas dos portos do Continente e da Madeira usufruírem de um regime de reestruturação que é favorável aos que se pretendem reformar com 30 anos de serviço, sem que essa situação tenha sido aplicada nos Açores.

É nossa obrigação resolver esse problema e é fundamental termos presentes questões como esta quando estamos a discutir o futuro da Região e quando não queremos, certamente, no exercício das nossas competências próprias seguir os mesmos caminhos retrógradados do Governo PSD/PP.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A terminar resta registar que a posição do Grupo Parlamentar do PCP é contrária a estes documentos, globalmente considerados.

Em consonância com essa avaliação votaremos, na generalidade, contra cada um deles.

Esta nossa posição não contraria em nada a permanente disposição que temos para participar em todos os processos de convergência institucional que possam beneficiar a Região, mas demonstra que essa disponibilidade



está e estará sempre associada a uma perspectiva de desenvolvimento económico com utilidade social, de aprofundamento democrático e de construção da justiça social.

Disse.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção final, em representação do Grupo Parlamentar do PP, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo: Afinal não era bem assim.

Até chegarmos aqui, o Senhor Presidente do Governo gritava contra Lisboa, os socialistas aplaudiam e até os jornalistas acreditaram que havia falta de solidariedade do Governo da República.

Afinal não era bem assim.

Como reconheceu, anteontem, o Senhor Secretário das Finanças, o problema não é a diminuição das transferências de Lisboa, o problema é sim o aumento das despesas da Administração Regional.

Deputado Clélio Meneses (PP): *Muito bem!*

O Orador: Quero aqui dizer de uma forma muito clara que o Governo dos Açores não foi sério nem connosco nem com os açorianos. A verdade é que o Governo previa ainda o ano passado, que este ano, o montante de transferências do Estado seria de 41 milhões de contos. Afinal vieram mais 3. Afinal vieram 44 milhões. A verdade é que o Governo dizia que este ano havia menos dinheiro. Afinal há mais 30 milhões do que o ano passado. Afinal há mais dinheiro do que sempre.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Vamos ser sérios: onde está a falta de solidariedade? Não está nos números, não está no orçamento, só pode estar na vossa má-fé e na ânsia deste Governo em arranjar uma desculpa para as tantas e tantas obras que vai deixar de realizar.

Mas perguntarão os açorianos: então porque não serão feitas tantas e tantas obras?

Porque o Governo Regional vai gastar mais nas despesas correntes, vai gastar mais na máquina do governo, vai gastar mais no acessório, vai gastar mais no desperdício e no esbanjamento.

Este Governo aumenta 7,7% nas despesas correntes e diminui 14,5% no Plano de Investimentos.

O que dizia então, perante isso, no passado, o Deputado Carlos César? Ouça-mo-lo em 1995: “ É verdade que a oposição nem sempre inova nas críticas, mas temos razão para isso perante um Governo sempre reincidente nos mesmos erros.”

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Mesmo assim queríamos ainda mais?

Com certeza todos nós.

Mas não é isso que está em discussão. Como dizia ainda o ano passado o Sr. Secretário das Finanças: “O Governo também queria mais, mais fundos para fazer mais ainda pelo desenvolvimento dos Açores, mas tal não é possível. Aqui é que está a política, no sentido de fazer a sua afectação da melhor maneira.”

Perguntamos nós. Estará isso a ser feito? Não, com certeza que não. Este ano será assim: mais dinheiro de Lisboa vai significar menos obra nos Açores.



Vejam-se por exemplo as SCUT's. Saem do Plano dois milhões de contos de estradas que o Governo ia fazer e que entretanto passaram para o regime das SCUT's. E o que acontece a essa verba libertada? Será para outras estradas?

Será para resolver a situação vergonhosa em que elas se encontram na Ilha das Flores? Não, não é. Nem sequer com essa alteração que aparece agora aí, responderá ao estado caótico das estradas das Flores, tanto mais que de mais de 650 mil contos para estradas nos quatro anos, nada se fez e a reprogramação só aponta para 20% daquele valor.

Será para dar cumprimento às estradas da Terceira que pela mão do CDS/PP entraram para os Planos já em 1997? Não, não é. Essas não só não são cumpridas como este ano desaparecem dos Planos.

Será para novas recuperações nas actuais estradas de S. Miguel? Não, não é. Não só não aparecem outras, como desaparecem as que lá estavam. Vejamos a partir do Nordeste:

Nordeste – Fenais da Ajuda – passa a 0

Fenais da Ajuda – S.ta Iria – passa a 0

Rabo de Peixe – Fenais da Luz – passa a 0

Capelas – Remédios – Só até S.to António, última freguesia socialista

Remédios – Mosteiros – passa a 0

Mosteiros – Ginetes – passa a 0

etc., etc., etc. ...

Será para o lar de idosos, prioridade da Ilha do Corvo, a mais isolada dos Açores? Não, não é.



E que dizer das escolas? Nem mais, nem ontem. Nem outras aparecem, e as que lá estavam ontem/hoje desaparecem. Por toda a Região, em Ponta Delgada, em Angra, em Vila Franca do Campo, em toda a Região, nada de novo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

E que dizer da reconstrução?

É verdade ou não é verdade que o Governo da República irá transferir nos próximos anos aquilo que é devido pela solidariedade nacional?

O que falta então?

Apenas 2002.

Como resolver?

Assumindo todos nós, que antes dos interesses eleitoralistas estão os interesses das pessoas, dos homens e das mulheres que sofrem e que precisam de uma resposta.

Fizemos a nossa parte. Assumimos neste Plenário com frontalidade, e já agora permitam-me que também vos diga com a imparcialidade que há entre o CDS/PP e este círculo eleitoral, que os 3 ou 4 milhões que faltam podem bem vir pelo endividamento, porque quando falamos na dimensão humana desta questão não podemos pôr primeiro a influência que isso tenha ou não no défice nacional.

Mas também tem de ser dito que o PS não assumiu a mesma postura.

Teima em fugir da culpa em vez de procurar a solução.

Diz que assim vai parar a Reconstrução.

Será isso correcto?

Haverá algum sinistrado que compreenda que num ano em que vão existir 218 milhões de contos, mais 30 do que no ano passado, não



sejamos capazes de encontrar 4 milhões para não parar a Reconstrução?

Afinal, quem está de boa ou má-fé?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Desta vez os socialistas dobraram os motivos para inovarmos nas críticas. Desta vez os socialistas triplicaram as razões para votarmos contra estes documentos:

- São os mais despesistas no dia a dia, dos últimos tempos;
- São os que mais fogem ao investimento;
- São os que menos cumprem a palavra dada. A vossa ao povo nas eleições e até as propostas que no passado entraram pela nossa mão.

A partir de agora é a contagem decrescente. Tão decrescente como foram as vossas votações nas Autárquicas de Dezembro, tão decrescente como foram as vossas votações nas Legislativas de Março.

De parabéns este Governo só tem um motivo para recebê-los: este ano passa a ser um Governo pré-finalista e no próximo, felizmente para os açorianos, definitivamente finalista.

Os Açores bem precisam!

Os açorianos bem merecem!

A guerrilha dos Açores está a isolar-nos no País.

É tempo de um novo ciclo, de uma nova chama, como diz o PS: de Mudar os Açores.

Com dinamismo, com esperança: desafiar o presente, vencer o futuro.



Presidente: Para uma intervenção final, em representação do Grupo Parlamentar do PSD, tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (*PSD*): **Sr. Presidente, Sras. e Srs.**

Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Hoje estamos pior do que ontem – essa é, infelizmente, a grande conclusão do debate e dos documentos que o Governo apresentou.

O Governo Socialista apresentou um Plano de Médio Prazo com menos 255,8 milhões de euros e um Plano para 2003 que tem menos 74,8 milhões de euros do que estava previsto inicialmente.

Depois do discurso dos milhões o Governo anda de tesoura na mão fazendo cortes nos seus planos de investimento.

A ambição deu lugar à prudência, o optimismo cedeu perante o realismo, numa palavra o Governo recuou perante os seus próprios objectivos.

Em vez do discurso dos maiores planos de sempre, vimos um governo à defesa, justificando as promessas que não cumpriu, arrançando desculpas para as suas próprias culpas.

O Governo Socialista tropeçou nos seus milhões, desistiu das suas ambições e já sabe que não cumprirá todas as suas promessas.

O Governo Socialista apostou numa imagem de eficácia e falhou redondamente.

A dois anos do fim do seu mandato este Governo está desanimado, bate-lhe à porta o fantasma de uma remodelação governamental ou as más consequências da falta dela.

Depois de duas derrotas eleitorais o Partido Socialista tornou-se agressivo, ataca todos os dias o Partido Social Democrata como se isso resolvesse os problemas dos açorianos.



O segundo Governo do PS é pior do que o primeiro Governo do PS. É na comparação consigo próprio que se prova o declínio político pelo qual escorrega o actual Governo.

A maioria absoluta de nada serviu ao Governo e não trouxe nenhum benefício aos açorianos. Com mais deputados o PS apresentou menos soluções; com mais deputados o PS prescindiu de ouvir e considerar a oposição.

Com maioria absoluta o PS sente-se capaz de andar sozinho, de correr por sua conta e risco, de pouco considerar os parceiros sociais e não resiste à tentação de tentar tutelar a sociedade civil.

O Governo escolheu a solidão. Que lhe faça bom proveito!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs.

Membros do Governo:

Não se pode basear uma estratégia numa mentira.

A verdade é que com o Orçamento do Estado para 2003 foi cumprida a Lei de Finanças das Regiões Autónomas nos exactos termos em que tinha sido no passado.

No debate, o PS e o Governo não demonstraram o contrário.

As verbas previstas no Plano de Investimentos da Administração Central do Estado – PIDDAC para os Açores subiram e as transferências do Orçamento da Região serão 10% superiores às deste ano.

O Governo da República assumiu 60% dos custos da reconstrução das ilhas do Faial e do Pico e vai transferir, em 2003, 17,5 milhões de euros.



A verdade, apesar da campanha socialista, é que o actual Governo da República não fará menos do que o anterior Governo da República quanto à reconstrução.

É pena que no Orçamento do Estado de 2002, aprovado e proposto pelo Governo de Guterres, não tenham os socialistas resolvido o financiamento para 2002.

É pena que o actual Governo da República também não tenha resolvido esta questão.

Nós colocamos os interesses dos Açores acima dos interesses partidários, nós não fazemos como os socialistas que criticam o actual Governo porque não é do seu partido e estiveram sempre calados quando o Governo da República era socialista.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Se o Governo que diz defender os Açores tivesse levantado a sua voz quando o Governo de Guterres fez o Orçamento de 2002 e não atribuiu um escudo para a reconstrução, talvez se tivesse resolvido este problema e hoje o Governo do PS tinha autoridade para falar.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Era previsível a necessidade da solidariedade nacional em 2002, no entanto o PS não deu resposta a esse problema, assim como é previsível para os próximos anos e por isso o compromisso do actual Governo da República para pagar 60% dos custos da reconstrução.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O PSD apoia todas as diligências no sentido de ser autorizado um endividamento para a reconstrução que não afecte os compromissos assumidos no Pacto de Estabilidade e Crescimento que o anterior Governo Socialista assinou em nome do Estado Português.

O PSD discorda, como é público, da interpretação que o Governo da República faz do endividamento da Região no ano em curso.

O PSD exige que o Governo da República resolva um conjunto de matérias que estão pendentes entre o Governo Regional e o Governo da República.

Contudo, e é bom que se saiba, em documento da Presidência do Governo dirigido ao Sr. Primeiro-Ministro o Governo Regional apresentou 57 medidas.

O Sr. Presidente do Governo disse que podiam ser mais (60, 70 ou mesmo 80) mas – pasme-se! – neste documento algumas das medidas apresentadas já estão resolvidas e é o próprio documento que o diz, há mesmo uma medida que está repetida duas vezes.

Ao Ministro da Educação foram apresentadas seis medidas e cinco já estão resolvidas.

Com documentos destes o Governo Regional perde credibilidade e ficamos todos a saber que para o PS vale tudo nesta guerrilha partidária que promove contra o Governo da República.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Era bom que o Governo Regional fizesse bem o trabalho de casa.



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs.

Membros do Governo:

Temos Autonomia.

Somos donos do nosso futuro.

A responsabilidade de optar perante recursos financeiros que nunca serão suficientes é nossa, deve ser assumida com coragem.

Os Governos existem para arranjar soluções, não para apresentar desculpas.

Um bom governo define prioridades, cumpre o que promete, não compromete o futuro, tem coragem reformadora.

Os açorianos orgulham-se da Autonomia que conquistaram.

A Autonomia que nos serve não resulta nem da cooperação submissa, nem da exigência guerrilheira – essa é uma visão redutora, que o PSD não aceita, nem apoia.

A Autonomia envolve responsabilidade, mas o PS o que quer é ter o poder do orçamento e o discurso da oposição.

Nós não preferimos o Governo da República ao Governo Regional – preferimos resolver os problemas dos Açores.

O Governo Regional pode contar com o PSD para as boas causas, não conta com o PSD na guerrilha partidária que move contra outros.

Entre o Governo Regional e os açorianos, escolhemos os açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Os governos são responsáveis pelas promessas que fazem – prometeram aos açorianos melhor saúde e melhor educação,



boa gestão dos recursos financeiros e equilíbrio nas finanças públicas, prometeram um novo mundo para os nossos agricultores e pescadores, juraram combater com eficácia a pobreza e as injustiças sociais, garantiram mais investimento e menos burocracia e, mais disseram, que tratariam todos por igual, que não havia lugar a clientelismos, que todos os subsídios seriam dados com critério.

Prometeram mais liberdade, o que, no mínimo, representa condicionar menos a sociedade civil.

Os sindicatos esperavam diálogo, os empresários apoio, os profissionais de saúde reformas, os professores um novo estímulo, os agricultores e pescadores querem certezas, a juventude quer acreditar no futuro, os mais idosos reclamam solidariedade.

Tudo isso lhes foi prometido e tudo isso é legítimo que esperem deste Governo.

O discurso do Governo não condiz com a realidade, o mundo açoriano não é “cor-de-rosa”.

Será que os açorianos pensam que estas promessas estão cumpridas ?

Os pareceres dos parceiros sociais são bem a imagem da desilusão dos empresários, agricultores, pescadores, sindicatos e ambientalistas.

A reprovação da estratégia do Governo não é uma obrigação partidária, é um juízo voluntário e comum na sociedade açoriana.

Os parceiros sociais chumbaram a estratégia do Governo.

A desilusão tomou o lugar da confiança e o PS é hoje mais passado do que futuro.

A verdade é que nunca um governo teve tanto e conseguiu tão pouco.



Antes de conhecer o Orçamento do Estado o Governo já tinha feito cortes nos investimentos.

Com o Governo de António Guterres tivemos um Orçamento para 2002 menor em 7,6% do que o de 2001.

Agora, com o Governo de Durão Barroso, tanto criticado pelo PS, o Governo Regional propõe um orçamento para 2003 que decresce apenas 0,8%.

A descida que se verifica no Orçamento de 2003 face a 2002, no valor de 6 milhões de euros, é um décimo daquela que se verificou de 2001 para 2002, em pleno mandato do Governo socialista da República.

As transferências do Orçamento do Estado de 2003 para os Açores aumentaram em 10%, incluindo as verbas da reconstrução.

Se há promessas por cumprir, a culpa não é do Governo da República; se a reconstrução ainda não acabou, a culpa não é do Governo da República; se há cortes nos investimentos, a culpa não é do Governo da República.

Mais uma vez o PSD veio para este debate tranquilo, com ideias firmes, críticas justas e um único compromisso na agenda – a defesa dos interesses dos Açores.

Mais uma vez e cada vez mais o PS aparece com desculpas e demagogia.

Quanto mais perto se encontra do fim, mais este governo e o Partido Socialista caminham coerentemente para a oposição.

Já atacam mais do que actuam, já pedem mais esclarecimentos do que respondem, já se desculpam mais do que governam, já geram mais contestação do que consensos.



Um bom governo não tenta condicionar a sociedade civil, liberta-a; um bom governo não atribui subsídios sem critério, aprova critérios objectivos para a atribuição de subsídios; um bom governo combate o despesismo e o desperdício, não o promove para efeitos eleitorais; um bom governo combate o clientelismo político-partidário, não engorda gabinetes com porta-vozes partidários; um bom governo investe mais do que o que gasta; um bom governo respeita a oposição, não tem como principal preocupação atacar a oposição; um bom governo dialoga e decide, não usa o diálogo para não decidir ou decide sem dialogar; um bom governo não beneficia as autarquias locais do seu partido em detrimento das de outro partido. Os açorianos precisam de um bom governo.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD apresentou propostas de alteração à estratégia do Governo.

É preciso inverter a tendência exagerada para o aumento das despesas correntes, que já atingiram 70,9% do Orçamento, quando as despesas de investimento são apenas de 28,3%.

As nossas propostas não põem em causa postos de trabalho, por causa delas não se deixará de pagar salários, pensões ou reformas – acresce que têm a virtude de aumentar em quase 5% o Plano de Investimentos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O que nós queremos é que o Governo Regional faça o possível para reduzir gastos com avenças, gratificações, horas extraordinárias, deslocações, ajudas de custo no país e no estrangeiro, publicidade e propaganda, abonos, combustíveis e viaturas, que reduza as chefias atípicas, que proíba a acumulação de remunerações pelos dirigentes da Administração Regional.

Se o Governo fizer isso e combater com eficácia e determinação o despesismo, então podemos reforçar as verbas para a reconstrução, para a habitação degradada, para combater a pobreza em Rabo de Peixe.

Ou o Governo poupa e o povo ganha ou o Governo gasta e o povo perde.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Esse é o sentido político das nossas propostas.

Não há um açoriano que não pense que é possível poupar nas despesas correntes do Governo.

Fica o desafio.

Ficará também bem claro que os que estão ao lado dos sinistrados, preferem usá-los como arma política.

O PSD apresentou – está em cima da Mesa – uma proposta para reforçar o financiamento da reconstrução.

Tal proposta não dispensa a solidariedade nacional, mas para os sinistrados o que importa é resolver o seu problema.

Ora, para nós, os sinistrados são uma prioridade.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)



O Orador: Sejam os claros – se a reconstrução ainda não acabou a culpa é do Governo, que prometeu acabá-la em 2001 –...

Deputado Duarte Freitas (PSD): *Muito bem!*

O Orador: ... não é do PSD, da oposição, do Governo da República, nem dos faialenses ou picoenses.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Infelizmente, temos a segunda mais baixa taxa de actividade do país, temos o mais baixo índice de poder de compra do país, a nossa inflação ultrapassou a nacional e é a mais alta do país, sendo de 4,1% em Setembro passado e, o pior de tudo, em 1999 o Produto Interno Bruto per capita da Região representava 69,4% do nacional, quando em 1995 era de 69,5% do nacional.

Com mais recursos financeiros, com uma conjuntura favorável, com um Governo dito amigo de Guterres, a estratégia do PS não fez os Açores produzirem mais.

Este é um dos grandes desafios que temos no futuro – conseguir produzir mais sem descurar, antes melhorando, a solidariedade social.

É preciso estimular os nossos empresários, acabar com as incertezas dos nossos agricultores e pescadores, dar novas oportunidades aos nossos jovens, responder com urgência aos nossos idosos, dar pão a quem não tem pão e casa a quem não tem casa, dar segurança e futuro aos trabalhadores, fazer das escolas um espaço desejado, valorizar os professores, não fazer esperar quem está doente, proteger o ambiente, divulgar os Açores, numa palavra, dar um novo impulso



ao projecto autonómico e ao desenvolvimento qualitativo dos Açores.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

O Orador: O Governo, certamente, faz o que pode.

Cresce nos Açores a convicção profunda e generalizada de que é possível fazer melhor.

Nós acreditamos nos Açorianos e com eles vamos vencer.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos de pé dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Para uma intervenção final, em representação do Grupo Parlamentar do PS, tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No momento em que se encerra o debate sobre as Propostas de Plano e Orçamento para 2003 e de Reprogramação financeira do Plano de Médio Prazo 2001-2004 é a altura de chegarmos a algumas conclusões que, em nosso entender, os 3 dias de discussão permitem formular.

A primeira ideia que nos parece essencial referir neste momento, tem a ver com a postura com que o Governo Regional se apresentou em todo este processo.

E refiro-me a todo este processo, uma vez que a forma como foi encarada a situação conducente, nomeadamente, à apresentação da Reprogramação Financeira do PMP tem, desde logo, um claro significado político, em especial, nos tempos que correm.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Do debate, parece-nos resultar com clareza, para além de ser por todos reconhecido, que a conjuntura que hoje se vive é substancialmente diferente daquela que se nos apresentava quando foi elaborado e aprovado o Plano de Médio Prazo.

Se é certo que alguns dos factores que conduzem a esta situação derivam de razões objectivas, outros há, convém não esquecer, que têm a sua razão de ser, directa e imediata, no comportamento do Governo da República PSD/PP e no seu desprezo pelas Autonomias Regionais.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Tudo isto são factores que, como dizia, o debate permitiu tornar ainda mais claros e perceptíveis para todos.

Sendo esta situação como é, dois caminhos se apresentavam ao Governo Regional:

- Um seria o de fingir que nada acontecia e actuar como se nada disso tivesse influência, não só nos sinais que a Administração Regional dá à iniciativa privada, mas também na disponibilidade de receitas de que ela própria dispõe para fazer face às necessidades da nossa Região;
- Outro caminho, bem mais árduo e corajoso, seria o de assumir prontamente que os pressupostos que presidiram a uma determinada previsão de receitas e, conseqüentemente, à realização de investimentos, se haviam alterado.

Em conformidade com isto, o passo seguinte seria apresentar, não só a esta Assembleia, mas sobretudo aos agentes económicos um quadro, não mais realista do que inicialmente se havia apresentado, –



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

pois o problema não é, nem nunca foi o de falta de realismo nas previsões – mas simplesmente actualizado.

É, pois, com satisfação que constatamos que o VIII Governo Regional manteve, como é seu timbre, uma postura de transparência, de rigor e de verdade para com os açorianos e para com este Parlamento.

No momento em que, no País, parece aderir-se a uma política de esconde esconde orçamental, no momento em que temos um Governo da República que facilmente cede à tentação de dar o dito pelo não dito, este valor da verdade na política que transparece da actuação política do Governo Regional não é, seguramente, de menosprezar.

E não se diga, como alguns de fraca memória parecem tentados a fazer, que ao Executivo não restava outra hipótese. A História demonstra, a história dos executivos regionais anteriores a 1996 demonstra claramente que, embora as situações o justificassem, outros houve que não assumiram esta política de verdade.

É, assim, num exercício de responsabilidade política e como resultado de um comportamento de rigor e de verdade que estes documentos chegaram a este Plenário para serem apreciados.

Deputado Francisco Sousa (PS): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:



Um dos aspectos que importa esclarecer e que já foi, por diversas e bastas vezes repetido nos debates sectoriais que se desenvolveram ao longo destes três dias, tem a ver com as razões que levam o Governo Regional a apresentar uma reprogramação do PMP 2001-2004.

Nesta questão, não deixa de ser elucidativa a forma como alguns partidos da oposição se têm perfilado nesse debate e na análise destas razões.

Veja-se, por exemplo, o PSD/Açores, que no seguimento dum estilo destrutivo, de crítica permanente e cerrada, defende que toda esta situação se deve ao Governo Regional. Este partido da oposição parece apostado em enveredar no seu discurso por uma cópia de má qualidade do argumentário que o PSD a nível nacional desenvolveu relativamente ao Governo da República do PS.

O autismo e a incapacidade duma análise lúcida e objectiva da situação financeira da nossa Região persiste teimosa e incompreensivelmente como uma obsessão da liderança desse partido.

Com esse comportamento, o PSD/Açores revela uma incapacidade e inexperiência que cada vez mais impossibilitam uma análise correcta da nossa situação e, sobretudo, parece ser um obstáculo intransponível para esse partido poder contribuir para a resolução dos problemas dos Açores.

Ao maior partido da oposição exige-se muito mais!

Na verdade, a questão tem-se colocado de forma notória e cada vez mais transparente da postura deste partido quando, conhecedor das medidas injusta e arbitrariamente aplicadas à Região e do seu efeito



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

na nossa situação financeira, se remete ao discurso de exigir sempre mais e mais do Governo Regional.

É legítimo advogar o reforço de meios para sectores ou actividades, é compreensível o desejo de afectar mais dinheiro a esta ou àquela área. Mas não é isto que temos presenciado com algumas das intervenções que aqui têm sido feitas.

Aquilo a que temos assistido é a uma sucessão de birra política em que alguns se resumem a querer mais e mais e a bater o pé quando se lhes responde que não é possível atender de imediato a essas solicitações.

Ou então, duma forma simplista e falaciosa, queixarem-se de que há uma redução aqui de tantos por cento, uma redução acolá de outros tantos por cento, omitindo de forma consciente e malévola, as razões para tais cortes.

Não é possível, não é do ponto de vista político honesto dirigir ao Governo Regional a bateria de críticas que lhe têm sido dirigidas, ao mesmo tempo que se remete ao silêncio, ou pior, a uma cumplicidade activa, com um dos Governos mais centralistas que as regiões autónomas já conheceram.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Sejamos claros:

Este é um mau Governo para o País e, por isso um mau Governo para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. Um Governo



que não cumpre com a Lei de Finanças das Regiões Autónomas, um Governo que impõe injusta e injustificadamente, o endividamento zero, um Governo que se furta à solidariedade no caso da reconstrução.

Não perceber isto, ou pior, perceber e não querer admiti-lo acaba por ter nefastas consequências na credibilidade do discurso político.

Essa irresponsabilidade de análise acaba por ter uma sequência lógica, mas nem por isso, menos dramática nas propostas apresentadas.

Propostas que denotam o facilitismo de soluções drásticas, a irresponsabilidade de quem não procedeu a uma valoração dos interesses em causa nesses documentos, propostas que se desmascaram na sua intenção mais de criar dificuldades ao Governo do que defender os interesses dos Açores.

Há algo de que o PSD/Açores fugiu neste debate. A incapacidade de reconhecer a responsabilidade que as medidas do Governo da República têm na actual conjuntura, não permitem ao PSD o encarniçado ataque ao Governo Regional.

A coragem que o Governo Regional tem para reconhecer que existem outros factores responsáveis pela necessidade da reprogramação para além das medidas da República, faltou, na exacta medida, ao PSD/Açores para que este reconhecesse que são também as medidas do Governo da República responsáveis por esta situação.

Esta circunstância, clara na forma como revela o sentido de responsabilidade de cada um, acaba por ser sintomática da forma como decorreu todo o debate.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Mas não só o PSD/Açores parece alinhar nessa perspectiva.

O CDS/PP, apesar de ter mais presente a necessidade de defesa dos interesses dos Açores, não resistiu a enveredar pelo mesmo caminho.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs.

Membros do Governo:

Vamos ao que interessa e que não é seguramente a forma atabalhoada como o PSD/A se apresentou neste debate.

No meio de todo este desnorte e de todo este afã de bota-abaixo, o Governo Regional surge como um referencial de ponderação, de rigor e de capacidade de decisão. E é exactamente de rigor, de ponderação e de capacidade de decisão que falam os documentos que hoje acabamos de analisar e que nos preparamos para votar.

Antes com calamidades naturais que sobrelevaram as adversidades políticas, hoje com uma calamidade política na República que sobreleva as adversidades naturais, o Governo Regional surge, com redobrado dinamismo e vigor, firme e resoluto no cumprimento de um projecto que foi sufragado pelos açorianos. Surge, com redobrada determinação, empenhado em continuar a Mudar os Açores.

Deputado Francisco Sousa (PS): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Se dúvidas houvesse sobre a determinação do VIII Governo Regional, é, exactamente, em situações de conjuntura menos favorável que se torna mais patente a constatação de que



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

temos um Governo capaz, competente e com capacidade de realização para transformar para melhor a nossa economia e a nossa sociedade, para transformar para melhor os Açores.

As propostas que analisámos dão bem conta que o projecto da Nova Autonomia continua válido, continua realizável e a ser realizado e, sobretudo, continua a ter quem dele cure no sentido do seu aprofundamento e constante melhoria.

Estas propostas não pretendem acudir à pressa a uma situação de desregulação da nossa situação financeira. Estas propostas são para evitar que a nossa situação financeira fique desregulada.

Estas propostas não são para responder a uma situação de crise económica ou sequer de crise nas finanças públicas regionais. Estas propostas são para evitar que cheguemos a uma situação de crise de finanças ou económica.

Estas propostas não são para adaptar, ilusoriamente, a realidade ao comportamento da Administração Regional e ao comportamento dos agentes económicos. Estas propostas são para que esse comportamento fique conforme às nossas disponibilidades, fique conforme àquilo que podemos assumir do ponto de vista financeiro.

Deputado Francisco Sousa (PS): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Nesta asserção tão simples e tão fácil, reside, porém, uma grande diferença de entendimento entre o Partido Socialista e alguns partidos da Oposição. Estes querem considerar a região em crise profunda e irreversível, assumindo a derrota ao primeiro sinal de alarme.

Nós recusamo-nos, teimosa e persistentemente, a desistir de lutar pelos Açores.

Deputado Francisco Sousa (PS): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Podemos ter um Governo da República que nos prejudica.

Podemos ter alguns partidos da oposição regional que nos querem prejudicar.

Pode a conjuntura ser mais ou menos desfavorável.

Mas há algo com que os Açorianos podem contar: O Partido Socialista e o Governo Regional não arredam pé deste trabalho em prol da nossa Região.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): *Muito bem!*

O Orador: Este Governo e este Grupo Parlamentar não surgiram nesta Assembleia amedrontados ou desanimados com as dificuldades que, umas decorrem da natureza das coisas, e outras decorrem do comportamento do Governo da República.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Se algum dos partidos da Oposição alimentou, porventura, a secreta esperança de que o Partido Socialista surgisse aqui desanimado, cansado, exaurido nas suas forças, desengane-se!

O nosso objectivo não é algo de tão comodista como estar no poder!

O nosso objectivo é mudar os Açores, é mudar a Economia, é mudar as Obras Públicas, é a mudar a Saúde, é mudar a Educação, é mudar a Agricultura, é mudar para melhor as condições de vida dos açorianos, é mudar para melhor o prestígio da nossa Região!

É, por isso, que aqui ninguém desiste e quanto maiores os obstáculos maior a determinação, a vontade e a coragem em vencê-lo!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Governo Regional e o Partido Socialista mantêm-se firmes, unidos e determinados na primeira linha deste combate. Um combate que não é contra ninguém, mas sim um combate pelos Açores!

Hoje, como sempre, respondemos presente, dando o melhor do nosso esforço e do nosso saber para esta magnífica tarefa.

Não nos acomodamos, não nos resignamos, não baixamos os braços, não desistimos, não desanimamos, porque os açorianos merecem esse trabalho, porque os Açores precisam de resultados, porque somos capazes de cumprir essa tarefa!

Disse !

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: *Muito bem! Muito bem!*



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

(Aplausos de pé dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para uma intervenção, em nome do Governo, tem a palavra o Sr. Presidente Carlos César.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares, Sras. e Srs. Deputados, Açorianos:

Falar hoje dos Açores é falar de uma realidade dinâmica, que sofreu nestes últimos anos transformações importantes e sucessivas, nos planos institucional, político, económico, social e cultural.

Os Açores estão profundamente diferentes do que eram há pouco mais de seis anos atrás. Felizmente, para melhor.

É verdade que perduram algumas situações de pobreza e de insuficiência habitacional. É verdade que novos desafios e novas dificuldades, com origem externa, se colocam em alguns sectores tradicionais da nossa economia, como na agricultura e nas pescas.

Todos sabemos também, que a Natureza não nos tem poupado a uma sucessão de catástrofes, que ceifaram vidas, destruíram quilómetros de estradas, pontes, aquedutos, milhares de habitações, igrejas, equipamentos sociais, portos comerciais e de pescas em todas as ilhas, estabelecimentos de comércio e culturas agrícolas.

Porém, todos os que nos visitam, apercebem-se da forma rápida como o progresso se está a instalar nas nossas ilhas e da persistência e qualidade que temos revelado na recuperação dos efeitos terríveis provocados por todas aquelas catástrofes.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O dinamismo económico da sociedade açoriana é cada vez mais evidenciado pelo papel crescente do investimento privado e pelos níveis de confiança que revela, ao contrário do que acontecia em 1996, quando encontramos a nossa Região mergulhada no pessimismo, nas falências e no imobilismo empresarial.

Apesar de não existirem contas regionais para a determinação da evolução do Produto Interno Bruto, nenhum analista económico tem dúvidas sobre o seu aumento de então para cá.

Os Planos e o Orçamento que vamos aprovar potenciam essa nova dinâmica, revelando a coragem e o bom senso do governo em introduzir todos os reajustamentos adequados às oscilações das receitas.

Essa adequação corajosa e permanente das despesas de investimento às possibilidades que a Região tem em cada momento é um ponto de honra da acção governativa. Pode parecer pior para o governo atrasar o cumprimento de um compromisso eleitoral, ou mesmo alterar uma ou outra meta, mas será melhor para os Açores e para os Açorianos fazê-lo, porque, assim, manteremos a nossa Região à margem das crises financeiras que outras regiões e países atravessam e que têm gerado ambientes recessivos da economia, onde se observam milhares de falências, despedimentos, deslocalizações de empresas e estagnação de investimentos.

Os Açorianos podem, por isso, olhar com segurança a acção do governo e a salvaguarda do futuro dos Açores.

Deputados Vasco Cordeiro e Francisco Sousa (PS): *Muito bem!*



(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Pesem, embora, as dificuldades e todos os aspectos desfavoráveis da conjuntura financeira e económica nacional e internacional, o Governo Regional do PS tem conseguido levar os Açores para a frente e protegê-los, na medida do possível, da contaminação daqueles efeitos perversos.

Mesmo em sectores como a agricultura, onde investimos incomparavelmente mais do que no passado o aumento da produção fez-se sentir melhorando o rendimento dos agricultores, crescendo a produção de derivados, estendendo-se a electricidade e o abastecimento de água às explorações, investindo-se em milhares de quilómetros de caminhos agrícolas, ao mesmo tempo que diminuiu o número de lavradores e aumentou a dimensão das explorações melhorando a sua competitividade. Por estas e por outras razões, ao contrário do que acontece no Continente, não se ouve falar de falências sucessivas das empresas agrícolas.

As famílias açorianas têm visto o seu rendimento aumentado face à média nacional, e, embora, mais moderadamente, é nos Açores que se tem verificado o maior crescimento do crédito à habitação, observando-se, em simultâneo, um número diminuto de incumprimento de cobranças.

A construção civil continua a níveis elevados, sendo os Açores a Região com o maior crescimento de consumo de cimento e de aumento de licenças de habitação, não incluindo as resultantes do sismo.



Somos, entre todas as Regiões do país, aquela em que proporcionalmente se têm criado mais empregos, embora com uma taxa feminina de actividade ainda pequena e com remunerações que por vezes são excessivamente baixas, aquela que tem a mais baixa taxa de desemprego entre as regiões europeias e uma das que mais tem apostado na reconversão e formação profissional de activos e candidatos ao primeiro emprego, embora, ainda, com uma taxa de escolaridade média que precisamos continuar a melhorar, mas com um parque escolar profundamente transformado para melhor.

Apesar dos efeitos reflexos da crise económica continental, particularmente no consumo, a organização da oferta continua a expandir-se, ao mesmo tempo que, de forma aparentemente consolidada, observam-se crescimentos na arrecadação de receitas do IRS, do IRC e dos impostos especiais de consumo e a procura dos incentivos públicos ao investimento privado ultrapassa mesmo as nossas melhores expectativas.

Temos os maiores ritmos de crescimento de produção de energia eléctrica, observando-se o maior acréscimo de consumo nas indústrias e nos serviços, que sinalizam, mais uma vez, a vitalidade empresarial.

Os açorianos vão descobrindo nas ruas, novas empresas e estabelecimentos comerciais modernizados, e cruzam-se, já não apenas no Verão, com milhares de turistas que representam a vitória de uma aposta do governo do PS na diversificação da economia e na promoção externa dos Açores.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Os Açores, que têm, infelizmente, ainda muitos pobres e marginalizados, vivem, porém, numa região com estabilidade política e social, que dispõe, actualmente, de uma das melhores redes de apoio e integração social à escala europeia, mercê do muito que tem sido feito e continuará a ser pelos Governos do Partido Socialista, devolvendo a dignidade, as profissões, a escolaridade e a habitação condigna a centenas e centenas de famílias açorianas por estas ilhas fora.

Desde que chegamos ao governo – fez a semana passada seis anos – o nosso apoio às crianças em risco, às mulheres vítimas de violência, aos idosos, à integração dos repatriados, às pessoas com deficiência e a outros grupos com potencial de exclusão fez crescer os recursos financeiros que lhes dedicámos em 11,2% em 1997, em 5,2% em 98, em 6,1% em 99, em 17,7% em 2000 e em 24,5% no ano passado.

Lançámos e coordenámos o projecto do Rendimento Mínimo Garantido, cruzamo-lo actualmente de forma eficaz com as ofertas dos serviços de emprego e temos obtido um sucesso de inclusão e de fiscalização dessa prestação social, que pode ser medido pela diminuição em 19% do número de beneficiários em 2000 e pela diminuição de 14,7% em 2001.

Porque quisemos descobrir a pobreza escondida ela é hoje mais visível. Porque nos lançámos num combate sério e corajoso contra ela há menos pobres nos Açores hoje do que havia há seis anos atrás.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*



(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Demos atenção, pela primeira vez na História da Autonomia, aos problemas da infoexclusão, mobilizando milhares de jovens que já têm como ocupação preferencial o gosto e o fascínio pela fruição das tecnologias de informação, e encarámos, com o sentido do nosso tempo, o planeamento e a prevenção ambientais perante os desafios emergentes do nosso desenvolvimento, perante os quais induzimos uma consciência exigente por parte da opinião pública.

Tudo isso é obra e é património da governação socialista nos Açores, da inovação, da energia e da diferença que trouxemos para mudar para melhor a nossa terra e para continuar a fazê-lo com o mesmo empenho, agora como no futuro, ouvindo as críticas, aprendendo humildemente com elas, mas passando sempre, com a força da nossa confiança, ao lado dos que só sabem difundir a desesperança, a maledicência e o derrotismo.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Nem uma só vez, durante estes três dias, ouvi uma palavra de concordância ou de apreço da parte do maior partido da oposição.



As posições do PSD ao longo deste debate, que podem ser referenciadas nas propostas de alteração por ele apresentadas, ilustram bem a impreparação daquele partido para governar, o seu escasso sentido de responsabilidade e a sua incoerência.

Pretendem impor diminuições da despesa corrente, sem saber de quê e com que consequências, em percentagens idênticas em todos os sectores, que levariam ao não pagamento de salários nuns casos ou à paralisia de serviços públicos noutros.

Deputado Vasco Cordeiro e Francisco Sousa (PS): *Muito bem!*

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Não apoiado!

O Orador: Acredito, também, que o tenham feito com o intuito de parecer bem perante os Açorianos, procurando passar a ideia de que o PSD conteria a despesa corrente e o governo fomenta o desperdício.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: E é verdade!

O Orador: Mas a verdade dos factos é bem outra: nos sete últimos anos de governo do PSD as despesas correntes aumentaram 13,6% e com o Governo do PS apenas 7,8%; as despesas com pessoal aumentaram com o PSD 16,1% e com o PS 8,2%; as despesas de aquisição de bens correntes e de capital aumentaram com o PSD naquele período 9,6% e com o Governo do PS apenas 3,6%; e os encargos correntes da dívida aumentaram nos últimos sete anos do Governo PSD 33,3%, enquanto nos últimos sete anos, connosco, diminuíram 0,2%.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Concluiu-se, assim, que, sem despedir funcionários públicos, sem os impedir das suas progressões nas carreiras, como agora é moda no Governo do PSD/PP, e incorporando despesas que não existiam no tempo dos Governos Regionais do PSD, como a remuneração complementar para os funcionários públicos e o complemento de pensão para os nossos idosos,...

Deputados Vasco Cordeiro e Francisco Sousa (PS): *Muito Bem! Muito bem!*

O Orador: ... o crescimento de toda a despesa corrente em sete anos do governo regional do PS será significativamente inferior ao crescimento em igual período com os governos regionais do PSD. E isso, ao mesmo tempo que se investiu mais e se obteve médias de execuções dos planos de investimento superiores aos tempos dos governos do PSD. Não aceitamos, por isso, lições de alunos que já chumbaram nestas matérias.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Se alguém soube conter o aumento das despesas correntes, foram os Governos do Partido Socialista.

O PSD mostra, mais uma vez, a sua incoerência e hipocrisia; diz defender mais fundos para a habitação, mas vota a favor da suspensão do crédito bonificado à habitação para as famílias; defende mais fundos para a reconstrução do sismo, mas apoiou o Governo da República na falta de solidariedade que mostrou para



com os faialenses e os picoenses que ainda não têm casa e tudo fez para inviabilizar todas as soluções alternativas de financiamento que o Governo Regional procurou.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O PSD defende a diminuição da despesa corrente mas, na sua actividade partidária não há serviço que visite em que não aponte a necessidade de reforço de pessoal, não há grupo profissional com que contacte em que não advogue a melhoria do seu estatuto remuneratório, seja numa escola, num centro de saúde ou numa IPSS. Tudo isso são aumentos das despesas correntes, que o PSD diz querer agora diminuir.

O PSD saúda a regionalização de serviços da República, como os das Finanças ou da Justiça, que pouco trazem ao núcleo prioritário do alargamento competencial da Autonomia, ao contrário de outros serviços como o IFADAP, o INGA ou o Instituto Marítimo Portuário que, esses sim, nos dotariam de instrumentos operacionais importantes para a eficácia das políticas regionais.

Mas o PSD, que diz querer diminuir as despesas correntes, é autonomista na regionalização da despesa, mas contrário, ou pelo menos omissivo, na autonomização de verdadeiras competências. O PSD aplaude as despesas que nos querem fazer pagar, mas não se importa com as competências úteis que não nos querem dar.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Outras duas propostas revelam também a diferença entre o PSD e o PS e falam por si: reduzir verbas à Cultura, que já tem um orçamento abaixo do que devia, e retirar meios à promoção da sociedade da informação e das novas tecnologias, são talvez as únicas propostas em que o PSD se revê com ingénua sinceridade. Custa-nos verificar que ainda há gente que entende o apoio à iniciativa e à fruição culturais e à formação plurigeracional para o domínio das tecnologias, como despesas excêntricas e supérfluas. É por isso que o PSD presentemente é um partido do passado, e o PS, que teve passado, é um partido do presente e do futuro. É por estas e por outras que o PS continua a ser a alternativa ao PSD e o PSD nem chega a ser herdeiro ou alternativa ao seu próprio passado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Com o silêncio cúmplice do PSD/Açores ficamos sem 32,5 M_ de um empréstimo aprovado que o Governo da República nos acabou por negar. Com o apoio do PSD/Açores, o Governo da República tirou-nos 30M_ para o próximo ano e quase outro tanto que prevíamos em 2004, quando para si reservou o direito de se endividar em mais de mil e cem milhões de contos. Sempre com o apoio do PSD/Açores, o Governo da República transferiu-nos, ao abrigo da Lei de Finanças Regionais, menos 14,6 M_ em 2002 e



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

menos 15,1M_ no próximo ano do que devia transferir, e o PSD volta a apoiar os de lá, recorrendo, até, a um exemplo de um ano de governo socialista em que nos terão transferido mais do que deviam. De facto, os dois maiores partidos dos Açores estão em lados opostos, ao contrário do que aconteceu no passado, quando liderei o meu partido então na oposição. É que, nessa altura como agora, não baixei nem baixarei a minha voz para defender a nossa terra. Só que, porque estive ao lado de Mota Amaral contra Cavaco e até contra socialistas,...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Quando é que foi isso?

O Orador: ... esperaria, agora, que o PSD e o PP, tal como está o PCP, estivessem do lado dos Açores e não sempre, sempre, sempre como estão, do lado do Governo da República.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: É uma tristeza vê-los, todos os dias, falarem da compreensão que é preciso ter com o governo central por causa da suposta herança socialista, e nunca os ver falar do apoio que precisamos e que devemos exigir porque a nossa terra necessita e porque a nossa terra merece.

Nessa luta, podem os Açorianos ter uma certeza: nunca a descurei, quando foi preciso com António Guterres; nunca a descurei com Durão Barroso, embora o tenha criticado menos, até hoje, do que o



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Presidente do Governo da Madeira. Mas, também, podem, o PSD e o PP, ficar descansados: não alimentaremos guerras...

Deputado Mark Marques (PSD): Não! É todos os dias!

O Orador: ... nem seremos guerrilheiros, porque nunca me dirigirei com a irresponsabilidade e a falta de sentido institucional ao Governo da República, com que o PSD e o PP frequentemente se dirigem ao Governo da sua Região e ao seu presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Sr. Presidente, Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares, Sras. e Srs. Deputados, Açorianos:

Termino, salientando, ser este Plano a Médio Prazo, apesar de todos os condicionalismos, um instrumento que garante a continuidade do progresso e do desenvolvimento que os Açores, felizmente, têm vindo a conhecer.

Com ele, continuaremos a trabalhar no projecto que abraçámos e no rumo que definimos, fiéis aos objectivos que traçámos com clareza:

- defender abnegadamente a Autonomia dos Açores;
- manter o equilíbrio das nossas finanças públicas;
- consolidar a confiança junto dos cidadãos e das entidades empreendedoras;
- defender a nossa especialização produtiva tradicional e diversificar a nossa economia;
- criar mais empregos seguros e acentuar a prioridade da formação dos nossos recursos humanos;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

- melhorar a cobertura geográfica dos cuidados de saúde, proteger os pobres e os que precisam e não abrandar o ritmo para a realização plena do direito à habitação condigna;
- defender na Europa Alargada a excepcionalidade dos Açores e da ultraperiferia e reforçar os laços com os nossos irmãos emigrantes e com as autoridades dos seus países de acolhimento.

Sabemos o que estamos a fazer e o caminho que queremos seguir.

Vamos continuar a Mudar os Açores.

A Mudar os Açores, para melhor!

Viva os Açores!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos de pé dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, conforme já anunciei, vamos suspender os nossos trabalhos durante 30 minutos para preparar a votação final dentro de momentos.

(Eram 17 horas e 25 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

(Eram 18 horas e 15 minutos)



Passamos à votação dos documentos que estivemos a debater nestes dias.

Os Srs. Deputados que concordam, na generalidade, com o Plano para 2003, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Plano para 2003 foi aprovado, na generalidade, com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do PP e 2 votos contra do PCP.

Presidente: Passamos agora à votação dos programas.

Programa 1 – Fomento Agrícola.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 1 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos de abstenção do PP e 2 votos de abstenção do PCP.

Presidente: Programa 2.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 2 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos de abstenção do PP e 2 votos de abstenção do PCP.

Presidente: Programa 3.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 3 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos de abstenção do PP e 2 votos de abstenção do PCP.

Presidente: Programa 4. Para este Programa existe uma proposta de alteração apresentada pelo PCP.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para dizer que a razão fundamental desta proposta de alteração reside na intenção que temos de contrariar, na medida do possível, a tendência de aceleração do investimento agrícola, procurando criar meios para que um determinado sector, os caminhos rurais, possam ter um melhor tratamento em todas as ilhas da Região.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Para anunciar a posição do Grupo Parlamentar do Partido Socialista relativamente a esta proposta de alteração do PCP, referenciando que a previsão no Plano para 2003, nesta acção concreta dos caminhos rurais, mantém-se ao nível da previsão orçamental que vinha do ano



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

de 2002. Inclusivamente, situa-se acima da estimativa de execução para o ano de 2002.

Posto isto, atendendo essencialmente à natureza da contrapartida financeira que o PCP adianta, quer nesta proposta, como na generalidade das suas propostas ou na generalidade das propostas de alteração do PSD, sugere-se a redução de verbas ao nível do Orçamento, concretamente no Capítulo I do Orçamento sobre a epígrafe Gabinetes dos Membros do Governo.

No caso das propostas do PSD propõem uma redução de 10%. No caso da proposta do PCP e neste caso, em particular, uma redução de 5% das verbas previstas no Capítulo I do Orçamento.

Convém notar, conforme já foi referido há 2 dias na intervenção do Sr. Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento, e conforme foi hoje notado na intervenção do Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência, que as dotações mais expressivas deste Capítulo I têm a ver essencialmente com despesas de pessoal.

O exemplo dado pelo Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência relativamente ao peso das despesas de pessoal neste capítulo, no que respeita ao Gabinete dele, foi e é elucidativo.

A intervenção do Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento deu-nos nota de que este capítulo, no que respeita às despesas de pessoal, apresenta apenas um aumento de 4,5%, face à execução estimada para este ano, ou seja, um aumento perfeitamente normal e natural.

Estão previstas neste capítulo as despesas com pessoal e com o funcionamento da generalidade dos serviços pendentes dos membros



do Governo. Recorde-se o caso dos institutos e organismos autónomos, das inspeções regionais, dos gabinetes de planeamento e serviços administrativos dos respectivos departamentos governamentais.

Para que não ficassem dúvidas nesta Assembleia e para com os açorianos, gostaria de elucidar esta nossa posição com um exemplo muito concreto que resulta da minha experiência particular, no que diz respeito à Secretaria da Agricultura e Pescas. A dotação orçamental deste Capítulo I que ronda os 7 milhões de euros, é distribuída e é dividida da seguinte forma:

- mais de 5 milhões de euros (75% desta dotação) corresponde às transferências a efectuar para os institutos autónomos: IAMA e IROA;
- 7,5% (meio milhão de euros) corresponde às transferências a efectuar para a Inspeção Regional das Pescas;
- 17,5% (1,2 milhões de euros, aproximadamente) correspondem às despesas com o funcionamento e com o pessoal da Divisão Administrativa e Financeira da Secretaria, do Gabinete de Planeamento e do Gabinete do Secretário Regional propriamente dito.

As propostas de alteração do PSD e do PCP para o caso concreto da Secretaria da Agricultura e Pescas, significariam uma redução de 700 mil euros no caso do PSD, e 350 mil euros no caso do PCP, neste capítulo particular do Orçamento.

Julgo que com este exemplo concreto, se tivéssemos que aprovar ou esta Casa aprovasse estas propostas de alteração do PCP e do PSD, a única consequência que resultaria de tudo isto era que,



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

irresponsavelmente, esta Casa iria aprovar uma proposta de orçamento que punha em causa os vencimentos e, eventualmente, os postos de trabalho de centenas de funcionários destes serviços da Administração Pública Regional.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): É mentira!

O Orador: Não é isto que esta bancada quer. Não é isto que este Governo quer.

Por ser assim, a bancada do Grupo Parlamentar do Partido Socialista não poderá deixar de votar contra estas propostas de alteração.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para dizer que o Grupo Parlamentar do PSD vai abster-se na votação desta proposta do Partido Comunista Português. Também gostaria de dizer, embora na altura própria, aquando da discussão do Orçamento, iremos falar de novo no assunto, que o Sr. Deputado Hernâni Jorge não deve ter ouvido o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento quando disse que nas despesas correntes, 75% eram para pessoal. Os outros 25% representam 26 milhões de contos.

A proposta do PSD representa cerca de menos 10% desses 25 ou 26 milhões de contos que restam.

O senhor que já tem as despesas com pessoal, por que é insiste em dizer uma mentira, que não tem credibilidade – e já dito pelo Sr. Presidente do Governo – de que isso vai atingir os vencimentos das pessoas?

Voices dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O Orador: Isso é mentira!

O Sr. Secretário disse ontem que só 75% das despesas correntes eram para pessoal.

Desses 75% restam cerca de 25 milhões de contos.

Aí há muita coisa a fazer, nomeadamente em relação à contenção dos despesismos, em relação à propaganda, à publicidade e a um conjunto de todas as mordomias que este Governo tem, que não se justificam e que se poderiam cortar.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, porque existem mais propostas de alteração para serem discutidas e debatidas ao longo deste período.

O Sr. Deputado Duarte Freitas uma vez mais deu prova de que não estuda bem os assuntos que, essencialmente, neste caso concreto, não prestou atenção àquilo que eu acabei de dizer com um exemplo muito elucidativo e muito concreto de um departamento que eu conheço particularmente bem.

Sr. Deputado Duarte Freitas:

Eu demonstrei que mais de 80% do volume das dotações previstas no Capítulo I, no que respeita à Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, são transferências para a Inspeção Regional das Pescas, para o IAMA e para o IROA.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Dos restantes 17,5%, ainda tem o funcionamento e as despesas com pessoal da Divisão Administrativa e Financeira, do Gabinete de Planeamento e apenas um montante residual no que respeita ao Gabinete do Secretário Regional propriamente dito.

A proposta do PSD, no caso concreto da Secretaria da Agricultura e Pescas, previa uma redução de 700 mil euros. O Gabinete do Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas, descontando o vencimento do Sr. Secretário e dos seus colaboradores, no máximo dos máximos, custará à Região 200 mil euros. Julgo que este exemplo é elucidativo e todos os funcionários públicos e todos os açorianos que nos ouvem percebem que ao aprovarmos esta proposta do PSD iríamos estar a pôr em causa os vencimentos destes funcionários.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista não quer isso. O Grupo Parlamentar do Partido Socialista votará contra isso.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Apenas para um esclarecimento muito breve, porquanto fui chamado à colação no que se refere a algumas declarações que proferi anteontem nesta Casa.

Efectivamente eu referi que 75% das despesas de funcionamento eram directamente imputadas a pessoal e que os restantes 25%, que abrangiam transferências para os Fundos e Serviços Autónomos, englobavam juros da dívida, complementos de pensão e outros



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

(aquisições de bens e serviços, aquisições de capital). Nesses 25% também se engloba a Assembleia Legislativa Regional, onde também existe despesas com pessoal.

Nas transferências para o Fundos e Serviços Autónomos, tal como foi agora referenciado pelo Deputado Hernâni Jorge, também há despesas com pessoal.

Muito obrigado.

Presidente: Gostaria de informar que o Governo dispõe apenas de 8 segundos.

Vamos passar à votação da proposta apresentada pelo PCP para o Programa 4.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração para o Programa 4 foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 votos a favor do PCP e registou 18 votos de abstenção do PSD e 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: Passamos ao Programa 4.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 4 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos de abstenção do PSD, 2 votos de abstenção do PP e 2 votos de abstenção do PCP.

Presidente: Programa 5. Está aberto debate.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 5 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 18 votos contra do PSD, 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: Programa 6. Para este programa há uma proposta de alteração do Partido Socialista para a acção 6.1.1..

Está aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Campos.

Deputado Manuel Campos (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista apresentou esta proposta que, no nosso entendimento, irá melhorar e reforçar a verba destinada à frota, o que permitirá corresponder de forma mais segura às 150 candidaturas previstas e, eventualmente, mais algumas que possam surgir posteriormente.

Nós iremos votar favoravelmente esta proposta.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de perceber melhor esta proposta.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Relativamente à programação, aos elementos que o Governo possui sobre essa matéria (estudos feitos e expectativas do mercado), na vossa óptica, em que é que o Governo falhou?

(Risos dos Deputados da bancada do PP e do PSD)

Em que é que o Governo falhou para apresentarem esta proposta?

Quais os dados novos que o Grupo Parlamentar do PS tem, relativamente aos dados que o Governo nos apresentou?

Deputado Paulo Gusmão (PP): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Campos para prestar esclarecimentos.

Deputado Manuel Campos (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Supomos que o Sr. Deputado faz reflexão sobre matérias de diversa ordem. Com certeza, terá uma primeira reflexão e, provavelmente, uma segunda.

É natural, é possível, é provável que haja evolução nos pontos de vista.

Desse modo, aquilo que é discutido uma vez, na segunda vez pode merecer essa reflexão e concluir-se que neste caso a verba destinada à frota era insuficiente e que era possível agregar mais alguns euros.

Presidente: Ao que parece, estamos em condições de votar esta proposta apresentada pelo PS.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 18 votos de abstenção do PSD e 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: Passamos à votação do Programa 6 – Modernização das Pescas.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 6 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 18 votos contra do PSD e 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: Programa 7. Está aberto debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 7 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 18 votos de abstenção do PSD e 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: Passamos ao Programa 8. Está aberto debate.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 8 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos de abstenção do PP e 2 votos de abstenção do PCP.

Presidente: Programa 9. Está aberto debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 9 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos de abstenção do PP e 2 votos de abstenção do PCP.

Presidente: Passamos ao Programa 10 para o qual há uma proposta de alteração apresentada pelo PS, relativamente à acção 10.

Está aberto o debate

(Pausa)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 2 votos contra do PP, 18 votos de abstenção do PSD e 2 votos de abstenção do PCP.

Presidente: Votemos de seguida o Programa 10.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 10 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 18 votos de abstenção do PSD e 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: Programa 11. Para este programa existem 4 propostas de alteração, três do Partido Socialista e 1 do PCP.

Está aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, nós apresentámos uma proposta de reforço para a correcção e reabilitação da Estrada de Santa Cruz da Ribeira da Cruz, no montante de 1 milhão, 496 mil e 394 euros, que é



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

exactamente aquilo que o Governo Regional previu no Plano de Médio Prazo.

Assim, contribuímos para que o Sr. Deputado Manuel Herberto possa votar favoravelmente, dando cumprimento às promessas que fez à população das Flores, em relação a esta matéria.

Por outro lado, gostaria também de dizer que vou votar a favor da proposta do Partido Socialista, no que diz respeito ao reforço das estradas das Flores, até porque chego à conclusão que, no que diz respeito à receita, o Sr. Secretário Regional se enganou na arrecadação da receita contida no capítulo 09, grupo 03, artigo 09.

Penso que podemos fazer uma constatação: a necessidade do reforço para a estrada das Flores, embora esta proposta apresentada pelo Partido Socialista no valor de 400 mil euros seja insignificante, mas o que de qualquer modo comprova é este erro que V. Exas. tiveram a semana passada no capítulo das receitas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

Deputado Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A rede rodoviária regional da Ilha das Flores, alguma dela data de 50 anos, tem vindo a degradar-se progressivamente, devido a um tráfego cada vez mais intenso e à circulação de viaturas com maior tonelagem.

Disse mesmo tem consciência o Governo Regional que depois de concluída a reconstrução das pontes destruídas nos temporais de 95 e de 96 e a reabilitação de alguns troços mais danificados, onde investiu cerca de 7 milhões e meio de euros, fez inscrever no Plano a Médio Prazo 2001/2004 a dotação de 3 milhões, 250 mil euros,



destinados à correcção e repavimentação da estrada que liga as Lajes a Santa Cruz.

Vicissitudes várias, e já por de mais escarpelizadas para que tenhamos que as voltar a enumerar e já não nos sobra tempo para isso, fizeram com que o arranque das referidas obras com início previsto para o corrente ano, acabasse por deslizar para 2004 em resultado da reprogramação financeira do referido PMP.

Contudo, existem alguns troços da estrada das Flores cujo estado de degradação exige intervenção urgente e imediata.

O reconhecimento desta realidade levou a que o Governo Regional, por ocasião da última visita estatutária às Flores, tivesse deliberado autorizar o procedimento destinado à aquisição de um cilindro para a delegação da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos daquela Ilha, destinado a reforçar a capacidade de intervenção daquela delegação na rede viária da ilha.

É neste contexto e considerando que para alcançar aquele desiderato, para além do reforço de meios técnicos, é também necessário dotar a referida delegação com os recursos financeiros adequados à sua plena capacidade de intervenção, que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta esta proposta de alteração ao Plano e Orçamento para o próximo ano, que visa assegurar o efectivo arranque da reabilitação da rede viária da Ilha das Flores, reforçando com 400 mil euros, as verbas destinadas à conservação e reparação das estradas regionais, proposta que, como é óbvio, vai merecer o nosso voto favorável e que, consideradas as disponibilidades financeiras, acolhe também o espírito da proposta que foi



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

posteriormente apresentada pelo PCP para reforço do programa 11, do Plano.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Oliveira.

Deputado Francisco Oliveira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer em relação à proposta de alteração que coloca a estrada Lajes/Praia da Vitória, no Plano de 2003/2004, para ser concluída, que se deve a um entendimento de que esta reprogramação financeira não poderia de forma alguma atingir as pessoas daquele concelho e daquela Vila que sentiriam enormes dificuldades na continuação daquela estrada, da forma como se encontra.

Daí um esforço final feito num entendimento entre o Grupo Parlamentar e o Governo para que de alguma forma os efeitos nefastos que nos vêm da República, não atinjam aquelas já sacrificadas pessoas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Óscar Rocha.

Deputado Óscar Rocha (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nos últimos anos o Governo Regional tem efectuado diversas intervenções na estrada leste, no Corvo, nomeadamente a construção de aquedutos, muros de suporte e valetas.

No entanto, não estando ainda concluída a rede de drenagem, o Grupo Parlamentar do PS apresenta uma proposta de alteração



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

inscrevendo uma verba de 80 mil euros para esse efeito, a qual irá merecer o nosso voto favorável.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos passar à votação.

Em primeiro lugar, vamos votar a proposta referente à reabilitação da estrada Lajes/Praia da Vitória.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PP, 2 votos a favor do PCP e registou 18 votos de abstenção do PSD.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O CDS/PP votou favoravelmente esta proposta de alteração na expectativa de que como em 2001, no tempo do Sr. Eng^o Guterres, haviam 50 mil euros para aquela estrada e nada se fez, como em 2002, no tempo do Primeiro-Ministro, Eng^o Guterres, no primeiro trimestre haviam 750 mil euros para aquela estrada e nada se fez, como é hábito do Partido Socialista em relação à Terceira, agora no tempo do Primeiro-Ministro Durão Barroso temos esperança de que se faça alguma coisa.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*



Deputado José San-Bento (PS): Não se esqueça do Ministro Paulo Portas, porque é também importante!

Presidente: Vamos passar à votação da proposta seguinte, que diz respeito à pavimentação de troços nas Flores.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PP, 2 votos a favor do PCP e registou 18 votos de abstenção do PSD.

Presidente: Passamos agora à votação da terceira proposta do Partido Socialista, que diz respeito à reabilitação da estrada leste, na Ilha do Corvo.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PP, 2 votos a favor do PCP e registou 18 votos de abstenção do PSD.

Presidente: Finalmente, passamos à votação da proposta do PCP sobre este programa e diz respeito à reabilitação da estrada da Ribeira da Cruz, em Santa Cruz das Flores.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 votos a favor do PP, 2 votos a favor do PCP e registou 18 votos de abstenção do PSD.

Presidente: Considerando já o que foi aprovado, vamos votar o Programa 11 – sistema rodoviário regional.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 11 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do PCP e 2 votos de abstenção do PCP.

Presidente: Programa 12. Está aberto debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 12 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos de abstenção do PP e 2 votos de abstenção do PCP.

Presidente: Para o Programa 13 existem 2 propostas de alteração do Partido Socialista.

Está aberto o debate.



Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Trata-se da criação da acção 13.3.16 destinada a obras de beneficiação da envolvente do porto comercial das Velas.

Esta acção, na nossa óptica, permitirá, um investimento de grande importância que irá acabar com o estrangulamento rodoviário que presentemente se verifica no acesso a esta estrutura portuária.

A verba inscrita para esta acção dá conta da redução de 50 mil euros da acção 13.2.1.

Presidente: Vamos passar à votação da proposta referente às embarcações de passageiros.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 30 votos a favor do PS e registou 18 votos de abstenção do PSD, 2 votos de abstenção do PP e 2 votos de abstenção do PCP.

Presidente: Vamos passar à votação da proposta seguinte, que diz respeito à beneficiação da envolvente do porto das Velas.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PP, 2 votos a favor do PCP e registou 18 votos de abstenção do PSD.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Presidente: Vamos passar à votação da proposta seguinte, que diz respeito à pavimentação de troços nas Flores.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PP, 2 votos a favor do PCP e registou 18 votos de abstenção do PSD.

Presidente: Vamos votar o Programa 13 tendo em conta estas alterações.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 13 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 18 votos de abstenção do PSD e 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: Programa 14 – transportes aéreos.

Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.



Secretário: O Programa 14 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 18 votos de abstenção do PSD e 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: Programa 15 – sector energético.

Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 15 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PCP e 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: Programa 16. Para este programa há uma proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista Democrata.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma primeira nota para lamentar o discurso comicieiro que o Sr. Presidente do Governo trouxe em grande parte da sua intervenção final e registar a mentira que acabou por proferir quanto à proposta de alteração do Grupo Parlamentar do PSD, em relação à Ciência e Tecnologia ou mesmo quanto à Cultura.

Nós apresentamos uma proposta de redução neste programa, tendo em conta a acção sobre instalações e equipamentos para a Direcção



Regional da Ciência e Tecnologia, com vista ao reforço de uma outra proposta referente à toxicod dependência.

Para que aqui fique reposta a verdade, e no Programa 25 voltaremos a explicar este assunto, o PSD retira não em Ciência e Tecnologia, nem em Cultura, mas neste caso concreto em equipamentos e instalações da Direcção Regional da Ciência e Tecnologia.

Muito obrigado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Como é que se faz Ciência e Tecnologia sem equipamentos?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para denunciar esta prática que o PSD concede a esta área como sendo a árvore das patacas.

Insistentemente, aquando deste debate, vão sempre à Ciência e Tecnologia reduzir as dotações.

Estas reduções já são reduzidíssimas e já estão comprimidas.

Eu relembro rapidamente que esta área da Ciência e Tecnologia é uma nova forma orgânica que o Governo resolveu adoptar e tem tido excelentes resultados. Por isso mesmo tem uma perspectiva muito estimulante para se continuar a investir.

Sr. Deputado José Manuel Bolieiro:

Nós, há muito tempo, ultrapassámos o tempo do papel e da caneta.

Nesta altura está a decorrer em São Miguel uma iniciativa que fala sobre isto.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Não é nada disso. É em equipamentos!



O Orador: Como é óbvio, parece que os deputados do PSD não compreendem estas questões.

É fundamental investir no capital humano, mas também no equipamento.

A Ciência e Tecnologia tem muito dessa componente e qualquer pessoa percebe isso.

Para terminar, Sr. Deputado Bolieiro, quanto à Toxicodependência, nós falaremos mais à frente.

Muito obrigado.

Presidente: Vamos passar à votação da proposta do PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 votos contra do PCP, 18 votos a favor do PSP e registou 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: Vamos votar o Programa 16.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 16 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 18 votos de abstenção do PSD e 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: Programa 17. Para este programa há duas propostas de alteração, uma apresentada pelo PS e a outra pelo PCP.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Messias.

Deputado Paulo Messias (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende propor a inclusão da EB/JI do Porto Martins, porque corresponde a um investimento importante para a Ilha Terceira e, em particular, para o Concelho da Praia da Vitória.

Haja vontade política da sua Câmara Municipal para resolver o problema, que da nossa parte há determinação em ver este problema resolvido, como comprova esta proposta de alteração.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito embora a resposta genérica que há pouco foi dada em relação à nossa primeira proposta de alteração abranja tudo isto, eu não posso deixar de vir colocar aqui duas ou três breves considerações sobre esta proposta.

Em primeiro lugar, gostaria de me congratular fortemente pelo facto de termos tido a inspiração, em Abril de 2001, de levantar este problema da forma como o levantámos.

Em segundo lugar, para nos congratularmos pelo facto de toda esta Assembleia ter votado em 2001 pelo início das obras da Escola Secundária da Horta em 2003. Isto vem dar lugar à terceira situação, a assunção verdadeiramente total, contra a indisfarçada ausência de vontade do Sr. Secretário, Dr. Álamo de Meneses, em relação à construção deste edifício. Isto veio criar uma situação de



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

unanimidade nesta ilha sobre a necessidade e urgência desta escola. O nosso contributo foi dado.

O Governo Regional não vai cumprir o compromisso que assumiu, não trabalhou para isso, não quis trabalhar para isso. Em última instância, mediante uma proposta que daqui a pouco vamos votar a qual vamos aprovar, retoma a versão inicial do Plano a Médio Prazo antes da alteração que aqui foi aprovada, mas tenho a certeza absoluta que o desfecho desta situação se deu em virtude da nossa insistência, da nossa persistência e da nossa determinação.

A nossa proposta está aqui para que os senhores que subscreveram este acordo, todos, perante os faialenses e os açorianos, o façam pública e explicitamente.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para dizer que o PSD, como fez em Abril de 2001, vai aprovar esta proposta de alteração do Partido Comunista Português, que reforça a dotação para a construção da nova Escola Secundária da Horta, em 2003.

Trata-se não só de manter a nossa palavra e o nosso voto, como de repor a justiça e as promessas que foram ratificadas por unanimidade nesta Assembleia, como acabou de referir o Sr. Deputado José Decq Mota, como de permitir que nesta legislatura se inicie uma das mais reclamadas obras no Faial e também um dos mais estruturantes projectos para esta ilha.

Todos os faialenses defendem esta obra.



Nós assumimos nesta Casa a defesa e a realização da mesma e não apenas de uma forma simbólica, como alguns às vezes se lembram dela.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado José Decq Mota, Sr. Deputado Costa Pereira:

Por razões de gestão de tempo, intervenho agora, unicamente para dizer que os senhores terão oportunidade de ouvir os esclarecimentos do Sr. Deputado Renato Leal, quando se discutir a proposta do Plano a Médio Prazo, onde consta uma proposta do Partido Socialista.

Três notas muito simples relativamente àquilo que foi insinuado e afirmado em alguns casos :

- 1º - A Escola da Horta vai ser construída;
- 2º - O Partido Socialista cumpre os seus compromissos;
- 3º - O Partido Socialista tem a lucidez suficiente – e é isso que nós estamos a fazer aqui – de se adaptar a circunstâncias que exigem uma ponderação de investimentos a realizar. É o sentir da responsabilidade, estar atento e agir em conformidade com aquilo que as circunstâncias exigem.

Deputado Francisco Sousa (PS): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Eu não faço a mínima ideia se isto está a ser transmitido em directo. Suponho que já não está, mas o Sr. Deputado Vasco Cordeiro falou como se estivesse a ser.

Ninguém está a acusar ninguém, a não ser de coisas muito objectivas, Sr. Deputado.

O senhor diz genericamente: “o Partido Socialista cumpre os seus compromissos”.

Eu digo-lhe: o Governo do Partido Socialista assumiu um compromisso que não quer cumprir, não vai cumprir e não se esforçou para o cumprir.

O senhor está a falar a verdade.

Estará em termos temporalmente definidos e eu estou em tempos temporalmente definidos. São duas situações distintas. Estamos a falar em contextos diferentes.

Eu não estou a chamar desonesto ao senhor, ao seu partido ou ao seu Governo.

Estou a apresentar um facto. Houve um compromisso que não está a ser cumprido, numa temporalidade definida, num ano, no ano de 2003. Estamos a falar disto e não em coisas genéricas, não estamos a falar de objectivos de vida. Isso é outra coisa.

Eu quero ver todos aqueles que têm afirmado que lutam por este objectivo, todos aqueles que votaram por isto e aqueles que têm responsabilidades nisto, agora votarem em sentido contrário.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.



Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado José Decq Mota:

Primeiro: não sei nem quero saber se está a ser transmitido. Se estiver, muito bem, se não estiver é igual. O objectivo não é esse.

Segundo: o Sr. Deputado preocupa-se com a questão temporal. Está no seu pleno direito, mas preocupa-nos, em última instância, o facto da Horta vir a ter uma Escola Secundária nova e iniciar a sua construção nesta legislatura. É este o nosso compromisso.

O senhor está a prender-se com a questão temporal. Está no seu direito.

Nós preferimos prender-nos com a obra e com o resultado final daquilo que se pretende servir.

Muito obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Vamos passar à votação da proposta referente à Escola do Porto Martins.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PP, 2 votos a favor do PCP e registou 18 votos de abstenção do PSD.

Presidente: Vamos passar à votação da proposta apresentada pelo PCP e que se refere à Escola da Horta.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP e 2 votos a favor do PCP.

Presidente: Programa 17.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 17 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do PCP e registou 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: Programa 18.

Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 18 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos de abstenção do PSD, 2 votos de abstenção do PP e 2 votos de abstenção do PCP.

Presidente: Programa 19.

Está aberto o debate.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 19 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos de abstenção do PP e 2 votos de abstenção do PCP.

Presidente: Para o Programa 20 há uma proposta de alteração oriunda do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Está aberto o debate.

Tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

Deputada Nélia Amaral (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A alteração proposta tem por objectivo reforçar a verba destinada ao desenvolvimento de infra-estruturas de saúde, nomeadamente no que concerne à construção de novas unidades, com uma verba de 385 mil euros, destinados à acção 20.1.3, mais concretamente ao Serviço de Atendimento Urgente de Ponta Delgada.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista pretende, assim, assegurar o início da acção no ano de 2003, dando cumprimento a um compromisso eleitoral com os açorianos e com os micalenses, em particular, e, no prosseguimento da política de saúde deste Governo, estamos certos que esta medida contribuirá para a melhoria



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

da qualidade dos cuidados de saúde aí prestados, facilita a acessibilidade dos utentes aos serviços de saúde e rentabiliza e racionaliza os custos da saúde através de uma articulação facilitada entre os diferentes níveis de prestação de cuidados e uma mais eficaz gestão de recursos humanos e materiais.

Presidente: Vamos passar à votação da proposta de alteração do Partido Socialista relativamente ao Serviço de Atendimento Urgente do Centro de Saúde de Ponta Delgada.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PP, 2 votos a favor do PCP e registou 18 votos de abstenção do PSD.

Presidente: Vamos passar à votação do Programa 20.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 20 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos de abstenção do PP e 2 votos de abstenção do PCP.

Presidente: Programa 21 – Desenvolvimento do Sistema de Saúde.

Está aberto debate.

(Pausa)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 21 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos de abstenção do PSD, 2 votos de abstenção do PP e 2 votos de abstenção do PCP.

Presidente: Passamos ao Programa 22 para o qual há duas propostas de alteração, uma apresentada pelo PSD e a outra pelo PS e têm a ver com prevenção de toxicodependências.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Já não é a primeira vez que o PSD apresenta uma proposta de reforço de verbas para a prevenção das toxicodependências. É um sinal que damos a esta problemática que é crescente na Região Autónoma dos Açores e é um sinal à necessidade do combate a todas as toxicodependências que já vão acontecendo, com gravidade, em cada uma das nossas ilhas.

Importa dar este sinal de combate, de solidariedade e de uma prioridade do Governo no investimento público ao apoio às famílias e, desde logo, aos toxicodependentes nas mais diversas toxicodependências.



Fazemos este reforço através de algumas reduções. Já tivemos oportunidade de fundamentar uma e mais à frente fundamentaremos a outra, onde tem por fim um reforço de 160 mil euros.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para o PS isto não é só um sinal. Exprime uma forte convicção que temos do reforço na prevenção da toxicod dependência, conforme já tínhamos feito em 2001.

Em relação à proposta apresentada pelo PSD, nós vamos rejeitar porque não concordamos com a particular selectividade que o PSD teve, ou melhor, não teve, no financiamento deste aumento.

Nós vamos rejeitar a proposta do PSD e vamos aprovar a nossa proposta, conforme já disse, por uma questão que tem a ver com a selectividade na fonte de financiamento deste reforço.

Baseados num certo ponto de vista, nós damos total acolhimento ao princípio e ao objectivo que foi expresso por parte do maior partido da oposição.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós estamos perante uma situação que é importante referir, embora já tenha pouco tempo. Nós estamos perante duas propostas iguais.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Não é verdade!



O Orador: Desculpem, estamos perante duas propostas iguais porque nós não estamos aqui a votar o financiamento. O financiamento é votado noutro momento.

Quando votarmos o financiamento é que vamos decidir onde é que vamos buscar o dinheiro para financiar esta decisão.

Em termos de conteúdo, estamos a votar a mesma coisa: 360 mil euros para esta acção da toxicoddependência.

Nós vamos votar as duas propostas quando forem postas à votação, mas penso que é absolutamente desnecessário porque é a mesma proposta.

Gostaria de fazer uma outra observação. Há pouco o Sr. Deputado Hernâni Jorge referia que não se podia tocar em nada, absolutamente nada, nos gabinetes, porque era um crime de lesa pátria. Agora já se pode ir buscar ao gabinete do Sr. Presidente do Governo.

Sr. Deputado Hernâni Jorge:

Há-de medir as suas palavras quando faz certas referências.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD e do PP: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Gostaria de informar que o PCP esgotou o seu tempo.

Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há aqui uma questão que é preciso esclarecer, a questão de princípio.

Ainda há pouco o PSD falava na história da Ciência e Tecnologia para financiar a toxicoddependência. Se há aqui uma questão regimental, o PSD e o PS podem resolver esse problema, mas a



questão de fundo e em relação à insinuação que fez, eu tive a preocupação de afirmar, Sr. Deputado, a questão da selectividade com que se financiava esta proposta.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): É um reforço!

O Orador: É uma questão de princípio.

Deputado Mark Marques (PSD): A questão de princípio é votar contra tudo o que vem do PSD!

Presidente: Srs. Deputados, vamos passar à votação da proposta do PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração do PSD foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PCP e 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: Passamos agora à proposta apresentada pelo PS.

O Sr. Deputado Paulo Valadão pede a palavra para?

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, eu gostaria que o senhor explicasse, para eu poder votar em consciência, qual a diferença entre essa proposta de alteração e a que já votámos e foi aprovada.

Penso que quando uma proposta é aprovada, a outra com o mesmo conteúdo, é prejudicada.

Presidente: Sr. Deputado, o valor das propostas é rigorosamente o mesmo. A primeira foi rejeitada.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Deputado Mark Marques (PSD): Não, Sr. Presidente. Houve mudança de estratégia!

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Na Assembleia da República é que é assim!

Presidente: A primeira foi aprovada. Sendo assim, aparentemente ficará prejudicada a segunda, só que há aqui um problema e o mesmo foi colocado pelo Sr. Deputado José Decq Mota, é que esta proposta do Partido Socialista indica de onde são retiradas as verbas. Portanto, a ficar alguma prejudicada a questão é complicada.

Esta é uma questão nova que se coloca.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, salvo melhor opinião, a justificação é apenas uma explicação à Câmara daquilo que se passa em relação ao documento.

De onde é que a verba vem, ou aonde é que a verba é colocada, não faz parte do Plano. Faz parte do Orçamento.

Essa correcção deve ser feita quando votarmos as propostas de alteração do Orçamento e não neste momento, quando estamos a votar o Plano.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A proposta apresentada pelo PS fica prejudicada dada a votação que o PS fez relativamente à proposta do PSD.

A justificação que aqui está, prende-se com uma alteração que é feita ao mapa nº 1 ou nº 2 e, tal como o Sr. Presidente já tem na sua mão



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

as alterações dos mapas nº 1 até ao nº 9, nessa altura será votada essa alteração.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Está ultrapassado o problema. A proposta do PS ficou prejudicada.

Vamos votar o Programa 22.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 22 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos de contra do PCP e 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: Programa 23.

Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 23 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos de abstenção do PP e 2 votos de abstenção do PCP.



Presidente: Programa 24. Para este programa existem 3 propostas de alteração apresentadas pelos PS.

Está aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Avelar.

Deputado Manuel Avelar (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta referente à acção 20 tem como intenção a protecção da orla marítima na zona dos Fenais, Freguesia de São Mateus.

Trata-se de uma obra urgente, porque situa-se muito próxima de uma estrada regional, se tivermos em conta a protecção de pessoas e bens que lá circulam.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa.

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Aquando da última visita do Governo às Flores, foi aprovado o projecto relativo à primeira fase da obra da protecção costeira de Santa Cruz e autorizada a Secretaria do Ambiente a lançar o concurso público para adjudicação da obra pelo valor base de 450 mil euros, com o prazo de execução de 6 meses.

O ligeiro deslizamento registado no arranque desta obra, que no entanto já se encontra em adjudicação, vai inevitavelmente conduzir que, no todo ou em grande parte, a execução da mesma já não possa ser financiada pelo Orçamento do corrente ano.

Sendo imprescindível prever os meios financeiros que assegurem o normal desenvolvimento da obra, justifica-se a inscrição no Plano para 2003, da dotação de 500 mil euros para cobertura orçamental da



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

referida empreitada, o que se verifica com a alteração ora proposta e que, naturalmente, vai merecer o voto favorável do Partido Socialista.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo: Nós propomos a criação da acção 24.3.14 – protecção da orla costeira de São Jorge.

Consta de uma acção importantíssima para a gestão e protecção do espaço litoral, bastante sensível à erosão do mar.

A dotação inscrita é retirada da verba não desagregada do projecto 24.3..

Presidente: Vamos passar à votação da proposta de alteração referente à orla costeira de Santa Maria, Flores e Corvo.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PP, 2 votos a favor do PCP e registou 18 votos de abstenção do PSD.

Presidente: Vamos passar à votação da proposta de alteração referente à orla costeira de São Jorge.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.



Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PP, 2 votos a favor do PCP e registou 18 votos de abstenção do PSD.

Presidente: Vamos passar à votação da proposta de alteração referente à orla costeira da Graciosa.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PP, 2 votos a favor do PCP e registou 18 votos de abstenção do PSD.

Presidente: Passamos agora à votação do Programa 24.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 24 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos de abstenção do PP e 2 votos de abstenção do PCP.

Presidente: Programa 25 – Património e Actividades Culturais.

Para este programa existem 2 propostas, uma do Partido Socialista e a outra do Partido Social Democrata.

Está aberto debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.



Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Mais uma vez para lamentar a parte do discurso do Sr. Presidente do Governo, que foi comicieiro, e esclarecer, desmentindo a sua afirmação de que nós queríamos ter propostas de corte na cultura e para afirmar que isso não corresponde à verdade.

Nós lamentamos isso, porque as nossas propostas corresponderam, na data da entrada, ao desafio que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista fez.

Mesmo assim, pelos vistos não as estudaram bem.

A nossa proposta de redução tem a ver com espectáculos de iniciativa governamental, música, teatro, bailado e ópera.

Presidente: Vamos passar à votação da proposta do PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 votos contra do PCP, 18 votos a favor do PSD e registou 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: Vamos passar à votação da proposta de alteração apresentada pelo PS.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 30 votos a favor do PS e registou 18 votos de abstenção do PSD, 2 votos de abstenção do PP, 2 votos de abstenção do PCP

Presidente: Passamos agora à votação do Programa 25.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 25 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 18 votos contra do PSD, 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: Programa 26.

Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 26 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 votos contra do PCP, 18 votos de abstenção do PSD e 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: Programa 27. Para este programa existe uma proposta de alteração apresentada pelo Partido Social Democrata.

Está aberto debate.



Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD apresenta uma proposta que reforça o investimento na habitação degradada, quer na Região, quer no Programa de Intervenção Específica em Rabo de Peixe, tendo em conta que a Região tem assistido a um permanente decréscimo do investimento na área da habitação degradada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

Deputado José Rego (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista votará contra a proposta do PSD pelas seguintes razões:

Em primeiro lugar, o Governo Regional tem encarado a habitação degradada de uma forma diferente do passado.

A habitação degradada continua a ser uma prioridade para este Governo, mas não pode ser vista como foi durante muitos anos, apenas na entrega da telha ou do fecho da porta.

Arranjar uma casa passa por resolver o problema por completo da pessoa e não estarem todos os anos à porta da Junta a pedir mais um pouco para a sua casa.

É neste sentido que achamos que a verba que está aqui terá que ser usada com parcimónia e de forma criteriosa a fim de resolver o problema da habitação degradada desta Região que continua a ser um problema e uma prioridade para este Governo.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Todavia, não nos envergonha a verba que é disposta aqui, porque em relação ao passado, se forem fazer as vossas contas, a nossa verba continua a ser muito superior à verba gasta durante muitos anos.

Lembro que de 97 a 2002, casos pontuais, foram apoiados pela habitação degrada, através da Direcção Regional, 2409 casos.

No que concerne ao Programa Específico de Rabo de Peixe e aos apoios para aquele programa, no próximo dia 20 haverá uma reunião na Secretaria de Estado da Habitação, em Lisboa, em que será posto ao Sr. Secretário de Estado o problema de celebrar mais um contrato de realojamento.

Nesta altura, sabemos que existe um protocolo para os dois bairros que se estão a construir.

Em Rabo de Peixe é necessário construir mais casas para resolver o seu problema.

Vamos ver a abertura dos realojamentos na Secretaria de Estado para um protocolo com o INH, em relação a este problema.

Em acordo com a Câmara Municipal da Ribeira Grande está-se a construir uma carta orientadora para Rabo de Peixe relacionada com o Programa Específico e no mês de Dezembro, espera-se que essa carta esteja pronta.

Em todo o caso, tendo em conta a reunião com a Secretaria de Estado e a carta que se está a preparar para o mês de Dezembro, se houver necessidade, há abertura da bancada do Partido Socialista e do Governo Regional para no próximo ano se fazer uma alteração orçamental para reforçar as verbas em relação a Rabo de Peixe.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): A execução em Rabo de Peixe em 2001 foi de 4,5%.



Presidente: Srs. Deputados, o Sr. Secretário da Mesa vai anunciar os tempos ainda disponíveis.

Secretário: O Partido Socialista dispõe de 10 minutos e 41 segundos.

O Partido Social Democrata dispõe de 7 minutos e 12 segundos.

O Partido Popular dispõe de 2 minutos e 4 segundos.

O PCP já não dispõe de tempo.

O Governo dispõe tão só de 8 segundos.

Presidente: Vamos passar à votação da proposta de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP e 2 votos a favor do PCP.

Presidente: Passamos agora à votação do Programa 27.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 27 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do PCP e registou 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: Programa 28.

Está aberto o debate.

(Pausa)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 28 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 18 votos de abstenção do PSD e 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: Passamos ao Programa 29.

Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 29 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 18 votos de abstenção do PSD e 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: Programa 30.

Está aberto o debate.

(Pausa)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 30 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos de abstenção do PP e 2 votos de abstenção do PCP.

Presidente: Passamos ao Programa 31.

Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 31 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 18 votos contra do PSD e 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: Programa 32 – Sector Público Empresarial.

Para este programa existe uma proposta de alteração do Partido Socialista.

Está aberto o debate sobre esta proposta de alteração.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostava de saber da parte do Partido Socialista em que é que se altera o que estava previsto?

Presidente: Parece não haver intervenções.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O tempo é muito pouco, mas acho que a questão se justifica.

Face a uma alteração desse montante, o que é que cai no Programa que o Governo apresentou?

Presidente: Parece-me que não há mais intervenções.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não queria esgotar o meu tempo, mas pela terceira vez pergunto:

Com esta alteração, o que é que cai no programa inicialmente apresentado pelo Governo?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Para dizer que o Governo Regional informou o Grupo Parlamentar do Partido Socialista de que era possível a diminuição nesta verba consagrada ao sector público empresarial do Estado, sem prejuízo dos objectivos a prosseguir nesse programa, de modo a viabilizar outra proposta de alteração que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista pretendia apresentar.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Obrigado.

Presidente: Vamos passar à votação da proposta de alteração apresentada pelo PS.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Nós ainda não fomos esclarecidos.

Presidente: Não foram esclarecidos, paciência! A Mesa não pode fazer bem nenhum.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 30 votos a favor do PS e registou 18 votos de abstenção do PSD, 2 votos de abstenção do PP, 2 votos de abstenção do PCP.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para informar que há um lapso na soma. Tem que ficar em cima a diferença no Programa correspondente ao montante que foi retirado de 635 mil euros.

É só esta diminuição que é reduzida da verba inicial que é de 3 milhões de euros.

A conta está mal feita.

Presidente: Eu agradecia que o Partido Socialista fizesse chegar à Mesa um documento corrector desta proposta.

Eu não sei se fica prejudica a votação do Programa 32.



Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, o Programa 32 só tem um projecto e uma acção.

Como se retirou o valor de 635 mil euros, fica rigorosamente igual o programa, o projecto e a acção.

Presidente: Então passamos a votar o Programa 32.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 32 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do PCP e registou 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: Programa 33. Para este programa existem 2 proposta de alteração, uma apresentada pelo PSD e a outra pelo PS.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Rapidamente para dizer que o PSD sempre defendeu que a solução para o buraco que o Governo Regional encontrou 4 anos após o início do processo da reconstrução, devia passar pela solidariedade regional e nacional.

Quanto à solidariedade nacional sabemos com o que contar.

Concorde-se ou não com o modelo e com os montantes, o certo é que pela primeira vez temos um compromisso de legislatura relativamente a esta matéria.

Da análise da proposta do Plano de 2003, comparativamente ao Plano a Médio Prazo, verifica-se que da parte do Governo Regional



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

não houve qualquer esforço acrescido de solidariedade regional em relação aos sinistrados, nomeadamente para fazer face ao buraco que o próprio Governo provocou neste processo.

Por outro lado, como se sabe, com um Orçamento com menos de 0,8% do que o ano passado, temos despesas do Plano que decrescem 7 milhões de contos e despesas correntes que sobem 6 milhões de contos.

Por isso entendemos que era importante o Governo Regional dar um sinal, não esquecendo a importância da solidariedade nacional que está garantida, no sentido da solidariedade regional, até porque quem tem a responsabilidade nº 1 da reconstrução não ter acabado em 2001 é o Governo Regional, quem tem a responsabilidade nº 1 do buraco que encontraram 4 anos após o sismo, é o Governo Regional. Exige-se solidariedade nacional, mas é preciso não esquecer a solidariedade regional e para isso o Governo Regional tem que fazer um pouco de dieta nas suas despesas para cobrir um pouco do buraco que ele criou.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Não nos surpreende a demagogia gaguejante com que o Sr. Deputado Duarte Freitas defendeu a proposta do PSD...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Demagogia?



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O Orador: ... própria de quem denota, como ele acabou de demonstrar, um claro sentimento de culpa.

Ninguém duvida, nem ninguém põe em causa que a reconstrução deve ser resolvida apelando à solidariedade regional e à solidariedade nacional.

A solidariedade regional está expressa no PMP, está expressa na reprogramação financeira, com os 25 milhões de euros da responsabilidade do Governo Regional para cada um dos anos.

A solidariedade nacional, só existe a partir do próximo ano, cancelando e suspendendo a reconstrução, conforme já foi bastas vezes e suficientemente debatido nesta Casa e fora dela.

A solidariedade nacional ainda pode ser vista relativamente a este processo por forma a que os picarotos e os faialenses vejam as suas habitações reconstruídas o mais rapidamente possível e não em 2006, com a aprovação na Assembleia da República das propostas da oposição.

Conforme anteontem referiu o Sr. Deputado José Decq Mota, aprovar esta proposta do PSD era desculpabilizar o Governo da República. O Grupo Parlamentar do Partido Socialista não desculpabilizará o Governo da República nesta falta de solidariedade nacional.

Enquanto picaroto e sobretudo enquanto socialista, não quero que a reconstrução se faça, como já referi numa intervenção feita há pouco, à custa ou em prejuízo do pagamento de vencimentos aos funcionários públicos desta Região.

Voices dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*



(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sentimento de culpa?!

Sentimento de culpa deviam ter os senhores por terem chumbado o ano passado uma proposta de reforço para o programa do sismo.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Este ano preparam-se para chumbar de novo. É disso que os senhores deviam ter sentimento de culpa.

Os senhores chumbaram o ano passado uma proposta para reforçar as verbas para a reconstrução. Vão chumbar novamente este ano. Recusam-se a retirar dinheiro das vossas despesas.

Já foi aqui comprovado que os senhores tinham a possibilidade de cortar nas despesas da administração, nas gratificações, nos abonos, em publicidade, em promoção, para dar aos sinistrados.

Ninguém pode deixar de exigir solidariedade nacional.

Essa solidariedade nacional tem de ser exigida e ela está explícita e isso nós sempre o dissemos.

Solidariedade Regional não se vê.

Da anterior proposta de Plano a Médio Prazo para a actual, os senhores não acrescentaram um escudo da solidariedade regional.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Mentiroso!



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O Orador: Entretanto descobriram um buraco de 17 milhões de contos.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Duarte Freitas começou gaguejante e acabou claramente irritado, prova mais do que inequívoca do sentido de culpa que o ataca a ele e a toda a sua bancada.

O que é importante e relevante é que foi o Governo da República, com o apoio inconstitucional do PSD/Açores, que revogou o despacho de transferência de 4 milhões de contos para a Região e com isso atrasou, para além de 2004, a reconstrução das habitações nas Ilha do Faial e do Pico. Isto é que é relevante!

O PSD/Açores morrerá com este sentimento de culpa.

Os açorianos, os picarotos e os faialenses, em particular, não lhes perdoarão.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O senhor acha que os açorianos conscientes e que estão por dentro deste assunto perdoam a um Governo que prometeu acabar a reconstrução em 2001 e que está no ponto em que está?

Os senhores acham que as pessoas que sabem que os senhores chumbaram a proposta do reforço da verbas da reconstrução para o ano passado, vão-lhes perdoar?

Os senhores acham que chumbando novamente esta proposta os açorianos vão perdoar-vos?

Os açorianos poderão ter alguma razão de queixa e nós já o defendemos.

Era bom que tivesse vindo verbas para 2002.

Já há solidariedade garantida, mas do Governo Regional, depois de descobrir o buraco que provocou na reconstrução e que adiaram o seu terminus, daí para cá, nem um escudo. Só sabem exigir a solidariedade nacional e mais uma vez votam contra.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Duarte Freitas:

Mais uma vez demagogia... apenas demagogia!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Demagogia vamos ver daqui a pouco, aquando da votação!



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O Orador: Os açorianos sabem, pelo menos os picarotos que elegeram esta maioria e que elegeram maioritariamente os Deputados do Partido Socialista, na Ilha do Pico, com o manifesto eleitoral de Novembro de 2000, que dizia no seu ponto 1º: “conclusão do processo da reconstrução até 2004”.

Deputado Paulo Messias (PS): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, vamos continuar a votação.

Os Srs. Deputados que concordam com a proposta de alteração apresentada pelo PSD, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 votos contra do PCP, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP.

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não é admissível esta tentativa de branquear a brutalidade do comportamento do Governo da República. A vossa gritaria nesta votação tem a ver única e exclusivamente com o desespero de quem sabe que apesar desta tentativa desesperada, há algo que os senhores não conseguem justificar e não conseguem esconder dos açorianos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O vosso Governo da República não transferiu 4 milhões de contos em 2002 para a reconstrução;

O vosso Governo da República é responsável por prolongar a reconstrução até 2006.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado João Cunha (PSD): Não é o nosso. Foi o vosso. Foi o Governo do Eng^o António Guterres!

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, se há alguém responsável por não ter cumprido a promessa de acabar a reconstrução em 2001 foi o Governo Regional do Partido Socialista.

Em segundo lugar, nós propusemos neste Plano, como já propusemos o ano passado, um reforço das verbas.

Os senhores o ano passado disseram que não era preciso. Este ano dizem que não querem ser solidários e não querem fazer dieta nalgumas despesas para ajudar os sinistrados.

Para cobrir o buraco que o próprio Governo Socialista criou, pretendem usar apenas o Governo da República como alibi.



Não se pode deixar eximir e de sensibilizar o Governo da República, mas era bom que os senhores deixassem de usar os sinistrados, apenas para fazer guerra ao Governo de Durão Barroso.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Passamos agora à votação da proposta de alteração apresentada pelo PS.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 18 votos de abstenção do PSD, 2 votos de abstenção do PP e 2 votos de abstenção do PCP.

Presidente: Passamos à votação do Programa 33.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 33 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 18 votos de abstenção do PSD e 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: Passamos à votação final global da proposta de Decreto Legislativo Regional relativa ao Plano para 2003.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global, a proposta de Decreto Legislativo Regional relativa ao Plano Regional para 2003, foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do PP e 2 votos contra do PCP.

Presidente: Passamos à proposta relativa à reprogramação financeira do Plano a Médio Prazo.

Antes disso, tem a palavra o Sr. Secretário da Mesa para anunciar os tempos que ainda sobram.

Secretário: O Partido Socialista dispõe de 7 minutos e 31 segundos.

O Partido Social Democrata dispõe de 3 minutos e 16 segundos.

O Partido Popular dispõe de 1 minuto e 47 segundos.

Presidente: Vamos passar à votação dos programas 1, 2 e 3.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os Programas 1, 2 e 3 foram aprovados com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos de abstenção do PP e 2 votos de abstenção do PCP.

Presidente: Programa 4.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.



Secretário: O Programa 4 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos de abstenção do PSD, 2 votos de abstenção do PP e 2 votos de abstenção do PCP.

Presidente: Vamos passar à votação dos Programas 5 e 6.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os Programas 5 e 6 foram aprovados com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 18 votos contra do PSD e 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: Programa 7.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 7 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 18 votos de abstenção PSD e 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: Programas 8 e 9.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os Programas 8 e 9 foram aprovados com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos de abstenção do PP e 2 votos de abstenção do PCP.



Presidente: Programa 10.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 10 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 18 votos de abstenção PSD e 1 voto de abstenção do PP.

Presidente: Para o Programa 11 há uma proposta de alteração apresentada pelo PS.

Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PP, 2 votos a favor do PCP, 18 votos de abstenção PSD.

Presidente. Vamos votar de seguida a parte restante do Programa 11.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 11 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PP, 18 votos contra do PSD e 2 votos contra do PCP.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Secretário, não era esse o sentido de voto do PP.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Gusmão, a culpa não é do Secretário da Mesa, naturalmente.

Todos têm equívocos na vida, não se preocupe.

Programa 12.

Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 12 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 1 voto de abstenção do PP e 2 votos de abstenção do PCP.

Presidente: Creio que posso pôr à votação os Programas 13, 14, 15 e 16.

(Pausa)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Havendo consenso na Câmara, coloco-os à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os Programas 13, 14, 15 e 16 foram aprovados com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 18 votos de abstenção PSD e 1 voto de abstenção do PP.

Presidente: Para o Programa 17 há uma proposta de alteração apresentada pelo PS.

Está aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Leal.

Deputado Renato Leal (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A aprovação desta proposta de alteração vai permitir que seja possível desencadear o concurso, adjudicar a empreitada e lançar a primeira pedra em 2003.

Honra, num quadro conjuntural desfavorável, os compromissos do Sr. Presidente do Governo, as declarações proferidas pelos Srs. Secretários Regionais da Educação e das Finanças no sentido de tudo fazerem com vista à concretização deste projecto ainda nesta legislatura.

Naturalmente, a bancada do PS e os socialistas faialenses ficam satisfeitos com a aprovação da proposta de alteração.

Além disso, mantém coerência com aquilo que foi dito por mim na última sessão plenária realizada há pouco tempo.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Presidente: Vamos passar à votação desta proposta de alteração do PS, relativa à construção da Escola Secundária da Horta.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PP, 2 votos a favor do PCP e 18 votos de abstenção PSD.

Presidente. Vamos votar de seguida a parte restante do Programa 17.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 17 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do PCP e registou 1 voto de abstenção do PP.

Presidente: Programa 18.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 18 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos de abstenção PSD, 1 voto de abstenção do PP e 2 votos de abstenção do PCP.

Presidente: Programas 19 e 20.



Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os Programas 19 e 20 foram aprovados com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 1 voto de abstenção do PP e 2 votos de abstenção do PCP.

Presidente: Programa 21.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 21 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos de abstenção PSD, 1 voto de abstenção do PP e 2 votos de abstenção do PCP.

Presidente: Programa 22.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 22 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 votos contra do PCP, 18 votos de abstenção PSD e 1 voto de abstenção do PP.

Presidente: Programa 23.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.



Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 23 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 1 voto de abstenção do PP e 2 votos de abstenção do PCP.

Presidente: Programa 24.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 24 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 1 voto de abstenção do PP e 2 votos de abstenção do PCP.

Presidente: Programa 25.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 25 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 18 votos contra do PSD e 1 voto de abstenção do PP.

Presidente: Programa 26.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.



Secretário: O Programa 26 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 votos contra do PCP, 18 votos de abstenção do PSD e 1 voto de abstenção do PP.

Presidente: Programa 27.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 27 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do PCP e 1 voto de abstenção do PP.

Presidente: Programas 28 e 29.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstém, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os Programas 28 e 29 foram aprovados com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 18 votos de abstenção do PSD e 1 voto de abstenção do PP.

Presidente: Programa 30.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstém, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 30 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 1 voto de abstenção do PP e 2 votos de abstenção do PCP.



Presidente: Programa 31.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 31 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 18 votos contra do PSD e 1 voto de abstenção do PP.

Presidente: Programa 32.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 32 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do PCP e 1 voto de abstenção do PP.

Presidente: Programa 33.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 33 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 18 votos de abstenção do PSD e 1 voto de abstenção do PP.

Presidente: Passamos à votação final global da Proposta de Alteração do Plano a Médio Prazo.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global, a proposta de Reprogramação Financeira do PMP referentes aos anos de 2003/2004, foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 1 votos contra do PP e 2 votos contra do PCP.

Presidente: Passamos à votação do Orçamento.

O Sr. Deputado Paulo Gusmão pede a palavra para...?

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, é para lembrar que esta proposta não foi votado na generalidade.

Presidente: Julgo que votámos. Pode ter havido aqui algum lapso.

Deputado Paulo Gusmão (PP): No início não foi votado na generalidade. Aliás, toda a gente se engana e corrige-se o erro.

Portanto, requeiro também a correcção da minha votação há pouco.

Presidente: Uma vez que já se fez a votação final global, eu pergunto se acham necessário fazer-se uma votação na generalidade. Só peço-vos que em termos de acta da sessão, me autorizem a fazer a correcção devida.

Há aqui uma falha técnica, mas para não haver problemas faz-se uma votação na generalidade, o que é estranhíssimo.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.



Secretário: Na generalidade, a proposta de Reprogramação foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do PP e 2 votos contra do PCP.

Presidente: Passamos à votação do Orçamento.

Os Srs. Deputados que concordam na generalidade, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Na generalidade, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do PP e 2 votos contra do PCP.

Presidente: Passamos à votação na especialidade.

Para o artigo 1º o Partido Socialista apresenta alterações para os Mapas I, II, III, IV e IX.

O PSD propõe alterações para o Mapa II.

O PCP também propõe alterações para o Mapa II.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, a nossa proposta de alteração ao Mapa II está prejudicada na medida em que era consequência das do Plano. Como as do Plano foram chumbadas, não há razão de manter essa proposta.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

A proposta do PSD encontra-se na mesma situação, embora tenha sido aprovada uma proposta do PSD.

Então vamos passar à votação da proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista e que se refere aos Mapas I, II, III, IV e IX.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Chamo a atenção dos Srs. Deputados que estes Mapas estão incluídos no artigo 1º e é isso que vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com a proposta de alteração para o artigo 1º, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 2 votos contra do PP, 2 votos contra do PCP e registou 18 votos de abstenção do PSD.

Presidente: Votemos agora o artigo 1º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 1º foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do PP e 2 votos de abstenção do PCP.

Presidente: Artigo 2º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 2º foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PCP e 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: Está à votação o artigo 3º.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 3º foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 18 votos de abstenção do PSD e 2 votos de abstenção PP.

Presidente: Artigo 4º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 4º foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PP, 2 votos a favor do PCP e 18 votos contra do PSD.

Presidente: Artigo 5º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 5º foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PP, 2 votos a favor do PCP e 18 votos de abstenção do PSD.

Presidente: Artigos 6º e 7º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos 6º e 7º foram aprovados com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PCP e 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: Artigos 8º e 9º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos 8º e 9º foram aprovados com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 18 votos de abstenção do PSD e 2 votos de abstenção PP.

Presidente: Artigo 10º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O artigo 10º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 11º. Para este artigo existe uma proposta de eliminação do PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta de eliminação surge na sequência da consideração que o Grupo Parlamentar do PSD faz da ilegalidade da norma, porquanto a competência da alteração de programa é da Assembleia Legislativa Regional e não do Governo. É assim nos termos da Constituição, do Estatuto e mesmo da Lei de Planeamento Regional.



Por isso, a nossa consideração é de que esta proposta é ilegal e não pode merecer o nosso acolhimento.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de eliminação, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A proposta de eliminação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Artigo 11º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O artigo 11º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 12º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 12º foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PP, 2 votos a favor do PCP e 18 votos de abstenção do PSD.

Presidente: Artigo 13º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O artigo 13º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 14º. Para este artigo há uma proposta de eliminação apresentada pelo PCP.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação foi rejeitada com 2 votos a favor do PCP e registou 30 votos contra do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do PP.

Presidente: Artigo 14º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 14º foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 votos contra do PCP, 18 votos de abstenção do PSD e 2 votos de abstenção PP.

Presidente: Artigos 15º e 16º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: Os artigos 15º e 16º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos agora a uma proposta de aditamento apresentada pelo Partido Social Democrata para o artigo 6º.

Está aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta confirma as anteriores do PSD ao Plano e ao Orçamento.



É possível reduzir nos desperdícios e nas despesas correntes, o que permite uma poupança significativa. Vou dar alguns exemplos: avenças, gratificações, horas extraordinárias, deslocações, ajudas de custo no país e no estrangeiro, publicidade e propaganda, abonos, combustíveis e viaturas.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Combustíveis e viaturas?!

O Orador: É possível, na estruturação orgânica do Governo Regional, que se acabe com chefias atípicas equiparadas, para efeitos de remuneração, a subdirectores gerais.

Também é possível que o Governo Regional proíba a acumulação de remunerações pelos dirigentes da Administração Regional, designadamente directores regionais, que também tenham funções na administração de institutos públicos.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Nesta matéria de contenção das despesas correntes, quer o VII quer o VIII Governo Regional têm sido exemplares,...

Deputados Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem!*

O Orador: ... conforme deu nota disso o Sr. Presidente do Governo na intervenção que proferiu há pouco naquela tribuna, com números elucidativos, comparando com as legislaturas anteriores.

Recordo, para quem está esquecido, que foi o VII Governo Regional que no processo de reorganização orgânica reduziu substancialmente as chefias atípicas e o número de cargos dirigentes da Administração Regional Autónoma.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Recordo também o esforço que o anterior e este Governo têm feito no controlo da acumulação de funções e no controlo do exercício de funções privadas pelos funcionários da Administração Pública.

Deputados Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem!*

O Orador: Tratam-se de matérias em que os Governos do Partido Socialista têm sido exemplares e não levam lições de ninguém.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista não pode deixar de rejeitar esta proposta.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Vamos passar à votação desta proposta de aditamento.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor PP e 2 votos a favor do PCP.

Presidente: Vamos passar à proposta de aditamento apresentada pelo PS, para o artigo 14º-A – pagamentos no âmbito do serviço regional de saúde.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Barros.

Deputado Francisco Barros (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Trata-se somente de introduzir no Orçamento Regional uma norma que desde 2002 consta do Orçamento de Estado – nessa altura



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

apresentado como artigo 5º e na actual proposta de Orçamento de Estado, que suponho que será votada amanhã, é o seu artigo 7º - e que irá permitir que o Instituto de Gestão Financeira da Saúde possa, caso isso seja possível, negociar taxas de juros mais vantajosas de acordo com o serviço da dívida.

Muito obrigado.

Presidente: Vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 18 votos de abstenção do PSD e 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: Passamos à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre o Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano 2003, foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do PP e 2 votos contra do PCP.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Presidente: Srs. Deputados, concluimos esta votação ficando o Governo Regional com documentos orientadores da sua acção.